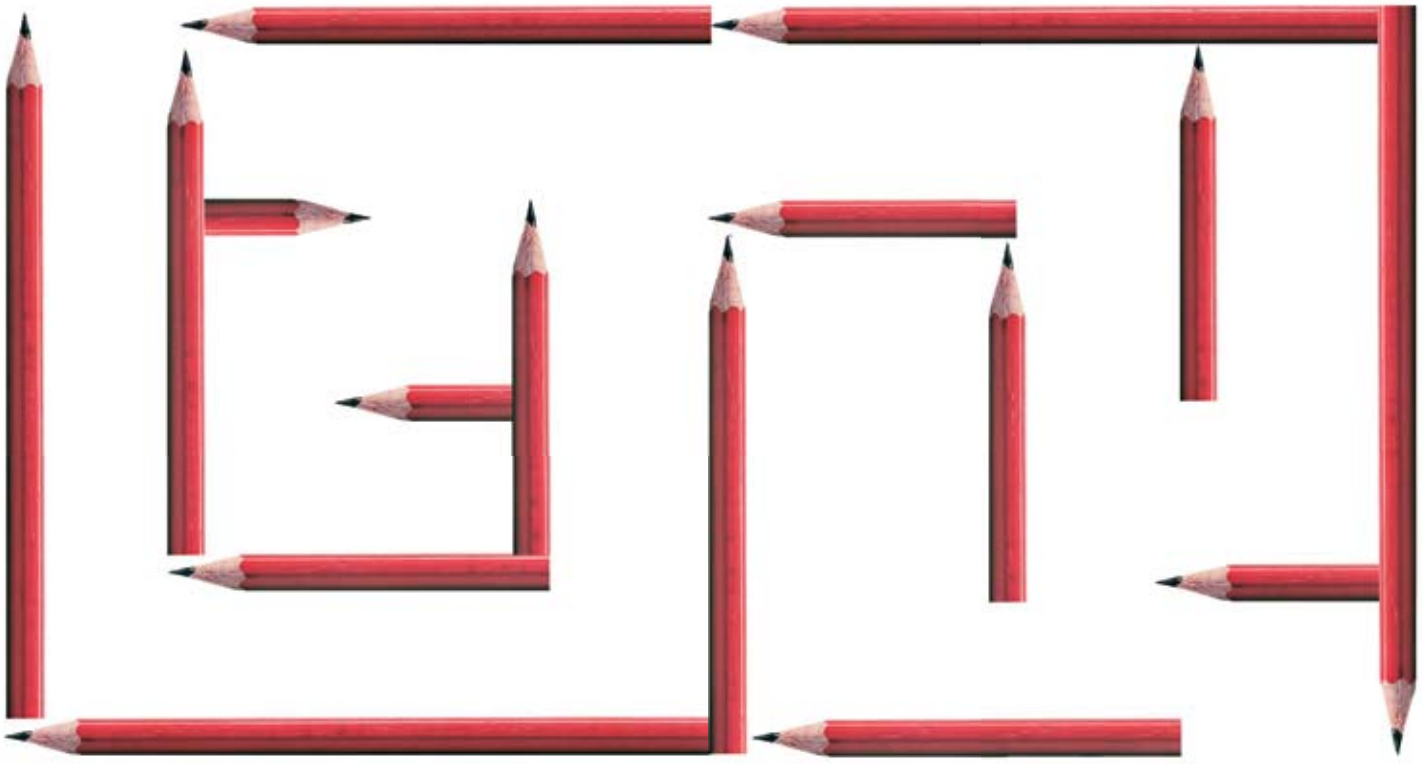
VI CONGRESSO
DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
& VI ENCONTRO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UniCEUB

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



DE 7 A 9 DE OUTUBRO DE 2008 - *CAMPUS* DO UniCEUB

inscrições gratuitas www.uniceub.br

UniCEUB 40 ANOS

UniCEUB
Centro Universitário de Brasília
Formando profissionais de verdade

APRESENTAÇÃO

A Pró-Reitoria Acadêmica e a Diretoria Acadêmica do UniCEUB promovem o VI Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e o VI Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB, que serão realizados nos dias 7, 8 e 9 de outubro, nos três turnos, em auditórios e espaços do *campus* universitário da 707/907 Norte, em Brasília.

O UniCEUB, neste ano, apresenta como eixo principal do evento o tema ***Desafios da educação superior*** com a realização de atividades, envolvendo a participação de expoentes das diversas áreas do conhecimento, pois a reflexão e o debate a respeito da formação acadêmica dos profissionais e dos professores das futuras gerações são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Palestras, mesas-redondas, apresentações, exposições e oficinas permitirão ao público conhecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no UniCEUB e contribuirão, efetivamente, para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades sociais e profissionais, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

1 - Palestras

2 - Projetos de Extensão

3 - Programa de Iniciação Científica

4 - Projetos Institucionais

5 - Grupos de Pesquisa

6 - Pesquisas Apoiadas por Agências de fomento

7 - Pós-Graduação Lato Sensu

8 - Pós-Graduação Stricto Sensu

SUMÁRIO

Palestras 11
APONTAMENTOS SOBRE AS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO JORNALISMO E NA PUBLICIDADE 12
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL 13
OS DESAFIOS DA FAMÍLIA NO MUNDO GLOBALIZADO E A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA 15
ENFRENTANDO OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER 16
DESENVOLVIMENTO CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO 17
PLURALISMO E FAMÍLIA: ISONOMIA E DISCRIMINAÇÃO EM FACE DA ESCOLHA DO MODELO DE FAMÍLIA 19
OS DESAFIOS DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO PENAL/ PROCESSO PENAL FRENTE À CRISE DO ENSINO SUPERIOR 20
O CERRADO BRASILEIRO NO ÂMBITO DAS MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA 21
TRADIÇÃO, DIREITO E POLÍTICA 22
O DIREITO ÉTNICO E A QUESTÃO QUILOMBOLA 23
O ENSINO SUPERIOR E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO 24
O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA SOLUÇÃO OU NA MINIMIZAÇÃO DOS RISCOS À SAÚDE ORIGINADOS DAS NOVAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE 25
COMPREENDENDO A PERSONALIDADE DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA ,DOMÉSTICA NO ENFOQUE DA GESTALT TERAPIA 26
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CENÁRIO ATUAL E PERSPECTIVAS 27
A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL 28
DIREITO DA BIOÉTICA: UM NOVO MODELO NORMATIVO 29
A CIDADANIA COMO PRÁTICA SOCIAL E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 30
SAÚDE MENTAL, CULTURA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: DIÁLOGOS 31
RESPONSABILIDADE PENAL JUVENIL: VERDADES E INVERDADES ACERCA DO DISCURSO DA REDUÇÃO DA IMPUTABILIDADE PENAL 32
A MATÉRIA DA NOSSA IGNORÂNCIA 33

Projetos de Extensão 34
ADOTE UMA NASCENTE: Monitoramento de qualidade da água de nascentes no Distrito Federal 35
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA 36
ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO 37
ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA 38
ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS: Análise clínica à comunidade 39
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR 40
CORAL UNIVERSITÁRIO 41
ENFERMAGEM EM AÇÃO - CENFOR 42
CINEMATECA: PSICOLOGIA E CINEMA - A importância do cinema no estudo da Psicologia 43
CLÍNICA DE LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA 44
COMUNICAÇÃO E VOLUNTARIADO - Incentivando graduandos e praticando a responsabilidade social 45
DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO PRÁTICA JURIDICA E AÇÃO COMUNITÁRIA EM DIREITOS HUMANOS 46
EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE QUALIDADE DE VIDA NA MEIA-IDADE FEMININA 47
ENFERMAGEM EM AÇÃO – ESCOLA CLASSE 708 NORTE - Educação e saúde infantil na escola 49

ENFERMAGEM EM AÇÃO – LAR BEZERRA DE MENEZES - Assistência de Enfermagem ao idoso residente em instituição de longa permanência....50
ENFERMAGEM EM AÇÃO – FEDERAÇÃO BANDEIRANTES CRIANÇAS - Atenção primária à saúde dirigida à criança em idade escolar 51
ENFERMAGEM EM AÇÃO – FEDERAÇÃO BANDEIRANTE IDOSOS - Atenção primária à saúde dirigida ao idoso integrante do grupo CONVIVER 52
ENFERMAGEM EM AÇÃO – LAR SÃO JOSÉ - Atuação dos acadêmicos de Enfermagem em uma instituição asilar....53
ENFERMAGEM EM AÇÃO - CRECHE PROMOVIDA - Educação e saúde infantil na escola....54
ENFERMAGEM EM AÇÃO – ESCOLA CLASSE DO SIA - Educação e saúde infantil na escola 55
ENFERMAGEM EM AÇÃO: APAE – DF....56
ENFERMAGEM EM AÇÃO: LAR MARIA MADALENA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO IDOSO 57
ENFERMAGEM EM AÇÃO - PARQUE OLHOS D' ÁGUA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: HIPERTENSÃO ARTERIAL....58
ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES....59
ASPECTOS SUBJETIVOS NAS DOENÇAS CRÔNICAS 60
NÚCLEO DE ESTUDOS E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (NEESA) 61
FISIOTERAPIA DO TRABALHO - Ergonomia e qualidade de vida no trabalho 62
FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA: Saúde para a comunidade 63
GESTÃO AMBIENTAL NO UniCEUB....64
GESTÃO INSTITUCIONAL....65
INCLUSÃO DIGITAL - A formação do educador social....66
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE: VIVENCIANDO A CULTURA DA REDAÇÃO 68
LIONS CLUBE DE BRASÍLIA UNIVERSITÁRIO – UniCEUB 69
NÚCLEO DE EXTENSÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES – NEAC 70
NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA RESGATE DE CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS INDISPENSÁVEIS À VIDA ACADÊMICA....72
NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA....73
NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR NOVOS DESAFIOS APÓS 18 ANOS DA LEI DE CONSUMO....74
NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA 76
OFICINA DE REVISÃO DE TEXTO: UM NOVO CAMINHO PARA O LETRAMENTO....77
TEATRO UNIVERSITÁRIO 78
PSICOPATOLOGIA E SÁUDE MENTAL - Espaços de interlocução: saúde mental, comunicação e cidadania....79
RESPONSABILIDADE SOCIAL EM AÇÃO....81
REVITALIZAÇÃO DO SETOR COMERCIAL SUL....83
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E TRIAGEM - Acolhimento e subjetivação da demanda....84
UniCEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO....85

Programa de Iniciação Cientifica (pibic) 86
CORRUPÇÃO COMO INTERESSE GERAL: UM ESTUDO SOBRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO COMBATE À CORRUPÇÃO....87
A EMERGÊNCIA DOS FUNDOS SOBERANOS DE RIQUEZA....88
QUALIDADE AMBIENTAL EM ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE – TECNOLOGIA DA ARQUITETURA: QUALIDADE DO AR E RESÍDUOS DAS PROCESSADORAS....89
CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO....90

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UM SISTEMA PARA GENOTIPAGEM EM MULTIPLEX DE POLIMORFISMOS CAUSAIS EM GENES DE CITOCINAS PRÓ-INFLAMATÓRIAS 91
VALORES HUMANOS E A PARTICIPAÇÃO EM REDES SOCIAIS VIA INTERNET 92
A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO DO MERCOSUL: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MERCOSUL COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITARIO 93
ANÁLISE MORFOMÉTRICA DE BACIA HIDROGRÁFICA: SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO GEOAMBIENTAL DA BACIA DO RIO MARANHÃO 94
AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE ORAL AGUDA E DA ELIMINAÇÃO DE AGENTES MICROBIOLÓGICOS DE CONTROLE DE PRAGAS EM CAMUNDONGOS 95
CIDADANIA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: OS SENTIDOS E OS LUGARES DA AÇÃO AFIRMATIVA NO DEBATE SOBRE POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR 96
MULTICULTURALISMO E O DIREITO BRASILEIRO 97

Programa de Iniciação Cientifica (pic) 98
REFORMA POLÍTICA: APERFEIÇOAMENTO OU RETROCESSO PARA O PLENO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA? 99
E OS JAPONESES? CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO MITO DAS TRÊS RAÇAS NA FORMAÇÃO DOS BRASILEIROS 100
A APLICAÇÃO DA TEORIA DO PORTFÓLIO EM INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DE UMA EMPRESA 101
O DISCURSO DA PUBLICIDADE DE MODA 102
EDUCAÇÃO, QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO À DIVERSIDADE NO DISTRITO FEDERAL: O CASO DO GUARÁ 103
BUFFERING PARA OTIMIZAÇÃO DE SISTEMAS MULTIMÍDIA COM INTERATIVIDADE 104
ECOLOGIA DE CORUJA-BURAQUEIRA (*ATHENE CUNICULARIA*, STRIGIFORMES, STRIGIDAE) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS E EM AMBIENTE URBANO, EM BRASÍLIA, DF – USO DE ESPAÇO, DIETA E REPRODUÇÃO 105
ANÁLISE DA COMUNIDADE DE LAGARTOS EM FRAGMENTO DE CERRADO *SENSU STRICTO* NO CONTEXTO URBANO, PARK-WAY (BRASÍLIA-DF) 106
EFEITOS DO INCESTO NA DINÂMICA FAMILIAR: O CONJUNTO E O INDIVÍDUO 107
A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 108
PERFIL E PRÁTICAS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM BRASÍLIA – DF 109
CIDADANIA, ETNIA E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE JOVENS NIPO-BRASILEIROS 111
DA REVISÃO DE TEXTO À REVISÃO DE TEXTO CRÍTICA: UMA PERSPECTIVA PROFISSIONAL 112
O ESCRAVO EM GOIÁS DO SÉCULO XVIII E A DECADÊNCIA DA MINERAÇÃO AURÍFERA 113
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PROCESSOS DE VOÇOROCAMENTO EM ÁREA DE NASCENTES DO RIO PRETO: O CASO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO DE FORMOSA 114
FILOSOFIA NA TV: INDUTORA NA FORMAÇÃO CRÍTICA CIDADÃ 115
OS VALORES HUMANOS E A PARTICIPAÇÃO EM REDES SOCIAIS PELA INTERNET 116
A INFLUÊNCIA DA DEAMBULAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA E FUNÇÃO PULMONAR NO TEMPO DE INTERNAÇÃO DA CIRURGIA CARDÍACA 117
O PAPEL DO ÁCIDO ASCÓRBICO NOS NÍVEIS DE ANSIEDADE INDUZIDA PELO GLUTAMATO EM RATOS SUBMETIDOS AO LABIRINTO EM CRUZ ELEVADO 118
O SINCRETISMO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: TENDÊNCIA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL MODERNA? 119

A ACREDITAÇÃO HOSPITALAR COMO CERTIFICADO DE QUALIDADE: UM ESTUDO DE CASO DO HOSPITAL ANCHIETA, BRASÍLIA, DF 120
ARQUITETURA SUSTENTÁVEL – TEORIA E PRÁTICA AVALIAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS NACIONAIS DE PROJETO – 2006 e 2007 121
A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA URBANA E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO 122
PERCEPÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA E UMA ORGANIZAÇÃO PRIVADA 123
INSETOS ASSOCIADOS AO PEQUIZEIRO NO CERRADO 124
AS POLÍTICAS INDÍGENAS E OS ÍNDIOS DO GOIÁS COLONIAL 125
COM PALMOS MEDIDA – TERRA, TRABALHO, CONFLITO E MORTE NA OBRA *MORTE E VIDA SEVERINA,* DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO 126
AS MARCAS DA MONSTRUOSIDADE E DA CRUELDADE NO CONTO *O GATO PRETO* DE EDGAR ALLAN POE 127
DIETA E REPRODUÇÃO DE SUINDARA (*TYTO ALBA*, STRIGIFORMES, TYTONIDAE) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS (ESEC-AE) 128
GRAU DE CONHECIMENTO DOS GESTORES DAS PEQUENAS EMPRESAS SOBRE INDICADORES FINANCEIROS 129
AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS POR MEIO DO USO DE INDICADORES MICROBIOLÓGICOS DA CARNE MOÍDA COMERCIALIZADA EM AÇOUGUES DE BRASÍLIA-DF 130
ESTRUTURAÇÃO DE UMA TRILHA ECOLÓGICA "ESCOLA ABERTA" EM UM CORREDOR ECOLÓGICO NA APA – GAMA E CABEÇA DE VEADO 131
A ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO SUPERVISIONADO PARA TUBERCULOSE (DOTS), NA CONCEPÇÃO DOS USUÁRIOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 132
A BIOTECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: A CONJUNTURA BRASILEIRA E O CONTEXTO INTERNACIONAL 133
ALTERNATIVA DA PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL UTILIZANDO ESPÉCIES OLEAGINOSAS EXISTENTES NO CERRADO DO DF E ENFATIZANDO AS CONSEQÜÊNCIAS AMBIENTAIS DE SUA UTILIZAÇÃO 134
COLIFORMES FECAIS E ECOTOXICIDADE NA DETERMINACÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BIOINDICADORES DE CONTAMINAÇÃO URBANA 135
ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO NA DOENÇA DE ALZHEIMER 136
ARQUITETURA SUSTENTÁVEL - TEORIA E PRÁTICA AVALIAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS NACIONAIS DE PROJETO DE 2000 A 2005 137
SOFTWARE LIVRE DE CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT (CRM) PARA PEQUENAS E MICROEMPRESAS 138
INFLUÊNCIA DA AFLATOXINA NA CAPACIDADE FAGOCITÁRIA DE NEUTRÓFILOS E MONÓCITOS 139
AVALIAÇÃO DE PACIENTES COM NEFRITE LÚPICA PELA RELAÇÃO ENTRE PROTEÍNA E CREATININA, EM AMOSTRAS ISOLADAS DE URINA E EM AMOSTRAS DE URINA DE 24 HORAS 140
OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO CICV COMO UM ORGANISMO INTERNACIONAL DE DIPLOMACIA RESPONSÁVEL 141
ESTUDO DE COMPORTAMENTO DE ESPÉCIES DE DÍPTERA DE INTERESSE FORENSE 142
Projetos Institucionais 143
SUBJETIVIDADE, HIPNOSE E DOR: CONSTRUINDO O CONTEXTO TERAPÊUTICO 144

CORPORALIDADE E SUBJETIVAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO 145

Grupos de Pesquisa 146
GRUPO DE PESQUISA: ESTADO E POLÍTICA – INFÂNCIA E JUVENTUDE 147
ESTUDO DA SUBJETIVIDADE NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO: O IMPACTO NA PREVENÇÃO, NA PROMOÇÃO DE SAÚDE E NA ORIENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO 148
O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E O DIREITO GRUPO LEI E SOCIEDADE 149
O USO DA TECNOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE CONDENADOS NO DISTRITO FEDERAL 150
PROMOÇÃO DA SAÚDE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REPERCUSSÕES DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO GRUPO DE PESQUISA INTEGRANDO A UNIVERSIDADE À ESCOLA 151
GRUPO DE PESQUISA EM GOVERNANÇA CORPORATIVA -GPEGC 152
INTERATIVIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, MEDIADA PELA LÓGICA DO HIPERTEXTO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 153
GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA 155
EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO 156
GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS 157
ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES 158
GRUPO DE DIREITO TRANSNACIONAL 160
NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO PÚBLICO: PROCESSO CONSTITUCIONAL E EXPERIÊNCIA POLÍTICA 161
Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC: O NEOCONSTITUCIONALISMO COMO PARADIGMA PARA O ENSINO E A PESQUISA DO DIREITO CONSTITUCIONAL NO SÉCULO XXI 162
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE PROCESSOS CULTURAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PERÍODO 2º/2007 – 1º/2008 164
GRUPO DE PESQUISA: CITOGENÉTICA APLICADA 165
DIÁLOGO: GRUPO INTERDISCIPLINAR 166
O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA 167
GRUPO DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CERRADO 168
GRUPO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO 169
GRUPO DE PESQUISA: EPISTEMOLOGIA E TÓPICOS METODOLÓGICOS 170
DIREITO, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE – GERIMA 171
O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA 172
GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO 173
GRUPO DE INTERESSES (*LOBBY*): A POSSIBILIDADE DE REGULAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL 174
GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO ECONÔMICO-EMPRESRIAL O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA 175
GRUPO PADÊ 176
O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA 177

SAÚDE E AMBIENTE COMO FOCO ATUAL DE PESQUISAS 178
GRUPO INTEGRADO DE PESQUISA SOBRE DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO E SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO - GIDE 179

Pesquisas Apoiadas por Agências de Fomento 180
PERFIL RACIAL E DE GÊNERO DA POPULAÇÃO MANICOMIAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS 181
A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR 182
DIPLOMACIA RESPONSÁVEL: A PRESENÇA DO BRASIL NO HAITI 183
GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO 184
EXTRATOS DE PLANTAS PARA O CONTROLE DE INSETOS-PRAGA EM HORTALIÇAS: UMA ALTERNATIVA PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA NO DISTRITO FEDERAL 185
A REVISÃO DE TEXTO: UM NOVO CAMINHO PARA O LETRAMENTO 186

Pós-graduação Lato Sensu 187
ADÉLIA PRADO: UMA VISÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA 188
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 189
LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM BRASÍLIA: a importância da comunicação e dos canais informacionais 190
A NARRATIVA CONSTRUÍDA NO GÊNERO DIÁRIO: um estudo comparativo dos diários pessoais (*Off-Line* X *On-Line*) 191
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL E SENSIBILIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS: estudo de caso na Caixa Econômica Federal 192
PSICOTERAPIA BREVE PSICANALÍTICA: um olhar sobre a técnica 193
A TÉCNICA PROCESSUAL ANTECIPATÓRIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS 194
O AUTOMOBILISMO COMO NEGÓCIO: fatores críticos de sucesso 196
A ATUAÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: a questão da violência doméstica contra a mulher brasileira 197
ASPECTOS SOBRE O CABIMENTO DO RECURSO ADESIVO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS 198
AS POLÍTICAS DE *DESIGN* PARA A COMPETITIVIDADE E A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE *DESIGN* NO BRASIL 199
ANÁLISE COMPARATIVA DA PERCEPÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS DE MORADORES DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS QUE POSSUEM OU NÃO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA, EM BRASÍLIA/ DF 200
O GÊNERO DISCURSIVO DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA 202
O JOVEM EM CONFLITO COM A LEI E A INSTITUIÇÃO CORRECIONAL: desamparo e delinqüência 203
ANÁLISE DISCURSIVA DE DUAS DECISÕES JUDICIAIS ATIPICAMENTE REDIGIDAS: UMA CRÍTICA À LINGUAGEM HERMÉTICA DO DIREITO 204
A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL DO BRASIL: a atuação da Agência Brasileira de Cooperação no Brasil e no mundo 205
Pós-graduação Stricto Sensu 206
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA INGLATERRA 207

A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS: A EFETIVIDADE DAS NORMAS ANTE A PLURALIDADE CULTURAL 208
A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ELETRÔNICA: INCLUSÃO DIGITAL, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS 209
O CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO GARANTIA DE EFETIVIDADE DE DIREITOS SOCIAIS 210
O PAPEL DA DEFESA COMERCIAL NOS ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO 211
O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CONTROLE DA EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS: O PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO E A ARTICULAÇÃO ENTRE LIBERALISMO E DEMOCRACIA NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 212
O PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS: A EFETIVAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO À PAZ E DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA OMC, NO FMI E NO BANCO MUNDIAL 213
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS QUESTÕES DE NATUREZA POLÍTICA: UM OLHAR ETNOGRÁFICO E A PROBLEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS NATIVAS 214
POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO URBANÍSTICA E SEGURANÇA PÚBLICA: O PROBLEMA DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM BRASÍLIA 215
TRABALHO CARCERÁRIO: SUA APLICABILIDADE NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO DISTRITO FEDERAL 216
A CLÁUSULA SOCIAL NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO 217
A INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS INEFICIENTES: CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA SUA LEGITIMIDADE 218
A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA NO CONTEXTO DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DO MODELO INSTITUCIONAL VIGENTE 219
A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA BIOTECNOLOGIA ANIMAL: A POSIÇÃO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO ACORDO TRIPS 220
A SUPRANACIONALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E SEUS REFLEXOS NA EFETIVA PROTEÇÃO JURÍDICA DA PESSOA HUMANA 221
ANÁLISE DA INTERVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO TIMOR LESTE: AUTODETERMINAÇÃO OU DEMOCRACIA 222
DIREITO DA REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL 223
OS EFEITOS DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO BRASILEIRO 224
OS VALORES CULTURAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 225
A REALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO E A TEORIA DA PROIBIÇAO DO RETROCESSO SOCIAL 226
TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO DE PEQUENAS E MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES E AS PECULIARIDADES DO PREGÃO 227
A ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL NO KOSOVO: QUAL BALANÇO? 228
A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RELAÇÃO ENTRE O COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE HUMANA:ANÁLISE DO BRASIL EM ASPECTOS DE GOVERNANÇA NO ÂMBITO DO COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, NO TRATAMENTO DADO AOS PNEUSRECAUCHUTADOS E NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS PARA BIOCOMBUSTÍVEIS 229

A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL 230
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO 231
A SOCIEDADE ABERTA UNIVERSAL: A (RE)DISCUSSÃO DO PAPEL DO SUJEITO PERANTE OS ORGANISMOS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE PLURALISTA DE RISCO 232
CONCEPÇÃO CRÍTICA DO USO DO DISCURSO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS 233
CORRUPÇÃO E DEMOCRACIA 234
EFICÁCIA JURÍDICA DO DIREITO AO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DE QUALIDADE 235
INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO 236
NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO NOS MERCADOS 238
O PAPEL DA AUTORIDADE CENTRAL NA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: BASES PARA UMA ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL 239
O UNIVERSALISMO DOS DIREITOS HUMANOS E A POSSIBILIDADE DE UMA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE VALORES 240
POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: PROBLEMAS DE EFETIVAÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE IMÓVEIS 241
REGULAÇÃO E CONTROLE DA ARBITRAGEM TRANSNACIONAL: O CORRETO ENTENDIMENTO DA ARBITRAGEM NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA 242
SEQUESTRO INTERPARENTAL 243
SETOR PÚBLICO NÃO-ESTATAL: O MODELO FEDERAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DE 1988 244
TRATADOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNAS: O ACORDO SOBRE AGRICULTURA DA OMC E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO BRASIL 245
DEMOCRACIA REGIONAL: O PARLAMENTO DO MERCOSUL E A ABERTURA DE NOVOS ESPACOS DE PARTICIPAÇÃO PARA A SOCIEDADE CIVIL 246
POLÍTICA DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES: O IMPACTO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DA ANATEL NA POLÍTICA DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL 247
A DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA E A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E OS DIREITOS HUMANOS: A EFETIVIDADE DAS TUTELAS DE PROTEÇÃO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS 248
A DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL NO ESTADO CONSTITUCIONAL: O ENFOQUE DA SEGURANÇA JURÍDICA 249
COLISÃO DE PRINCÍPIOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA DOUTRINA DE ROBERT ALEXY 250
A INFLUÊNCIA DO PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: CONCRETIZANDO O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE 251
A INTERPRETAÇÃO EVOLUTIVA DO CONCEITO DE SOBERANIA À LUZ DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO 252
MERCOSUL: UMA UNIÃO ADUANEIRA POR FAZER 253
COMBATE À CORRUPÇÃO E EFICIÊNCIA DO PODER DISCIPLINAR: ANÁLISE ESTATÍSTICO-JURÍDICA DE DEMISSÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS REVISTAS EM JUÍZO 254

O ORDENAMENTO JURÍDICO ESPANHOL E O PROCESSO DE ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPÉIA: ESTUDO DE CASO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESPANHA SOB A ÉGIDE DA UNIÃO EUROPÉIA PÓS-TRATADO DE NICE 255
A JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM DIREITO DO CONSUMIDOR: ALGUMAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS 256
A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NOS PAÍSES DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES A SER IMPLEMENTADAS NOS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO 257
COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E NATUREZA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS 258
INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO, GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA VELOCIDADE DA INTERAÇÃO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA CONSOANTE OS POSTULADOS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS 259
PROPRIEDADE INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO 260

Palestras

APONTAMENTOS SOBRE AS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO JORNALISMO E NA PUBLICIDADE

Mônica Prado: *Jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e docente do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) Contato: pradomonica2004@yahoo.com.br*

O livro - *coletânea@pública – Apontamentos sobre as práticas de Comunicação Pública no Jornalismo e na Publicidade* consolida, em forma de material didático-pedagógico, os trabalhos acadêmicos desenvolvidos durante dois anos, sobre a comunicação pública, tópico do Grupo de Pesquisa - Educação Superior e Comunicação - do UniCEUB, registrado no Diretório de Pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação da professora Renata Bittencourt. Os artigos apresentados são de jornalistas, estudantes de Jornalismo e de Publicidade que escolheram, para o trabalho de final de curso ou para projetos de Iniciação Científica, o tema sobre comunicação pública e a face do jornalismo público e da publicidade de utilidade pública. Os autores, as ex-alunas e os alunos do UniCEUB debruçaram-se sobre o assunto e desenvolveram pesquisa de campo, para investigar de que maneira se pratica comunicação pública em órgãos do Executivo e do Judiciário, de que maneira o jornalismo público é realizado nas redações de televisão comercial e de televisão pública e de que maneira se pratica publicidade de utilidade pública, como parte de políticas públicas sociais. Os trabalhos de investigação contaram com a orientação de professores do corpo docente do UniCEUB e são o extrato das monografias apresentadas à banca examinadora nos anos de 2007 e 2008. Também está incluído nesta coletânea o trabalho acadêmico coletivo sobre a comunicação pública praticada pelas agências reguladoras federais com sede em Brasília-DF, desenvolvido no segundo semestre de 2006, na disciplina Comunicação Organizacional, apresentado, em forma de painel, no V Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do UniCEUB, realizado em outubro de 2007. A *coletânea@pública* conta também com trabalhos de Projeto de Iniciação Científica (PIC – UniCEUB), como a pesquisa de campo sobre a comunicação pública praticada nos tribunais superiores e a pesquisa, em desenvolvimento, sobre a publicidade de utilidade pública. A iniciativa de consolidar a produção intelectual realizada no âmbito do UniCEUB sobre comunicação pública, jornalismo público e publicidade de utilidade pública tem como objetivo registrar a memória do que se realiza como parte dos trabalhos do Grupo de Pesquisa Educação Superior e Comunicação e servir de material de apoio a estudantes de graduação e pós-graduação do curso de Comunicação Social. A consolidação das investigações permite traçar uma linha de base sobre como se pratica comunicação pública em Brasília – DF, contribuindo para o avanço dos estudos sistemáticos sobre o assunto e a formação de profissionais interessados na construção e no fortalecimento da cidadania, por meio da Comunicação Social.

Palavras-chave: comunicação pública; jornalismo público; publicidade de utilidade pública.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

Suzana Meira L. de C. Joffily
UniCEUB – FACES - Psicologia
suzanajoffily@terra.com.br

Este trabalho apresenta a atuação do Projeto de Psicologia Social Comunitária, do Centro de Formação de Psicólogos, CENFOR, em São Sebastião e no Paranoá. A Psicologia Social é a especialidade que atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. A Psicologia Social Comunitária utiliza-se do aparato teórico da Psicologia Social, privilegiando o trabalho com grupos. Busca a identidade social e individual, tendo como orientação preceitos eticamente humanos, fomentando a construção da consciência crítica. Compreende o ser humano como sujeito social e histórico e, ao mesmo tempo, agente das concepções sobre si e os outros a sua volta. O Projeto de Psicologia Social Comunitária foi elaborado com base na solicitação de fazer parceria entre o CENFOR e as Organizações Não-Governamentais, ONGS, que prestam serviços comunitários a crianças e adolescentes em situação de risco social. Estas ONGS oferecem recreação, reforço escolar, cursos profissionalizantes, alimentação e orientação educacional. As atividades ocorrem em todos os dias úteis da semana, em um turno do dia oposto ao de freqüência à escola pública na qual as crianças e os adolescentes estão matriculados. O estágio supervisionado nesses espaços justifica-se por ser uma área carente de recursos socioeconômicos, com grande concentração populacional, crescentes núcleos de invasões de terra pública, miséria, desemprego, exclusão, que facilitam a manifestação do ciclo de violência, decorrente da realidade sociopolítica de desigualdades e injustiças de que as crianças e os adolescentes se tornam vítimas. Portanto, o projeto tem como norteador o princípio de que, para contribuir com a vida psicossocial saudável, é preciso que as intervenções ultrapassem a esfera individual e passem ao âmbito grupal, em que se procura apreender a realidade, contextualizando as histórias de vida. Para isso, visa-se desenvolver ações de prevenção de violência junto às relações travadas no cotidiano, e estende-se a orientação e o aconselhamento às famílias, entendendo que a violência intrafamiliar é um dos constantes motivos de crianças e adolescentes estarem em situação de risco, ao aderir à comunidade de rua. Assim, o projeto está em sintonia com a proposta das ONGS sobre escolha de vida de qualidade, por meio da vivência comunitária tolerante e educativa. As ações objetivam fomentar a resiliência, entendida como a capacidade de enfrentamento de situações e acontecimentos estressantes. Em contexto dialético de acolhimento pelas escutas sensíveis e interessadas, provocando reflexões para a resolução de conflitos, oferecendo apoio, proteção, aumentando a auto-estima positiva e a autoconfiança, a resiliência pode ser desenvolvida nas crianças e nos adolescentes para que possam enfrentar as adversidades. A metodologia utilizada é a observação participativa e a pesquisa-ação, cujas atividades são: dinâmicas de grupo, recreações, jogos, debates, seminários, filmes, oficinas que desenvolvem socialização, criatividade, respeito consigo e com o outro, autocontrole, auto-estima positiva, autopercepção, pensamento crítico e reflexivo para o exercício da cidadania. O apoio psicológico individual é feito nos casos que demandem atenção especial. Também são realizados aconselhamento e orientação psicológica a famílias e funcionários, para dar suporte ao melhor relacionamento interpessoal. A prática visa estimular e ensinar a convivência cooperativa. Nesse sentido, o foco é resgatar o potencial, para viver junto e realizar objetivos comuns. Assim, o projeto atende a necessidade de aperfeiçoar as habilidades de relacionamento, aprender a viver uns com os outros, aproximar as pessoas umas das outras no exercício da solidariedade e da cidadania, ampliando direitos básicos, resgate de valores e

atitudes que resultem em convivência institucional e comunitária respeitosa e amorosa. O desafio do projeto é implementar ações com responsabilidade social para o mundo carente e desejoso de cada criança e adolescente, motivando-os e encorajando-os no processo de desenvolvimento. Abraçar esse desafio é assumir o real papel de um psicólogo social comunitário, que é o de levar o conhecimento científico, propiciar o crescimento, ensinar a amar e a ter capacidade de superação por meio de relações afetivas com segurança, que permitam atingir autonomia de forma natural e de acordo com o ritmo de aprendizagem. Assim, contribui-se para a construção da identidade individual e social e da cidadania crítica e reflexiva sob perspectivas positivas de vida.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Risco social.

OS DESAFIOS DA FAMÍLIA NO MUNDO GLOBALIZADO E A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Autor: Cristiano Monteiro. UnICEUB. cristianomont@uol.com.br

Em face de grande transformação desencadeada pelas mudanças sofridas pela sociedade a partir da Revolução Industrial, muitos conceitos e valores passam também por redefinições, seja porque novos conceitos são agregados, seja pela queda de preconceitos e tabus, seja pela necessidade de repensar a sociedade. Em meio à reviravolta intelectual, social, política e econômica, pretende-se despertar a comunidade acadêmica acerca da importância das dinâmicas sociais nas famílias, cujo conceito também é redefinido diante de tantas situações novas enfrentadas, principalmente, desde que se apresentou a maior participação da mulher como força de trabalho e, em muitas situações, como o único provedor do lar, o que, inevitavelmente, traz repercussões em especial, no Direito de Família.

Não se pode olvidar a quantidade de carências e obstáculos de acesso enfrentados pela sociedade na busca da justiça. Assim, faz-se premente a participação dos acadêmicos no estabelecimento de respostas às necessidades desafiadoras da modernidade, mediante a conciliação dos conhecimentos técnicos à sensibilidade humana, permitindo que se viabilizem, por meio de aproximação e convivência com comunidades carentes, elementos ao atendimento de necessidades básicas e mecanismos de sobrevivência. Com a participação da comunidade acadêmica, podem-se identificar quais são as reais necessidades e procurar garantir-lhes digna assistência.

Em meio a toda a transformação da sociedade, novas modalidades de núcleos familiares se apresentam. É nessa contextualização que se apresenta a paternidade socioafetiva, envolvendo aspectos de grande responsabilidade social, mas que tem sido alvo de dissidências jurisprudenciais, pois, se, por um lado, alguns ressaltam que os modernos métodos científicos podem levar a probabilidades elevadíssimas de certeza jurídica da paternidade, por outro, há os que garantem estes meios modernos não poderem conduzir a negação de postulados dogmáticos do direito, criados para conferir maior segurança jurídica, traduzida em tranqüilidade social.

Não se deve esquecer que, em meio a tais necessidades, há o menor desamparado, que, por alguma razão, viu-se privado de convivência familiar na concepção mais tradicional, mas que têm direitos a reconhecimento e à existência digna. De outra forma, outros entendem que o objeto em ações desta natureza não seria uma criação do direito, mas, sim, um valor intrínseco ao ser humano, manifestando-se favoráveis à flexibilização da coisa julgada em decorrência de decisões anteriores aos métodos modernos supracitados. Deve-se ressaltar que, além da socioafetividade, outro tema de relevância é a guarda compartilhada, alvo de polêmica, que, contudo, já alcançou alguma unanimidade no Congresso Nacional, ao reconhecer ser uma forma de minimização de impactos sociais e emocionais sobre os filhos de pais separados.

O estudo procura trazer reflexão de conteúdo social, sem deixar de discutir a urgência da conscientização do princípio norteador da formação das relações éticas e solidárias por meio de ações humanas, tornando acessíveis a comunidades mantidas tão distantes do mínimo constitucional e onde a comunidade acadêmica pode participar não mais como mero espectador, mas, em sintonia com a proposta pedagógica institucional, e a proposta ética de vida em sociedade como forma de implementar o verdadeiro processo de humanização da justiça.

Palavras-chave: globalização, humanização, família.

ENFRENTANDO OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Carlene Maria Dias Tenório
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES
Curso de Psicologia

O trabalho realizado pelos estagiários do projeto Grupo de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica – GAMUVV, oferecido pelo Centro de Formação de Psicólogos – CENFOR, sob a supervisão da professora Carlene Maria Dias Tenório, no decorrer dos últimos quatro anos, propiciou o enfrentamento de desafios vivenciados no contato com mulheres em situação de violência, que dificultaram o alcance dos objetivos propostos pelo programa de intervenção psicossocial, exigindo a criação de novas estratégias de atuação por parte dos alunos e do professor responsável. A resistência em engajar-se no processo grupal, por acreditar que apenas o agressor e não a vítima deveria participar desse processo, a dificuldade para reestruturar a auto-imagem, ressignificar o papel de mulher, superar a inferioridade e a dependência em relação ao homem, minimizando o medo da separação conjugal, têm sido as principais dificuldades encontradas pelos estagiários do GAMUVV no acompanhamento de mulheres agredidas por seus parceiros. O trabalho tem como principais objetivos: facilitar a reconstrução de suas vidas, promovendo a superação das seqüelas emocionais geradas pela violência física e psicológica; desenvolver a auto-estima e a autoconfiança que contribuem para a ampliação de suas capacidades para transformar ou sair do contexto de violência; prevenir o relacionamento futuro com homens que evidenciam atitudes de desrespeito, desvalorização, controle e dominação sobre a mulher. Para isto, os alunos são orientados a estimular a troca de idéias e experiências entre as mulheres, acreditando na capacidade e na autonomia para buscar as saídas de seus impasses, além de fazer reflexões e discussões temáticas, possibilitando a compreensão das causas da violência conjugal, a descoberta de formas de evitar ou interromper o ciclo de violência e a conscientização dos motivos que as impedem de sair da relação com seus agressores.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Intervenção psicossocial.

DESENVOLVIMENTO CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO

Autor: Frederico Barbosa
Professor no Programa de Mestrado e na Graduação do UniCEUB em Brasília
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB
frederico.barbosa@ipea.gov.br

Nas abordagens integradas de políticas sociais, a cultura tem ganhado relevo. A percepção de que esse elemento se constitui em mais um conjunto de recursos relacionado com o desenvolvimento permite impulsionar as políticas culturais para o centro do debate político.

O tema do desenvolvimento social e cultural envolve aspectos, como renda, educação, saúde e outras capacidades relacionadas ao contexto e à qualidade de vida, que permitiriam às pessoas ter possibilidade de escolher como querem viver, dados os recursos globais que as sociedades lhes oferecem. Portanto, entre essas capacidades – ou recursos – a cultura ganha certa visibilidade como dimensão constitutiva.

Assim, o reconhecimento da cultura como um dos elementos do desenvolvimento social impõe-se gradualmente. As ambigüidades e as imprecisões dos conceitos de cultura utilizados na reflexão analítica, na pesquisa empírica e na elaboração da ação pública decorrem da história e dos interesses sociais construídos em torno de processos singulares de institucionalização das políticas culturais. Todavia, é razoável imaginar que a cultura é parte das instituições básicas da sociedade e que dela advêm concepções que contribuem para conformar o que se considera uma vida digna de ser vivida. Relaciona-se com os bens sociais primários ou, em categorias amplas, direitos, liberdades e oportunidades, assim como renda e riqueza. Outro bem primário importante relacionado à cultura é o senso do próprio valor.

Também parece razoável dizer que a delimitação e a reflexão sobre o que seja uma vida digna implicam a possibilidade de contrastar umas concepções com outras. Ou seja, as crenças de dada comunidade de cultura são enriquecidas com significados e exemplos sobre como outros viveram e vivem em conjuntos de crenças e escolhas diferentes das suas. Enfim, a cultura como recurso e como parte das instituições básicas implica tanto a idéia de que constitui as escolhas sobre o que se deseja quanto o reconhecimento de pluralidades e diversidades.

Um dos aspectos importantes da caracterização é a elaboração de medidas ou indicadores que permitam mensurar a cultura no aspecto de cidadania. Ora, se o conceito de cidadania implica a capacidade de apropriação de bens e valores, impõe-se considerar o acesso a bens culturais como dimensão da construção dessa mesma cidadania. Nesse sentido, as medidas de consumo cultural oferecem bons elementos aproximativos a respeito da democratização e da participação da cultura como indicativo de enriquecimento da vida das pessoas e a respeito da maturação do acesso aos direitos de cidadania.

Esse trabalho toma como objeto a pesquisa de orçamento familiar entre 2002 e 2003, realizada pelo IBGE, e, com base nisso, constroem-se indicadores de acesso à cultura. Confirma intuições e cristaliza compreensões que permitem conferir os resultados das dinâmicas culturais; por outro lado, possibilita subsidiar a formulação de políticas públicas sob a ótica da democratização e do acesso à cultura. Os padrões de consumo relacionam-se fortemente com variáveis socioeconômicas e corroboram a idéia de que a cultura reproduz o forte viés das desigualdades sociais. Há outro elemento a considerar. Se os estudos clássicos sobre acesso e bens culturais se centravam nas artes, hoje, incluem os meios de comunicação e, em futuro próximo, deverão mencionar as novas tecnologias.

O consumo cultural construído com base na pesquisa de orçamento familiar releva alguns desses aspectos, sendo atraente por incorporar o perfil sociodemográfico, como sexo, idade, escolaridade, renda, e o perfil territorial, como grandes regiões e regiões metropolitanas. A construção de indicadores culturais permite medir dinamismos culturais e revelar dificuldades inerentes aos processos de produção e demanda por bens culturais. Esse trabalho limita-se a explorar dois aspectos: a comparação internacional de um indicador de esforço de gastos das famílias e a construção do índice de Gini do consumo cultural.

Os indicadores culturais de consumo podem-se constituir em importantes instrumentos para orientar a reflexão e direcionar a ação pública. A importância das pesquisas de consumo cultural das famílias radica, em especial, na possibilidade de descrever e localizar o fenômeno das desigualdades de acesso e consumo.

Destacam-se duas possibilidades de construção de indicadores. Um indicador de esforço de gasto mostra a importância da cultura no dinamismo econômico, inclusive, similar ao de outros países. Outro indicador, o Gini do consumo cultural, mostra as desigualdades de acesso aos bens culturais.

As condições socioeconômicas determinam as formas de acesso e os níveis de consumo cultural. Não apenas os agentes individuais modelam o consumo, mas também o conjunto complexo de interações entre instituições (produtores, consumidores, receptores, mercados, cidades, Estados, etc.). Desse modo, a democratização das políticas culturais depende da reorganização e da formulação de direção para a atuação desse conjunto de atores e impõe a coordenação de esforços para a criação de condições globais de acesso a bens culturais. As insuficiências reveladas pelos indicadores refletem o fato simples da ausência de planejamento e da desconsideração da cultura como um dos recursos que compõem a qualidade de vida, o contexto das cidades e objeto legítimo de intervenção pública para a garantia da cidadania.

PLURALISMO E FAMÍLIA: ISONOMIA E DISCRIMINAÇÃO EM FACE DA ESCOLHA DO MODELO DE FAMÍLIA

Sandra Lima Alves Montenegro, slamontenegro@gmail.com;
Inês da Fonseca Pôrto, inesporto@terra.com.br;
Jorge Luiz Ribeiro de Medeiros, emaildojorge@terra.com.br;
Ângela C. B. Montagner, angelamontagner@gmail.com.
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.
Curso de Direito.
Grupo de Pesquisa Novos Direitos.
Site www.biodh.com.br;
lista de discussões novosdireitos-subscribe@yahoogrupos.com.br .

O grupo de pesquisa *Novos Direitos* desenvolve múltiplas atividades de estudo e reflexão sobre o assunto, desde a sua constituição em 2001. No primeiro semestre de 2008, fez-se uma pesquisa detalhada e minuciosa de decisões sobre *Pluralismo e família: isonomia e discriminação em face da escolha do modelo de família*, para verificar os diferentes efeitos atribuídos à família constituída pelo casamento, pela união estável, pelo concubinato ou pela união homoafetiva. O levantamento atingiu todos os Tribunais de Justiça do Brasil. O surpreendente resultado revelou que, em alguns estados, existia um número relevante (mais de 3000 para cada um dos últimos dois anos) de decisões, em outros, os números não chegavam a meia dúzia, e alguns não apresentavam decisões sobre uniões homoafetivas. Daí decorreram dois resultados: um banco de dados com as decisões de todos os tribunais de justiça dos estados, e, escolhidos os Tribunais de Justiça do DF, do RS, de SP e o STJ e o STF, criou-se uma tabela de uniformização das decisões por efeitos jurídicos. Desse levantamento, obteve-se o perfil que confirmou a hipótese inicial, de qual é o tribunal mais "vanguardista" e qual é o mais "conservador". Verificou-se como se dá a uniformização da jurisprudência no STJ e a análise constitucional no STF. Nesse semestre, promoveram-se palestras no UniCEUB sobre *Novas famílias*, *Direitos reprodutivos* e *Impacto da biogenética no Direito de Família* para magistrados do DF e sobre *Aspectos jurídicos do planejamento familiar*, além de debates com os alunos. Criou-se uma tabela comparativa para publicação em periódico jurídico no *site* do grupo e organizou-se o curso de extensão em Direito de Família para o 2º semestre de 2008. Decorrentes da atividade do grupo, produziram-se mais de 10 monografias de final de curso e mais de 30 trabalhos vinculados a alguma das linhas de pesquisa.

OS DESAFIOS DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO PENAL/ PROCESSO PENAL FRENTE À CRISE DO ENSINO SUPERIOR

Autores:
José Carlos Veloso Filho, FAJS, Direito, zveloso@gmail.com e
Humberto Fernandes de Moura, FAJS, Direito,

A proposta dos autores pode parecer carente de cientificidade aos olhos de alguns. De fato o é, pois os desafios do Núcleo de Estudos de Direito Penal/ Processo Penal frente à crise do ensino superior nasce de uma quimera, um sonho particular de realizar mudanças, para qualificar alunos com espírito humanitário. Pode ser paradoxal, mas é aí que o Núcleo ganha cientificidade, pois as grandes revoluções científicas originaram-se de utopias. Por tal razão, seria desnecessário enfatizar que os estudos são realizados com arcabouço teórico. Ressalte-se que todos os grupos de pesquisa e núcleos de estudos são importantes neste processo, sendo que o Núcleo de Estudos em Direito Penal/ Processo Penal é apenas uma das células que estão em movimento, para enfrentar os desafios do ensino superior. Este combate é travado todos os dias, com pequenas batalhas realizadas em sala de aula, com cada um dos professores e alunos preocupados com a educação e os desafios da sociedade globalizada. O discurso já é conhecido por todos: a sociedade está em crise. Entre as crises paradigmáticas que ocorrem, há alguns anos, a do ensino superior ganha destaque na mídia e nas pautas de discussões que visam levantar bandeiras políticas, para angariar votos, ratificando propostas inócuas e incapazes de apontar possíveis soluções para a famigerada instância de crise que assola o pensamento crítico e combativo, o qual deve ser a bússola do pensamento acadêmico. Nesse contexto, a importância do Núcleo de Estudos em Direito Penal/ Processo Penal toma ares inovadores, pois, diante de um sistema penal falido e caótico, a revisão literária de antigas e novas propostas – de autores tanto nacionais como estrangeiros – sobre as formas de abordagem dos problemas teórico-práticos é um dos critérios que possibilitam a transformação do aluno acrítico em agente de transformação social, com qualidade e espírito humanitário, capaz de enfrentar os obstáculos da globalização. Portanto, a despeito das opiniões do senso comum sobre a crise do ensino superior, há mecanismos em movimento, para garantir o ensino de qualidade e formar agentes de transformação social. Nada mais global do que o regional, pois os problemas locais são o último reflexo de uma reação em cadeia, e o que era um problema local torna-se um problema global. Portanto, o Núcleo de Estudos de Direito Penal/ Processo Penal está em desenvolvimento como alternativa de atacar a crise do ensino superior, no caso, especificamente, na área jurídico-penal, seguindo a "lógica do local para o global". A fim de melhorar a qualidade do ensino superior, devem-se agilizar alguns movimentos essenciais, para dar bases sólidas aos alunos; um desses movimentos é o Núcleo de Estudos. O objetivo é apresentar os resultados obtidos no semestre anterior e dar solução de continuidade aos projetos de extensão em curso. Além disso, sugerem-se novas propostas de "ver o mundo" como mecanismos de esforço para a melhoria da qualidade do ensino superior e aproximar o universo acadêmico da realidade social, para que a academia se torne um viés de transformação capaz de superar os novos desafios da sociedade globalizada.

Palavras-chave: Núcleo de Estudos. Ensino superior. Regionalismo. Globalização

O CERRADO BRASILEIRO NO ÂMBITO DAS MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA

Prof. Larissa Schmidt

O cerrado, conhecido como savana brasileira, é considerado o bioma mais ameaçado do Brasil. O artigo 225 da Constituição Federal prevê que a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira sejam patrimônio nacional. O cerrado e a caatinga, entretanto, ainda não se encontram sob a proteção constitucional. Pode-se afirmar que, se os índices atuais de desflorestamento forem mantidos no país, o cerrado pode desaparecer por volta de 2030. As políticas públicas de expansão agrícola têm produzido a remoção indiscriminada da vegetação, sendo exercida uma pressão, em alguns casos, maior do que a existente sobre a Floresta Amazônica. No que se refere à mudança do clima, o Brasil possui emissões que decorrem, essencialmente, do uso da terra. As atividades de desflorestamento na região amazônica e no cerrado, juntamente com a criação de gado, são apontadas como as principais responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa no território nacional. Nesse sentido, é importante a conscientização da relevância do bioma por meio, em primeiro lugar, do aprimoramento da pesquisa científica. Detentor de uma das maiores concentrações de diversidade biológica do planeta, a remoção do cerrado afeta o equilíbrio hídrico e colabora com o aquecimento global. Além disso, novas alternativas econômicas devem ser consideradas, como o melhor aproveitamento de recursos genéticos existentes no cerrado e na caatinga.

Confirmo minha participação no VI Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do UniCEUB, cujo tema será *Os desafios da educação superior: sociedade globalizada*, a ser proferido entre 7 e 9 de outubro.

Palavras-chave: Cerrado. Preservação. Mudança do clima.

TRADIÇÃO, DIREITO E POLÍTICA

Por Luiz Eduardo de Lacerda Abreu

Em que medida o direito brasileiro participa da tradição ocidental ou, pelo menos, da tradição ocidental individualista representada nos textos clássicos, principalmente os de filosofia política? Em que medida não somos nós os outros do ocidente?[1] O estudo argumenta que esta questão se encontra obscura por uma característica do sistema social que opera dentro das instituições públicas, a saber, uma ruptura, uma fratura entre duas linguagens que são pensadas como diferentes e opostas entre si. Assim, de um lado, ter-se-iam os instrumentos normativos e o discurso institucional; de outro, as práticas dos bastidores e, dentro dessas, principalmente a troca. De acordo com Durkheim, o estudo defende que a realidade social não pode estar em nenhum dos dois pólos tomados individualmente, mas na sua relação. Assim, quem escolhe um como a realidade e relega o outro à obscuridade está, no fundo, opondo abstrações. A realidade social estaria, portanto, na difícil e conflituosa relação entre ambos, a qual é entendida como um diálogo entre a norma institucional e a prática cotidiana da política, em que uma se faz em referência a outra — diálogo que somente se realiza como tal no plano coletivo. Com base nesta perspectiva, o estudo defende que a questão do pertencimento do direito à tradição ocidental ganha contornos peculiares.

[1] Só é possível falar de algo tão grande, como a tradição ocidental, comparativamente. Dito de outro jeito, faz sentido chamar o conjunto de autores e de influências de lugares e períodos tão diferentes que, *grosso modo*, consideramos como a tradição de pensamento ocidental a partir de algo que lhe seja absolutamente estrangeiro (para as implicações disto, veja-se Dumont, 1975, 1985a). Desta erspectiva, o ocidente existe enquanto tal somente a partir daquilo que não é ele, como as ivilizações chinesa, indiana ou ianomâmi, entre outras. Depois, a ênfase da comparação recai aqui sobre a diferença. Não se trata, portanto, de procurar aquilo que se esconde por detrás das múltiplas versões do mesmo fenômeno, que permanece constante sob formas variadas, mas, ao contrário, de examinar aquilo no que divergimos.

O DIREITO ÉTNICO E A QUESTÃO QUILOMBOLA

Ela Wiecko Volkmer de Castilho – professora doutora da Universidade de Brasília e subprocuradora-geral da República do Ministério Público Federal

Glória Moura - professora doutora da Universidade de Brasília e supervisora do Projeto de Apoio a Comunidades de Quilombos no Brasil (PROACQ)

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha – professora doutora do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, ministra do Superior Tribunal Militar e representante da Comunidade Quilombola do estado do Maranhão

Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior – mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília e consultor geral da União

Este painel visa debater o Direito Étnico com destaque para a questão quilombola, abrigada pela Constituição Brasileira de 1988. Impôs a modernidade a edificação de um novo Direito, o Direito Étnico, já prevalecente em várias legislações, como a da Austrália, a da Nova Zelândia e a da América do Norte, mas inusitado no Brasil até o advento da vigente Carta Política. Neste sentido, discutir os novos contornos da Ordem Legal com vistas a propósitos atualizadores que concretizem a vontade inscrita na Lei Maior, harmonizando-a com as Ciências Sociais afins pela transversalidade do tema, impõe-se como assunto de relevo. Certo é que a Constituição Federal inovou o sistema jurídico pátrio, ao reconhecer o Estado Brasileiro como pluriétnico. O comando constituinte privilegiou a diversidade sociocultural e antropológica em seus princípios e normas, pretendendo avançar nas soluções de problemas históricos propositalmente postergados. A proteção constitucional às comunidades remanescentes dos quilombos sustenta valores concernentes à afirmação dos grupos étnicos minoritários. Efetivamente, o Direito consagrado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCTs – combinado com os artigos 215 e 216 da Carta Máxima busca não apenas romper com as estruturas arcaicas de injustiça social, mas também preservar a cultura tradicional dos grupos formadores da sociedade brasileira em suas várias formas de expressão, modos de viver, criar e fazer, tombando documentos e sítios detentores de reminiscências históricas. Neste contexto, procura-se discutir a atual definição de quilombos e seus novos significados na literatura especializada, pois, a despeito do conteúdo histórico que encerra, o conceito, contemporaneamente, designa a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões do Brasil, não mais se referindo a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica nem, tampouco, a comunidades isoladas ou populações estritamente homogêneas constituídas por movimentos insurrecionais e rebelados. Consistem, sim, em grupos que consolidaram território próprio e, nele, desenvolveram práticas cotidianas de resistência e reprodução de seus modos de vida. O que os define é a experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Por fim, busca-se debater a essência das ações afirmativas que, ao adotar políticas públicas e privadas, possibilitam a integração e a reparação das perdas provocadas pela marginalização de grupos minoritários.

O ENSINO SUPERIOR E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Professora Ana Luiza Montalvão Maia
FACES – UniCEUB
lumontalvao@msn.com

O ensino superior brasileiro vive uma situação complexa, pois a formação de profissionais competentes e qualificados com atuação direta, em uma sociedade cultuadora da imagem e do contato ao vivo, em tempo real, corresponde ao esforço de superação de dificuldades que se acumulam visto que a questão de ler e escrever, em tempos de globalização, constitui um problema distante de ser apreendido, mesmo sendo um compromisso de todas as áreas do conhecimento. Portanto, minimizar a relação entre ler e escrever é um processo que se constrói na prática. A produção de conhecimento é uma função prioritária da universidade. O que seria ler e escrever nas diferentes áreas do currículo universitário em que as especificidades se multiplicam e estão em busca de novas mídias? O objetivo é propor a discussão sobre leitura e escrita, ampliando o âmbito da sala de aula e da biblioteca para a aldeia global, onde as informações se multiplicam nos vários veículos. Ao mesmo tempo em que se tem acesso a informações em tempo real, vive-se uma situação de inflação cultural, fala-se em cultura sem parar, e não há predisposição em saber se a cultura foi apreendida, pois o requisito de ler e escrever não é levado em conta, já que o acesso às tecnologias é desigual. A globalização não entra na aldeia pela *internet*, mas pela televisão. Transmite-se a idéia de que o homem é livre para formar seu cardápio cultural. Alguns fazem parte de uma elite e são livres para montar o seu cardápio. Os que nunca foram livres, também não possuem uma TV plasma e 2 ou 3 mega de banda larga para criar seu cardápio interativo, portanto cabe indagar como o ensino superior poderá conviver com a prioridade de expandir conhecimento com desigualdades tão afirmativas em tempo real.

Palavras-chave: ensino superior; novas mídias; ler e escrever; desigualdade.

O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA SOLUÇÃO OU NA MINIMIZAÇÃO DOS RISCOS À SAÚDE ORIGINADOS DAS NOVAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Ronald Lamas Corrêa, Centro Universitário de Brasília,
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde,
ronaldlamas@terra.com.br

O ensino superior depara com novo contexto de desafios relacionados ao meio ambiente e à sociedade globalizada. Isso gera implicações tanto em relação às instituições de ensino superior quanto em relação a professores e estudantes. A resposta a estes desafios está baseada na adequada gestão do conhecimento e na capacidade de reconhecer as oportunidades, para proporcionar a intervenção na prevenção e na resolução de problemas de saúde provocados pelas mudanças socioambientais. É crescente a necessidade de instituições e profissionais qualificados, com capacidade para identificar, caracterizar, compreender e reduzir os fatores de risco para a saúde, originados das novas relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio ambiente. Instituições de ensino superior, professores e estudantes passam a constituir-se em atores fundamentais ao processo de análise dos riscos ambientais, de formulação das ações em saúde e educação, especialmente, aquelas destinadas a grupos específicos da comunidade onde estão inseridos, e ao processo de comunicação destas estratégias. Não se exclui desta análise o enfoque sistêmico dos problemas ambientais e de saúde pública.

Palavras-chave: educação; saúde; ensino superior; sociedade.

COMPREENDENDO A PERSONALIDADE DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ENFOQUE DA GESTALT TERAPIA

Carlene Maria Dias Tenório
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES
Curso de Psicologia

De acordo com a literatura e com a experiência de intervenção psicossocial nos casos de violência doméstica contra a mulher, uma das conseqüências da vivência prolongada dessa relação é o desenvolvimento, na vítima, de determinadas características de personalidade que favorecem a manutenção do ciclo de violência e impedem a libertação da vítima em relação ao seu agressor. Algumas dessas características são: baixa auto-estima, sentimento de inferioridade, culpa, medo, impotência e dependência emocional em relação ao parceiro. Com base nos conceitos e nos pressupostos da Gestalt Terapia, o desenvolvimento dessas características dá-se pela vivência de impasses existenciais, quando a pessoa é confrontada com situações que são, ao mesmo tempo, intoleráveis e indispensáveis ou inevitáveis. Desse modo, na impossibilidade de evitar e transformar tais situações, a submissão torna-se a única alternativa viável de garantir sua sobrevivência ou buscar o equilíbrio no campo organismo-meio. Embora a submissão seja considerada uma forma de ajustamento criativo, seus efeitos são devastadores para a pessoa. Por meio dela, são introjetadas mensagens bionegativas que irão promover a desintegração do *self*, uma vez que, por serem intoleráveis, essas mensagens não conseguem ser devidamente assimiladas pelo *self* ou pelo organismo psíquico. O resultado disso é a estruturação de dois "eus", um dominador e outro dominado, cuja desigualdade e luta entre eles irão produzir conflito e ansiedade, além promover o desenvolvimento de todas as formas de sintomatologia neurótica. Para a Gestalt Terapia, portanto, o conflito entre dominador e dominado existente no mundo interno é apenas o reflexo dos conflitos vivenciados na relação com o "outro", no mundo externo. Nestas circunstâncias, a mulher dominada e violentada pelo parceiro torna-se refém não só deste, mas também de si mesma, na medida em que, para manter sua sobrevivência física e psicológica, tenha de submeter-se totalmente ao seu dominador, o qual se faz presente tanto no mundo externo quanto interno.

Palavras-chave: Personalidade. Mulher. Violência. Gestalt Terapia.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CENÁRIO ATUAL E PERSPECTIVAS

Maria Elza Miranda Ataíde
elza.ataide@gmail.com

A educação a distância – EAD é uma realidade nas instituições de ensino superior, em todos os estados brasileiros. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, n° Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, impulsionou as atividades de EAD no Brasil, uma vez que as instituições de ensino se perceberam mais amparadas, para continuar ou iniciar a oferta de cursos a distância. Em razão da melhoria continuada dos níveis de qualidade constatados nesses cursos, conceitos e preconceitos começam a ser revistos. Os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE de 2007 demonstraram que os ingressantes em cursos superiores na modalidade de educação a distância tiveram melhor desempenho do que os que fazem o mesmo curso na maneira tradicional. A qualidade tem melhorado sensivelmente, por fatores, tais como: nível de exigência dos alunos, acesso crescente às tecnologias da informação e da comunicação, valorização dos cursos a distância pelos empregadores, incentivo e fiscalização do Ministério da Educação, garantindo a confiabilidade dos cursos avaliados. Entre os documentos legais e normativos que tratam da matéria, destaca-se o que aborda a qualidade dos programas de educação a distância, intitulado *Referenciais de qualidade para educação superior a distância,* tratando da necessidade de os projetos dos cursos contemplarem, rigorosamente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infra-estrutura. Os projetos que não observam essas três dimensões, certamente, não obterão êxito. A experiência brasileira já permite a utilização de modelos voltados para o desenvolvimento de aprendizagem ativa e compartilhada, por intermédio do uso de tecnologias que privilegiam a interatividade, a pesquisa e a socialização do conhecimento. A qualificação e o comprometimento do docente são fundamentais para o sucesso dos cursos nessa modalidade. A educação a distância, com agregação de qualidade, exige o trabalho de equipe multidisciplinar, formada por tutor, *designer* instrucional, *web designer, designer* gráfico multimídia, revisor, programador, monitor, entre outros profissionais. Evidencia-se, portanto, como um novo e promissor campo de trabalho.

Palavras-chave: Educação a distância; cursos superiores a distância; qualidade.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
curso de Direito do UniCEUB
samanthameyer@uol.com.br

O presente estudo tem por objeto a internacionalização do direito constitucional brasileiro em face do desenvolvimento do direito internacional, precipuamente, a consolidação da União Européia, a expansão do Mercosul e a criação do seu parlamento. A formação de blocos econômicos e a implantação de normas comuns aos Estados-partes impõem, necessariamente, a adequação do ordenamento jurídico às novas normas jurídicas. O Direito Constitucional destaca-se como um dos ramos do Direito que mais diretamente sofre o fenômeno da internacionalização. Nesse sentido, são plenamente verificáveis dois fenômenos distintos, quais sejam, a internacionalização do direito constitucional e a constitucionalização do direito internacional. No processo de internacionalização do direito constitucional, enumeram-se três elementos que demonstram o curso de evolução do Estado Constitucional: os textos constitucionais, a doutrina e as decisões provenientes das Cortes Constitucionais. Assim, faz-se necessário o estudo aprofundado das Constituições dos países da América Latina, pois a maioria delas contém dispositivos que se referem expressamente à integração da América Latina. Deve-se verificar se os textos originais sofreram modificações por meio da edição de emendas constitucionais ou reformas com vistas a compatibilizar o sistema interno com o internacional. De igual modo, imprescindível apresenta-se a análise acurada da doutrina do direito constitucional no sentido de delimitar a sua posição em face da internacionalização desse ramo do direito e compará-la com a doutrina dos países europeus. Nesse contexto, abordar-se-á a atuação da sociedade civil organizada, das ONG´s e das universidades sobre essa temática, para constatar os efeitos da internacionalização no cotidiano do indivíduo e no ensino jurídico. Ganha relevância, nesse contexto, o estudo aprofundado da atuação das Cortes Constitucionais, principalmente, do Supremo Tribunal Federal, órgão responsável pela defesa da Constituição e do controle de constitucionalidade. Num primeiro momento, a posição da Corte Constitucional foi a de conferir *status* de lei infraconstitucional aos tratados, inclusive os que versam sobre os direitos humanos. No entanto, após a edição da Emenda Constitucional n.º 45/04, que incluiu os parágrafos 3º e 4º ao artigo 5º, sobre os direitos e as garantias fundamentais, a questão ganhou novos contornos. Em face dessa reforma do texto constitucional, inevitavelmente, haverá mudança do posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, que já se faz perceber com os votos proferidos pelo ministro Gilmar Mendes no RE 466.343-1/SP e pelo ministro Celso de Mello no HC 87.585-8 TO. De igual modo, a criação do Parlamento do Mercosul implicará a circunstância de que as normas que ordenam as atividades dos cidadãos não serão mais unicamente produzidas pelo legislador nacional, o que resultará, em alguns aspectos, em problema de legitimidade quanto aos órgãos normatizadores que deve ser amplamente enfrentado pelo Direito Constitucional. O estudo acurado de todos esses elementos é de extrema relevância para compreender o fenômeno da internacionalização do direito constitucional, especialmente, o brasileiro, a sua extensão no sistema jurídico interno e as suas principais conseqüências. Poder-se-á, assim, fazer uma análise comparativa desse fenômeno no Brasil e na Europa, com vistas a definir em qual estágio o Brasil se encontra nesse processo, quais os principais óbices normativos e quais as medidas necessárias para a sua inserção efetiva na ordem jurídica internacional.

DIREITO DA BIOÉTICA: UM NOVO MODELO NORMATIVO

Sandra Lima Alves Montenegro, slamontenegro@gmail.com.
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.
Curso de Direito.
Grupo de Pesquisa Novos Direitos.
Site www.biodh.com.br;
lista de discussões novosdireitos-subscribe@yahoogrupos.com.br.

A pesquisa em Direito da Bioética tem por foco destacar o diferencial do Direito brasileiro, que criou um modelo de construção normativa transcendente à expectativa de criação do Direito exclusivamente pelo Poder Legislativo. Dois exemplos desse diálogo atípico, mas típico do sistema normativo brasileiro, podem ser encontrados no papel exercido pelo Conselho Federal de Medicina, cuja função em muito excede àquela de ser órgão de ética deontológica, e nas recentes decisões do Poder Judiciário, que vem pronunciando-se de forma a regulamentar assuntos que, originariamente, seriam definidos por lei elaborada pelo Congresso Nacional. Decisões de construção do Direito são encontradas em duas polêmicas apreciações do STF: no caso em que se debateu o início da vida embrionária e as pesquisas com células-tronco embrionárias e no caso que futuramente será decidido, também pelo STF, sobre a dignidade da gestante e a antecipação terapêutica do parto de feto anencéfalo. O papel das agências reguladoras e do cidadão nas consultas públicas e a judicialização da saúde (as decisões do Poder Judiciário que definem novos limites do Direito ao acesso à saúde) são facetas desse novo modelo normativo, que também é objeto da atual pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Novos Direitos: Bioética e Direitos Humanos.

A CIDADANIA COMO PRÁTICA SOCIAL E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Sandra Nascimento
Mestre em Direito Público pela Universidade de Brasília – UnB
Professora da disciplina de Direitos Humanos e responsável pelo projeto de extensão em Direitos humanos e desenvolvimento, do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
e-mail: dhdextensao.fajs@uniceub.br

A cidadania como condição jurídico-política dos indivíduos que interagem como iguais em uma comunidade que se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relação verticais de autoridade e dependência, é exigência de uma sociedade livre, justa e solidária. Sob essa perspectiva, as atividades do projeto de extensão em *Direitos humanos e desenvolvimento* são executadas por meio da convicção de que a ação coletiva é indispensável mecanismo de transformação social em favor da qualidade de vida e da desconstrução das desigualdades que privam os indivíduos e os grupos da fruição de direitos e liberdades fundamentais. Nesse sentido, a concepção do projeto é essencialmente humanística e exige a capacitação dos integrantes para pensar e agir com respeito aos direitos humanos, com o cuidado em relação a atitudes e manifestações que estejam em conformidade com o reconhecimento das condições de liberdade e igualdade, no âmbito das questões de gênero, raciais e étnicas e de outros aspectos da existência humana.

As ações na comunidade visam contribuir com o processo de emancipação diante do contexto de vulnerabilidade social e econômica em que se insere, vitimada pela segregação espacial e humana. A realização do propósito de servir de consultores populares utiliza metodologia que promove a autonomia e a auto-estima dos cidadãos e das cidadãs no local em que vivem e proporciona o acesso a informações e ao conhecimento sob a perspectiva do direito e da ética humanística. O objetivo geral do projeto é promover a inserção do Direito na comunidade mediante ações de educação em direitos humanos e contribuir para a formação acadêmica com responsabilidade social, no sentido de favorecer o contato de alunos e alunas com um novo campo do exercício profissional, a assessoria e a consultoria jurídica popular, permitindo-lhes desenvolver habilidades essenciais, tais como, pensar o mundo de maneira crítica, entender conflitos de natureza coletiva, entender o outro e a si mesmo, traçar caminhos éticos e realizar opções políticas transformadoras em favor de um mundo melhor. A execução do projeto faz-se por meio de três eixos temáticos: a dimensão do direito à cidade e das questões transversalmente associadas, referentes a moradia digna, educação e proteção da infância; o acesso ao sistema único de saúde; as alternativas de trabalho e renda, mediante difusão de práticas de cooperativismo. Em todas as abordagens, há sempre o cuidado em disseminar a consciência de cidadania, com a responsabilidade de promover a atitude de respeito às diferenças e de reafirmar a condição de autodeterminação das entidades e das pessoas parceiras.

Nesse contexto, a cidadania como prática social promove o fortalecimento dos atores, tanto da academia quanto da comunidade envolvida, em visível redefinição de práticas e de condutas de respeito à pessoa na condição de sujeito de direitos.

SAÚDE MENTAL, CULTURA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: DIÁLOGOS

Tania Inessa Martins de Resende
UniCEUB, FACES, Psicologia
taniainessa@gmail.com

O campo da saúde mental tem sofrido profundas e importantes transformações: do olhar marcado pelo estigma e pela busca da patologia, passa à atuação multiprofissional, com ênfase na inclusão social e nos direitos humanos. Esse novo paradigma exige um profissional crítico, reflexivo e capaz de problematizar a realidade e as reais demandas da sociedade brasileira. A atuação em saúde mental, em detrimento da idéia de doença mental, comparece em diversas disciplinas do campo da saúde e das ciências sociais como um espaço privilegiado de reflexão, voltando-se para o resgate da cidadania do sujeito em sofrimento psíquico. Com base no pressuposto de que a distinção entre campos disciplinares não implica incompatibilidade, o objetivo é promover o diálogo sobre a saúde mental, de modo a permitir a construção de nova forma de atuação e relação com as pessoas que apresentam sofrimento psíquico grave, pautada nos princípios defendidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Psicologia, na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial. Esta reflexão ganha especial relevância, ao ser associada à constatação de que a experiência do sofrimento psíquico grave tem encontrado, no espaço social, um lugar de exclusão. Considerando que os processos de subjetivação e singularização são necessariamente imbricados à cultura, urge alargar as reflexões entre os diversos campos de saber para a construção de um olhar sobre o sofrimento psíquico grave que sustente a atuação voltada para os processos de subjetivação, resgate da cidadania e inclusão social.

Palavras-chave: saúde mental; cultura; processos de subjetivação

RESPONSABILIDADE PENAL JUVENIL: VERDADES E INVERDADES ACERCA DO DISCURSO DA REDUÇÃO DA IMPUTABILIDADE PENAL

Professora Selma Sauerbronn
UniCEUB – FAJS – Curso de Direito

O tema sobre a redução do marco etário da imputabilidade penal, ao longo dos últimos anos, é objeto de discussão em várias agendas no país, envolvendo desde a comunidade até os atores que desempenham atividades voltadas ao atendimento do imputável autor de crime e ao atendimento do adolescente em conflito com a lei. O debate sobre esta temática encontra eco no Congresso Nacional, expresso em, aproximadamente, sessenta propostas de emenda à Constituição Federal, propondo a alteração do artigo 228, a pretexto de diminuir os indicadores de violência. Considerando a importância do tema, na perspectiva de mudança do atual paradigma de atendimento infanto-juvenil, reconhece-se a imperiosa necessidade de participação dos espaços acadêmicos nas discussões, assegurando o olhar interdisciplinar. Neste sentido, para a construção do debate qualificado, é imprescindível que se divida o assunto em quatro eixos: óbices constitucionais; aspectos da doutrina da proteção integral; realidade social no Brasil; conteúdo falacioso de informações acerca da imputabilidade no direito comparado e dados da criminalidade infanto-juvenil. A abordagem do tema sobre a redução da menoridade penal realizada nesses quatro aspectos não implicará esgotamento do estudo, porém acredita-se que este formato de discussão amplia o foco e as possibilidades de enfrentamento da criminalidade infanto-juvenil.

A MATÉRIA DA NOSSA IGNORÂNCIA

Prof. Ms. Vitor Dias Silva
FAJS
Curso de Direito

Não contemplam os tempos atuais a necessidade outra que não da (in)formação instantânea que furta os empenhos institucionais da educação do ensino superior de Direito para fins de saciar a quantificação dos interesses imediatos: o exame para Ordem dos Advogados do Brasil e a aprovação nos concursos públicos. Disciplinas (matérias) são relegadas em nome da execução dos objetivos propostos, entre elas: direito internacional público e ou privado, direito tributário e direito financeiro. Outras são nominadas não por seu efeito real: direito ambiental e direito do consumidor. Ocorre, assim, de os currículos institucionais sofrerem mutação, cabe perguntar, no sentido de evolução ou de degradação do ensino do Direito? Se considerada evolução, cabe-se perquirir se os recursos estão adequados e se prescindem disciplinas (matérias) que não podem ser desconsideradas na operacionalidade do Direito. Se considerada degradação, é inevitável o redimensionamento das propostas institucionais e das causas que lhe permitiram a perversão.

Palavras-chave: Direito. Ensino. Disciplinas. Evolução. Degradação.

Projetos de Extensão

ADOTE UMA NASCENTE:
Monitoramento de qualidade da água de nascentes no Distrito Federal

Francisco Chagas Barradas
UniCEUB – FACES – Geografia
francisco.barradas@bcb.gov.br

O monitoramento refere-se à análise dos parâmetros indicadores de qualidade das águas de 10 nascentes indicadas pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Instituto Brasília Ambiental - IBRAM. As nascentes das áreas, como Parque Ecológico de Uso Múltiplo da Asa Sul, Parque Ecológico de Uso Múltiplo Olhos D'água, Vertente Verde, Guarany, Metropolitana I, Metropolitana II, Lírio do Cerrado, Fogo Apagou, Estrela do Sul e Bela Vista 72 T, foram monitoradas com visitas realizadas no período de 8 de março a 2 de julho de 2008, pela equipe composta pelo professor coordenador do projeto *Adote uma nascente* e por alunos do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB dos cursos de Geografia e Biologia, sob a coordenação do professor Francisco Chagas Barradas. As visitas e as ações de monitoramento buscam a disponibilidade, a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos localizados no Distrito Federal. As atividades desenvolvidas objetivam a recuperação das nascentes adotadas que se encontram degradadas. Entre o conjunto de medidas para redução de impactos, foi acompanhado o resultado do plantio de mudas nativas, a análise físico-química da água com o *kit* Low Cost Water Monitoring Kit e o equipamento Horiba-U10, o cadastramento e a observação das espécies vegetais nativas, invasoras, frutíferas e de jardim, animais domésticos, nativos, exóticos e invasores (vivos ou mortos). Importante também foi a descrição de ações mitigadoras cabíveis aos órgãos públicos responsáveis e aos adotantes que visam à melhoria das Áreas de Preservação Permanentes. Os levantamentos nas nascentes foram desenvolvidos alternadamente, de forma a contemplar a etapa de monitoramento das nascentes adotadas. Entre os impactos identificados, alguns puderam ser resolvidos em parte, como, por exemplo, a retirada de entulhos, restos de obras e lixos orgânicos. Outro impacto sério é a questão da qualidade da água, pois a exposição permite a inserção de elementos nocivos à qualidade da água, como excrementos de animais, animais mortos e resíduos orgânicos e inorgânicos lançados nas áreas adjacentes às Áreas de Preservação Permanente. Alguns problemas foram identificados, mas não resolvidos, pois são necessários equipamentos, tempo maior para implantação de soluções e recursos para equacioná-los, como controle das erosões, aquisição de mudas para reflorestamento das áreas impactadas, acompanhamento das espécies reflorestadas e cerco de nascentes. Os registros feitos anteriormente, sobre o dano ambiental com o corte das mudas plantadas na nascente da Asa Sul, quando da capina, foram reparados. Constatou-se "in loco" que as mudas cortadas foram substituídas por novas, com estacas identificadoras maiores, o que aumentou a visibilidade.

Palavras-chave: Nascentes. Qualidade da água. Monitoramento. Recuperação.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

Carla Tavares de Moraes Sarmento
UniCEUB – FACS – Nutrição
carlatms@gmail.com

A alimentação e a nutrição constituem requisitos essenciais à promoção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania. Estratégias para o alcance da alimentação saudável baseiam-se, principalmente, no crescimento do número de casos de sobrepeso e obesidade nas últimas décadas, também entre as crianças e adolescentes, que se tem revelado um quadro epidemiológico preocupante acerca do grupo das doenças e dos agravos não-transmissíveis. Diante disso, a educação nutricional constitui importante estratégia de ação em saúde pública e faz parte das ações do nutricionista em todos os campos de atuação. A Organização Mundial de Saúde considera a escola uma importante oportunidade para a promoção de saúde, não só como provedora de conhecimentos, mas também como um local estratégico para prática de estilos de vida saudáveis. Este projeto foi realizado durante o primeiro semestre de 2008, com crianças, adolescentes e mães de uma escola particular do Distrito Federal localizada na Asa Norte e teve como objetivo apresentar propostas de modificações de hábitos alimentares, além de realizar atividades práticas, envolvendo o aproveitamento integral dos alimentos. Na proposta de modificação dos hábitos alimentares, estão previstas a criação de material educativo e a elaboração de dinâmicas que possam abranger professores e alunos no processo de mudança. De acordo com o cronograma de atividades para este semestre, foram elaboradas fichas para cada semana e um relatório de observação dos resultados ao final de cada dia. As atividades desenvolveram-se na seguinte ordem: exposição do programa à direção da escola; agendamento dos dias de cada atividade; dinâmica de apresentação e interação com as crianças; dinâmicas com a pirâmide dos alimentos e rotulagem de alimentos consumidos pelas crianças; participação no projeto junto com a professora de Biologia sobre aproveitamento integral dos alimentos; aula prática com as mães de alunos sobre alimentação alternativa e de baixo custo. Durante o semestre, nem todo o cronograma pôde ser cumprido por falta de disponibilidade de horário dos integrantes do colégio. Entretanto, todas as atividades foram realizadas a contento pelos alunos de Nutrição, que atingiram os objetivos no que se refere à elaboração de material didático e à criação de dinâmicas voltadas para a educação nutricional da comunidade. Para o próximo semestre, já foram solicitados seis cursos sobre aproveitamento integral dos alimentos que envolverão alunos do ensino médio.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Educação nutricional. Alimentação saudável.

ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO

Carla Tavares de Moraes Sarmento
UniCEUB – FACS – Nutrição
carlatms@gmail.com

O atendimento ambulatorial de Nutrição realizado no UniCEUB foi proposto pela Associação de Docentes do Ensino Superior – ADESU com o objetivo de oferecer orientação nutricional para a comunidade local e é desenvolvido desde maio de 2005, às segundas e quintas-feiras, entre 14:00 e 18:00 horas. Atualmente, o projeto conta com a presença de dois alunos no atendimento direto ao paciente, podendo aumentar para mais dois alunos no próximo semestre. O instrumento de atendimento foi elaborado por ex-alunos e compreende informações sobre dados pessoais, antropométricos, de saúde, questionário de freqüência de consumo de alimentos e história alimentar do paciente. O atendimento nutricional ambulatorial possibilita a identificação dos desvios nutricionais e de hábitos alimentares inadequados, indicando a necessidade de reeducação alimentar de forma a auxiliar a recuperação e ou a manutenção do estado de saúde. Para os alunos, o projeto representa a oportunidade de desenvolvimento do conhecimento e das habilidades humanas. Entre os 503 pacientes, desde o início do projeto, além dos retornos marcados mensalmente, foram atendidos funcionários, professores, alunos e indivíduos da comunidade. Durante cada atendimento, o aluno, após a coleta de todas as informações, explica os hábitos alimentares saudáveis com base na pirâmide dos alimentos, e o paciente é conduzido a identificar os próprios erros e acertos cometidos no dia-a-dia. Após essa etapa, o aluno elabora uma proposta individual com orientações para escolhas mais saudáveis, levando em conta estilo de vida, preferências alimentares, prática de atividade física e características socioeconômicas. Com relação aos hábitos alimentares, na maioria das consultas, são detectadas inadequações, como escolha de alimentos pouco saudáveis, longos períodos de jejum e falta de noções de nutrição. No entanto, a adesão ao tratamento sempre é favorável às propostas de mudanças indicadas pelos alunos. O objetivo principal que leva o paciente ao atendimento é o desejo de perder peso; observou-se que a maioria está realmente acima do peso e com baixa freqüência de atividade física. Diante dos resultados expostos, concluiu-se que existe a necessidade de ampliar a abrangência do atendimento ambulatorial de nutrição com o intuito de promover atendimento de qualidade ao maior número possível de pessoas, visando prevenir as doenças crônicas não-transmissíveis cujo fator de risco é a inadequação alimentar. No próximo semestre, espera-se dar continuidade a este projeto, que promove ações de melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Hábitos alimentares, promoção da saúde, atendimento ambulatorial.

ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA

Flávia L. V. Dumas
UniCEUB – FACS – Fisioterapia
fladeira@gmail.com

A Fisioterapia é uma ciência aplicada, cujo objeto principal de estudo é o movimento humano. Utiliza conhecimentos e recursos próprios com os quais, considerando as condições sociais psíquicas, físicas e mentais, busca promover, tratar e recuperar a saúde do paciente. O projeto de Fisioterapia ambulatorial da ADESU tem a finalidade de atender alunos, professores, funcionários e comunidade das proximidades do UniCEUB em local de fácil acesso. O atendimento é realizado no bloco 4 e no bloco 2 do *campus;* os equipamentos utilizados são emprestados do LABOCIEN, e o contato com os pacientes é feito pelos funcionários da ADESU. O atendimento é prestado mediante a entrega de 1 quilo de alimento não-perecível por sessão. No primeiro semestre de 2008, houve maior procura por tratamento de patologias que acometem as costas e a articulação do tornozelo. A lombalgia é a dor que ocorre nas regiões lombares inferiores, lombossacrais ou sacroilíacas da coluna lombar. Pode ser acompanhada de dor que irradia para uma ou ambas as nádegas ou para as pernas na distribuição do nervo ciático (dor ciática). Uma vez que a maioria dos casos de lombalgia é autolimitada, o diagnóstico por imagem raramente é necessário. O cuidadoso levantamento do histórico do paciente é o recurso diagnóstico mais importante. Os fatores que levam ao início da dor, a sua natureza e duração propiciam importantes pistas para a busca da provável causa. A lombalgia também pode ser provocada por esforços repetitivos, excesso de peso, pequenos traumas, condicionamento físico inadequado, erro postural, posição não-ergonômica no trabalho, osteoartrose da coluna, osteofitose (bico de papagaio) e osteoporose. Com o passar do tempo, as articulações da coluna vão-se desgastando, podendo levar à degeneração dos discos intervertebrais e à hérnia de disco. A entorse do tornozelo é uma lesão dos ligamentos, ou seja, o tecido elástico e resistente que conecta os ossos entre si, e pode ocorrer quando o tornozelo "roda para fora", fazendo que a planta do pé fique voltada para o outro pé. A grande procura pelo tratamento dessas duas patologias possibilitou formar grupos de atendimento a pacientes com lesões semelhantes e em fases diferentes em mesmo horário. Isso possibilitou importante troca de informações entre os alunos que se ajudavam na busca do atendimento mais completo e direcionado. A cinesioterapia significa a terapia pelo movimento em que se utilizam diferentes formas de atividade motora como meio de tratamento de enfermidades. Essa foi a base dos atendimentos também auxiliados pela termoterapia (uso de calor) e pela crioterapia (uso do frio) na busca da estabilização do quadro clínico dos pacientes.

Palavras-chave: Lombalgia. Entorse de tornozelo. Cinesioterapia.

ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS
Análise clínica à comunidade

Tatiana Karla dos Santos Borges
UniCEUB – FACS – Biomedicina

Este projeto oferece atendimento laboratorial a entidades filantrópicas para idosos carentes, em que é realizada coleta de material biológico, exames laboratoriais e liberação do laudo para que as devidas providências de tratamento sejam tomadas. Poderão ser entregues, em poucos dias, resultados que são demorados quando o atendimento é feito na rede pública de saúde. O programa foi oferecido a duas entidades filantrópicas que acolhem idosos carentes: o Lar São José e o Lar Bezerra de Menezes, ambos localizados em Sobradinho/DF. O **Lar São José** foi fundado em 1973 e faz parte das Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília (OASSAB). O público-alvo são 53 idosos com idade entre 60 e 96 anos. O **Lar Bezerra de Menezes** foi fundado pelas Obras Assistenciais Centro Espírita Irmão Jorge (CEIJ) em 1981. O público-alvo são 60 idosos com idade entre 60 e 90 anos. Os alunos do curso de Biomedicina participaram de todas as etapas do projeto: coleta, manipulação laboratorial e liberação de resultados. Isto trouxe grande contribuição à formação acadêmica e oportunidade ímpar de relacionar os conhecimentos teóricos às atividades práticas, com as devidas supervisões. O aluno tem contato com a rotina laboratorial e pode relacionar-se com os idosos, adquirindo experiência de convivência comunitária. Os exames oferecidos foram referentes a avaliação hematológica e dosagens bioquímicas séricas com perfil lipídico, perfil renal e avaliação glicêmica. Este projeto teve início em agosto de 2006 e já realizou mais de 300 atendimentos. Alguns idosos foram atendidos mais de uma vez, mostrando a importância do acompanhamento dos pacientes. Os exames foram realizados como previsto, de acordo com as amostras biológicas possíveis de ser coletadas, e os resultados foram encaminhados para os lares, para as devidas providências. Dos 120 pacientes atendidos apenas neste semestre, foram detectados 36,1% de alterações no valor de colesterol total e 28,1% de alterações glicêmicas. Isso indica a necessidade de acompanhamento laboratorial constante ao idoso para prevenção de complicações metabólicas.

Palavras-chave: Idosos. Atendimento comunitário. Exames laboratoriais.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Morgana de Almeida e Queiroz
UniCEUB – FACES - Psicologia
morganaaq@yahoo.com.br

O objetivo geral deste projeto visa possibilitar ao estudante de graduação em Psicologia do UniCEUB acesso ao campo de atuação do psicólogo em setores de unidades hospitalares de referência no Distrito Federal. Assim, o estudante entrará em contato com diferentes áreas profissionais, no ambiente hospitalar, no âmbito das enfermarias e dos ambulatórios clínicos, em parceria com equipes multiprofissionais de saúde. Será treinado, no contato com diferentes modelos de intervenção na área de saúde, a desenvolver atuação específica e diferenciada exigida ao psicólogo hospitalar: o trabalho em equipe multiprofissional, as intervenções com objetivos limitados (modelos de intervenção breves ou focais) e os encaminhamentos em rede. Nesse sentido, promoverá a inter-relação da prática com a teoria por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa com o intuito de colaborar, junto às equipes de saúde, com a produção e a divulgação de informações validadas cientificamente.

Palavras-chave: Psicologia hospitalar. Formação do psicólogo. Atuação profissional.

CORAL UNIVERSITÁRIO

Gutemberg Guedes do Amaral
UniCEUB - Extensão
gutembergbass@hotmail.com

O projeto Coral UniCEUB visa atender a membros do corpo discente, docente, técnico e administrativo, capazes de desenvolver os recursos musicais trabalhados nos horários de ensaio e interessados no compromisso de qualidade. Desta forma, adota estratégia de diferenciação dos serviços em relação àqueles existentes em outras universidades. Inserida nessa iniciativa, encontra-se a abordagem predominantemente científica por meio da conscientização vocal, do conhecimento fisiológico da laringe e do aparelho respiratório, além do aprofundamento no entendimento da escrita musical e dos estilos de interpretação de cada período musical. O primeiro grande impacto notado nas aulas iniciais foi a surpresa dos alunos, ao ver a necessidade do conhecimento fisiológico e técnico-vocal para a maximização dos benefícios desta atividade. Todos os alunos, a princípio, desconheciam a pesquisa científica na área de musica vocal. Aos que tiveram experiências anteriores com caráter meramente empírico foi notado interesse maior, como se buscassem, na pesquisa científica, a comprovação dos conceitos experimentados. A abordagem técnico-científica contribuiu para, por exemplo, diminuir a tensão antes de cada apresentação. Observou-se que, durante o aquecimento vocal que antecede uma apresentação musical, os alunos praticavam a conscientização fisiológica e científica, ao ponto de, minutos antes da apresentação, não demonstrarem medo ou expectativas, e, sim, extrema concentração. O maior de todos os impactos foi que, após cada apresentação musical, o coral obteve *feed-back* extremamente positivo, tanto pela concentração durante as execuções musicais quanto pela comunicabilidade da mensagem das músicas executadas.

Palavras-chave: Conscientização vocal. Empirismo. Música vocal.

ENFERMAGEM EM AÇÃO - CENFOR

Nilvia Jacqueline Linhares
UniCEUB – FACES – Enfermagem
jacque.linhares@gmail.com

Os acadêmicos de Enfermagem do UniCEUB têm, no CENFOR, a oportunidade de atuar na elaboração, na discussão e na realização de cursos para a comunidade externa, garantindo, assim, excelente chance de apropriar-se de conhecimentos de planejamento, elaboração de aulas, oratória, enfocando a educação para a saúde. Os cursos de qualificação para cuidadores de idosos já têm histórico de aceitação. O UniCEUB é procurado por quem necessita de contratar cuidadores de excelência para seus familiares. Formou-se uma tríade de benefícios: o acadêmico tem ótimo desenvolvimento em sua formação, a comunidade externa participante qualifica-se, e a comunidade externa que necessita de cuidadores percebe o ganho em buscar os profissionais formados pelo UniCEUB.

Palavras-chave: Cuidadores de idosos. Qualificação. Educação para a saúde.

CINEMATECA: PSICOLOGIA E CINEMA

A importância do cinema no estudo da Psicologia

Alejandro Gabriel Olivieri
UniCEUB – FACES – Psicologia
alejandro.olivieri@uniceub.br
José Bizzerril Neto
UniCEUB – FACES – Psicologia

O projeto *Cinemateca: Psicologia e Cinema* diz respeito à abertura de um espaço acadêmico interdisciplinar, de debate entre professores e alunos de todos os semestres do curso de Psicologia do UniCEUB, com o objetivo de aprofundar e ou ampliar conteúdos ministrados em sala de aula, nos diversos níveis pedagógicos. Assim, o projeto, ao longo do último ano, propôs ser referência acadêmica alternativa e ou de apoio de aprendizado às instâncias oficiais centradas em sala de aula, visando à abordagem transversal e transdisciplinar do currículo do curso. Nesse sentido, a *Cinemateca*, ao congregar psicologia e cinema, não apenas tem como objetivo o aprofundamento das temáticas ligadas ao campo psicológico, mas também contribui com o aprendizado dos alunos e dos professores quanto à dimensão estética da personalidade, cerne de construção complexa da cidadania no século XXI, objetivo precípuo do UniCEUB, e em relação à Psicologia como aprendizado criativo e crítico de uma das mais relevantes vertentes estéticas contemporâneas, o cinema, com abordagem interdisciplinar. Além disso, oferece aos alunos temáticas que serviram de estímulo para o desenvolvimento futuro de pesquisa, permitindo que os interessados pudessem incorporar os conhecimentos gerados pela *Cinemateca* aos grupos de pesquisa atuantes no curso de Psicologia. Em síntese, a *Cinemateca* apresentou-se como um espaço de aprendizagem que reconduz os alunos à interação mais criativa ente teoria e prática, ao mostrar que a interação pedagógica de ensino e aprendizagem não se limita à sala de aula. A justificativa do projeto baseia-se no fato de colaborar com a criação de novos espaços extracurriculares de aprendizado no contexto da reestruturação do curso de Psicologia, em particular, e do UniCEUB, em geral. Assim, a *Cinemateca* vem ao encontro da necessidade de o UniCEUB oferecer atividades extraclasse que facilitem e ou ampliem o conhecimento transmitido em sala de aula, visando a ampliar a clientela.

Palavras-chave: Cinema. Ensino de Psicologia. Pedagogia transversal.

CLÍNICA DE LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA

Carlos Eduardo de Oliveira Guedes
FACES – Letras – UniCEUB
caduguedes@bsb.netium.com.br

A Clínica de Língua Inglesa e Língua Espanhola foi proposta, a princípio, aos alunos que ingressavam no curso de Letras, no primeiro semestre, para que pudessem fazer a escolha da língua estrangeira pretendida. No decorrer do tempo, verificou-se que a comunidade acadêmica, isto é, alunos de outros cursos poderiam também participar já que havia vagas e procura pela clínica.

COMUNICAÇÃO E VOLUNTARIADO
Incentivando graduandos e praticando a responsabilidade social

Joana Bicalho
UniCEUB - FATECS – Comunicação Social
joana.bicalho@uniceub.br

O projeto de extensão *Comunicação social e voluntariado* tem por objetivo estimular os alunos rumo ao mercado de trabalho a manter atuação pró-ativa e conduta socialmente responsável em futuras práticas profissionais. Desta forma, visa: atender instituições sem fins lucrativos em suas necessidades de comunicação social; viabilizar aos alunos o trabalho para clientes externos, aumentando experiências e vivência; levar o jovem a compreender sua força como agente de mudança por meio do exercício da cidadania e da participação social em comunidades; sair dos muros do UniCEUB, atingindo famílias e resgatando valores e cidadania; incluir ações de desenvolvimento sustentável no exercício da profissão do comunicólogo, modificando o olhar e o comportamento do alunado, que passará a estimular novas práticas no mercado de trabalho. No projeto, desenvolve-se o programa *Comunicação para a sustentabilidade*, pelo qual alunos e professores passam a questionar-se, no momento da criação, sobre o custo ambiental tanto do processo quanto do produto final. Nesse sentido, houve grande estímulo em utilizar-se, no Departamento de Comunicação / ACC, peças publicitárias de menor impacto ambiental: papel reciclado, modo de impressão em rascunho rápido, verso de papéis, cartazes. Além de significativa redução de custos financeiros, minimizou-se o impacto ambiental causado pelos subprodutos da comunicação. Foi organizada uma campanha institucional, objetivando minimizar o uso de água, energia, papel, material de escritório e outros. Todas as ações de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável do *campus,* como doação de lâmpadas e de material de escritório, instalação de coletores de resíduos recicláveis e outras, foram divulgadas na mídia. Foram elaborados trabalhos para instituições externas, como, por exemplo, a Creche Promovida. Foram realizadas campanhas de comunicação para sensibilização e informação sobre diversos produtos, palestras e ações relacionadas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável, tais como: projeto de *Erradicação do analfabetismo*; projeto *Enfermagem em ação*; campanha de Sustentabilidade - *Endomarketing*; projeto *Adote uma nascente*; palestras sustentáveis; projeto *Fisioterapia do trabalho*; projeto *Fisioterapia em saúde coletiva*; exposição *Riquezas do cerrado*; apoio à campanha da turma do 6º semestre de Propaganda e Marketing – "O amor é contagioso". O Departamento de Comunicação / ACC trabalha com as seguintes ações: *workshop* de conscientização com professores e alunos; momento de sensibilização com a equipe que recolhe os materiais pós-uso na ACC; cadastramento de cooperativas, sucateiros, recicladores e associações que trabalham com resíduos sólidos, objetivando conquistar opções de destinação do resíduo da ACC. No 1° semestre de 2008, o Departamento de Comunicação / ACC elaborou arte final para caneta reciclável a ser adquirida pelo Setor de Suprimentos. Apresentou protótipo de bolsas, capas de agenda e sacolas feitas com sobras de *banners* advindos de campanhas publicitárias, objetivando sensibilizar a Instituição para a reciclagem de lonas que levam 200 anos para decompor-se no meio ambiente. Centenas de lonas foram doadas para a ONG Paranoarte e transformadas em artigos de escritório e uso pessoal.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Desenvolvimento sustentável. Impacto ambiental.

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO PRÁTICA JURIDICA E AÇÃO COMUNITÁRIA EM DIREITOS HUMANOS

Sandra Nascimento
UniCEUB – FAJS – Direito
dhdextensão.fajs@uniceub.br

O projeto de extensão em *Direitos Humanos e desenvolvimento* consiste em um conjunto de ações, de caráter multidisciplinar, associadas à prática jurídica em direitos humanos, que articula ensino, pesquisa e ações na comunidade, executadas no âmbito do curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do UniCEUB. As atividades são realizadas por meio de consulta elaborada pela comunidade em questões sobre contexto socioeconômico e cultural que interferem na qualidade de vida e na satisfação das exigências humanas de viver com dignidade. A concepção do projeto é humanística e exige a capacitação dos integrantes do grupo para pensar e agir com respeito aos direitos humanos, com o cuidado em relação a manter atitudes e manifestações que estejam em conformidade com o reconhecimento das condições de liberdade e igualdade, no âmbito das questões de gênero, raciais e étnicas e de outros aspectos da existência humana. As ações na comunidade visam contribuir para a emancipação das comunidades vulneráveis, vitimadas pela segregação espacial e humana e utiliza metodologia que promove a autonomia e a auto-estima dos cidadãos e cidadãs no local em que vivem. O objetivo geral do projeto é, assim, o de promover a inserção do Direito na comunidade mediante ações de educação em direitos humanos e contribuir para a formação acadêmica com responsabilidade social. As ações desenvolvem-se no sentido de favorecer o contato de alunos e alunas com um novo campo do exercício profissional, a assessoria jurídica popular, permitindo-lhes desenvolver habilidades essenciais, tais como, a de pensar o mundo de maneira crítica, entender conflitos de natureza coletiva, entender o outro e a si mesmo, traçar caminhos éticos e realizar opções políticas transformadoras em favor de um mundo melhor. A execução do projeto faz-se por três eixos temáticos, quais sejam: saúde e moradia; trabalho; educação, cultura e lazer. Em todas as abordagens, há sempre o cuidado em: disseminar a consciência de cidadania; reafirmar a condição de autodeterminação das entidades e das pessoas parceiras; prestar orientação sobre direitos humanos; capacitar a comunidade para o planejamento urbano e regularização fundiária; orientar sobre direitos dos usuários do sistema de saúde; incentivar a participação política; capacitar os atores envolvidos no processo de desenvolvimento para o enfrentamento das demandas e a solução dos problemas de forma a afirmar a condição humana de dignidade

Palavras-chave: Direitos humanos. Prática jurídica. Ação na comunidade. Metodologia emancipadora.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE QUALIDADE DE VIDA NA MEIA-IDADE FEMININA

Magda Verçosa Carvalho Branco
UniCEUB – FACS – Psicologia
magda.vercosa@uniceub.br
Marília Queiroz Dias Jácome
UniCEUB – FACS – Psicologia
marília.jacome@uniceub.br

Facilitadores:
- Profª. Magda Verçosa Carvalho Branco
- Profª. Maríia de Queiroz Jácome
- Daphne Francine Machado de Oliveira Cortizo
- Antonio Marcos da Conceição
- Maria Ormy Moraes Madeira

O *Projeto Educação para Saúde* – PES é uma das atividades de extensão do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e tem como proposta a troca de conhecimentos entre a comunidade acadêmica e não-acadêmica, por meio de ações psicoeducativas na área da saúde humana. Desta maneira, o presente estudo elaborou um modelo educacional de inter-relação de acadêmicos do curso de Psicologia com funcionários de uma empresa terceirizada do UniCEUB, na busca de qualidade de vida na meia-idade feminina. Estudar a relação entre idade, gênero, trabalho e qualidade de vida é uma das possibilidades de compreensão da mulher de meia-idade na vivência das questões orgânicas específicas e de todos os aspectos socioeconômicos e culturais nos quais está envolvida. O estudo dessas relações deu-se com um grupo de 15 mulheres trabalhadoras, com faixa de idade entre 35 e 55 anos, de uma empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação e com 6 alunos do curso de Psicologia. Os estudantes participaram como facilitadores na elaboração e na organização de oficinas, palestras e atividades lúdicas. Os eixos norteadores desse estudo foram os esclarecimentos sobre a etapa da meia-idade feminina, a fim de melhorar a qualidade de vida de mulheres acima de 35 anos, e a inter-relação de graduandos de Psicologia com essa etapa de vida. O instrumento elaborado possibilitou a transmissão do conhecimento sobre as transformações biopsicosociais ocorridas na meia-idade feminina e o estabelecimento de trocas de informações entre os estudantes e o público participante, os quais buscaram crescimento profissional e pessoal. As oficinas, as palestras e as atividades lúdicas trataram de temas, como: anatomia e fisiologia da mulher, alimentação saudável, atividades físicas, alcoolismo, sexualidade, relações afetivas e sociais no ambiente familiar, no trabalho e na educação postural. As atividades foram ministradas em ambiente preparado para acolher as participantes, de forma que possibilitassem o desligamento da rotina laboral. As datas e os temas apresentados foram previamente discutidos; foi feita a oficialização do consentimento por meio do termo de consentimento livre e esclarecido, previamente aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa Institucional. Destaca-se a presença de um elemento construído pelas participantes: um modelo de boneca desenhado em papel pardo, nomeado e caracterizado com questões ligadas ao gênero e às especificidades identitárias do grupo, que esteve presente em todas as atividades; as participantes escreviam sobre os "sentimentos da boneca" no início e no final de todos os encontros. A diversidade de oficinas e mecanismos de informações planejadas pelos estudantes e reconstruídas continuamente pelas participantes permitiu constatar depoimentos de que houve aumento das informações acerca da anatomia e da fisiologia

feminina. A promoção da releitura acerca do próprio corpo, da condição de mulher e dos direitos humanos e trabalhistas permitiu fortalecer a auto-estima, a reestruturação das relações sociais e familiares, a mudança de hábitos nos cuidados com o corpo e, sobretudo, nas relações de trabalho. Espera-se a continuidade desse estudo com vistas a consolidar os instrumentos aplicados na busca de um modelo educacional que permita aplicação desse projeto em quaisquer associações de mulheres pertencentes à comunidade do Distrito Federal.

Palavras-chave: Educação para saúde. Meia-idade feminina. Qualidade de vida.

ENFERMAGEM EM AÇÃO ESCOLA CLASSE 708 NORTE

Educação e saúde infantil na escola

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
rosangj68@yahoo.com.br

Várias concepções têm sido utilizadas nos meios técnicos para definir saúde e doença. A concepção mais integral, que diz respeito à associação entre as condições sociais e a produção da saúde, ganha força na América Latina, palco de exclusão social. A saúde não se reduz à aparição de um transtorno e à busca de um serviço de saúde. Os problemas de saúde são resultado de um processo complexo que ocorre na sociedade e implica cultura, hábitos, comportamentos e condições sociais. Compreendendo este mecanismo, os profissionais da área podem atuar nos campos da promoção da saúde, que são: desenvolver políticas públicas saudáveis, criar ambientes saudáveis, fortalecer a comunidade, desenvolvendo habilidades pessoais e reorientando os serviços de saúde. O profissional é responsável por realizar ações que promovam a saúde infantil junto às crianças e às famílias. Muitos problemas de saúde não podem ser resolvidos no interior do sistema de saúde, exigindo, cada vez mais, ações intersetoriais. As crianças podem receber educação dentro do seu contexto, com abordagem que alcance sua compreensão a fim de que adquiram hábitos e comportamentos saudáveis. Assim, o UniCEUB – Centro Universitário de Brasília – desenvolve um projeto de extensão em que os acadêmicos, sob a supervisão de professores, realizam atividades preventivas. O projeto abrange escolas de ensino fundamental, promovendo a saúde infantil. A escola costuma ser a única instituição em que a criança aprende, de forma sistemática, as conseqüências negativas de seus maus hábitos ou condutas sociais desviadas. A abordagem deve ser feita em linguagem totalmente clara, pois a comunicação pode gerar mal-entendidos. Atenta a isso, a equipe de acadêmicos no segundo semestre de 2007, assumindo o papel de educadores, procurou o primeiro contato com os alunos e os professores da escola. O projeto foi centrado em atividades externas, fora da sala de aula. Foram realizadas feiras de ciências, palestras e exames físicos. A partir desse primeiro momento, conhecendo a realidade das crianças e tendo o apoio da coordenação pedagógica e das professoras, tornou-se possível chegar ao diagnóstico preciso das necessidades dessa população. O primeiro semestre de 2008 foi iniciado com um diagnóstico preestabelecido e um plano de trabalho que abrange os seguintes temas: *Higienização corporal; Sexualidade; Segurança; A importância de respeitar o próprio corpo, os colegas e a escola; Alimentação saudável; Verminose; Higienização das mãos e dos alimentos*. O plano foi aprovado pela coordenação da escola, e as crianças, autorizadas por seus pais e responsáveis a participar. Procurou-se abordagem adequada à linguagem e à realidade. Embora o projeto tenha sido realizado em horário normal das aulas, podem-se perceber o interesse das professoras e o apoio da maioria, pois o foco esteve centrado em reais necessidades. As crianças deram retorno em cada tema apresentado, por meio de perguntas e narração de acontecimentos de sua vivência que enriqueciam as palestras. Conclui-se que este projeto é de grande importância para a comunidade e para a interação do acadêmico a ser formado como cidadão do mundo, que também faz parte desta população, produto de transformação no processo de trocas em que se doa e recebe-se. As crianças adquirem novos conhecimentos e crescem preparadas para ser cidadãs do mundo numa sociedade complexa.

Palavras-chave: Extensão. Educação. Escola.

ENFERMAGEM EM AÇÃO LAR BEZERRA DE MENEZES

Assistência de Enfermagem ao idoso residente em instituição de longa permanência

Fátima Aparecida Cardoso
UniCEUB – FACES - Enfermagem
fafacardoso@gmail.com

O Brasil tem passado por uma transição epidemiológica e demográfica acelerada em resposta, segundo o Ministério da Saúde, à modificação de indicadores de saúde, como a queda da fecundidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida. Estima-se que, atualmente, tenhamos 17,6 milhões de idosos. Neste contexto, observam-se dificuldades nos serviços de saúde, na família e nas instituições formadoras em lidar com esse fenômeno. A Senescência, processo natural de envelhecimento que pode ser associado a doenças crônicas degenerativas, aumenta a prevalência de incapacidades físicas e cognitivas, aumentando o grau de dependências na execução das atividades da vida diária dessa faixa etária. Paralelamente, as famílias passam por transformações, como o menor número de filhos, a ausência de tempo para dedicar-se ao cuidado, além de laços familiares frágeis, o que culmina em transferência de responsabilidade para instituições especializadas. Assim, surgem as instituições residenciais de longa permanência para a terceira idade, com o papel de acolher e assistir essa população. Neste contexto, a Enfermagem destaca-se como profissão essencial, visto que, nessa fase da vida, as necessidades humanas, tanto físicas como psicossociais, foco central da profissão, estão afetadas em graus variados, necessitando de olhar especializado, norteador de intervenções que dêem conta de recuperar, manter a saúde e confortar os assistidos. O curso de Enfermagem do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) desenvolve projeto de extensão na área de gerontologia, junto a 60 idosos residentes do Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes, localizado em Sobradinho, cidade-satélite de Brasília-DF, instituição de caráter filantrópico fundada em 1981, com a finalidade de atender idosos carentes de ambos os sexos. O trabalho desenvolvido no primeiro período de 2008 constituiu-se na elaboração e no desenvolvimento de assistência de enfermagem prestada por acadêmicos, com a supervisão de professores-orientadores. Almeja fortalecer o intercâmbio entre o saber científico e a realidade encontrada, promover melhor qualidade de vida aos idosos institucionalizados e contribuir para a formação acadêmica sólida, pautada na associação da teoria com a prática. Entre as atividades assistenciais desenvolvidas, destacam-se a elaboração de estudos de caso, que utilizam como metodologia a Sistematização da Assistência de Enfermagem, em que, ao cumprir todas suas etapas – investigação, diagnóstico, planejamento, implantação e avaliação – procuram-se atender as respostas humanas a problemas de saúde reais ou potenciais. Além da assistência individualizada, atividades coletivas com o objetivo de promoção da saúde e prevenção de problemas prevalentes, como depressão, baixa auto-estima, complicações de doenças crônicas, foram realizadas por meio de dinâmicas de grupo e atividades educativas. Ações rotineiras, como auxiliar a alimentação, acompanhar o banho de sol, realizar curativos e verificar sinais vitais, foram executadas. O trabalho desenvolvido contribuiu para a melhoria da assistência prestada; foi possível verificar a troca de conhecimentos entre acadêmicos, professores, funcionários e idosos. Assim, é fundamental que as atividades já desenvolvidas sejam mantidas com a perspectiva de ser ampliadas e a efetivação da proposta de ministrar capacitações dirigidas aos técnicos de enfermagem, cuidadores e corpo administrativo.

Palavras-chave: Extensão. Gerontologia. Enfermagem.

ENFERMAGEM EM AÇÃO FEDERAÇÃO BANDEIRANTES CRIANÇAS

Atenção primária à saúde dirigida à criança em idade escolar

Prof.ª Fátima Aparecida Cardoso
UniCEUB – FACS – Curso de Enfermagem
fafacardoso@gmail.com

A promoção da saúde escolar busca modificar condições de vida com o intuito de favorecer o bem-estar. O Ministério da Saúde compreende que o período escolar é fundamental para trabalhar a promoção da saúde, desenvolvendo ações para a prevenção de doenças e o fortalecimento dos fatores de proteção. O espaço da escola estabelece relações socioeconômico-culturais, sendo privilegiado para a promoção da saúde, em enfoque ampliado de construção da cidadania e do envolvimento de atores que compõem este universo: crianças, profissionais de educação e saúde, e família. Nesse contexto, a Enfermagem desempenha papel fundamental uma vez que a educação em saúde é uma das atividades exercidas pelo profissional que busca o cuidado integral do ser humano. Com o objetivo de reforçar o compromisso social da universidade e promover aprendizagem e vivências na área de educação em saúde da criança aos alunos do curso de Enfermagem, o UniCEUB iniciou, em 2004, o projeto de extensão comunitária na Federação Bandeirante do Brasil, instituição filantrópica localizada no Paranoá, que atende crianças em idade escolar de 6 a 12 anos, da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, inseridas no programa de reforço escolar. Atualmente, o projeto funciona duas vezes por semana, no período vespertino, conta com a participação de alunos de Enfermagem, dois monitores e três professores e visa à conscientização das crianças para a busca de uma vida diferente de sua realidade. A educação em saúde propicia, nesta fase, o desenvolvimento de atitudes, valores e condutas frente à vida e o estabelecimento das bases para um estilo saudável. No 1º semestre de 2008, os alunos de Enfermagem realizaram atividades na sala de aula e na área externa da escola, tais como: palestra sobre higiene bucal e corporal, em que se utilizaram materiais didáticos, como boneco, materiais de higiene corporal e bucal e cartazes; palestra sobre alimentação saudável, em que houve brincadeiras e discussões em grupo; teatro de bonecos cujo tema principal foi a prevenção da dengue; histórico e exame físico, em que se elaborou uma ficha com dados de identificação, história social, hábitos alimentares, dados antropométricos e outros. Após a realização dos exames físicos, foram realizados procedimentos, tais como: exame de parasitológico de fezes para detecção de verminoses; prevenção e tratamento da pediculose; gincanas com brincadeiras educativas. Este projeto contribuiu, de forma significativa, para a aprendizagem dos alunos de Enfermagem na área de saúde da criança em idade escolar, para a integração com a comunidade e a sensibilização para a realidade da comunidade atendida.

Palavras-chave: Criança. Enfermagem. Extensão.

ENFERMAGEM EM AÇÃO FEDERAÇÃO BANDEIRANTE IDOSOS

Atenção primária à saúde dirigida ao idoso integrante do grupo CONVIVER

Fátima Aparecida Cardoso
UniCEUB – FACS – Curso de Enfermagem
fafacardoso@gmail.com

Atualmente, verifica-se, em todo o mundo, a ocorrência de fenômeno demográfico expresso pelo crescimento da população de pessoas com mais de 60 anos. Estima-se que, em 2050, haverá cerca de dois bilhões de idosos no mundo, superando a população infantil. Esse fato também se verifica no Brasil, hoje, com 17,6 milhões. Esse novo perfil demográfico cria a necessidade da sociedade, das famílias e das políticas públicas de rever suas estratégias. A Senescência, processo natural de envelhecimento, é caracterizada por alterações funcionais, sociais e psicológicas associadas a doenças crônicas degenerativas que influem na execução das atividades da vida diária, levando a diferentes graus de dependência. A transição epidemiológica já é fato; hoje, as doenças crônicas não-transmissíveis ocupam o papel de protagonistas nas estatísticas de morbidade e mortalidade nacional. Neste contexto, a atenção primária à saúde ocupa destaque. Com a premissa de promover, prevenir e reabilitar, almeja-se a manutenção da saúde com ações dirigidas ao prolongamento da independência, evitando os fatores de risco para doenças e a progressão de agravos. Assim, o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), assumindo o papel de promotor das transformações sociais, implanta um projeto de extensão universitária executado pelo curso de Enfermagem na área de gerontologia, em atenção primária junto a 60 idosos integrantes do grupo CONVIVER, da Federação Bandeirante, instituição de caráter filantrópico, fundada em 1982, com a finalidade inicial de atender crianças, e, posteriormente, em 2004, estendida aos idosos provenientes da região, na cidade-satélite do Paranoá, Distrito Federal. O trabalho desenvolvido no primeiro período de 2008 constitui-se em atividades educativas coletivas e individuais, supervisionadas por professores-orientadores. A individualização da assistência foi feita por meio da aplicação de um questionário baseado na avaliação multidimensional rápida da pessoa idosa, proposta no *Cadernos de atenção básica* - n.º 19, em que foi possível estabelecer o perfil epidemiológico, intervir em orientações personalizadas e encaminhamentos ao Centro de Saúde do Paranoá quando necessário. A abordagem coletiva deu-se por temas escolhidos em levantamento realizado junto aos idosos e, posteriormente, organizado em cronograma de apresentações, ministradas por acadêmicos de Enfermagem, utilizando a abordagem problematizadora. O temário versou sobre a saúde do idoso, atividades da vida diária, doenças crônicas degenerativas, qualidade de vida, alimentação saudável, prevenção de quedas e outros. As ações implantadas objetivaram o aprimoramento dos conhecimentos dos acadêmicos e da clientela assistida. Nesse contexto, foi possível reafirmar o compromisso social da universidade, onde a troca de saberes e o estudo de temas específicos culminaram em aprendizagem baseada na inter-relação da teoria com a prática e em repercussões na formação do aluno e no processo de envelhecimento saudável dos idosos. Como perspectiva, há a possibilidade de integrar ao projeto outros cursos, como Biomedicina, Psicologia e Fisioterapia, o que aumentaria a integralidade da assistência, propiciada pela interdisciplinaridade. As ações do próximo semestre serão planejadas, levando-se em consideração a experiência dos envolvidos e o levantamento de dados realizados.

Palavras-chave: Extensão. Idoso. Atenção primária.

ENFERMAGEM EM AÇÃO LAR SÃO JOSÉ

Atuação dos acadêmicos de Enfermagem em uma instituição asilar

Fátima Aparecida Cardoso
UniCEUB – FACS – Curso de Enfermagem
fafacardoso@gmail.com

O envelhecimento é um processo complexo e está associado a uma série de doenças, incapacidades múltiplas e dependência. O aumento da população de idosos, em decorrência do aumento da expectativa de vida favorecida pelas melhores condições de saúde física e mental, traz preocupação maior com essa camada da população, pois os custos econômicos e sociais decorrentes ultrapassam as projeções consideradas para esse grupo. Com base nessa realidade, as instituições de longa permanência, destinadas a prestar assistência aos idosos, tornam-se mais úteis, sendo alternativa em certas situações, quando se verificam a necessidade de reabilitação, a ausência temporária do cuidador domiciliar, os estágios terminais de patologias e a dependência elevada. Os idosos asilados apresentam perfil diferenciado, grande nível de sedentarismo, carência afetiva, perda da autonomia causada por incapacidades físicas e mentais e ausência de familiares. O papel da Enfermagem nesse contexto é fundamental e deve estar centrado na educação para a saúde, na promoção de atividades que visem ao lazer e no cuidado. Tem-se como princípio o conhecimento do processo de envelhecimento por meio da assistência de enfermagem sistematizada, estimulando o autocuidado, a autodeterminação e a independência, visando à manutenção da qualidade de vida. Como forma de propiciar aos alunos do curso de Enfermagem contato com a realidade do idoso nas instituições de longa permanência, o UniCEUB iniciou, no 1º semestre de 2004, o projeto de extensão comunitária no asilo Lar São José, instituição filantrópica fundada em 1973, localizada na região de Sobradinho I e que alberga cerca de 55 idosos de ambos os sexos com faixa etária entre 60 e 95 anos. Atualmente, o projeto funciona durante 3 dias da semana e conta com a participação de alunos de Enfermagem, dois monitores e dois professores que supervisionam os trabalhos desenvolvidos pelos alunos. Durante o 1º semestre de 2008, foi possível desenvolver atividades, como: oportunidade aos idosos de lutar contra a solidão e o isolamento, visando à amizade e à criação de laços sociais por meio de atividades lúdicas; desenvolvimento do plano assistencial de enfermagem individualizado; assistência aos cuidados de higiene; curativo; auxílio à alimentação; aferição de pressão arterial; desenvolvimento do estudo de casos pelos alunos de Enfermagem; discussões em grupo, utilizando a sistematização da assistência de enfermagem de forma organizada, segura, dinâmica e competente. O trabalho é composto por fases ou etapas que envolvem coleta de dados, diagnóstico, planejamento, implantação dos cuidados e avaliação. Os diagnósticos foram elaborados de acordo com a taxonomia da NANDA. O projeto trouxe contribuições para a comunidade assistida e para os alunos, que tiveram a oportunidade de criar estratégias para a melhoria da qualidade de vida da comunidade em questão e de promover o conhecimento sobre a saúde do idoso, além de possibilitar a sensibilização do aluno e a humanização do cuidado de enfermagem prestado ao idoso institucionalizado.

Palavras-chave: Idoso. Enfermagem. Extensão.

ENFERMAGEM EM AÇÃO CRECHE PROMOVIDA

Educação e saúde infantil na escola

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACES - Enfermagem
rosangj68@yahoo.com.br

As transformações sociais sofridas nas últimas décadas geraram necessidades específicas na família brasileira. Entre elas, merece destaque a indisponibilidade de tempo para cuidar e atender as necessidades de crianças e adolescentes. Aliada a isso, a ineficiência do sistema educacional busca instituições que congregam os princípios do cuidado e do reforço escolar. Nesse contexto, surgem as creches com a finalidade de cuidar e educar em ambiente seguro e adequado ao desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas de crianças e adolescentes. Assim, os princípios da Escola Promotora de Saúde podem ser aplicados às creches, uma vez que propõem mudança paradigmática da saúde escolar, baseada na visão integral e integrada, em que a promoção da saúde se torna potencializadora da aprendizagem. Dessa forma, o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) desenvolve um projeto de extensão universitária na área de atenção primária à saúde da criança, junto a 400 crianças matriculadas no período vespertino, na Creche Promovida, localizada em São Sebastião, cidade-satélite do Distrito Federal. As crianças desenvolvem atividades no período oposto às atividades escolares. O trabalho abrange reforço escolar, aulas de computação, atividades recreativas, além de acompanhamento médico, psicológico, nutricional e de enfermagem. As crianças devem estar matriculadas no ensino fundamental, ser oriundas da comunidade adjacente e encontrar-se na faixa etária entre 6 e 14 anos. No primeiro período de 2008, houve atividades educativas em sala de aula, consulta de enfermagem e treinamento em primeiros socorros destinado aos funcionários, executados por acadêmicos de Enfermagem com a supervisão de professores. Visando facilitar as atividades educativas, manteve-se a divisão das turmas por cores e idade, adotada pela escola: turma azul (de 6 a 7 anos); turma branca (de 8 a 9 anos); turma amarela (de 9 a 10 anos); turma verde (de 10 a 11 anos); turma vermelha (de 12 a 14 anos). Os alunos de Enfermagem foram distribuídos de forma a acompanhar a mesma turma durante todo o semestre, utilizando dinâmicas e atividades lúdicas. O temário versou sobre: higiene corporal, oral e ambiente; prevenção de doenças transmitidas por mosquito; hábitos alimentares saudáveis; atividades físicas e saúde; solidariedade e respeito. Sexualidade humana, prevenção da gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis foram abordadas apenas no grupo de adolescentes. A consulta de enfermagem teve como objetivo a implantação de assistência integral e longitudinal, dirigida a crianças e adolescentes, além de orientações individualizadas, identificação e encaminhamento de problemas de saúde. As ações executadas promoveram aos acadêmicos o contato com a prática de saúde na perspectiva da atenção primária, em que a promoção da saúde e a prevenção de agravos objetivaram a melhoria da qualidade de vida dos assistidos. A inter-relação entre teoria e prática, apoiada no intercâmbio dos saberes científico e popular, contribuiu para o fortalecimento da formação dos acadêmicos e dos escolares.

Palavras-chave: Extensão. Educação. Escola.

ENFERMAGEM EM AÇÃO ESCOLA CLASSE DO SIA

Educação e saúde infantil na escola

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
rosangj68@yahoo.com.br

Várias concepções têm sido utilizadas nos meios técnicos para definir saúde e doença. A concepção mais integral, que diz respeito à associação entre as condições sociais e a produção da saúde, ganha força na América Latina, palco de exclusão social. A saúde não se reduz à aparição de um transtorno e à busca de um serviço de saúde. Os problemas de saúde são resultado de um processo complexo que ocorre na sociedade e implica cultura, hábitos, comportamentos e condições sociais. Compreendendo este mecanismo, os profissionais da área podem atuar nos campos da promoção da saúde, que são: desenvolver políticas públicas saudáveis, criar ambientes saudáveis, fortalecer a comunidade, desenvolvendo habilidades pessoais e reorientando os serviços de saúde. O profissional é responsável por realizar ações que promovam a saúde infantil junto às crianças e às famílias. Muitos problemas de saúde não podem ser resolvidos no interior do sistema de saúde, exigindo, cada vez mais, ações intersetoriais. As crianças podem receber educação dentro do seu contexto, com abordagem que alcance sua compreensão a fim de que adquiram hábitos e comportamentos saudáveis. Assim, o UniCEUB – Centro Universitário de Brasília – desenvolve um projeto de extensão em que os acadêmicos, sob a supervisão de professores, realizam atividades preventivas. O projeto abrange escolas de ensino fundamental, promovendo a saúde infantil. A escola costuma ser a única instituição em que a criança aprende, de forma sistemática, as conseqüências negativas de seus maus hábitos ou condutas sociais desviadas. A abordagem deve ser feita em linguagem totalmente clara, pois a comunicação pode gerar mal-entendidos. Atenta a isso, a equipe de acadêmicos no segundo semestre de 2007, assumindo o papel de educadores, procurou o primeiro contato com os alunos e os professores da escola. O projeto foi centrado em atividades externas, fora da sala de aula. Foram realizadas feiras de ciências, palestras e exames físicos. A partir desse primeiro momento, conhecendo a realidade das crianças e tendo o apoio da coordenação pedagógica e das professoras, tornou-se possível chegar ao diagnóstico preciso das necessidades dessa população. O primeiro semestre de 2008 foi iniciado com um diagnóstico preestabelecido e um plano de trabalho que abrange os seguintes temas: *Higienização corporal; Sexualidade; Segurança; A importância de respeitar o próprio corpo, os colegas e a escola; Alimentação saudável; Verminose; Higienização das mãos e dos alimentos*. O plano foi aprovado pela coordenação da escola, e as crianças, autorizadas por seus pais e responsáveis a participar. Procurou-se abordagem adequada à linguagem e à realidade. Embora o projeto tenha sido realizado em horário normal das aulas, podem-se perceber o interesse das professoras e o apoio da maioria, pois o foco esteve centrado em reais necessidades. As crianças deram retorno em cada tema apresentado, por meio de perguntas e narração de acontecimentos de sua vivência que enriqueciam as palestras. Conclui-se que este projeto é de grande importância para a comunidade e para a interação do acadêmico a ser formado como cidadão do mundo, que também faz parte desta população, produto de transformação no processo de trocas em que se doa e recebe-se. As crianças adquirem novos conhecimentos e crescem preparadas para ser cidadãs do mundo numa sociedade complexa.

Palavras-chave: Extensão. Educação. Escola.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: APAE – DF

Nilvia Jacqueline Linhares
UniCEUB – FACS – Enfermagem
Jacqueline.linhares@uniceub.br

O curso de Enfermagem do UniCEUB realizou, no primeiro semestre de 2008, parceria com a APAE-DF, possibilitando aos acadêmicos a oportunidade de conviver com adultos portadores de deficiência mental, usuários da APAE-DF. Os alunos entraram em contato com pessoas com algum grau de dificuldade cognitiva, seus medos, suas ansiedades, e aprenderam com os professores da APAE e os usuários que o convívio com o diferente é possível, é crescimento pessoal, é salutar, e requer-se esforço para compreender, administrar e cuidar. Em contrapartida, puderam trocar com os professores e os usuários suas experiências adquiridas na formação em saúde, o que demonstrou o enfermeiro poder e dever inserir-se em todos os ramos da sociedade onde se prioriza o cuidar.

Palavras-chave: Enfermagem. APAE. Cuidar.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: LAR MARIA MADALENA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO IDOSO

Nilvia Jacqueline Linhares
UniCEUB – FACS – Enfermagem
Jacqueline.linhares@uniceub.br

O curso de Enfermagem do UniCEUB realiza atividades no Lar dos Velhinhos Maria Madalena, durante o período letivo. Os alunos são esperados com alegria pelos idosos. O grupo de Enfermagem do UniCEUB soube valorizar a oportunidade de conhecer de perto esta etapa da vida, que é a velhice. Em um mundo conturbado e cheio de violência, há espaço para a mansidão, o aconchego, a compreensão; este é o lar Maria Madalena, em que se aprende com o idoso.

Palavras-chave: Enfermagem. Idoso. Cuidar. Humanização.

ENFERMAGEM EM AÇÃO PARQUE OLHOS D' ÁGUA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: HIPERTENSÃO ARTERIAL

Nílvia Jaqueline Linhares
UniCEUB – FACS – Enfermagem
Jacqueline.linhares@uniceub.br

O mundo tem passado por uma transição epidemiológica, evidenciada por mudanças no perfil dos indicadores de saúde, em que as doenças crônicas não-transmissíveis se apresentam como grave problema de saúde pública, ao protagonizar as estatísticas de mortalidade mundial. Neste contexto, o Brasil apresenta como principal causa de mortalidade as doenças cardiovasculares, tendo a hipertensão arterial como expoente, responsabilizando-se, segundo o Ministério da Saúde, por, pelo menos, 40% das mortes por acidente vascular cerebral, 25% por doença arterial coronariana e em combinação com a diabete, 50% por casos de insuficiência renal terminal. Atento a isso, o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) desenvolve um projeto de extensão com a premissa de otimizar a saúde da população, promovendo melhor qualidade de vida por intermédio de ações preventivas, viabilizadas por estratégias individuais e coletivas, dirigidas ao reforço do comportamento saudável, da retirada de fatores de risco e da detecção precoce da doença. Essas iniciativas assumem fundamental importância na reversão da problemática, podendo ser maximizadas quando realizadas o mais próximo possível do local onde as pessoas vivem e praticam atividades de lazer. A detecção precoce da hipertensão ou de fatores de risco impõe a necessidade de mudanças no estilo de vida com a adoção de hábitos saudáveis e o uso correto da medicação indicada. Percebe-se, no entanto, que a não-adesão se configura como grave problema, influenciado por vários fatores, entre eles, o fato de a maioria dos hipertensos não apresentarem sintomas. As atividades exercidas pelo curso de Enfermagem na área de atenção primária à saúde, junto aos freqüentadores do Parque Olhos D' Água, localizado em Brasília-DF, privilegiam ações dirigidas à prevenção da hipertensão. No primeiro período de 2008, realizaram-se atividades por meio de orientações individualizadas, aferição de pressão arterial e discussão de temas pertinentes, sempre executadas por acadêmicos de Enfermagem com a supervisão de professores-supervisores. As orientações individuais versaram sobre adoção de hábitos de vida saudável, controle do excesso de peso, redução do consumo de bebidas alcoólicas, abandono do tabagismo, prática de atividade física regular, uso correto da medicação, alimentação saudável e adesão terapêutica adequada. Simultaneamente, aferiu-se a pressão arterial, a fim de propiciar aos freqüentadores do parque o rastreio da hipertensão e de colaborar com o controle de pacientes já diagnosticados. Os temas discutidos no grupo de acadêmicos versaram sobre a importância do enfermeiro no tratamento de doenças crônicas, sua contribuição no controle e na adesão ao tratamento, a abordagem terapêutica medicamentosa e não-medicamentosa e a história natural da doença, correlacionando-a à prevenção primária, secundária e terciária. No transcorrer do projeto, as ações implantadas culminaram no aprimoramento do conhecimento sobre saúde coletiva, por meio da verificação prática da inter-relação entre fenômenos socioculturais, psicológicos e biológicos e seu impacto no processo de saúde e doença. Constatou-se, também, a melhoria no acesso da população a ações primárias dirigidas à prevenção da hipertensão e às doenças associadas. É fundamental que haja continuidade das atividades desenvolvidas, uma vez que a relação entre teoria e prática tem levado ao desenvolvimento de atitudes e habilidades positivas, repercutindo em formação acadêmica sólida. Como perspectiva para o próximo semestre, há a introdução de atividades educativas coletivas.

Palavras-chave: Extensão. Hipertensão. Prevenção.

ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES

Karina Aragão Nobre Mendonça
UniCEUB – FACS – Nutrição
karina.aragao@gmail.com

O projeto *Ensino e Cidadania em creches* é realizado semanalmente, com atividades relacionadas à nutrição e à alimentação, elaboradas e executadas por alunos do curso de Nutrição do UniCEUB, supervisionadas por uma professora. Todas as atividades são efetuadas por meio de visitas à creche e reuniões no UniCEUB, para elaboração dos materiais a ser utilizados. A creche Promovida localiza-se em São Sebastião – cidade-satélite do Distrito Federal. O público-alvo são crianças de 6 a 14 anos, totalizando 200, que ficam na creche, durante um período (matutino ou vespertino), pois, no outro, encontram-se na escola. Elas recebem três refeições e realizam atividades, como: recreação, tarefas para casa, leituras, encontros com a equipe de Nutrição e outras. O resultado das atividades de 2007 foi positivo para a educação alimentar, havendo mudanças de comportamento tanto das crianças como dos funcionários. No segundo semestre de 2007, o foco principal foi a educação nutricional com as crianças e as cozinheiras, além da elaboração e da implantação de cardápios balanceados, de acordo com a disponibilidade de produtos e a possibilidade da confecção das receitas, abrangendo os cinco dias da semana e as refeições servidas na creche (café da manhã, colação, almoço, merenda e jantar). O objetivo é fornecer alimentação saudável e balanceada para a idade das crianças, procurando atender as necessidades nutricionais do grupo, a disponibilidade dos produtos da creche, visando ao aproveitamento dos alimentos. No primeiro semestre de 2008, foram realizadas atividades de educação nutricional, como *Evitando o desperdício*, com apresentação de vídeo sobre o tema, *Monte seu carrinho de compras,* cujo foco era a alimentação saudável, e um *workshop* sobre como fazer um sanduíche saudável. Com as dinâmicas, foram produzidos painéis e afixados no refeitório da creche. Houve atividades relacionadas à higiene e à manipulação dos alimentos com as cozinheiras. No encerramento, foi feito um teatro para os alunos sobre hábitos alimentares inadequados e como mudá-los. Nesse dia, houve a confraternização entre alunos, funcionários e equipe de Nutrição. No segundo semestre de 2007, fez-se a reavaliação antropométrica das crianças para constatar a eficácia de parte das intervenções. O resultado mostrou que pequena parcela das crianças se encontra com baixo peso e sobrepeso, e nenhuma se encontra com obesidade, o que é excelente. Para o segundo semestre de 2008, será realizada, novamente, a avaliação antropométrica para acompanhamento do estado nutricional das crianças. As atividades do projeto contribuem para a formação acadêmica do aluno, pois trata-se de oportunidade ímpar de relacionar os conhecimentos teóricos às atividades práticas, com as devidas supervisões. Além disso, o aluno experimenta a convivência comunitária e relaciona-se com as crianças e os funcionários da creche.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Educação nutricional. Oficinas educativas.

ASPECTOS SUBJETIVOS NAS DOENÇAS CRÔNICAS

Fernando González Rey
UniCEUB – FACS – Psicologia
gonzalezrey49@hotmail.com

Valéria Mori
UniCEUB FACS – Psicologia
morivaleria@gmail.com

Neste projeto, aprofundam-se os aspetos subjetivos das doenças e a forma com que afetam a qualidade de vida das pessoas com câncer, hipertensão e portadores do vírus HIV. No campo da saúde, tem dominado a idéia dos processos de prevenção como meio de evitar a aparição das doenças. Mas, junto a isso, deve-se considerar a importância da prevenção em portadores de doenças crônicas, orientada ao melhoramento da qualidade de vida, ao fortalecimento dos recursos subjetivos, para aprimorar o estado geral de saúde, e ao desenvolvimento de atividades benéficas para cada tipo de doença. A saúde é um conceito em construção que, durante muito tempo, esteve ausente pela hegemonia do conceito de patologia, o que tem norteado as diferentes práticas institucionais nas denominadas instituições de saúde, identificadas com os hospitais. Mesmo assim, os aspetos coletivos, públicos e sociais da saúde têm passado por diversificação como resultado de recomposição de diferentes etapas associadas ao desenvolvimento de práticas sanitárias. Junto ao conhecimento dos processos de subjetivação da doença, busca-se analisar como funcionam os espaços sociais da vida dos pacientes, entre eles, a instituição hospitalar e a família, com o objetivo de desenvolver novas estratégias de ação profissional, prevenção e promoção de saúde por meio de mudança no estilo de vida e em relação à articulação do hospital com a família. Alguns pacientes atendidos encontravam-se em tratamento no Centro de Saúde n° 1 e na Policlínica de Taguatinga. Nesses centros, houve possibilidade de atendimento individual dos pacientes para que pudessem discutir os aspectos relacionados ao seu processo de adoecimento e as estratégias que beneficiariam a qualidade de vida. O projeto possibilitou a discussão dos fatores relacionados às doenças crônicas, permitindo aos alunos o amadurecimento sobre o tema, a motivação para pesquisa e o trabalho na área da saúde. Um dos aspetos importantes tem sido o acompanhamento diferenciado dos pacientes sobre a base das configurações subjetivas identificadas nos trabalhos dos alunos. Neste sentido, destacam-se as três monografias desenvolvidas como parte do projeto, que expressam interessante articulação entre a pesquisa e a prática profissional. Outro aspecto é a articulação dos seminários teóricos que permitiram aprofundar a discussão de questões centrais ao tema com os seminários de caráter metodológico, que possibilitaram maior independência aos alunos para o trabalho de campo.

Palavras-chave: Doenças crônicas. Subjetividade. Saúde.

NÚCLEO DE ESTUDOS E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (NEESA)

Lílian Rose Lemos Rocha
UniCEUB – Direito – FAJS
lcristal@gmail.com

Marcio Cruz Nunes de Carvalho
UniCEUB – Direito- FAJS
m.carvalho@carvalhonoronha.com.br

O Núcleo de Estudos e Educação Socioambiental (NEESA) do UniCEUB caracteriza-se como projeto acadêmico, de cunho científico e multidisciplinar, cujo objetivo reside na produção de pesquisas científicas de temas sobre o meio ambiente que ocupam a agenda mundial, tais como, efeito estufa, patrimônio genético, gestão ambiental, certificação e licenciamento ambiental, recursos hídricos, poluição do solo, uso de agrotóxicos, reserva florestal, análise de impacto ambiental, análise de conflitos socioambientais, levantamento de dados e estatísticas sociais, racismo ambiental e todas as variáveis que possam envolver a busca pelo desenvolvimento sustentável. Neste sentido, realizado o edital de seleção dos 33 acadêmicos, foram organizados 5 grupos de estudos, mediante a coordenação de professores da casa, da seguinte forma: invasão do cerrado pela soja e pelo algodão – vantagens e desvantagens; dimensão e conseqüências do desmatamento no cerrado; importância das mudanças climáticas no cerrado; relação entre a pobreza e a degradação do cerrado; manejo e recursos hídricos do cerrado. Para melhor consecução das atividades, o NEESA firmou convênio com a Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça (ASSTJ), com a Escola da Natureza, além de realizar visitações dirigidas a lugares, como o Parque Nacional.

Palavras-chave: Educação. Sociedade. Ambiente. Universidade.

FISIOTERAPIA DO TRABALHO
Ergonomia e qualidade de vida no trabalho

Renata V. Rebouças
UniCEUB – FACS – Fisioterapia
renatareboucas@gmail.com

A ergonomia objetiva modificar os sistemas de trabalho, para adequar a atividade a características, habilidades e limitações das pessoas com vistas ao desempenho eficiente, confortável e seguro. É o estudo do relacionamento entre o ser humano e seu trabalho, equipamento e ambiente, e a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas. A sua ação é de caráter multidisciplinar, e seu objetivo é adaptar as condições de trabalho às características do ser humano, como projetar as formas de trabalho, os locais de trabalho, as máquinas e as ferramentas que serão adaptados aos trabalhadores. O modo de vida moderno está voltado ao enfrentamento de situações críticas, para suprir necessidades, como alimentação, moradia, transporte, ensino, saúde e manutenção do emprego, todas elas situações geradoras de estresse. A administração do estresse pelos indivíduos tem-se mostrado um recurso vital nas provas técnicas de administração empresarial, já que, comprovadamente, a melhoria dos níveis de qualidade de vida, baseados nas situações críticas mencionadas, é fator diferencial entre as empresas, na competição por produtividade, qualidade e desempenho comercial. A ergonomia tem sido importante em vários segmentos industriais e não mais somente entre as empresas de origem oriental, como era comum até duas décadas atrás. Com caráter multidisciplinar, necessita de profissionais de várias áreas, entre elas, o educador físico, o psicólogo, o engenheiro, o enfermeiro e o fisioterapeuta. A fisioterapia do trabalho tem como objetivo prevenir e tratar lesões do sistema musculoesquelético e conscientizar os funcionários em adquirir qualidade e bem-estar no trabalho com noções de boa postura e de saúde. Atualmente, um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores, de acordo com o Ministério da Previdência e Assistência Social (INSS), são os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Estas doenças têm relação direta com esforços repetitivos, instrumentos e mobiliários inadequados, sobrecarregadas jornadas de trabalho, posturas físicas incorretas e estresse. A persistência dos fatores causais faz que a dor tenda a aumentar, localizando-se ao redor de articulações, como ombro, cotovelo, punho, e persistindo após a interrupção do trabalho repetitivo. Com esse projeto, objetivou-se realizar uma atividade com os funcionários do UniCEUB, ao mesmo tempo, preventiva e curativa, organizada pelos alunos do curso de Fisioterapia, que venha ao encontro das necessidades do grupo, buscando a adaptação do funcionário ao trabalho com qualidade de vida. Para isso, foram realizados exercícios terapêuticos, alongamento, relaxamento e massoterapia. Os alunos do projeto elaboraram *folders* explicativos para conscientização da importância das ações e confeccionaram um *banner* que foi exposto na SISPAT (Semana Interna de Saúde e Prevenção de Acidentes do Trabalho), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos funcionários.

Palavras-chave: Ergonomia. Fisioterapia. Saúde.

FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA:
Saúde para a comunidade

Flávia L. V. Dumas
UniCEUB – FACS – Fisioterapia
fladeira@gmail.com

O projeto de Fisioterapia em saúde coletiva teve o objetivo de proporcionar saúde para todos. A atuação na prevenção de doenças, por meio de *folder* informativo, pôde ser feita a pessoas que transitavam no Setor Comercial Sul e no abrigo onde as crianças com disfunções neurológicas foram atendidas. Os alunos puderam fazer a propaganda do atendimento de Fisioterapia à medida que entregavam o *folder* explicativo sobre determinada doença, com tratamento gratuito pelos estagiários do Centro de Formação do UniCEUB. Com relação às atividades do projeto no Abrigo, as experiências também foram proveitosas tanto para os alunos como para os indivíduos beneficiados. Primeiramente, os alunos realizaram o atendimento de três crianças com problemas neurológicos e seqüelas agravadas pela falta de atendimento em função do contexto de vida, pois essas crianças residem em um abrigo onde as condições de educação e cuidados são precárias pela ausência de família estruturada. Um ponto positivo e pouco freqüente vivenciado pelos alunos foi a adoção de uma das crianças com problemas neurológicos. Além do atendimento, os alunos do projeto tiveram contato com as outras crianças do abrigo e puderam realizar orientações de saúde. As conversas eram informais, não em molde de palestra, e isso facilitou a abordagem com as crianças.

Palavras-chave: Saúde. Educação. Responsabilidade social.

GESTÃO AMBIENTAL NO UniCEUB

Odette Rezende Roncador
UniCEUB – FACES – Geografia
odetterr@brturbo.com.br

Satsuqui Wada
UniCEUB – FACES – Geografia
satsuqui.wada@uniceub.br

O projeto *Gestão ambiental no UniCEUB* tem formulado estratégias para promover uma nova cultura institucional, inserindo critérios socioambientais em todos os níveis, e objetiva melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Constitui oportunidade de apontar questões importantes para compreender a estreita relação com o ambiente e conhecer os impactos provocados pelas atividades desenvolvidas. Significa a possibilidade de repensar as visões e as ações da Instituição, com o intuito de orientar a caminhada em direção à relação sustentável com o ambiente. Deve-se traduzir na operacionalização de práticas que possam melhorar a qualidade de vida de todos os que integram sua comunidade, levando em conta a necessidade de utilizar corretamente os materiais e os recursos úteis ao bom funcionamento institucional. Com a implantação do projeto, o UniCEUB incentiva e realiza a redução de impactos socioambientais negativos. O projeto tem como objetivos: inserir a dimensão socioambiental na administração e nas práticas dos professores, dos alunos e dos funcionários do UniCEUB; caracterizar e estabelecer diagnóstico dos problemas que interferem na qualidade ambiental; propor estratégias de resolução e de criação de condições de sustentabilidade; gerir adequadamente os resíduos sólidos, as emissões e os efluentes; usar, com eficiência, os recursos naturais, combatendo os desperdícios; adotar critérios de ecoeficiência na aquisição de produtos e serviços; treinar e capacitar os funcionários e os terceirizados; estimular atitudes direcionadas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilizar a comunidade interna para a necessidade de introduzir práticas direcionadas ao desenvolvimento sustentável; assentar as bases para a implantação de programas de capacitação e de cooperação técnica, tanto internamente quanto com instituições externas. O projeto orienta-se metodologicamente por perspectiva interdisciplinar, pautando-se por distintas abordagens dos problemas e das questões a ser trabalhados.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Qualidade de vida. Impactos socioambientais.

GESTÃO INSTITUCIONAL

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
Assessora de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB
assessoria.extensao@uniceub.br

A proposta apresentada situa-se na problemática da organização do trabalho pedagógico desenvolvido por docentes universitários e da gestão acadêmica em diversas áreas do conhecimento. A investigação visa aprimorar a organização do trabalho pedagógico e a gestão acadêmica no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Cada campo disciplinar e profissional necessita de parâmetros didáticos específicos. No caso do docente universitário, a prática que define a sua situação na instituição não está bem definida, pois o professor reconhece-se por sua profissão de origem e pelo título acadêmico que lhe foi conferido. Essa situação é bastante distinta dos trabalhadores da educação de outros níveis de ensino que têm tradição de séculos em programas de formação específica dos professores para exercício da docência. A criação desta proposta surgiu da necessidade de ampliar conhecimentos a respeito do processo de desenvolvimento de práticas pedagógicas pelo docente universitário em diversas áreas do conhecimento e de aprimorar a gestão acadêmica institucional, apresentando e aprofundando o conhecimento da política e da filosofia institucional. O desafio que os professores enfrentam em relação à adequação dos conteúdos aos métodos e dos objetivos às avaliações praticadas nas disciplinas e, concomitantemente, a necessidade de preparar o aluno para o exercício profissional futuro foram alguns dos elementos geradores do questionamento. Neste projeto, observa-se, com base em abordagens específicas, como a gestão e o trabalho pedagógico ocorrem na educação superior, e desenvolvem-se propostas de atualização e aprimoramento na área dos processos e do trabalho pedagógico desenvolvido no UniCEUB. O objetivo geral é promover a atualização e o aprimoramento da gestão acadêmica e a organização do trabalho pedagógico desenvolvidos, respectivamente, pelos gestores e pelo corpo docente no Centro Universitário de Brasília. Para implantação do projeto, o objetivo geral tem sido alcançado com a realização de etapas que se inserem nos seguintes objetivos específicos: desenvolvimento de propostas de atualização e aperfeiçoamento da gestão acadêmica na Instituição; desenvolvimento de propostas de atualização e aperfeiçoamento da organização do trabalho pedagógico na Instituição; avaliação permanente das atividades desenvolvidas e coleta de dados de renovação das propostas apresentadas. Entre as possibilidades de implantação de ações voltadas para o aprimoramento da docência e da gestão institucional no UniCEUB, optou-se pelo fortalecimento do projeto de extensão *Educação continuada* sob responsabilidade da Assessoria Pedagógica da Diretoria Acadêmica do UniCEUB.

Palavras-Chave: Educação Superior, Gestão Acadêmica e Formação Docente.

INCLUSÃO DIGITAL
A formação do educador social

Prof. Ádja de Jesus Neto Rego
UniCEUB – FASA -
Curso Superior de Formação Específica em Análise de Sistemas
coordenacao.analise@uniceub.br

Dando continuidade à formação do educador social nas EICs (Escola de Informática e Cidadania) no ano de 2008, a parceria entre o CDI-DF e o UniCEUB estendeu-se ao curso de HTML realizado nas dependências do *campus* do UniCEUB, com apoio do CENFOR – Centro de Formação em Psicologia do UniCEUB, representado pela professora Leida Maria, para a formação de educadores para o mercado de trabalho. O CENFOR de Psicologia organizou um treinamento de 20 horas, para capacitar os educadores no uso de dinâmicas a ser reaplicadas nas EICs que trabalham no projeto *Inserção*, com o objetivo de facilitar o dia-a-dia em sala de aula e encaminhar seus educandos ao mercado de trabalho. Foram atendidas 9 EICs: Casa de Estevão, Casa de Lívia, CRAS Brazlandia, Cose Guariroba, CEAL LP, Casa São José, POLITEC Solidária, HABRA, CRAS Taguatinga. Em segundo momento, um grupo de educandos foi encaminhado para entrevista no CENFOR, sendo orientados a reconhecer suas habilidades e competências e a elaborar um projeto de vida profissional. Foram ministradas palestras de formação para os educadores do CDI-DF; uma delas, intitulada *Mercado de trabalho: empregabilidade e trabalho*, teve a participação de 24 EICs e 60 pessoas entre coordenadores, educadores e educandos. O CENFOR realizou a conciliação do programa *Transferência de renda com a entrada no mercado de trabalho*, do qual participaram 8 EICs e 11 pessoas. O encontro das EIC´s, realizado em 11 de julho de 2008, no UniCEUB, apresentou os resultados do semestre em forma de oficinas e minicursos. Além destas foram atendidas, até junho de 2008, diretamente pelos cursos de HTML e pelo treinamento no CENFOR, as seguintes instituições e comunidades: EIC Projeto Praticar, localizada na Vila Estrutural, atende principalmente jovens e adultos, oferece canto coral, futebol, biblioteca, apoio pedagógico; EIC Cose Guariroba, localizada em Guariroba – Ceilândia, atende jovens de baixa renda da comunidade, dá prioridade aos encaminhados pelos programas de transferência de renda, oferece curso de apoio de Secretariado e Cidadania; EIC SECONCI, localizado no SCS da Asa Sul, atende pessoas vinculadas à construção civil para que tenham oportunidade de crescimento e é aberto à comunidade; EIC Felipe de Lyon, localizada em Planaltina de Goiás, entorno do DF, funciona em uma escola estadual e atende a comunidade rural local, além de crianças e jovens estudantes; EIC CRAS Núcleo Bandeirante, localizada no Núcleo Bandeirante, atende jovens de baixa renda da comunidade, dá prioridade aos encaminhados pelos programas de transferência de renda do GDF; EIC Casa de Estevão, localizada na Asa Norte - Brasília, atende pessoas de baixa renda que se deslocam para o Plano Piloto, para trabalhar e deixam seus filhos nas instalações da Casa de Estevão, além de crianças e jovens estudantes; EIC POLITEC Solidária, localizada em Águas Claras, é o braço social da POLITEC e atende desde adolescentes até a 3ª idade; EIC ASP, localizada na Asa Sul, atende adolescentes e crianças de escolas públicas; EIC CRAS Taguatinga, localizada em Taguatinga Norte, atende jovens de baixa renda da comunidade, dá prioridade aos encaminhados pelos programas de transferência de renda do GDF, está desativada desde 30 de maio; EIC UnB Santa Maria, localizada em Santa Maria, atende crianças e comunidade de baixa renda, está desativada no momento; EIC CRAS Sobradinho, localizada em Sobradinho I, atende jovens de baixa renda da comunidade, dá prioridade aos encaminhados pelos programas de transferência de renda do GDF, está desativada desde 30 de maio; EIC Casa de Lívia, localizada em Planaltina, atende crianças, jovens e adultos que freqüentam a instituição; EIC CRAS Brazlandia atende

jovens, adolescentes e adultos de baixa renda da comunidade, dá prioridade aos encaminhados pelos programas de transferência de renda do GDF; EIC CEAL, situado na Asa Norte, atende crianças, adolescentes e jovens portadores de necessidades especiais auditivas e seus parentes; EIC HABRA, situado na Asa Sul – Brasília, atende adolescentes encaminhados pelo GDF; EIC MODELO, situado na Asa Sul, no CONIC, atende a comunidade local; EIC Padre Urbano Rahus, situado em Taguatinga Norte, atende comunidade, adolescentes, jovens, adultos e terceira idade. As comunidades atendidas pelo curso de HTML produziram os *sites* das Instituições. Os participantes do curso foram escolhidos entre educadores, coordenadores e educandos das EICs do CDI-DF e Entorno. O projeto tem contribuído para a formação do educador social, consciente de suas habilidades, possibilidades como cidadão e agente transformador. Por meio da inclusão digital, o UniCEUB assume o seu papel de instituição transformadora da realidade social e contribui para que a inclusão digital possa dar suporte ao verdadeiro projeto de vida nas comunidades atendidas. A parceria tem rendido frutos: o UniCEUB recebeu, pela segunda vez, o título de Instituição Amiga da Inclusão Digital. As professoras Leida Mota e Ádja Rego foram agracidas com o título de Amiga da Inclusão Digital, entregue no Dia da Inclusão Digital.

Palavras-chave: Inclusão digital. Educador social. Cidadania.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE: VIVENCIANDO A CULTURA DA REDAÇÃO

Manoel Henrique Tavares Moreira
UniCEUB – FATECS - Comunicação Social
henrique.moreira@uniceub.br

O projeto é resultado de um convênio firmado entre o UniCEUB e o jornal *Correio Braziliense*, em 21 de março de 2007, visando propiciar, de forma gratuita, aos estudantes regularmente matriculados no curso de graduação em Comunicação Social do UniCEUB a participação em atividades de extensão desenvolvidas nas dependências do Correio Braziliense, no Distrito Federal. Como objetivos específicos, o projeto visa introduzir e disseminar a atividade de extensão no ensino de graduação em comunicação social, estimular os alunos a engajar-se em atividades de extensão, além de preparar os alunos com talento e vocação para o desenvolvimento das habilidades relacionadas às práticas jornalísticas. Os alunos selecionados participaram, durante 60 horas, ao longo de dez dias, de atividades desenvolvidas junto às editorias do jornal *Correio Braziliense*. Assim, puderam acompanhar, durante duas semanas, o trabalho desenvolvido pelos profissionais das editorias de Cidades, Suplementos, Esportes e Cultura, desde a definição da pauta até o fechamento da matéria e sua inclusão na edição do jornal. Com isso, os alunos puderam compreender de que forma as condições de produção e a cultura das redações influenciam o resultado final do trabalho jornalístico. O projeto foi possível graças à dedicação de professores do curso de Jornalismo do UniCEUB que atuam, também, na redação do *Correio Braziliense*, o que lhes permitiu acompanhar as atividades dos alunos. Isso trouxe como resultado positivo a contratação de 4 dos cinco participantes como estagiários regulares e remunerados do *Correio Braziliense*, o que se constitui importante ponto de partida para os alunos ingressarem no campo profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Condições de produção. Cultura profissional.

LIONS CLUBE DE BRASÍLIA UNIVERSITÁRIO – UniCEUB

Adilson de Lizio
UniCEUB – curso de Direito - FAJS
adilson.lizio@globo.com

O Lions Clube de Brasília Universitário – UniCEUB é vinculado à Associação Internacional de Lions Clubes, presente em 200 países e regiões geográficas. É a maior e melhor instituição de voluntários no mundo e procura responder às necessidades que desafiam a comunidade. Em relatório publicado em 5 de julho de 2007, a *Lions Club International Foundation* ficou em primeiro lugar entre as organizações não-governamentais. As pontuações foram compiladas pelo jornal *Financial Times*, em parceria com a *Dalberg Global Development Advisers* e o Pacto Mundial das Nações Unidas, que destacou o crescente interesse de empresas em parcerias de longo prazo, para combater um número maior de problemas sociais. Os Lions Clubes Universitários realizam projetos e atividades, para atender as comunidades universitárias, dando aos sócios o poder de efetuar mudanças, propiciando experiência e oportunidade de desenvolver habilidades de liderança útil por toda a vida, disseminando a cultura do voluntariado. No UniCEUB, o Clube atua em duas vertentes: uma atende ao público interno, em especial aos alunos portadores de necessidades especiais, por meio do Núcleo de Integração à Vida Acadêmica, propiciando material específico e adaptação das instalações físicas da Instituição, promovendo palestras no projeto *UniCEUB na erradicação do analfabetismo* e em apoio ao projeto *Direitos Humanos e desenvolvimento;* outra atende ao público externo no atendimento de suas necessidades educacionais, por meio de campanhas filantrópicas, e na integração social mediante eventos leonísticos e sociais.

Palavras-chave: Lions Clubes. Voluntariado. Responsabilidade Social.

NÚCLEO DE EXTENSÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES – NEAC

Lílian Rose Lemos Rocha
UniCEUB – Direito – FAJS
lcristal@gmail.com

As ações do NEAC envolvem um processo contínuo de integração acadêmica e complementação de conhecimentos advindos do ensino, da pesquisa de matizes interdisciplinares e da captação de demandas e necessidades da sociedade, permitindo orientar a produção, o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento. Esse processo estabelece relação real e dinâmica do curso com o contexto social. Para fins de efetivação das ações, compreende-se a diversidade de modalidades de extensão, as quais, preservadas às nominadas no plano institucional do UniCEUB, reportam-se aos projetos institucionais, isto é, os cursos de extensão, os eventos incidentais e ou regulares de curta duração, como palestras, seminários, exposições, congressos, e os programas permanentes e ou temporários de estudo e reflexão científica sobre matérias de interesse dos eixos temáticos, os quais possam reverter-se em ações de integração social. Nesta perspectiva, cabe relatar os acontecimentos promovidos no 1° semestre do presente ano letivo, consoante o destaque que segue. Quanto aos de extensão, o NEAC introduziu quatro cursos com carga horária de 20 horas-aula cada um, sendo eles: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Direito da Criança e do Adolescente, Direito e Políticas Públicas e Novos Desafios aos Direitos do Consumidor. Quanto aos eventos incidentais e ou regulares de curta duração, a agenda do NEAC foi preenchida com acontecimentos relacionados com a atualidade, os quais contaram com a participação exemplar dos professores do UniCEUB e com educadores e profissionais de outras instituições. O NEAC e o Núcleo de Monografia do curso de Direito firmaram parceria, para, de forma inédita, promover os seminários temáticos entre os dias 10/03 e 19/03, os quais objetivaram aos matriculados nas disciplinas de Monografia I e II a assistência de temas jurídicos para o desenvolvimento de trabalhos de conclusão do curso. Nas datas determinadas, os acadêmicos usufruíram da explanação dos professores de acordo com as perspectivas dos três eixos temáticos do curso de Direito: Direito, Estado e Globalização; Direito Privado e Cidadania; Direitos Fundamentais e Acesso à Justiça, não descuidando da associação com as áreas de concentração da pós-graduação em Direito: Direito das Relações Internacionais e Direito e Políticas Públicas. Tendo em consideração a necessidade de fortalecimento do conhecimento dos acadêmicos para fins de qualificação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o NEAC promoveu os cursos Saber Direito, nas áreas de Direito Constitucional e Direito Penal. O curso Aprova CEUB, cujo ideal tem-se na sistematização de conteúdos jurídicos com o objetivo específico do exame para ingresso na OAB, não apresentou satisfatória procura pelos discentes. A maturação, a persistência e o enquadramento das necessidades singulares aos objetivos pretendidos é que poderão criar uma cultura na instituição que credencie o curso como legitimado pelos discentes. O resultado deste movimento interno de atividades realizadas pelo NEAC verifica-se na mensuração da expressiva consignação de horas complementares em favor dos acadêmicos. O ideal é estender o atendimento dos anseios da comunidade acadêmica, realizando, para tanto, termos de cooperação com os demais organismos do UniCEUB, tal como firmado com os cursos de Psicologia, Pedagogia, Jornalismo, a pós- graduação e o mestrado. Com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), tem-se, em gestão, termo de cooperação para fins de superação das deficiências dos acadêmicos sob a prática jurídica. Pela mesma razão, foram efetuados convênios com instituições externas, entre elas, o PROCON/DF, o Conselho da Mulher e a Universidade Metropolitana de Assuncíon (U.M.A). Estão sob tratativas o convênio com curso Âmbito Jurídico, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Superior Tribunal de Justiça, e a parceria com Escola da

Natureza, Parque Nacional de Brasília, Ação Global, Ministério da Defesa e outros. O NEAC busca incentivar estrutura própria para controle das suas ações, por meio de figuras pré-estabelecidas, as quais poderão somar-se a outras, conforme as demandas. Assim sendo, tem-se o Núcleo de Estudo e Educação Socioambiental (NEESA), o Núcleo de Estudos dos Direitos do Consumidor e o Projeto Direitos Humanos e Desenvolvimento. Importa destacar que as atividades dos projetos institucionais são controladas por informações prestadas pelos respectivos núcleos ao NEAC, utilizando, para isso, determinados formulários, quais sejam: relatório de atividades de encontros e eventos; controle de atividades e horas; relação dos participantes; cadastro de entidades parceiras; relatório semestral. O NEAC labora pela aprovação de mais dois projetos institucionais, quais sejam: o Laboratório de Análise e Produção de Textos Jurídicos, e o Núcleo de Estudos em Direito Penal e Processo Penal. Assim, põe-se o NEAC no vértice de vários acontecimentos acadêmicos que tendem à provocação dos alunos de graduação, para tomar posições que contribuam para a estabilidade das instituições jurídicas e políticas. O reconhecimento das ações não apenas advém da gratificação dos professores, que são instigados a participar da gestão e ou dos eventos, mas também da Instituição, a qual, pela Ouvidoria, transmite congratulações ao trabalho desenvolvido.

Palavras-chave: Extensão. Atividades complementares. Integração. Comunidade. Universidade.

NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA RESGATE DE CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS INDISPENSÁVEIS À VIDA ACADÊMICA

Francisco Narcizo Carneiro
UniCEUB – CICLO BÁSICO
fcarneiro44@yahoo.com.br

O Nivelamento em Língua Portuguesa oferece ao aluno a oportunidade de resgatar conhecimentos e estruturas lingüísticas adormecidos ou mal-trabalhados em níveis anteriores à vida acadêmica do educando. As atividades desenvolvidas visam a uma preparação básica nos níveis de oralidade e de escritura, tendo como foco central a inserção do aluno, de forma geral, à sua formação específica. As atividades são desenvolvidas de modo sistêmico, trabalhando eminentemente os conhecimentos voltados para a linguagem acadêmica. Embora sistêmica, o curso não efetua a avaliação na forma de prova, oportunizando ao aluno auto-avaliações contínuas, aula a aula, nas modalidades oral e escrita. O exercício da oralidade é freqüente, no intuito de aperfeiçoar as várias formas de expressão. O desenvolvimento da escritura é sugerido por meio de exercícios práticos, utilizando-se, sempre que necessário, técnicas de re-escritura e adequação dos textos de acordo com pontos de vista semânticos contextualizados e ou a própria correção elementar de estruturas. Os resultados auferidos demonstram um alto grau de satisfação da parte da comunidade discente participante do curso, de forma séria e permanente. Isso se constata não só da parte do aluno, mas também da parte do docente que o encaminha para a realização do curso. Os professores responsáveis pela condução do projeto fazem o monitoramento da obtenção de resultados por meio de análise constante dos portifólios dos alunos, instrumento de avaliação substitutivo das provas convencionais. Esse procedimento avaliativo fornece ao professor o diagnóstico exato e instantâneo da recepção do aluno com relação às atividades desenvolvidas, sob a forma de produção de texto ou análises propriamente ditas. Como o objetivo central do curso se baseia em procedimento de reestruturação, as atividades abrangem formas, conteúdos e métodos adequados, para despertar, no aluno, meios de diagnóstico e técnicas para um caminhar mais seguro nas atividades lingüísticas específicas à sua futura formação acadêmica. O projeto completa, em 2008, 7 anos de atividades e contabiliza resultados plenamente satisfatórios. Vê-se, da parte dos alunos, gratidão ao Centro Universitário, por ter-lhes oferecido, gratuitamente, um curso de qualidade, resgatando-lhes auto-estima e dando-lhes a oportunidade de caminhar, de forma mais segura, rumo à profissionalização competente oferecida pelo UniCEUB. Um curso desta natureza faz-se necessário à vida acadêmica como momento ímpar de satisfação pessoal para o aluno, resgate de cidadania e visão interativa da língua adequada às diversas modalidades.

Palavras-chave: Conhecimento. Revisão. Busca de aperfeiçoamento.

NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA

Luís Cláudio Lopes de Araújo
UniCEUB – CICLO BÁSICO
luisclaudio.mat@gmail.com

Em sintonia com a orientação do SINAES, do MEC, o Nivelamento em Matemática teve por objetivo promover um grau de conhecimento mínimo que permitisse a alunos de nível superior acompanhar as disciplinas de conhecimentos matemáticos nos cursos do UniCEUB com compreensão ou fortalecer o conhecimento em relação aos principais tópicos de matemática do ensino fundamental e médio. As aulas foram ministradas em salas convencionais, fazendo uso de recursos computacionais livres (*softwares* e ambientes virtuais de aprendizagem – Moodle em: http://www.mdigital.uniceub.br/salavirtual) em dois encontros semanais. Na maior parte do curso, os alunos puderam observar os objetos estudados de forma dinâmica, com uso do *software* GeoGebra. Pôde-se observar melhor nível de compreensão dos conceitos estudados em espaço de tempo relativamente curto, pois o curso foi organizado em dois módulos: o primeiro era mais simples, e o segundo, destinado a alunos dos cursos de Engenharia e Ciência da Computação, apresentado em grau de abstração maior. Para cada módulo, foi destinada uma aula por semana, ao longo do semestre, e, mesmo assim, foi possível passar pela maioria dos tópicos importantes de matemática do Ensino Fundamental e Médio. O recurso Moodle foi usado em parte do curso, e o aluno teve acesso a vídeos sobre assuntos elementares, como frações, simetria, equações e divisão, vídeos preparados pelo professor que instruíam sobre o uso de determinados *softwares* e alguns conceitos teóricos, além de atividades disponíveis na própria plataforma. Deste modo, o aluno foi exposto a uma abordagem metodológica que fez uso de *softwares*, *internet* e sala de aula convencional, e a resposta foi bastante positiva. Espera-se, com todo o trabalho realizado, ser aprimorado o aprendizado em disciplinas que usem a matemática como recurso no desenvolvimento e, futuramente, em sua vida profissional.

Palavras-chave: Ensino, Matemática, Nivelamento

NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR NOVOS DESAFIOS APÓS 18 ANOS DA LEI DE CONSUMO

Walter José Faiad de Moura
UniCEUB- Curso de Direito – FAJS
walterfmoura@yahoo.com.br

Leonardo Roscoe Bessa
UniCEUB- Curso de Direito – FAJS

A Lei 8.078/90 já conta, em 2008, com sua maioridade. Assimilando os dezoito anos da norma com a maioridade civil, é valiosa a comparação neste momento, para avaliar os trabalhos do UniCON. Desde o segundo semestre de 2003, este grupo aproximou os alunos de estudos aprofundados sobre Direito do Consumidor e direito privado. É já cediço que a proteção dos consumidores se fez presente no Brasil, por meio do jargão muito conhecido de que "o Código do Consumidor é uma lei que pegou!". No entanto, por detrás desta boa notícia, estão, também, as preocupações de um mercado que não parou de evoluir e, com ele, novos problemas afligem os consumidores brasileiros. O primeiro deles diz respeito às investidas de setores que pretendem a modificação do texto da Lei perante o Poder Legislativo. Logo, o elogiado Código não está isento de críticas ou propostas legislativas que, à luz da academia, merecem ser estudadas com atenção. Em 2008, foi retomado o trabalho de acompanhamento, por parte dos alunos do UniCON, dos textos legislativos que tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, cujos objetos envolviam propostas de alteração direta da Lei n. 8.078/90. A escolha das proposições legislativas analisadas baseou-se nos temas principais do Direito do Consumidor e da Política Nacional das Relações de Consumo, fazendo dos encontros semanais oportunidades de discussão teórica e prática das proposições legislativas, envolvendo o dia-a-dia dos consumidores. Dos encontros foram produzidos pareceres técnico-jurídicos sobre as proposições legislativas que revelaram a conscientização dos estudantes acerca da necessidade de estimular a participação maior da sociedade no processo legislativo, estimular o controle social sobre os mecanismos democráticos, além do tratamento de temas, como o fortalecimento da cidadania e o gozo dos direitos civis. De específico, foi concluído que as propostas legislativas não promoviam alteração positiva à Lei. Em relação ao trabalho de educação dos consumidores, que já alcançou, durante estes 5 anos, mais de 1.600 alunos da rede pública do Distrito Federal, o trabalho do Grupo de Aulas foi dedicado, pela primeira vez, a uma cidade do entorno brasiliense, no Estado de Goiás. Na escola, duas centenas de alunos tiveram aula sobre Direitos Básicos dos Consumidores, cujo enfoque foi a necessidade de os consumidores brasileiros conscientizarem-se sobre o consumo responsável de crédito, participação de todos os familiares na contração de dívidas e idéia de concretizar medidas práticas para economia de energia elétrica, modificação de hábitos que importem em desperdício de alimentos, roupas, móveis, eletrodomésticos e demais bens de consumo. Todos os alunos foram orientados sobre que as necessidades divulgadas em publicidade e anúncios do mercado não correspondem às necessidades reais de cada família, devendo-se priorizar o orçamento familiar, a poupança e os gastos essenciais. No ano de 2008, o Grupo de Cartilhas produziu um calendário dedicado à conscientização do público sobre o consumo sustentável, na linha de outros trabalhos já apoiados pela *consumers international*. Os alunos tiveram a experiência de desenvolver o produto desde seu início, não apenas estabelecendo seu conteúdo, mas também o desenho, a formatação e a estrutura, de acordo com o público-alvo desejado. A produção de cartilhas foi, em primeira tiragem, de 5.000

exemplares. Merece destaque o fato de os alunos participarem do IX Congresso Nacional de Direito do Consumidor, ocorrido em Brasília e organizado pelo Instituto Brasileiro de Política de Direito do Consumidor, oportunidade em que tiveram acesso ao desenvolvimento de palestras proferidas pelos maiores expoentes de Direito do Consumidor do país, além de expoentes internacionais. Na perspectiva de dar à aplicação do Código de Defesa do Consumidor atenção condizente com sua maioridade, os desideratos do UniCON (2008) bem atenderam a tal perspectiva.

Palavras-chave: UniCON. Maioridade do CDC. Desafios.

NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA

Suzana Schwerz Funghetto
UniCEUB - Assessoria de Extensão e Integração Comunitária
suzana.funghetto@uniceub.br

Ana Maria Schmarczek Beier
UniCEUB - Assessoria de Extensão e Integração Comunitária
assessoria.extensao@uniceub.br

A inserção, no ensino superior, do aluno que apresenta necessidades especiais impõe às políticas educacionais grandes desafios e exige discussões e ações que garantam a trajetória educacional significativa. O projeto institucional de extensão denominado Núcleo de Integração à Vida Acadêmica foi criado em 18 de julho de 2005, com o objetivo de possibilitar a transformação de práticas para a construção de política de acesso e permanência dos alunos com deficiência que apresentam necessidades especiais. O projeto de extensão tem como proposta de atuação a metodologia de projetos em que há a possibilidade de articulação dos saberes escolares com os sociais. São realizadas as seguintes ações: atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência; adaptações arquitetônicas; oferecimento de acompanhamento de intérpretes aos alunos com deficiência auditiva; acompanhamento individualizado de ledores aos alunos cegos ou de baixa visão. Nos dois últimos semestres, 2° de 2007 e 1° de 2008, foram registradas as matrículas de 127 alunos com deficiência. O acompanhamento pedagógico e o atendimento prestado pelo UniCEUB, por meio do Núcleo de Integração à Vida Acadêmica, têm possibilitado a transformação de práticas para a construção de política de acesso e permanência desse alunos, além de promover a inclusão e a permanência no ensino superior e proporcionar aos alunos que fazem parte do projeto como monitores a prática da cidadania e da responsabilidade social.

Palavras-chave: Inclusão. Necessidades educacionais especiais. Ensino superior

OFICINA DE REVISÃO DE TEXTO: UM NOVO CAMINHO PARA O LETRAMENTO

Harrison da Rocha
UniCEUB – Letras - FACES
rocha123@gmail.com

A linguagem escrita é apenas um dos muitos modos de representação do domínio público. A Análise de Discurso Crítica constitui-se pela percepção do discurso como elemento das práticas sociais em perspectiva dialética entre linguagem e sociedade. Assim, essa teoria considera o discurso como a integração de diversos modos semióticos, em que os falantes e as falantes, ao fazer uso das linguagens disponíveis, agem sobre as outras pessoas e sobre o mundo. De outra parte, a comunicação sempre foi multissemiótica, mas assumir essa perspectiva torna-se algo novo e assustador, principalmente para as sociedades grafocêntricas. As mudanças no cenário comunicacional têm ficado fora do ensino de Língua Portuguesa no Brasil porque, em grande parte, valoriza-se, ainda, o modelo autônomo do letramento, centrando-se no entendimento da nomenclatura gramatical em atividades fossilizadas, não-significativas e fora do contexto social dos alunos e das alunas. Ao pensar que se aprende a língua pela prática, fazendo, o objetivo deste projeto é considerar a revisão de texto sob nova perspectiva, como prática multissemiótica e crítica que pode ser aplicada ao ensino de Língua Portuguesa, pois pode trazer mudanças significativas, inclusive levar o aprendiz e a aprendiz não apenas ao letramento formal, escrito, mas também ao entendimento amplo do que é linguagem. Isso tem provocado impactos positivos no corpo discente quando depara com a atividade que quebra antigos cânones no ensino de Língua Portuguesa. A atividade de revisão lida com níveis de linguagem, adequação sociocomunicativa, gêneros discursivos variados e seus elementos naturalmente constituintes, ou seja, tipologias textuais, estruturas lingüísticas, além de incluir outros modos semióticos, como formatação, cores, imagens visuais. A perspectiva justifica-se porque se devem acompanhar as mudanças hodiernas e preparar os futuros docentes para as atividades de linguagem amplas, trazendo as práticas sociais, os eventos discursivos e as práticas de texto para sala de aula. O projeto tem como fundamentação teórica Barton, Hamilton & Ivanic (2000); Street (1993); Fairclough (1992, 2003); Chouliaraki & Fairclough (1999); Kress & van Leeuwen (1996) e Thompson (2000).

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Revisão de texto. Análise de Discurso Crítica.

TEATRO UNIVERSITÁRIO

João Timótheo Maciel Porto
UniCEUB – Assessoria de Extensão e Integração Comunitária
joão.porto@uniceub.br

Criar e desenvolver o teatro universitário requer informações e diálogo entre seus integrantes, constitui categoria de organização e produção teatral em que um núcleo de atores movidos pelo mesmo objetivo e ideais realiza um trabalho em continuidade e estende sua atuação a outras áreas. O grupo criou uma linguagem que o identifica com temas sobre conhecimento profundo do objeto em estudo, para construir uma dramaturgia adequada ao espetáculo proposto. Uma das características dessa metodologia é propor a formação de nova cultura, enfatizando os procedimentos valorizados para o crescimento do grupo. A prática do teatro de grupo incita o artista a reconhecer a coletividade, sem, no entanto, impedir que seja criativo. O que chamamos de "teatro grupal" não é, assim, a mera organização coletiva. Os grupos passam a usar este conceito, para marcar sua posição de criador e de indivíduo. O sentido de coletividade despertado nos integrantes está presente nesse trabalho. Uma oficina de iniciação teatral tem como fim desinibir e apresentar aos alunos a linguagem teatral. A peça teatral *Fragmentos de teatro*, apresentada aos familiares dos alunos, obteve avaliação positiva.

Palavras-chave: Teatro universitário. Linguagem. Coletividade.

PSICOPATOLOGIA E SÁUDE MENTAL
Espaços de interlocução: saúde mental, comunicação e cidadania

Tânia Inessa Martins de Rezende
UniCEUB – FACS – Psicologia
tânia@hades.com.br

O campo da saúde mental tem sofrido profundas e importantes transformações: de um olhar marcado pelo estigma e pela busca da patologia, abre-se à atuação multiprofissional, com ênfase na inclusão social e nos direitos humanos. Esse novo paradigma exige um profissional crítico, reflexivo e capaz de problematizar a realidade e as reais demandas da sociedade brasileira. A atuação em saúde mental, em detrimento da idéia de doença mental, comparece para a Psicologia como um espaço privilegiado de atuação clínica, redefinindo suas dimensões, objetivos e estratégias. Configura-se como um campo de atuação psicossocial, voltando-se para o resgate da cidadania do sujeito em sofrimento psíquico. Neste sentido, o projeto tem por objetivo proporcionar aos alunos do curso de Psicologia a possibilidade de desenvolvimento de atividades de cunho clínico, social e voluntário em instituições públicas e organizações não-governamentais de saúde mental, estreitando a relação entre teoria e prática, aprofundando a interlocução entre as áreas do conhecimento, levando a analisar e compreender os processos de subjetivação em saúde mental, considerando o contexto histórico-social, as necessidades, as demandas e os desejos do sujeito em sofrimento psíquico grave. O projeto visa suprir as necessidades de acompanhamento psicológico de usuários de saúde mental e as demandas da instituição, desenvolvendo atividades de cunho clínico, psicossocial e voluntário em instituições públicas de saúde mental que atendem parcela socioeconômica em situação desfavorável, contribuindo para a construção de práticas substitutivas em saúde mental no Distrito Federal. Além disso, tem colaborado com a construção de nova forma de atuação e relação com as pessoas que apresentam sofrimento psíquico grave, pautada nos princípios defendidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Psicologia, na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial. As ações desenvolvidas têm como função primordial iniciar e desenvolver um espaço de interlocução, com os usuários de saúde mental e com os profissionais, que permita construir novo olhar sobre a loucura e o sofrimento psíquico grave e produza momentos e processos de subjetivação de modo a trabalhar em direção à inclusão social dos usuários de saúde mental. É articulado e desenvolvido por meio de atividades e projetos, considerando as peculiares de demandas e especificidade da clientela. As ações contemplaram as demandas institucionais identificadas no semestre anterior e envolveram todos os atores sociais da instituição: usuários de saúde mental, familiares e profissionais. São elas: atividades comunitárias e terapêuticas, participação em reuniões de equipe, acompanhamento individual de pacientes e familiares, participação em grupo de usuários e de famílias. O resultado é a adesão e a participação intensa de usuários e familiares e, sobretudo, um ganho qualitativo na participação, em que os usuários comparecem como sujeitos de suas histórias. Com isso, acredita-se que seja possível a criação de um espaço diferenciado nas instituições de saúde mental, que invista no potencial saudável do indivíduo com a possibilidade de ressignificação de questões pessoais, ultrapassando os limites institucionais. Destaca-se, a realização da oficina de Comunicação Comunitária, ministrada pela TV Pinel, que teve como objetivo instrumentalizar para a criação de um núcleo permanente de comunicação comunitária em saúde mental no DF, a ser sediado no UniCEUB. O Núcleo, formado por técnicos, estagiários de Psicologia e Comunicação Social e usuários de saúde mental, tem por objetivo potencializar as modificações propostas pela Reforma Psiquiátrica, funcionando

como importante instrumento de inclusão social e de debate sobre o sofrimento psíquico grave e seu tratamento, por meio da produção de vídeos em metodologia de trabalho participativa em TV comunitária, ajudando a construir nova imagem da loucura no Distrito Federal. Neste sentido, o projeto tem contribuído para a construção de novo olhar sobre o sofrimento psíquico grave que sustenta a atuação voltada para os processos de subjetivação, resgate da cidadania e inclusão social.

Palavras-chave: Saúde mental. Cidadania. Inclusão social. Comunicação comunitária.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EM AÇÃO

Gilvaci Rodrigues Azevedo
UniCEUB – FACES – Pedagogia
gilvaci2002@ig.com.br

Alunos voluntários:
Thamires Santos de Melo
Luana Severo Pereira Gomes
João Pedro Trevisan Martins
Gabriel Mauricio de Magalhães Bastos
Arcelio de Oliveira Gomes
Ramon da Silva Vieira
Abílio José Jacinto Neto
Fabrício Schuch Lima
David de Oliveira Ribeiro
André Luís Gonçalves Moura

O projeto de extensão *Responsabilidade social em ação* foi elaborado por uma equipe multidisciplinar por sugestão da professora Dalva Guimarães dos Reis, diretora da Faculdade de Ciências da Educação, que convidou professores dos cursos de Geografia, História, Pedagogia e Letras para a elaboração, buscando fomentar as atividades de caráter extensionista realizadas nesta faculdade. Esta proposta pretende abrigar, de forma inter e multidisciplinar, diferentes ações, para atender às demandas provenientes das diferentes áreas de conhecimento, respeitando-se a especificidade de cada curso. Destina-se a estimular a realização de atividades de cunho educativo, social e cultural e integrar atividades de ensino e pesquisa às necessidades da sociedade, fortalecendo a função social da Instituição. Pretende-se criar condições para fortalecer a solidariedade e desenvolver a noção de responsabilidade social entre os integrantes da comunidade do UniCEUB e da comunidade externa, além de estabelecer parcerias com instituições públicas, particulares e organização não-governamental, para incrementar a qualidade das ações. No início do segundo semestre de 2006, houve o primeiro processo de seleção, incluindo treze alunos, sendo que quatro atuaram como voluntários. Os participantes receberam bolsa de estudos equivalente a 25% do valor da mensalidade, foram supervisionados pela professora coordenadora do projeto e orientados pelos professores do seu respectivo curso. O início do trabalho foi em duas escolas públicas do Distrito Federal; uma delas é localizada no Guará I, e a outra é a escola classe da Estrutural. Aos sábados, as atividades ocorreram no Espaço Comunitário da ONG Movimento de Meninos e Meninas de Rua de Brasília, localizado naquela comunidade. As atividades propostas são de leitura, escrita, artes, reforço escolar, roda de leitura, revitalização das bibliotecas, educação ambiental, ética e cidadania. Acredita-se que esse projeto constitui oportunidade para que voluntários e comunidade descubram suas potencialidades e sintam-se valorizados como cidadãos, sendo instrumento para aqueles que sonham com um mundo diferente, mais justo e igualitário, que se preocupam em buscar soluções e idealizam propostas direcionadas para o incremento do bem-estar social. No primeiro semestre de 2007, o projeto ficou centralizado na escola classe 2 do Guará I, em que os alunos apresentam defasagem entre idade e série, baixa auto-estima, problemas de disciplina, dificuldade de aprendizagem. O projeto foi apresentado à escola em reunião com a diretora, os professores e os coordenadores. Nesse encontro, foi entregue o Termo de Parceria entre a escola e o UniCEUB, para ser analisado pelo Conselho Escolar. A diretora apresentou a proposta pedagógica da escola, chamando especial atenção para os problemas

detectados: evasão e repetência. Segundo ela, cerca de 70 alunos de 1ª a 4ª série necessitavam de reforço escolar em leitura, escrita e matemática. Para atender as necessidades da escola, os alunos do UniCEUB desenvolveram os seguintes projetos: *Reforço escolar*; *Conhecendo o UniCEUB* – visita com aulas monitoradas nos laboratórios da universidade; *Reciclando com arte*; *Brincando com medidas – Matemática*. No primeiro semestre de 2008, conforme relato da diretora e dos professores, as intervenções realizadas pelos alunos voluntários contribuíram para que a escola atingisse as metas propostas no Projeto Político Pedagógico, ou seja, combater a evasão e a repetência e aumentar a auto-estima das crianças. Os projetos propostos para 2008, *Construindo nossa identidade* e *Protegendo o planeta*, elaborados pelos alunos do curso de História e Geografia, respectivamente, têm como objetivo possibilitar à criança identificar sua cultura, valorizando-a e percebendo-se como construtora da história. A metodologia do trabalho desenvolve-se por meio de oficinas, usando desenhos, produções de textos, brincadeiras, teatro, música e pintura de painéis no muro da escola. No primeiro semestre de 2008, noventa e cinco crianças da 3ª e da 4ª séries do ensino fundamental participam do projeto. Como resultado parcial, verifica-se que é possível conhecer as crianças por meio do relato de sua história de vida, suas representações, seus símbolos. Valorizar a história de vida de cada um e refletir sobre a realidade faz que a criança se sinta respeitada. Deseja-se a continuidade ao projeto no segundo semestre, pois o trabalho com as crianças representa uma lição de cidadania.

Palavras-chave: Responsabilidade. Voluntariado. Auto-estima. Identidade.

REVITALIZAÇÃO DO SETOR COMERCIAL SUL

Frederico Cruz
UniCEUB – AGEMP
frederico@fcruz.pro.br

O objetivo do projeto é a viabilização da participação do UniCEUB no Plano de Revitalização do Setor Comercial Sul conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal. Pretende-se utilizar a infra-estrutura existente no Edifício de Atendimento Comunitário do UniCEUB, localizado no Setor Comercial Sul, no sentido de contribuir para o desenvolvimento humano, social e empresarial desse complexo sistema social. O projeto foi estruturado em três partes: pesquisa diagnóstica para a identificação de demandas da região, indicação de ações que utilizem a infra-estrutura do edifício de atendimento comunitário e pesquisa de verificação do impacto da intervenção do UniCEUB na região. Trata-se, portanto, de pesquisa ação e longitudinal.

Palavras-chave: Revitalização. Infra-estrutura. Ação longitudinal.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E TRIAGEM
Acolhimento e subjetivação da demanda

Frederico Guilherme Ocampo Abreu
UniCEUB – FACS – Psicologia – CENFOR
fredpsi@hotmail.com

O presente projeto visa propiciar o acolhimento diferenciado aos clientes do CENFOR – Psicologia, parcela da população em situação social desfavorável, para oferecer o melhor encaminhamento possível. Salienta-se que a clientela é encaminhada por múltiplas dificuldades, psíquicas e sociais, tendo, em sua maioria, encontrado dificuldade de acesso a serviços e tratamentos especializados, estando presente, portanto, a urgência subjetiva em causa que solicita resposta e acolhimento breves. Segundo Levcovitz (2000), um dos principais desafios no processo de organização de serviços em saúde constitui-se na dinâmica e complexa relação com a demanda. Destaca-se a questão central, o isolamento técnico, o qual reflete um modo de organização de serviços de saúde em que a clientela se adapta às ofertas terapêuticas. O presente projeto de extensão visa mudar esta lógica nos mecanismos de recepção do Centro de Formação de Psicologia do UniCEUB e tem por objetivo realizar entrevistas de triagem no CENFOR, em abordagem de acolhimento e subjetivação da demanda, visando ao encaminhamento do cliente para o atendimento indicado, com maior mobilidade e fluidez no tratamento oferecido, buscando adequar a demanda de cada cliente à oferta de tratamentos oferecidos pelo CENFOR. As entrevistas são realizadas em dupla, por alunos das disciplinas de Psicopatologia. Antes disso, além da preparação em sala de aula, por meio da articulação com textos e discussões temáticas, os alunos participam de um treinamento, com duração média de 06 horas e são supervisionados após a realização das entrevistas, sendo orientados no preenchimento do formulário de triagem, elaborado pela equipe de Psicopatologia especialmente para esta atividade de extensão, e participam da discussão acerca das entrevistas e do processo de triagem. Os resultados almejados são: acolher o cliente, com suas queixas, demandas e sofrimento; colher informações objetivas, subjetivas e situacionais que subsidiem os supervisores na tomada de decisão sobre o melhor encaminhamento possível que o CENFOR possa oferecer a cada cliente; iniciar os alunos em atividades clínicas, em especial, primeira entrevista, melhor preparando-os para os estágios curriculares. Os alunos iniciam o desenvolvimento de habilidades fundamentais: condução de entrevista clínica, avaliação diagnóstica inicial, estabelecimento do *rapport,* além de familiarizar-se com os procedimentos administrativos e clínicos – como a supervisão, por exemplo – do CENFOR. A participação no projeto potencializa a possibilidade de desempenho diferenciado dos alunos. No 1º semestre de 2008, 38 clientes foram atendidos. Destaca-se como resultado a participação de alunos na análise dos dados obtidos, a fim de avaliar o seguimento das entrevistas de triagem e produzir um banco de dados que oriente a escolha de projetos de estágios em função das necessidades e das demandas da clientela do CENFOR.

Palavras-chave: Acolhimento. Encaminhamento. Entrevista de triagem.

UniCEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Norma D' Albuquerque Augusto
Ana Regina Melo Salviano
Maria das Dores Brigagão
Regina Cláudia Coelho Netto
UniCEUB – Assessoria de Extensão e Integração Comunitária
redealfa@uniceub.br

O desafio de alfabetizar e proporcionar condições básicas de escolaridade a todos os brasileiros é tarefa que se impõe com o objetivo de incluir jovens e adultos à margem dos diferentes processos de desenvolvimento social. Assim, uma instituição universitária do porte do UniCEUB não poderia furtar-se a participar do esforço de engajar-se no trabalho de alfabetizar essas pessoas, tendo em vista a função social da empresa de não só criar riquezas e oportunidades, mas também diversificar a força de trabalho e estimular o desenvolvimento científico e a melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, o projeto de Erradicação do Analfabetismo do UniCEUB enfatiza a preocupação da IES com a formação integral de seus alunos e o resgate de valores essenciais à vida humana para a construção de uma sociedade mais democrática e mais digna. A seleção dos candidatos ao projeto é antecedida por edital destinado aos alunos e aos funcionários da Instituição e a membros da comunidade. O projeto apresenta a carga horária de 70 horas, distribuídas em 35 encontros dedicados ao conhecimento teórico e prático da alfabetização, com base em estudiosos e em atividades de elaboração de materiais pedagógicos, planejamentos de intervenções didáticas, simulações de situações de sala de aula, oficinas pedagógicas, dinâmicas e vivências, nas quais se empregam recursos variados. As atividades constituem, junto com as verificações e os instrumentos de auto-avaliação, os indicadores para avaliação e expedição de certificados. Os alunos realizam trabalhos de pesquisa cujo objetivo é integrar a alfabetização a outros campos do conhecimento e elaborar projetos que objetivam a geração de renda das comunidades assistidas e a intervenção na prática pedagógica. Quanto ao impacto do projeto nas comunidades assistidas, podem ser observadas três vertentes. A primeira é relativa aos universitários alfabetizadores que, segundo os dados dos relatórios de avaliação, declararam sentir-se seguros, para realizar a alfabetização em locais escolhidos previamente. A segunda vertente refere-se ao grupo de alfabetizadores pertencente à comunidade que evidenciaram disposição para concretizar o trabalho de alfabetizar. A terceira vertente diz respeito aos grupos de alfabetizandos. Assim, no primeiro semestre de 2008, desenvolve-se a parceria com o GDF/ALFASOL, no Paranoá e em Itapoã, para a atuação de coordenadores pedagógicos, a formação dos alfabetizadores e a avaliação continuada e final dos alfabetizandos. A turma de alfabetizandos do Condomínio Ville de Montagne exerce suas atividades com sucesso. A interface com o curso de Direito gerou projetos de pesquisa e prática pedagógica relacionados aos temas *Direitos Humanos e pessoa idosa* e *Carteira profissional*. A abordagem da Lei Maria da Penha e do Direito do Consumidor atraiu e encantou a turma. O projeto prevê para a comunidade acadêmica, após a capacitação, a formação de turmas de alfabetização de, no mínimo, 8 pessoas, estendendo-se os benefícios à bolsa de 25% oferecida pela instituição e a implantação de uma sala de leitura para que o recém-alfabetizado amplie o processo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Inclusão social. Voluntariado. Geração de renda.

Programa de Iniciação Cientifica (PIBIC)

CORRUPÇÃO COMO INTERESSE GERAL: UM ESTUDO SOBRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Aluno: Vitor Eduardo Tavares de Oliveira – Bolsista PIBIC - CNPq
Orientadora: Profª.Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso: Direito
Contatos: vto87@hotmail.com
samanthameyer@uol.com.br

Em todas as sociedades humanas, existem pessoas que agem segundo as leis e normas reconhecidas como legais. No entanto, também existem pessoas que não reconhecem e desrespeitam essas leis e normas, para obter benefício pessoal. Essas pessoas são, na maioria das vezes, criminosos ou excluídos sociais. No crime de corrupção, os criminosos – ao invés de praticar assassinatos, roubos e furtos – utilizam posições de poder estabelecidas no jogo político da sociedade, para realizar atos ilegais. Observa-se que a Constituição Federal de 1988 deu respaldo a mecanismos de controle, para evitar, entre muitos males, a corrupção. No atual ordenamento constitucional, encontram-se, além dos órgãos jurisdicionais que desempenham o papel de aplicar e distribuir a justiça, os Tribunais de Contas e as Comissões Parlamentares de Inquérito com intuito de fiscalizar a administração pública. Este estudo tem como ponto de partida a breve análise filosófica, a conceituação, o custo da corrupção para a sociedade brasileira e a contextualização do fenômeno da corrupção com a globalização, o crime organizado e a lavagem de dinheiro. Em segundo momento, analisa-se o histórico nacional da corrupção, a legislação pátria referente ao assunto, para, depois, tecer-se comentários acerca dos tratados e dos acordos internacionais relevantes sobre o tema. Também, examina-se o papel das autoridades administrativas e judiciárias no combate à corrupção, juntamente com o estudo específico do papel do Supremo Tribunal Federal, frente ao julgamento dos políticos brasileiros.

Palavras-chave: Corrupção. Constituição. Globalização.

A EMERGÊNCIA DOS FUNDOS SOBERANOS DE RIQUEZA

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dias Varella (marcelo.varella@gmail.com)
Aluno bolsista: Henrique Vieira Pontes (henriquevipo@yahoo.com.br)
Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso: Direito

A presente pesquisa tem por objeto o exame da emergência dos fundos soberanos de riqueza (FSR) com vistas a extrair informações que permitam a realização de posteriores estudos jurídicos. A relevância do tema é percebida quando se observa a crescente importância dos FSR para a economia internacional aliada à grande repercussão de seu desempenho no mercado financeiro. Apesar de não serem novidade, apenas recentemente, os FSR têm-se destacado, dando origem à literatura especializada. Assim, para que se possa compreender adequadamente o que se passa com esses controversos atores financeiros, impende compilar e sistematizar as informações pertinentes. Para isso, é analisado, em primeiro momento, o contexto político e econômico que criou o ambiente propício ao desenvolvimento dos FSR. Nesse ínterim, destaca-se o processo de liberalização financeira desencadeado a partir da década de 1960, que atingiu, progressivamente, todos os segmentos do mercado financeiro. Em seguida, procede-se à averiguação pormenorizada acerca dos FSR. Nessa ocasião, são apresentados fundamentos que concorreram para sua criação, oportunidade em que é examinada a influência exercida pelo supracitado processo de liberalização financeira. Além disso, é relacionado o conceito de fundo soberano e identificadas as suas características fundamentais. Por fim, são verificadas as conseqüências da atuação dos FSR, anotando-se tanto os benefícios como a principal preocupação que a permeia. Ao término do trabalho, espera-se ter encontrado os subsídios necessários à viabilização da análise jurídica das conseqüências da atuação dos fundos soberanos, notadamente no que diz respeito à temática do direito concorrencial.

Palavras-chave: liberalização financeira; investimento estatal; fundos soberanos.

QUALIDADE AMBIENTAL EM ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE – TECNOLOGIA DA ARQUITETURA: QUALIDADE DO AR E RESÍDUOS DAS PROCESSADORAS

Al
uno: Rodrigo Pinho Rodrigues – Bolsista PIBIC / CNPq
Orientadora: Profª. MSc. Eliete de Pinho Araujo
FATECS - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Arquitetura e Urbanismo
Contatos: rodrigo@5crew.com
eliete_pa@yahoo.com.br

Este trabalho apresenta um estudo referente à análise crítica de ambientes e das instalações prediais em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS). Foram abordados os conceitos de saúde, direito e leis, e fez-se a apresentação da legislação pertinente aos temas deste estudo, tais como: o sistema de ar condicionado e os resíduos das processadoras de Raio X. O local de estudo foi o Hospital Regional do Paranoá (HRPA), no Distrito Federal. O objetivo é fazer avaliação crítica de ambientes em EAS, analisar o sistema de ar condicionado nos ambientes climatizados artificialmente, examinar o descarte dos produtos químicos oriundos das processadoras de filmes radiográficos no meio ambiente e sugerir melhorias. O método utilizado foi: fazer medições de temperatura do ar e da água nos ambientes climatizados artificialmente e nas máquinas (*fan-coil*), em diferentes datas, abrangendo as quatro estações climáticas anuais, propor os materiais de acabamento adequados nas centrais e nas salas de ar condicionado, verificar a limpeza dos dutos de condução e retorno do ar e analisar os laudos técnicos laboratoriais do ar; verificar o sistema de descarte do produto químico, oriundo das processadoras para o meio ambiente. Foi utilizada a Avaliação Pós-ocupação (APO) por meio de questionários aplicados aos usuários e aos funcionários das unidades estudadas. Pelos resultados encontrados, o HRPA necessita de ajustes no sistema de ar condicionado. Fez-se a limpeza dos dutos por meio de robôs. Em relação ao tema dos produtos químicos descartados, o programa de gerenciamento está sendo implantado no hospital e precisa ser desenvolvido. Foram propostos manuais práticos de implantação e manutenção, além da realização de seminários relativos aos temas na Secretarias de Saúde do Distrito Federal. Conclui-se que, em relação aos dois temas, os procedimentos adequados e as normas de saúde devem ser seguidos nos estabelecimentos, e o Estado deve proporcionar condições de instalação e manutenção adequadas, além de fiscalizar e aplicar as penas cabíveis aos infratores. O olhar da arquitetura para a prevenção é o caminho a ser seguido. Os dois temas, ar condicionado e resíduos, estão relacionados ao meio ambiente e à saúde pública.

Palavras-chave: arquitetura; qualidade do ar; resíduos; avaliação pós-ocupação.

CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO

Aluna: Ana Carolina Borges de Oliveira – Bolsista PIBIC / CNPq
Orientador: Prof. Dr. Roger Stiefelmann Leal
FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso: Direito
Contatos: anacarolinaboliveira@gmail.com
rogersl@uol.com.br

Trata-se de Trabalho de Iniciação Científica sobre a análise do fenômeno da corrupção política sob a ótica do Direito Constitucional e da teoria democrática, para verificar se a ordem constitucional é causa de estímulo ou inibição de práticas políticas corruptas. Nesse sentido, com o objetivo de instrumentalizar a presente pesquisa, é realizado um estudo sobre a eleição e o governo do presidente argentino, Fernando De La Rua, de outubro de 1999 a dezembro de 2001, e sobre a crise que se instala na Argentina, após sua renúncia, para debater sobre o arranjo institucional adotado pelo país e sua relação com a corrupção ocorrida durante esse período. Assim, para fundamentar o presente estudo, a pesquisa analisa o modelo de freios e contrapesos, *ckecks and balances*, desenvolvido por Montesquieu e adotado nos Estados Unidos, para, posteriormente, analisar sua adoção nos países latino-americanos, tendo como referencial o modelo argentino. Tal explanação permite analisar a influência do princípio da separação de poderes na América Latina, especificamente na Argentina, averiguando as transformações causadas pela transposição desse sistema tripartite e estudar se tais mudanças podem ser causas de inibição ou estímulo à corrupção política. A metodologia utilizada para esse trabalho de pesquisa é a analítico-dogmática. Na dimensão analítica, são examinados os conceitos jurídicos do presente tema, tais como, corrupção, teoria constitucional, princípio da separação de poderes, controle parlamentar, para construir e aperfeiçoar a estrutura do sistema jurídico segundo a ótica da dimensão dogmática. Assim, a análise dogmático-instrumental será baseada no modelo tríplice de doutrina, norma e jurisprudência. Nesse âmbito, a pesquisa pode ser dividida na análise das três fontes do direito: doutrina, ou seja, revisão bibliográfica dos autores indicados, principalmente dos que tratam do princípio da separação de poderes, sua origem e sua aplicação nos Estados Unidos e na América Latina; norma, isto é, dispositivos normativos relevantes para o estudo, como as Constituições dos países; jurisprudência em que será feita análise de casos julgados pela Suprema Corte da Argentina sobre a crise política em questão. A principal conclusão é que a corrupção política é originada do sistema constitucional adotado por um país, uma vez que os países latino-americanos, ao importarem o sistema de freios e contrapesos adotado pelos Estados Unidos, adotaram, também, a forma de governo: o sistema presidencialista. Por fim, a análise buscou demonstrar que tal importação resultou em sérios problemas políticos e institucionais, gerando, por conseguinte, a corrupção política.

Palavras-chave: corrupção; separação de poderes; Argentina.

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UM SISTEMA PARA GENOTIPAGEM EM MULTIPLEX DE POLIMORFISMOS CAUSAIS EM GENES DE CITOCINAS PRÓ-INFLAMATÓRIAS

Aluna: Carolina Dias Carlos – Bolsista PIBIC/CNPq
Orientadora: Profª. Dra. Fernanda Lima Vinhaes
Professor Co-Orientador: Dr. Rinaldo Wellerson Pereira
FACES- Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biomedicina
Contatos: dias.krol@gmail.com
fvlima@solar.br
rinaldo@pos.ucb.br

Neste trabalho buscamos o desenvolvimento de um painel de genotipagem em multiplex para polimorfismos do tipo SNP em genes que codificam para citocinas pró-inflamatórias a fim de utilizá-lo em estudos de associação genética envolvendo fenótipos como massa muscular, densidade mineral óssea e outros. Para tanto foram selecionados polimorfismos em DNA que sabidamente estão associados à maior ou menor expressão de genes que codificam para citocinas pró-inflamatórias. Foram selecionadas variações nos genes IL-6, IL-10, IL1-â, IL-1á, IL-8, IL-12â, IL-18, TGFâ 1, TLR-4, IFN ã e TNF-á. A seqüência dos genes onde se localizam as posições polimórficas de interesse foram recuperadas do banco de dados de dbSNP e utilizadas para o desenho de iniciadores para PCR e para minisequenciamento. A otimização da amplificação pela PCR começou com iniciadores para 10 fragmentos em três multiplexes. No protocolo para a PCR, padronizou-se a concentração de iniciadores a 0,3 μM, $MgCl_2$ a 3 mM, DMSO a 5%, tampão 1x, BSA a 0.16 mg, dNTP a 25 μM e DNA a 10 ng. Após a PCR os amplicons foram tratados enzimaticamente com EXO/SAP para a remoção do excesso de iniciadores e dNTPS. A genotipagem dos SNPs foi otimizada utilizando o sistema comercial SNaPshot™ Minisequencing Multiplex Kit, que tem como base a extensão de um único nucleotídeo em multiplex e por último fez-se uma purificação SAP para a remoção dos grupos fosforil das extremidades 5' dos ddNTPs fluorescentes. Para a reação de minisequenciamento obteve-se melhor resultado com iniciadores na concentração de 0,6 μM e 1,25 μl de produto purificado, para um volume final de reação em 5,0μl. Para a detecção dos produtos da extensão de uma única base foi utilizado o seqüenciador automático de DNA ABI3130. Amostras com genótipos homozigotos e heterozigotos para cada um dos SNPs foram selecionadas e avaliadas por seqüenciamento. Entre os dez locos com os quais se iniciou a otimização, o loco TNF-á não foi amplificado e genotipado com sucesso, ficando assim o sistema final com a amplificação e genotipagem em multiplex de nove SNPs em citocinas pró-inflamatórias que serão utilizadas em estudos de associação genética envolvendo fenótipos associados ao envelhecimento.

Palavras-chave: citocinas, multiplex e minisequenciamento.

VALORES HUMANOS E A PARTICIPAÇÃO EM REDES SOCIAIS VIA INTERNET

Aluna: Denise da Conceição Muniz – bolsista PIBIC/ CNPq
Orientadora: Prof. MSc. Carla Peixoto Borges
UNICEUB – FATECS – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Administração
Contatos: denisepcj@yahoo.com.br
carlaborges@hightouch.com.br

Esta pesquisa trata sobre a relação entre valores humanos individuais e a participação de estudantes do ensino superior em redes sociais via internet. O objetivo do estudo foi verificar a influência dos tipos motivacionais sobre a participação em redes sociais. Redes sociais são espaços virtuais desterritorializados, onde seus participantes efetuam trocas comunicacionais e formam grupos afins em um processo de cooperação ou troca. A oferta de sites com esse tipo de serviço é um fenômeno crescente na internet. Nesse contexto, engajar-se em uma rede social virtual se configura tanto como uma nova forma de interação social e lazer, como também de consumo. Partindo da premissa de que os valores podem motivar a ação, buscou-se investigar se os valores humanos individuais predizem de forma significativa a participação em redes sociais via internet. Os valores foram operacionalizados a partir dos dez tipos motivacionais da teoria de Schwartz: autodeterminação, estimulação, hedonismo, realização, poder, conformidade, tradição, segurança, benevolência e universalismo. O estudo, de caráter descritivo e natureza quantitativa, envolveu pesquisa bibliográfica e a técnica de levantamento, com aplicação de questionários auto-administrados junto a uma amostra de conveniência de 196 alunos do UniCEUB. A fim de testar o poder preditivo do conjunto de variáveis composto pelos tipos motivacionais sobre a variável participação em redes sociais, realizou-se uma análise de regressão linear múltipla padrão. Os resultados não forneceram evidências de que o conjunto de tipos motivacionais testado é preditor significativo da participação em redes sociais na internet. Como resultado secundário, o estudo forneceu uma análise descritiva exploratória sobre o comportamento do participante de redes sociais, além da discussão teórica e conceitual sobre o tema. Os resultados alcançados contribuem, assim, para a definição de contornos de pesquisa mais precisos para estudos futuros.

Palavras-Chaves: Valores Humanos, Redes Sociais, Comportamento do Consumidor.

A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO DO MERCOSUL: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MERCOSUL COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITARIO

Bolsista: Elisa de Sousa Ribeiro - bolsista PIBIC/ CNPq
Orientadora: Profª Drª Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Sociais
Curso: Direito
Contatos: elisarib@uol.com.br
elizabethgtr@terra.com.br

O projeto de pesquisa *A construção do Direito Comunitário do MERCOSUL* faz parte das discussões do Grupo de Pesquisa do MERCOSUL, vinculado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e ao Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB. Nos últimos cinco anos, o grupo tem discutido temas relacionados ao Direito de Integração Regional e ao Direito Comunitário. A primeira fase do projeto foi desenvolvida no período entre 2005 e 2006, em que se examinaram as Constituições dos Estados-partes, a fim de verificar os entraves para a integração regional. Na segunda fase, analisaram-se as propostas jurídicas para implantação de um parlamento regional, de acordo com as bases teóricas firmadas na fase precedente. Neste terceiro ano de pesquisa, o projeto tem como objetivo estudar a possibilidade de estabelecimento de um tribunal supranacional no âmbito do MERCOSUL e sugerir quais seriam suas competências e organização, ressaltando a importância de uma corte de justiça para o incremento do movimento integracionista. O problema da pesquisa poderia ser assim expresso: é viável a construção de um Direito Comunitário do MERCOSUL, por meio da implantação de um Tribunal de Justiça supranacional? A hipótese inicial é que a atuação desse órgão viabilizaria o Direito Comunitário e propiciaria a institucionalização do Mercado Comum do Sul. É fato que os tribunais nacionais já aplicam as normativas do MERCOSUL em suas decisões, entretanto a variabilidade de decisões com diferentes interpretações sobre a mesma norma mercosulina fomenta a insegurança jurídica sem precedentes. Com efeito, defende-se a criação de um órgão jurisdicional supranacional e a releitura das competências do Tribunal Permanente de Revisão, o que permitiria maior segurança jurídica, pois haveria uma instância superior que interpretaria as normas mercosulinas, uniformizando sua aplicação pelos juízes nacionais. Foram utilizados como marco os estudos realizados pela Secretaria do MERCOSUL, publicados em informes sobre da aplicação do direito do MERCOSUL pelos tribunais nacionais, a compilação jurisprudencial promovida no âmbito do Poder Judiciário brasileiro para esta pesquisa, além da análise comparativa com o Tribunal de Justiça das Comunidades Européias. Cabe mencionar que os devidos cuidados metodológicos foram tomados, como as diferenças históricas entre os dois continentes, as disparidades econômicas e a história política e cultural do velho e do novo continente. A base de comparação verificou o contexto em que as instituições evoluíram nos dois casos, por meio de interpretação histórica, teleológica e sistemática, buscando solução possível para o caso do MERCOSUL, excluindo-se a simples importação de teorias, que, na maioria das vezes, não se aplicam ao nosso contexto. Destacam-se como técnicas de pesquisa empregadas a bibliográfica, a documental e a jurisprudencial.

Palavras-chave: Direito Internacional. MERCOSUL. Direito Comunitário. Tribunal de Justiça do MERCOSUL.

ANÁLISE MORFOMÉTRICA DE BACIA HIDROGRÁFICA: SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO GEOAMBIENTAL DA BACIA DO RIO MARANHÃO

Aluna: Luciana Lira Barros – Bolsista PIBIC / CNPq.
Orientador: Prof. Dr. Valdir Adilson Steinke
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biologia
Contatos: lucorall@yahoo.com.br
valdirsteinke@gmail.com

A questão dos recursos hídricos demanda aperfeiçoamento nas bases de dados pertinentes às bacias hidrográficas, e preocupar-se com a qualidade das informações significa dar atenção a elementos-chave, a questões da cartografia e da temática. Neste sentido, detalhar aspectos, como geologia e geomorfologia, é crucial. O entendimento dos aspectos geomorfológicos de uma bacia hidrografia auxilia o subsídio das ações de gestão de seus recursos hídricos. Desta forma, a caracterização geomorfológica é fundamental para que se tenha base confiável de exame do ambiente. Assim, a análise morfométrica de uma bacia hidrográfica é imprescindível para a qualificação da bacia. Desse modo, visa-se quantificar para qualificar, ou seja, os parâmetros matemáticos de uma bacia hidrográfica permitem caracterizá-la de modo preciso, sem deixar espaço para falsas verdades. Este trabalho teve como objetivo principal fazer a caracterização morfométrica da bacia hidrográfica do rio Maranhão e proporcionar a avaliação das equações de morfometria para bacias de grande porte, subsidiar um esboço de mapeamento geoambiental da bacia em questão e analisar as características de uso e ocupação desta bacia em seus diferentes compartimentos. A metodologia utilizada foi baseada em sistemas de informações geográficas com produtos cartográficos disponíveis na escala de 1:250.000 de diferentes fontes, principalmente extraídas do Shuttle Radar Topography Mission – SRTM. Os resultados obtidos apresentam um arcabouço de informações importantes para o aprofundamento dos estudos nessa bacia, ou seja, buscar detalhar a escala de análise e os principais compartimentos geomorfológicos, os quais foram divididos em: interflúvios, região em dissecação e fundos de vale.

Palavras-chave: Geomorfologia. Morfometria. Bacia hidrográfica.

AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE ORAL AGUDA E DA ELIMINAÇÃO DE AGENTES MICROBIOLÓGICOS DE CONTROLE DE PRAGAS EM CAMUNDONGOS

Aluna: Madaí Cruz Lopes – Bolsista do PIBIC/CNPq
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cyrino Oliveira-Filho
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde/Embrapa Cerrados
Curso: Biomedicina
Contatos: madaitur@yahoo.com.br
cyrino@cpac.embrapa.br

Os biopesticidas têm-se mostrado como importante alternativa ao uso dos tradicionais produtos químicos, contudo sua segurança precisa ser atestada, e, para isso, a legislação brasileira exige a realização de ensaios de toxicidade. Atendendo a essa demanda, o estudo tem como objetivo avaliar a toxicidade e a eliminação dos agentes microbiológicos *Bacillus thuringiensis* (cepas S1905 e S1806), do *Bacillus sphaericus* (cepas S242 e S260) e *Sporothrix insectorum*. Os testes foram realizados em camundongos da raça C57BL6, separados em 5 grupos, contendo 3 fêmeas e 3 machos, além do grupo de controle negativo. Estes animais receberam, pela via oral, 100 μL das cepas testadas, na ordem de 10^9 esporos/mL, e o grupo de controle recebeu 100 μL de água destilada. Posteriormente, foram observados por 30 dias, coletando-se fezes semanalmente e, após a necropsia, foram extraídos os pulmões e o intestino para avaliação da presença de esporos nas fezes e nesses órgãos. A eliminação de esporos do fungo *Sporothrix insectorum* não pôde ser avaliada pela falta de meios seletivos para isolamento desse microrganismo nas fezes e nos órgãos. Os resultados obtidos mostraram ausência de mortalidade entre os animais testados. A contagem de esporos nas fezes mostrou que, em 30 dias, não há eliminação total do microrganismo, contudo, em todos os casos, houve decréscimo significativo em relação à dose administrada. Na pior situação, a redução foi de 6,5 x 10^2 esporos por grama de fezes (7 dias) para 8,3 x 10^0 (30 dias). A avaliação dos órgãos apresentou, no pior caso, a média menor que 1 esporo nos pulmões e entre 1 e 2 esporos no intestino grosso, evidenciando a eliminação parcial dos microrganismos. Esses resultados apontam para a ausência de toxicidade e patogenicidade das cepas de bactéria testadas, o que, pelas normas internacionais, favorece o registro dos entomopatógenos para utilização no ambiente.

Palavras-chave: biopesticidas; entomopatógenos; controle biológico; toxicologia.

CIDADANIA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: OS SENTIDOS E OS LUGARES DA AÇÃO AFIRMATIVA NO DEBATE SOBRE POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR

Aluno(a):Renata Monteiro lima – aluna bolsista PIBIC / CNPq
Orientador(a):Rosana Ulhôa Botelho
UniCeuB- FACES- Historia
renatahist23@yahoo.com.br
rosana.ulhoa@terra.com.br

A pesquisa examina os debates sobre ação afirmativa no Brasil, de 1996 a 2006, mostrando que eles se intensificaram no período, integrando a agenda de encontros de pesquisadores e de formuladores de políticas públicas. No campo da educação superior, a pesquisa mostra que as políticas de inclusão dos estudantes afro-descendentes articularam-se à dos estudantes indígenas e à dos estudantes egressos de escolas públicas, transformando os termos do debate inicial e ampliando o seu escopo.

Palavras-chave: multiculturalismo – políticas públicas educacionais – cidadania

MULTICULTURALISMO E O DIREITO BRASILEIRO

Aluna: Viviane Faulhaber Dutra – Bolsista PIBIC / CNPq
Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso: Direito
Contatos: vfdutra@hotmail.com
luizeabreu@yahoo.com.br

O tema proposto neste trabalho insere-se no âmbito do pensamento jurídico brasileiro, abrangendo a forma como os autores basilares desse pensamento entendem a influência (e adaptação) da tradição ocidental no Brasil. O objetivo geral do projeto é examinar o direito brasileiro como uma releitura, uma interpretação, talvez até mesmo uma subversão de alguns dos valores ocidentais. E também, examinar como o direito brasileiro elabora e lida com as duas dimensões apontadas acima: (a) a diferença entre modos e maneiras de ser, constitutiva da sua própria condição humana; e (b) as múltiplas vozes e os valores que permeiam o nosso tecido social e que lhe são constitutivos. Com efeito, se tornando o estudo voltado para: como as diferenças (incongruências) são interpretadas pelo direito brasileiro. Ou seja, há procura por regras gerais e não passíveis de mutabilidade, onde, na verdade, existem maneiras de ser que são diferentes, múltiplas vozes e valores na vida social. Essas incongruências são a parte do multiculturalismo (as mútiplas vozes e valores). Pelas suas formulações substantivas, o projeto descrito acima exige o uso de uma metodologia comparativa. A base da comparação é o pressuposto de que um mesmo termo aplicado em lugares diferentes possui o mesmo significado. Por evidente, tem-se que as perspectivas abertas a partir da discussão acima não se esgotam no projeto de pesquisa ora proposto. É preciso entender a discussão como, por assim dizer, o campo mais amplo no qual esse projeto pretende se mover. O que se propõe é um projeto de pesquisa de longa duração, no qual ainda estamos nos primeiros passos.

Palavras-chave: multiculturalismo ; tradição ocidental; direito brasileiro

Programa de Iniciação Cientifica (PIC)

REFORMA POLÍTICA: APERFEIÇOAMENTO OU RETROCESSO PARA O PLENO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?

Aluno: Alceu José Cicco Filho – Bolsista do PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª.Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso: Direito
Contatos: alceucicco@hotmail.com
minelizabethrocha@stm.gov.br

Esta pesquisa, cujo objeto de estudo alicerça-se na sistemática das listas partidárias, visa a analisar os efeitos causados ao regramento eleitoral pátrio e ao eleitor, após o potencial advento de novo modelo de lista partidária, inserido no Projeto de Lei 2.679/03, diferenciado do arquétipo de lista aberta, acolhido desde meados de 1945. A relevância desse estudo traduz-se, especialmente, na dualidade entre a lista aberta e a lista fechada, pois a primeira, ao viabilizar o condão de o eleitor, pontualmente, legitimar o candidato cujos projetos guardam maior compatibilidade com os seus anseios e aspirações, concentra a hegemonia no representante e não na entidade partidária, não raro, resultando em um sistema representativo fragmentado e mórbido, fulcrado na incessante troca de partidos, preponderando a indisciplina partidária e a dificuldade de consagrar o financiamento público de campanha. Por sua vez, a lista fechada não é de todo salutar e adequada para o sistema representativo brasileiro, quiçá por destituir a já aludida faculdade de o eleitor, com plenitude, sufragar seu candidato, porquanto, nesse mister, o papel protagonizador é conferido ao ente político, quiçá pela possibilidade de a corrupção alçar níveis mais elevados, saindo da esfera da candidatura individual e perpassando o partido político como instituição. Nesse contexto, o empenho que se louva é o de, cientificamente, desmistificar algumas das múltiplas facetas do sistema eleitoral brasileiro e elucidar os aspectos positivos e negativos da potencial mudança da ordem político-constitucional.

Palavras-chave: Reforma política. Sistema representativo. Sufrágio. Sistemas eleitorais. Listas partidárias.

E OS JAPONESES? CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO MITO DAS TRÊS RAÇAS NA FORMAÇÃO DOS BRASILEIROS

Aluno: Alexandre de Siqueira Campos Coelho – Bolsista do PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª. Doutora Helen Ulhôa Pimentel
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: História
Contatos: alexandresccoelho@yahoo.com.br
helenulhoa@hotmail.com

A pesquisa intenta contribuir para a reflexão sobre identidade e pluralidade cultural, com respeito à diversidade e à tolerância na sociedade brasileira. Inserido no contexto da comemoração do centenário da imigração japonesa ao Brasil, o trabalho repensa o mito das três raças e ressalta a colaboração dos japoneses na constituição do povo brasileiro. Com base em análise bibliográfica, são estudadas as interpretações do Brasil sobre sua formação e a diversidade cultural que o compõe, tais como: a compreensão da influência das teorias raciais acolhidas por estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa a partir de 1870; a disposição de políticas relacionadas à imigração, organizadas em conformidade com referências étnicas; o imaginário das elites, responsável pela busca de soluções para a questão da mão-de-obra no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. A pesquisa analisa o processo imigratório no Brasil e sua contribuição para a identidade nacional. Realça os aspectos específicos da vida dos imigrantes japoneses e seus descendentes, como integrantes da diversidade étnica que compõe a população brasileira, no que tange à adaptação, à mobilidade, à fixação e aos preconceitos. Revela a oposição entre nacionalismo e etnicidade, por meio da apreensão das mudanças no sentimento de nacionalidade, tradicionalmente baseado no mito das três raças, confrontado pelo pluralismo dos fluxos imigratórios que ameaçaram a herança luso-tropical. O trabalho contrapõe a premissa da ausência de discriminação racial no Brasil, descrito como paraíso de liberdade e igualdade, isento de xenofobia, à que afirma a existência do racismo, não apenas com relação aos negros, mas também quanto aos imigrantes, por motivos religiosos, como os judeus, ou étnicos, como os asiáticos, ou culturais, como os alemães, entre outros considerados inimigos da civilização brasileira. Perpassa todo o texto o caráter ambíguo da identidade dos nipo-brasileiros quanto à sua nacionalidade. A pesquisa coopera com o estudo sobre as diferenças e os preconceitos presentes na sociedade brasileira e com o conhecimento de ações, no sentido de sua superação.

Palavras-chave: diversidade; identidade nacional; japoneses.

A APLICAÇÃO DA TEORIA DO PORTFÓLIO EM INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DE UMA EMPRESA

Aluna: Amanda Sad Rodrigues da Costa – Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientador: Prof. MSc. Marcos André Sarmento Melo
FATECS – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Administração
Contatos: amandasad@gmail.com
marcos@valorum.com.br

A pesquisa consiste na aplicação da teoria do portfólio em investimentos estratégicos de uma empresa, adaptando-a ao contexto das organizações, de modo que obtenham maior rentabilidade por meio da diversificação dos investimentos. O objetivo foi a construção de procedimentos que viabilizassem o uso da teoria por empresas, por meio do estabelecimento de critérios que possibilitaram a mensuração do risco sistemático presente no ambiente empresarial. Essa nova abordagem possibilita às organizações maior eficiência administrativa e, conseqüentemente, maior acúmulo de capital que poderá ser reinvestido e contribuir para o seu crescimento. Foram coletados dados sobre os principais investimentos da Natura Cosméticos S.A. Além do risco sistemático, foram estabelecidos critérios para o cálculo do desvio-padrão que possibilitou a formação do conjunto de oportunidades de investimento. A análise dos resultados permitiu o estabelecimento de um padrão que possibilitará a aplicação da pesquisa em empresas de outros ramos. Os testes de aplicação do modelo em dados reais foram validados.

Palavras-chave: teoria do portfólio; investimentos estratégicos; empresas.

O DISCURSO DA PUBLICIDADE DE MODA

Aluno: Américo Thiago Braga Soares de Albuquerque – Voluntário PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª. MSc. Úrsula Betina Diesel
FATECS – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Comunicação Social / Publicidade e Propaganda
Contatos: americothiago@hotmail.com
ursuladiesel@gmail.com

A pesquisa apresenta um estudo acerca da identificação do papel social desempenhado pela publicidade de moda como sistema de comunicação. Determinou-se como objetivo apresentar e identificar o discurso da publicidade de moda nas revistas femininas *Caras*, *Contigo!* e *Claudia*, no período de outubro de 2007. O dispositivo teórico de análise usado como opção metodológica foi a Análise de Discurso de linha francesa. Com base nisso, foram definidos três níveis contextuais: o macroestrutural corresponde ao conceito de sociedade de consumo; o institucional, à moda de vestuário em si; o imediato compreende o processo de leitura do receptor da mensagem no âmbito das revistas analisadas. Pode-se definir o discurso referente à publicidade de moda como um emaranhado de significações que vão desde um manual de comportamento até uma vitrina do estilo de vida da sociedade contemporânea. Seu conteúdo é denso, e aparentar um discurso vazio é justamente um de seus instrumentos de cristalização como fala social. Foram identificados interdiscursos, como a teatralização espetacular da mensagem de moda pelo uso de símbolos do imaginário coletivo – Barbie, princesa, bruxa má, celebridade, símbolo sexual – isto é, aliado ao espetáculo, o discurso da publicidade de moda usa esses estereótipos como um "cabide", para apresentar as tendências de uma estação. Por meio de ideologias sistematicamente escolhidas e repetidas estação por estação, o discurso divulga muito mais do que roupas e inclui estilos de vida pré-formatados, vinculados à noção de sociedade de consumo. De acordo com os conceitos explanados, pode-se perceber que, ao apresentar, de maneira fútil e vazia, o discurso da publicidade de moda, mostra-se, apenas, uma de suas várias facetas. Apesar de ser aparentemente sem conteúdo, o discurso da publicidade de moda é repleto de significações e mensagens, e seu entendimento é essencial para a compreensão da sociedade atual.

Palavras-chave: Discurso. Moda. Publicidade.

EDUCAÇÃO, QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO À DIVERSIDADE NO DISTRITO FEDERAL: O CASO DO GUARÁ

Aluno bolsista: André Luis Gonçalves de Moura –
Professor(a) orientador (a): Drª Helen Ulhôa Pimentel -
FACES - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: História
Contatos:algmoura@yahoo.com.br
helenulhoa@hotmail.com

A pesquisa analisa discursos de estudantes de escolas públicas de diferentes camadas sociais sobre educação, qualidade de vida e diversidade, à luz de teorias sobre educação, identidade e alteridade. Questiona como as relações de alteridade na escola contribuem para a formação desses conceitos e para a formação identitária do educando, levando em consideração a importância estratégica que tem a escola no combate a preconceitos. O contexto espacial da pesquisa é o Guará, cidade-satélite bem estruturada, mas que herda conseqüências da formação multicultural de Brasília. Foram selecionadas duas escolas de ensino médio que apresentaram características propícias para o estudo da alteridade, como o atendimento a alunos moradores da comunidade Estrutural, uma das localidades mais pobres da região, e que freqüentam a mesma escola dos filhos da classe média do Guará, gerando um choque de realidades. As escolas selecionadas reproduzem isso de maneiras distintas. A escola "A" tem cerca de 70% de seus estudantes oriundos da Estrutural; na escola "B", o índice é apenas 30%. Essa característica faz de cada escola um laboratório social para estudo de tensões geradas entre jovens de classes sociais diferentes, dividindo o mesmo espaço escolar. A pesquisa busca perceber tais tensões por meio do discurso dos alunos sobre qualidade de vida, educação, diversidade cultural e preconceito. Para isso, foi dividida em três etapas: observação, questionários e entrevistas. Na primeira etapa, os alunos foram observados em sala de aula, onde linguagem corporal, verbal, silêncio e afastamento foram levados em conta. Na segunda etapa, um questionário foi aplicado contendo questões sobre racismo, currículo escolar e preconceito. Os alunos opinaram a respeito dos temas, e, segundo suas respostas, foram selecionados alguns deles para a terceira etapa, as entrevistas, em que se apresentaram os temas abordados anteriormente. Apesar de o estudo lidar com questões delicadas, como preconceito, rejeição e exclusão social, boa parte dos alunos mostraram-se abertos a falar e demonstraram diferença de pensamento bastante significativa, ao comparar os alunos da Estrutural com os do Guará. O discurso dos alunos expõe que a escola pode servir de reprodutora de preconceitos, diminuindo a expectativa de mobilidade social e educacional. A necessidade de a escola estar atenta às relações sociais dentro do seu espaço também fica clara, principalmente quando se percebe que o grupo de alunos dizendo-se vítima de algum tipo de preconceito ou constrangimento coincide, em grande parte, com os que têm menores médias e associações a casos de indisciplina. A banalização e a naturalização de estereótipos e discriminações deixaram claro que, apesar de haver a interação no papel, os estudantes reproduzem, na escola, a desigualdade social, mantendo a camada de excluídos. O desempenho escolar, a expectativa de melhoria, a aceitação, ou orgulho da própria natureza refletem essa situação, marcando o sentimento de identidade dos jovens.

Palavras-chave: Educação. Qualidade de vida. Diversidade e Identidade.

BUFFERING PARA OTIMIZAÇÃO DE SISTEMAS MULTIMÍDIA COM INTERATIVIDADE

Aluno: Andreas Cauê Cabral Magalhães - Bolsista PIC/UniCEUB
Orientador: Prof. Dr. Carlo Kleber da Silva Rodrigues
FATECS: Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Ciência da Computação
Contatos: andreascaue@gmail.com
carlokleber@gmail.com

O serviço de vídeo sob demanda foi desenvolvido para permitir que clientes situados em locais remotos possam assistir a qualquer vídeo armazenado em um ou mais servidores. Esse serviço tem significativa diversidade de aplicações, como, por exemplo, bibliotecas virtuais, filmes sob demanda e ensino a distância. Daí vem a importância das técnicas de gerência de *buffer*, pois constituem um meio de tornar os sistemas de vídeo sob demanda escaláveis, portanto, economicamente viáveis. Este trabalho realiza um estudo acerca das recentes estratégias de gerência de *buffer* denominadas: Simple Buffer (SB), Complete Buffer (CB), Unique Buffer (UB) e Precise Buffer (PB). Os resultados publicados na literatura confirmam a grande importância do emprego dessas gerências, para tornar o serviço de vídeo sob demanda escalável e, assim, possível de ser amplamente utilizado em inúmeras aplicações multimídia, as quais se tornam mais populares na sociedade moderna. Por fim, este trabalho traz comparações das estratégias de gerência SB e CB, utilizando cargas sintéticas geradas de um servidor multimídia de ensino a distância real. Os resultados foram obtidos por meio de simulações no ambiente de modelagem Tangram e ratificaram a condição geral, já indicada na literatura, de melhor performance da técnica de gerência CB.

Palavras-chave: Gerência de *buffer*. Vídeo sob demanda. Escalabilidade do servidor.

ECOLOGIA DE CORUJA-BURAQUEIRA (ATHENE CUNICULARIA, STRIGIFORMES, STRIGIDAE) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS E EM AMBIENTE URBANO, EM BRASÍLIA, DF – USO DE ESPAÇO, DIETA E REPRODUÇÃO

Aluna: Andreia Biolchi Mayer – bolsista do PIC - UniCEUB
Professor-orientador: Dr. Daniel Louzada-Silva
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso de Biologia
E-mail: andreia_biolchi@yahoo.com.br
daniellouzada@uol.com.br

A coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*) é uma ave bem adaptada ao cerrado e ao ambiente urbano de Brasília. Mantém-se ativa de dia e à noite e faz tocas no solo, para abrigo e nidificação. Sua dieta é composta por insetos e pequenos vertebrados, como roedores e lagartos. Partes não-digeridas, como exoesqueletos de insetos, ossos e dentes de vertebrados, são regurgitadas em pelotas. Neste trabalho, compara-se a dieta de vertebrados de *A. cunicularia* nas estações seca (de abril a setembro) e chuvosa (de outubro a março), em duas localidades em Brasília, DF, o Eixo Rodoviário Norte e a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE), entre maio de 2006 e junho de 2008. As coletas foram feitas ao longo de todo o Eixo e numa área de campo de murundus, na ESEC-AE. As coletas foram mensais, e as pelotas, armazenadas em sacos plásticos, datados e identificados. Em laboratório, o material coletado foi imerso em NaOH 10% por duas horas, e seu conteúdo, analisado com auxílio de lupa. Os itens considerados foram roedores, marsupiais, lagartos e outros (aves e morcegos). Foram coletadas 656 pelotas, sendo 602 no Eixo e 54 na ESEC-AE. Todas as pelotas coletadas continham invertebrados, e 326 continham também vertebrados. No Eixo, as pelotas foram coletadas durante todos os meses da pesquisa, mas, na ESEC-AE, as corujas não foram encontradas no campo de murundus, a partir de fevereiro de 2007. Assim, apenas os dados coletados no Eixo puderam ser comparados. Comparou-se a dieta de vertebrados nas secas de 2006 e 2007 e nas chuvas de 2006/7 e 2007/8. Não foi possível comparar a seca de 2007 com a chuva de 2007/8. Na estação de chuva de 2007/8, apenas 17 roedores e 13 lagartos foram encontrados nas pelotas. Os lagartos foram o principal item vertebrado consumido nas duas estações. Isto sugere que uma parte substancial da biomassa consumida por *A. cunicularia* é resultado de forrageamento diurno. Os filhotes foram observados desde os meses de novembro/2007 a julho/2008. Um tipo de agressão ao buraco foi relatado no mês de outubro de 2007, no Eixo Rodoviário Norte.

Palavras-chave: *Athene cunicularia;* coruja-buraqueira; dieta; vertebrados.

ANÁLISE DA COMUNIDADE DE LAGARTOS EM FRAGMENTO DE CERRADO SENSU STRICTO NO CONTEXTO URBANO, PARK-WAY (BRASÍLIA-DF)

Anelize Vendeth Scavassa – Bolsista PIC / UniCEUB
Orientadora: Profª. Dra. Elizabeth Maria Mamede da Costa
UniCEUB – FACS – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso:Biologia

O objetivo deste trabalho é estudar a estrutura da comunidade de lagartos de um fragmento de Cerrado, localizado na Área de Proteção Ambiental Gama e Cabeça de Veado, entre as quadras 24 e 26 do Park Way, inclusa na proposta do Corredor Ecológico do Lobo-Guará. A fitofisionomia predominante é cerrado *sensu stricto*, principalmente na faixa de domínio da estrada de ferro Centro Atlântica (EFCA), com diferentes níveis de degradação, presença de lixo e trilhas utilizadas por transeuntes. Os lagartos foram coletados por meio de armadilhas do tipo alçapão, oito grides compostos de quatro baldes, cerca-guia, busca ativa e armadilha de cola. Os indivíduos foram pesados, sexados, medidos, marcados com tinta e corte de falange e vistoriados quanto à presença de ácaros e ao estado da cauda. Após a manipulação, os indivíduos foram soltos. A busca ativa teve por base quatro transectos de 200m utilizados para a obtenção de informações sobre o uso de micro-habitats e espaço de fuga para os lagartos. A coleta de dados encontra-se em andamento. Até o momento, foram feitas 53 saídas de campo para vistoria dos grides e dos demais métodos de captura e coleta. Foram capturados 44 indivíduos de quatro famílias, sendo: três *Ameiva ameiva* (*Teiidae*), cinco *Annolis meridionalis* (*Polychrotidae*), seis *Micrablepharus atticolus* (*Gymnophthalmidae*) e trinta *Tropidurus* sp. (*Tropiduridae*). Os tropidurídeos e as ameivas eram filhotes e ou subadultos. Houve seis recapturas de quatro *Tropidurus* com intervalo máximo de 44 dias e mínimo de dois. Na busca ativa, foram avistados *Tropidurus* embaixo de troncos e nas encostas da ferrovia, onde existem buracos utilizados na estratégia de fuga. *Ameiva ameiva* foi encontrada em áreas abertas, próximas ao cerrado mais denso para onde corre quando ameaçada. De maneira geral, a densidade de lagartos na área apresenta-se baixa, o que pode ser um efeito sazonal ou ocasionado pela matriz urbana em que a área está inserida. Indícios da presença de animais domésticos, como gato e cachorro, foram registrados nas trilhas e grides. Suspeita-se de que um gato esteja predando lagartos nas armadilhas. A freqüência de captura de *Tropidurus sp.* juvenis pode ser reflexo do período reprodutivo, do final da estação chuvosa e da alta mobilidade esses indivíduos apresentam segundo a literatura. A baixa freqüência de recaptura e avistamentos pode ser resultado do comportamento territorialista em que os filhotes permanecem juntos, para proteger-se de predadores e os juvenis saem em busca de território próprio para alimentação e acasalamento. A grande quantidade de captura desses indivíduos justifica-se por serem generalistas de habitats. As informações são preliminares, e um trabalho mais longo deve ser feito, para comprovar as hipóteses.

Palavras-chave: Estrutura de comunidade. Micro-habitat. Partilha de recursos. Cerrado.

EFEITOS DO INCESTO NA DINÂMICA FAMILIAR: O CONJUNTO E O INDIVÍDUO

Aluna: Ariadne Araújo Cerqueira – Bolsista PIC/ UniCEUB
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Orientadora: Profª.Sandra Maria Baccara Araújo
Curso: Psicologia
Contatos: ariadnecerqueira@gmail.com
sbaccara@terra.com.br

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a configuração familiar após o abuso sexual paterno-filial, levantar dados sobre como cada indivíduo e a família se organizam diante disso, compreender como cada indivíduo significa o ato abusivo e determinar a importância da escuta de todos os integrantes do núcleo familiar. Os dados e a análise dos relatórios foram verificados por meio da relação da justiça, respaldada pelo aspecto psicossocial, com a família que vivenciou a referida situação, baseando-se no enfoque da psicologia Sistêmica Familiar, fundamentada por Minuchin e colaboradores. Neste estudo, avaliaram-se os efeitos da vivência incestuosa paterno-filial para o núcleo familiar integral, diante da atuação do elemento psicossocial jurídico, no caso estudado, a Seção de Estudos Técnicos – SET da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. O fenômeno da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes tem sido amplamente discutido e é material constante de estudos e pesquisas em áreas, como a Psicologia Jurídica, que lida, diariamente, com a situação. Assim, percebe-se a relevância em discutir o presente tema, uma vez que iniciativas possam surgir e ajudar a construção da atuação psicossocial mais humana, protetora, acolhedora e includente. Realizou-se levantamento bibliográfico sobre a configuração familiar e as contextualizações inerentes a esse sistema, como as bases patriarcalistas, a subjugação do homem às minorias, como mulheres e crianças, e a importância das funções parentais para a qualidade familiar. Para a pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa. Como procedimento, realizou-se o estudo de oito relatórios técnicos e a análise dos dados de três destes, os quais, prioritariamente, continham situação de incesto paterno-filial com a presença de núcleo familiar extenso, com integrantes, como irmãos e tios, além da vítima, do agressor e do responsável. Diante da análise dos dados, percebem-se características emocionais semelhantes nas famílias estudadas, tais como: agressor violento com a vítima e dominante no contexto familiar; vítima com baixa autonomia, baixa auto-estima e autoculpabilização; silêncio familiar; relação conjugal afetada; irmãos desorientados; sentimento de falha e culpa por parte da mãe; quebra da fidelidade familiar.

Palavras-chave: incesto paterno-filial; dinâmica familiar; escuta psicossocial.

A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Aluna: Ariane Costa Guimarães – bolsista PIC/ UniCEUB
Orientadora: Profª Msc. Christine Oliveira Peter da Silva
FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais
Curso: Direito
Contatos: acg@mattosfilho.com.br
christine@stf.gov.br

A pesquisa visa constatar a adequação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ao método comparativo utilizado no Estado Constitucional Cooperativo, especificamente no que concerne a direitos fundamentais. A relevância dessa abordagem é verificada na necessidade de compreensão da atividade hermenêutica do STF, ao utilizar a comparação na tomada de decisões: se age legitimamente, aplicando valores e direitos eleitos pela sociedade e cooperando para a concretização dos direitos fundamentais no plano internacional, ou, ao contrário, ilegitimamente, como argumento de autoridade em mera importação de precedentes e atos jurídicos estrangeiros. Para viabilizar esta investigação, inicia-se pela descrição do Estado Constitucional Cooperativo, explicando de que forma se supera o paradigma do Estado de Direito, especificamente no que toca a concretização dos direitos fundamentais da solidariedade e da universalização dos direitos humanos e o consectário desenvolvimento do método comparativo como "quinto" método interpretativo. Em seguida, são identificadas as etapas e os aspectos que devem ser observados, necessariamente, ao realizar-se a interpretação pelo método comparativo, com o fim de concretização dos direitos fundamentais no plano internacional. Para verificar a coerência da atividade hermenêutica realizada pelo STF aos fins do Estado Constitucional Cooperativo, faz-se o estudo do *Habeas Corpus* nº. 82424 e dos passos utilizados para a tomada de decisão. Os autores essenciais à compreensão do tema são Peter Häberle, Antonio Pérez Luño e Inocêncio Mártires Coelho. A pesquisa, a ser continuada pelo Núcleo de Estudos Constitucionais do UniCEUB, constata que o Estado Constitucional Cooperativo propõe a releitura dos conceitos clássicos de soberania e orienta para a concretização do princípio da solidariedade na esfera internacional, mediante a universalização dos direitos fundamentais. Assim, propõe-se a utilização do método comparativo como instrumento para viabilização da consolidação do Estado Constitucional Cooperativo, por meio de estudos prévios de elementos lingüísticos, na acepção semiótica das principais categorias envolvidas, do sistema jurídico, estudando-se as divisões, os modos de administração, as fontes de direito e o meio social e histórico correlatos. Ao estudar o HC 82424, verifica-se que o STF utilizou o método comparativo de forma satisfatória, na medida em que se identifica a preocupação dos julgadores com o contexto histórico em que se deu a prática de racismo contra os semitas, no caso concreto e no ato jurídico paradigmático, inserindo o Brasil no cenário solidário de combate a práticas anti-semitas, uma vez que o anti-semitismo é fenômeno de repercussão global.

Palavras-chave: Direito constitucional; método comparativo no Estado Constitucional Cooperativo; anti-semitismo.

PERFIL E PRÁTICAS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM BRASÍLIA – DF

Aluna: Basilia dos Santos Rodrigues da Silva – Bolsista do PIC
Orientadora: Profª. Mônica Igreja do Prado – Mestre em Comunicação
UniCEUB – FATECS - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas Curso: Comunicação Social
Contatos: basilia.rodrigues@gmail.com
pradomonica2004@yahoo.com.br

Pesquisar o perfil e as práticas de comunicação social dos tribunais superiores tem como marco teórico a comunicação pública, mais que comunicação institucional e ou organizacional, mais que comunicação governamental. De novembro de 2007 a março de 2008, sete tribunais e órgãos públicos foram visitados: STM (Superior Tribunal Militar), STJ (Superior Tribunal de Justiça), TSE (Tribunal Superior Eleitoral), TST (Tribunal Superior do Trabalho), TCU (Tribunal de Conta da União), MPF (Ministério Público Federal) e CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O Supremo Tribunal Federal (STF), inicialmente previsto no escopo da pesquisa, tendo em vista o difícil acesso e a pouca disponibilidade apresentada por seus gestores, não foi pesquisado. O TCU, o MPF e o CNJ foram incluídos na pesquisa, apesar de não serem tribunais superiores, porque o documento oficial, resultado dos Encontros de Assessores de Comunicação do Judiciário, as Cartas dos Encontros, tratou de apontá-los como integrantes da rede de comunicadores públicos de órgãos ligados à Justiça. Cada um dos oito encontros já realizados resultou em cartas (Carta de São Luís – 2000; Carta de Belo Horizonte – 2001; Carta de Maceió – 2002; Carta de Curitiba – 2003; Carta de Recife – 2004; Carta de Natal –2005; Carta de Porto Alegre – 2006; Carta de Vitória – 2007) que trazem metas, saudações, conquistas e premissas para a política de comunicação social do Judiciário. As cartas, quanto à política de comunicação, enfatizam: profissionalização e qualificação das assessorias; estruturação das assessorias em cada órgão; direito do cidadão à informação; democratização e transparência da informação; justiça a serviço da cidadania; informação como bem público e comunicação pautada no interesse público e na inclusão social; consolidação da rede de comunicadores públicos do Poder Judiciário, do Ministério Público e de áreas ligadas à Justiça. O caminho metodológico foi construído por dois momentos: o primeiro, por pesquisa documental que recolheu e analisou as cartas dos encontros; o segundo, por pesquisa qualitativa com aplicação de roteiro de observação direta e de questionários semi-estruturados, nos locais em que as práticas de Comunicação Social são realizadas e com sujeitos que lidam cotidianamente com elas. Para o exame dos dados, utilizou-se análise de conteúdo qualitativa. Os sujeitos da pesquisa são profissionais em gestão de Comunicação Social de cada um dos tribunais superiores e dos demais órgãos, de ambos os sexos e de faixa etária diferenciada. No segundo momento, foram identificadas as práticas de jornalismo, comunicação interna, publicidade, campanhas promocionais e interação com o cidadão. Os gestores de comunicação dos tribunais e dos demais órgãos visitados e pesquisados estão preocupados em fazer cumprir o indicado como política de comunicação social pelas cartas dos encontros: construir, aperfeiçoar e ou firmar um perfil de comunicação voltado para a cidadania, ou seja, uma comunicação pública, cuja premissa é o direito à informação como bem público. No entanto, quando posta em prática, nem todos os órgãos pesquisados atingem igualmente a mesma *performance*. Na prática, há diversos níveis de operacionalização, a depender de cada órgão. Em síntese, a comunicação praticada pelos órgãos pesquisados pode ser classificada em reativa, sem iniciativa e pró-ativa. Em alguns, é facilmente

visualizado um plano estratégico, no qual os setores de comunicação interna, de ouvidoria, de eventos, de produção de material e de contato direto com os jornalistas conversam entre si, estão estruturados. Em outros, essa coordenação passa por fases de amadurecimento e de experimentação.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Tribunais Superiores. Gestão da Comunicação.

CIDADANIA, ETNIA E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE JOVENS NIPO-BRASILEIROS

Aluna bolsista: Camila Christiana de Aragão Tavares – Bolsista PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª. Dra. Rosana Ulhoa Botelho
FACES - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: História
Contatos: camilaragao@hotmail.com
rosana.ulhoa@terra.com.br

A pesquisa focaliza as relações entre cidadania, etnia e memória por meio de um estudo com jovens descendentes de imigrantes japoneses, filhos de agricultores que se fixaram em Minas Gerais, no início dos anos 1980, no município de Paracatu. Com o recurso à metodologia da história oral, foram realizadas entrevistas, para conhecer valores, percepções e sentimentos que essa parcela de jovens brasileiros de ascendência nipônica tem de seus antepassados japoneses. O respeito às diferenças étnico-culturais tem ganhado corpo nas políticas públicas brasileiras, incentivando a pesquisa sobre as diversas culturas da sociedade brasileira. O projeto situa-se, portanto, na perspectiva de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as condições da cidadania no Brasil, considerando um segmento que, pelas marcas físicas orientais, tem a cidadania associada ao país de seus antepassados, embora seja brasileiro. As comemorações do centenário da imigração japonesa previstas para 2008 incentivam alunos e professores de história a dar a sua contribuição ao estudo e à pesquisa sobre a situação dos imigrantes nipônicos e de seus descendentes. A bibliografia sobre a imigração japonesa para o Brasil tem sido enriquecida a cada nova comemoração da vinda do primeiro grupo de famílias em 1908, no navio denominado Kasato-Maru, que atracou no porto de Santos. Faz parte da tradição dos imigrantes nipônicos comemorarem a sua história não apenas com festas e recriação das tradições, mas também com estudos e pesquisas sobre a imigração de seus ascendentes. As entrevistas realizadas permitem observar que a nova geração de nipo-brasileiros se identifica como cidadãos brasileiros, com gostos, atitudes e valores comuns aos jovens da cultura japonesa, tais como, a alimentação e a disciplina no trabalho. Os nipo-brasileiros consideram a cultura japonesa como algo a mais em suas vidas, diferenciando-se dos jovens brasileiros que não possuem ascendência nipônica apenas neste aspecto. A maioria acha essencial a mistura entre as duas culturas, não sendo prejudicial a nenhuma das partes.

Palavras-chave: nipo-brasileiros; descendentes; aspectos étnico-culturais.

DA REVISÃO DE TEXTO À REVISÃO DE TEXTO CRÍTICA: UMA PERSPECTIVA PROFISSIONAL

Aluna: Carina Melo da Silva – Bolsista PIC/UniCEUB
Orientador: Harrison da Rocha
FACES - Faculdade de Ciências da Educação E Saúde
Curso: Português/Inglês e Respectivas Literaturas
Contatos: carinamsilva@gmail.com
rocha123@gmail.com

O trabalho de revisão de texto não se resume a apropriar o gênero que será revisado à norma padrão da língua portuguesa. Pensar desta maneira é ignorar elementos que se revelam mais complexos e tornar a atividade algo superficial e meramente mecânico. Por isso, este trabalho contribui para a transformação da atividade de revisão de texto em uma perspectiva crítica. De outra parte, a revisão de texto possui uma função social. Desse modo, deve-se considerar, veementemente, que essa prática alcança horizontes além do texto escrito. A revisão de texto precisa ser examinada por meio de macrovisões que considerem as relações suscitantes dessa atividade entre: linguagem e sociedade; linguagem e poder; linguagem e identidade. Dessa forma, o objetivo é repensar a atividade de revisão de texto sob a perspectiva crítica, para acompanhar as novas mudanças nos estudos da linguagem e aplicá-las às atividades que envolvem análise de texto. A fundamentação teórica tem o foco principal na Análise de Discurso Crítica (ADC), nos trabalhos de Fairclough (2001, 2003), Hodge e Kress (1996), Kress (2000), Kress e van Leeuwen (2001), na Teoria dos Gêneros Discursivos de Bakhtin (1997), Marcuschi (2002) e na metodologia de Bauer e Gaskel (2002), Flick (2004).

Palavras-chave: Revisão de texto; teoria crítica; gêneros discursivos.

O ESCRAVO EM GOIÁS DO SÉCULO XVIII E A DECADÊNCIA DA MINERAÇÃO AURÍFERA

Aluna: Carolina de Abreu Marques Henriques - Bolsista PIC
Orientador: Prof. Msc. Deusdedith Alves Rocha Junior
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Licenciatura plena em História
Contatos: deusdedith.junior@uniceub.br; carol_amh@hotmail.com

Relacionando a decadência da mineração aurífera em Goiás do século XVIII com a escassez de mão-de-obra escrava, expõem-se, neste trabalho, as diferentes abordagens bibliográficas que se referem ao tema. Tomando como fonte a documentação contida no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), os autores do Goiás colonial, como Luís Palacín, Paulo Bertran e Nasr Fayad Chaul, e os relatos de Saint-Hilaire, um viajante do século XIX, elucidam-se as diferentes interpretações sobre o fenômeno da referida decadência. Analisam-se os principais argumentos em comum às diferentes fontes: a falta de mão-de-obra escrava nas fábricas de mineração e o isolamento da capitania.

Palavras-chave: mineração; mão-de-obra escrava; Goiás colonial.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PROCESSOS DE VOÇOROCAMENTO EM ÁREA DE NASCENTES DO RIO PRETO: O CASO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO DE FORMOSA

Aluna: Christiany Marques Reino – Voluntária / PIC
Orientador: Prof.Dr. Valdir Adilson Steinke
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Geografia
Contatos: kikireino@yahoo.com.br
valdirsteinke@gmail.com

A análise de bacia hidrográfica é tida como chave para a gestão e a conservação dos recursos hídricos e, em conseqüência, a manutenção e o equilíbrio dos ecossistemas de determinada bacia de drenagem. Diferentes abordagens e enfoques são necessários para a análise integrada da paisagem com a finalidade de realizar um retrato confiável da complexidade destes ambientes. Entre as abordagens que se destacam, estão aquelas que apontam as áreas degradadas com a finalidade de propor medidas mitigadoras e de recuperação. Um dos grandes problemas no Cerrado é a erosão dos solos, e, nesta categoria, os voçorocamentos sobressaem. Desta forma, identificar as áreas críticas é fundamental para o manejo das bacias hidrográficas. O trabalho teve como objetivo a identificação de áreas potenciais para a ocorrência de voçorocas, em área de cabeceiras de drenagem, mais especificamente nas nascentes do rio Preto, situadas nos limites do Campo de Instrução de Formosa – GO do Exército Brasileiro. Foram utilizadas técnicas de geoprocessamento para a indicação de áreas potenciais e a conseqüente análise da distribuição espacial dos processos erosivos classificados como voçorocas. Como resultados, apresentam-se, os seguintes produtos: mapa de declividade da área, mapa de fluxo de escoamento superficial, mapa das nascentes e dos recursos hídricos, mapa de solos e mosaico de imagens da série Landsat e CBERS II. O cruzamento destes mapas em ambiente SIG possibilitou a indicação das áreas mais vulneráveis aos processos de voçorocamento.

Palavras-chave: Geotecnologias. Erosão. Análise ambiental.

FILOSOFIA NA TV: INDUTORA NA FORMAÇÃO CRÍTICA CIDADÃ

Aluna: Daniella Cristina Jinkings Sant'Ana – Bolsista PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª. MSc. Mônica Igreja do Prado
FATECS -Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Comunicação Social
Contatos: dannicris@gmail.com
pradomonica2004@yahoo.com.br

Os programas televisivos sobre Filosofia são bons, ajudam a divulgar a Filosofia, porém não chegam ao ponto vital, tratando dos assuntos de modo superficial. Mesmo assim, auxiliam a construção de visão crítica e reflexiva sobre e o enfrentamento de desafios éticos do mundo contemporâneo, funcionando como um despertar para o assunto. Apenas um professor entrevistado entende que os programas de televisão sobre Filosofia, apesar de superficiais, podem funcionar com um interruptor para despertar atitude mais ética diante do mundo, enquanto os demais afirmam que os programas não têm essa força mediadora, pois acreditam que a construção do pensar crítico e a promoção da formação cidadã estão nos professores. Ou seja, os professores e o ambiente de sala de aula são os propulsores para a formação de visão crítica e da atitude ética. No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa aponta para que a qualidade da mediação cresça na medida em que os professores estejam em contato e consumam produtos mediáticos sobre Filosofia veiculados em canais abertos ou fechados. Os professores com alta freqüência de consumo são os que mais refletem sobre os programas, conversam e emitem opiniões, seja entre o grupo familiar, seja entre seus pares no ambiente de trabalho seja na sala de aula, incorporando, formalmente, a programação televisiva sobre Filosofia em seus planos didático-pedagógicos. Esses professores declaram perceber mudanças no comportamento de alunos depois de aulas de Filosofia, nas quais os assuntos foram contextualizados e integrados à experiência de vida dos estudantes. Segundo eles, os alunos tornam-se compenetrados, usam melhores expressões e prestam mais atenção às aulas. A dinâmica de consumo de programas televisivos sobre Filosofia entre alunos e professores permite ao professor exercer a função de contextualização e, assim, dialogar com os alunos, o que leva à formação crítica sobre o mundo em ambos os sujeitos. A pesquisa ressalta a força da comunicação interpessoal na construção de visão de mundo, na modificação de hábitos e atitudes e na formação do sujeito (indivíduo-cidadão); reafirma que a televisão tem o poder de agendar temas e trazer os assuntos para a agenda pública, mas que não é ela, como meio de comunicação de massa, ou o conteúdo de sua programação, que influencia o indivíduo, mas a força de mediadores, como professores, que, em ambientes de sala de aula, ajudam a formar o ser humano. Foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas a quatro grupos de pessoas: professores, estudantes de Filosofia, pessoas que se relacionam com Filosofia e pessoas sem relação direta com Filosofia. Os questionários foram aplicados pessoalmente, coletivamente e por *e-mail*. A amostra foi por conveniência. Para o exame dos dados, utilizou-se análise de conteúdo qualitativa.

Palavras-chave: Filosofia; televisão; mediação; professores.

OS VALORES HUMANOS E A PARTICIPAÇÃO EM REDES SOCIAIS PELA INTERNET

Aluna: Denise da Conceição Muniz – bolsista PIC/ UniCEUB
Orientadora: Prof. MSc. Carla Peixoto Borges
UniCEUB – FATECS – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Administração
Contatos: denisepcj@yahoo.com.br
carlaborges@hightouch.com.br

Esta pesquisa trata da relação entre os valores humanos individuais e a participação de estudantes do ensino superior em redes sociais pela *internet*. O objetivo do estudo foi verificar a influência dos tipos motivacionais sobre a participação em redes sociais, que são espaços virtuais sem territórios, onde seus participantes efetuam trocas comunicativas e formam grupos afins. A oferta de *sites* com esse tipo de serviço é um fenômeno crescente na *internet*. Nesse contexto, engajar-se em uma rede social virtual configura-se como nova forma de interação social, lazer e consumo. Com base na premissa de que os valores podem motivar a ação, buscou-se investigar se os valores humanos individuais predizem, de forma significativa, a participação em redes sociais. Os valores foram operacionalizados de acordo com os dez tipos motivacionais da teoria de Schwartz: autodeterminação, estimulação, hedonismo, realização, poder, conformidade, tradição, segurança, benevolência e universalismo. O estudo, de caráter descritivo e natureza quantitativa, envolveu pesquisa bibliográfica e técnica de levantamento com aplicação de questionários auto-administrados junto a uma amostra de conveniência de 196 alunos do UniCEUB. A fim de testar o poder preditivo do conjunto de variáveis composto pelos tipos motivacionais sobre a variável *participação em redes sociais*, realizou-se análise de regressão linear múltipla padrão. Os resultados não forneceram evidências de que o conjunto de tipos motivacionais testado é indicador significativo da participação em redes sociais na *internet*. Como resultado secundário, o estudo forneceu análise descritiva exploratória sobre o comportamento do participante de redes sociais, além da discussão teórica e conceitual sobre o tema. Os resultados alcançados contribuem, assim, para a definição de contornos de pesquisa mais precisos para estudos futuros.

Palavras-chave: valores humanos; redes sociais; comportamento do consumidor.

A INFLUÊNCIA DA DEAMBULAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA E FUNÇÃO PULMONAR NO TEMPO DE INTERNAÇÃO DA CIRURGIA CARDÍACA

Aluna: Elayne Kelen de Oliveira – Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientador: Prof. Especialista Vinícius Zacarias Maldaner da Silva
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Fisioterapia
Colaboradora: Aída Luiza Ribeiro Turquetto INCOR – Fisioterapia
Contatos: elaynekelen@gmail.com
viniciusmaldaner@yahoor.com.br

A cirurgia cardíaca, como a revascularização do miocárdio e a troca valvar, está relacionada a complicações pós-operatórias que podem retirar os cardiopatas da vida produtiva e economicamente ativa, ocasionando a redução no orçamento familiar, na qualidade de vida e o aumento nos gastos públicos com estes indivíduos. Um dos principais parâmetros de acompanhamento desses pacientes antes e após a cirurgia cardíaca é a função pulmonar, que é um dos principais focos do tratamento hospitalar, sendo correlacionada com o tempo de internação. Observa-se que, além das complicações pulmonares pós-operatórias, o repouso prolongado no leito pode ocasionar alterações que aumentam o tempo de internação. Apesar de a deambulação estar associada à funcionalidade dos indivíduos e estar inclusa nos programas de reabilitação cardiovascular, praticamente, não há estudos entre esse parâmetro e o tempo internação pós-operatória. O objetivo desta pesquisa é verificar a influência da deambulação no tempo de internação no pós-operatório de cirurgia cardíaca, em comparação com a influência da função pulmonar no mesmo tempo. Para isto, foi coletada em cardiopatas, acima de 40 anos, de ambos os sexos, internados para a submissão de cirurgia cardíaca no Instituto do Coração de Brasília, a função pulmonar por meio da espirometria e manovacuometria, no pré-operatório, ao quinto dia de internação, e a distância percorrida no Teste de Caminhada de Seis Minutos (TC6'), ao quinto dia de pós-operatório, considerada como a capacidade de deambulação, para correlacionar essas variáveis com o tempo de internação hospitalar pós-operatória desses pacientes. Foi observado que as variáveis de função pulmonar pré-operatórias não apresentaram correlação significativa com o tempo de internação hospitalar. Porém, as variáveis coletadas ao quinto dia apresentaram correlação significativa com os dias de internação. No entanto, a correlação da distância percorrida no TC6' foi estatisticamente mais significativa com o tempo de internação do que a apresentada pela função pulmonar. Esses resultados sugerem que a estimulação à deambulação precoce e intensiva pode ser um fator de redução do tempo de internação.

Palavras-chaves: Cirurgia cardíaca; função pulmonar; deambulação precoce.

O PAPEL DO ÁCIDO ASCÓRBICO NOS NÍVEIS DE ANSIEDADE INDUZIDA PELO GLUTAMATO EM RATOSSUBMETIDOS AO LABIRINTO EM CRUZ ELEVADO

Aluno: Felipe de Souza Soares Germano - Voluntário PIC / UniCEUB
Orientador: Profº Msc. Ivaldo Jesus Lima de Oliveira
FACES - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Psicologia
E-mails: fss.germano@gmail.com
ivaldojesus@ig.com.br

O glutamato (GLU) é o principal neurotransmissor excitatório do sistema nervoso central de mamíferos. Está envolvido em aprendizagem, memória, dano neuronal pós-isquemia ou hipoglicemia, doenças neurodegenerativas (Alzheimer, Parkinson, Huntington, esclerose amiotrófica lateral), além de ansiedade, depressão e esquizofrenia. O ácido ascórbico (AA) é uma vitamina hidrossolúvel derivada do metabolismo da glicose, protege o organismo contra danos causados pelos radicais livres, podendo reduzir a excitotoxidade e a peroxidação lipídica e exercer um papel de neuroprotetor. Esta pesquisa investiga o papel do AA sobre os níveis de ansiedade induzida pelo GLU em ratos submetidos ao labirinto em cruz elevado (LCE). Para isso, experimentos foram conduzidos em ratos Wistars machos, provenientes do Biotério do UniCEUB, aprovados pelo Comitê de Ética da Instituição. Os animais experimentais receberam AA, para verificar a dose mais efetiva com a curva de dose-resposta. Foram injetados, nos animais experimentais, GLU na dose de 3,0 mg/kg (i.p.) e AA na dose de 0,3 mg/kg (i.p.), antes do GLU, AA junto com GLU e AA depois do GLU. Os animais de controle de ambos os experimentos receberam administração de solução salina. Todos os animais foram expostos, por 5 minutos, ao LCE após 30 minutos da administração de solução salina e AA e ou GLU. As doses 0,3 e 3,0 mg/kg (i.p.) de AA e de GLU, respectivamente, foram escolhidas, por apresentar efeito ansiolítico para o AA e ansiogênico para o GLU, mais eficientes nos dois experimentos. Para a análise estatística dos dados, foi utilizado o programa SPSS versão 15.0. As porcentagens médias de tempo gasto nos braços abertos do LCE foram indicativas de ansiedade ($p<0,05$). A ANOVA apontou diferença estatisticamente significativa para o AA, em relação ao grupo de controle, e para o grupo do GLU, apresentando perfil ansiolítico para o AA injetado antes do GLU, junto com o GLU e depois do GLU. Assim, o AA preveniu o efeito ansiogênico do GLU quando foi injetado antes do GLU, junto com o GLU e depois do GLU, ou seja, em todas as condições experimentais testadas, indicando ação com perfil de antagonista dos receptores de GLU, por ter bloqueado o efeito ansiogênico do GLU, detectado no 5º Programa de Iniciação Científica do UniCEUB. Portanto, propõe-se continuar investigando o papel do AA envolvido com o GLU sobre a ansiedade, na busca de novos agentes farmacológicos que apresentem menos efeitos colaterais, tendo em vista a compreensão das bases biológicas da ansiedade.

Palavras-chave: Glutamato. Ansiedade. Ácido Ascórbico. Labirinto em cruz elevado.

O SINCRETISMO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: TENDÊNCIA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL MODERNA?

Pesquisador: GiovannI Fialho Netto Júnior
Orientadora: Samantha Ribeiro Mayer-Pflug
E-mail: giovanni.fialho@yahoo.com.br
Telefone: (61) 9985-5375

Esta pesquisa tem por objeto o possível desenvolvimento de um modelo de controle de constitucionalidade diferenciado dos dois modelos existentes, o americano e o *kelseniano*, formado pelo movimento de sincretismo desses dois sistemas clássicos. Por meio do estudo dogmático e instrumental e das técnicas bibliográfica e documental, buscou-se estabelecer, inicialmente, as bases e as diretrizes dos sistemas abstrato e concentrado de controle da constitucionalidade das leis. Em pesquisa essencialmente documental, pautada em decisões judiciais, analisa-se a possível tendência da uniformização de modelos de controle de constitucionalidade, com certo amparo doutrinário.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; controle difuso; controle concentrado; modelo híbrido; tendência jurisprudencial.

A ACREDITAÇÃO HOSPITALAR COMO CERTIFICADO DE QUALIDADE: UM ESTUDO DE CASO DO HOSPITAL ANCHIETA, BRASÍLIA, DF

Aluna: Giselle Gaby Valério Silva, bolsista PIC / UniCEUB
Orientador: Prof. Dr. André Nunes
FATECS - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Administração de Empresas
Contatos: gisellegvs@gmail.com
andre.nunes@uniceub.br

A acreditação hospitalar é um processo de avaliação e certificação dos serviços de assistência à saúde que analisa e atesta o grau de qualidade alcançado pela Instituição, considerando padrões previamente definidos. Entretanto, a busca de certificação que "carimbe" um selo de qualidade é, freqüentemente, utilizada como *marketing* institucional. O objetivo deste trabalho é investigar se a Certificação de Acreditação Hospitalar, concedida por instituições acreditadoras, reconhecidas junto à Organização Nacional de Acreditação (ONA), representa ganho de qualidade em atenção à saúde ou é, apenas, mais um instrumento de *marketing* institucional. O estudo de caso foi realizado em um nosocômio certificado no último nível de acreditação: o Hospital Anchieta, em Brasília, DF. Utilizaram-se questionários como instrumento de coleta de dados. Dois grupos de indicadores foram selecionados como *proxy* de qualidade na atenção à saúde. No primeiro grupo, foram selecionados indicadores de saúde propriamente ditos: mortalidade observada em pacientes hospitalizados em unidades de tratamento intensivo, índice de infecção hospitalar, entre outros. O segundo grupo de indicadores captou índices de satisfação do cliente em diversas unidades de serviço do hospital: centro cirúrgico, maternidade, pronto socorro, internação. A análise preliminar dos dados indica que, ao longo do período de tempo analisado, houve significativa melhoria em alguns indicadores e estabilização no nível de outros. Os resultados apontam para que a melhoria nos indicadores deva estar correlacionada com a implantação do processo de acreditação hospitalar, corroborando a hipótese de que isso contribui, significativamente, para a melhoria da qualidade da atenção à saúde.

Palavras-chave: acreditação hospitalar; indicadores; qualidade em saúde.

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL – TEORIA E PRÁTICA AVALIAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS NACIONAIS DE PROJETO – 2006 e 2007

Aluna: Graciella Martins Santos – Bolsista PIC/UniCEUB
Orientador: Prof. Fabiano Arcádio Sobreira
FATECS – Faculdade de tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Arquitetura e Urbanismo
Contatos: graciellams@gmail.com
fabiano.sobreira@gmail.com

A investigação científica sobre o exercício projetual é fundamental para entender como a arquitetura tem incorporado o conceito da sustentabilidade em sua prática e pode contribuir para a construção de novos enfoques pedagógicos e técnicos para a produção e a reflexão arquitetônica. Nesse contexto, entende-se que os concursos de projeto se apresentam como importante acervo de idéias, debates, conceitos e propostas sobre a arquitetura contemporânea e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Este trabalho apresenta resultados da pesquisa que estuda os concursos de projetos de arquitetura sob a ótica da sustentabilidade, tendo como recorte temporal o período entre 2006 e 2007, avaliando a aplicabilidade do tema na prática projetual. A sustentabilidade é abordada de acordo com três enfoques fundamentais: sociocultural, tecnológico e ambiental. Resultados preliminares indicam que os editais dos concursos de projeto nacionais têm incorporado, ao longo dos últimos anos, em suas diretrizes projetuais, conceitos relacionados à idéia de desenvolvimento sustentável. Especificamente, observou-se enfoque mais claro na abordagem que se refere aos aspectos ambientais. Na fase final da pesquisa, para melhor avaliação dos resultados, foram realizados estudos de casos com pré-seleção de projetos com enfoque nos memoriais descritivos e elementos gráficos. Os critérios utilizados para a seleção dos referidos concursos foram a disponibilidade de dados para a pesquisa e a presença do tema *sustentabilidade* nos editais. Foram analisados, nesta fase, os seguintes concursos: IPHAN (2006), CARRIS (2006) e CAPES (2007). A conclusão preliminar mostra que, nos projetos premiados, há equilíbrio entre os três aspectos da sustentabilidade pré-estabelecidos nesta pesquisa.

Palavras-chave: projeto de concurso; sustentabilidade; prática projetual.

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA URBANA E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Aluno: Luiz Humberto Prisco Viana Neto - Bolsista PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª Drª Lara Santos de Amorim
FATECS - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Comunicação Social – Jornalismo
Contatos: luiz01bertu@gmail.com
amoriml@yahoo.com

Este trabalho de iniciação científica analisa as reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) sobre os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) à Polícia Militar do estado de São Paulo, durante o período de 12 a 21 de maio de 2006. O objetivo geral do estudo é investigar como se desenvolveu a cobertura jornalística do evento e interpretá-la à luz dos conceitos de violência urbana e segurança pública desenvolvidos no âmbito das Ciências Sociais, com intenção de imprimir o aspecto interdisciplinar ao projeto. Os pressupostos teóricos na área da Comunicação Social são os exames dos processos de produção das notícias e da teoria do enquadramento. Assim, realizaram-se avaliações de caráter quantitativo e qualitativo. Para tal, desenvolveram-se categorias que permitem identificar quais são os principais elementos presentes na construção das matérias. Desta maneira, utiliza-se como método de pesquisa a Análise de Conteúdo (AC), especificamente, o modelo categorial de análise. Os resultados demonstram que as ações do PCC ocuparam um espaço de centralidade no periódico paulista somente quando eram novas, ou notícias "quentes". À medida que os fatos aconteciam, o destaque dado em capa reduziu-se gradativamente, refletindo a supremacia do valor da notícia da atualidade. Esse fato aponta para a cobertura voltada, prioritariamente, aos acontecimentos instantâneos. Os levantamentos feitos mostram que a estrutura das principais reportagens da FSP atende à utilização, quase exclusiva, da fonte de informação policial. Essa escolha inviabiliza a pluralidade de visões e opiniões nas páginas do periódico. A análise também expõe que os dados estatísticos sobre o número de mortos em decorrência dos ataques são o escopo das matérias jornalísticas estudadas.

Palavras-chave: Violência urbana. PCC. Cobertura jornalística.

PERCEPÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA E UMA ORGANIZAÇÃO PRIVADA

Aluno: Igor Holanda Risuenho – Bolsista PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª. Msc. Amalia Raquel Pérez-Nebra
FATECS – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Administração
Contatos: risuenho.igor@gmail.com
amalia@unb.br

O objetivo central da pesquisa é descrever as diferenças entre a percepção de clima organizacional atribuída aos colaboradores de organizações públicas e privadas. Para isso, foi realizada pesquisa quantitativa de clima organizacional em instituições de ensino, com a aplicação de um questionário composto por 69 itens, correspondentes aos fatores: apoio da chefia e da organização, recompensas, conforto físico, controle, pressão e coesão entre colegas. O questionário foi entregue a 136 colaboradores, sendo 55,8% de escola privada, nos seus locais de trabalho e recolhido, posteriormente, pelo pesquisador. Os entrevistados eram, predominantemente, do sexo feminino, 65,4% de professoras do ensino fundamental e médio. Não houve coleta em universidade ou centro universitário. Com base nos dados constantes dos questionários, foi realizada análise de variância para observar a diferença de percepção de clima nos dois tipos de organização. Os resultados obtidos apresentaram equivalência com relação a um único fator: controle e pressão, o que permite inferir que, nos dois ambientes organizacionais, os colaboradores percebem níveis similares de controle sobre o trabalho exercido. Por outro lado, os resultados apresentaram divergência de percepções com relação aos demais fatores. Em todos eles, a avaliação foi superior para os que trabalhavam na escola privada quando comparado à escola pública, o que pode ser resultado das melhores condições de trabalho e maiores investimentos da instituição particular, proporcionando a seus colaboradores maior conforto físico e recompensas. Foram realizadas análises correlacionais entre os dados de clima organizacional e os dados pessoais, em que o maior tempo de empresa foi o que mais se mostrou correlacionado com a baixa avaliação; isso sugere revisão de, por exemplo, um plano de carreira dos professores. Outra análise foi sobre os fatores ou variáveis preditoras de cada um dos fatores de clima organizacional; para 4 dos 5 fatores, o fato de ser uma organização pública ou privada foi a variável que se mostrou significativa. Este dado mostra-se importante para as organizações públicas, pois a maneira de investimento pode interferir no processo de ensino-aprendizagem das crianças. Sugere-se como trabalho futuro que se faça comparação não apenas entre tipos de vínculos empregatícios, mas também entre categorias de trabalho e entre empresas públicas urbanas e rurais, com intervenção para melhorar a percepção de clima organizacional das escolas públicas.

Palavras-chave: clima organizacional; escolas públicas; escolas privadas.

INSETOS ASSOCIADOS AO PEQUIZEIRO NO CERRADO

Aluna: Jacqueline Aguiar Gonçalves – Bolsista PIC / UniCEUB
Orientadora: Profª Drª Marina Regina Frizzas
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biologia
Contatos: jacqueline_bio@yahoo.com.br
frizzas@yahoo.com.br

A associação de plantas e insetos herbívoros é uma das interações ecológicas mais importantes e freqüentes da natureza. O pequizeiro apresenta grande relevância ecológica, econômica e social para os habitantes tradicionais da região onde é encontrado. Os objetivos desta pesquisa foram: realizar um levantamento dos insetos que visitam pequizeiros; avaliar os diferentes níveis tróficos (herbívoros, inimigos naturais e polinizadores); fazer uma comparação entre os insetos que visitam as diferentes partes da planta, tal como, caule, folha, flores e frutos. O estudo foi conduzido em uma área de Cerrado no estado de Goiás, na bacia do Rio Corumbá - área de influência direta do aproveitamento hidrelétrico Corumbá IV (GO), no período de dezembro de 2007 a julho de 2008, por meio de coletas quinzenais. Foram selecionados e observados 10 pequizeiros por cerca de 20 a 30 minutos cada um. Todos os insetos que visitaram cada parte da planta foram anotados e contados. Paralelamente, foram instalados dois cartões adesivos amarelos de dupla face em cada planta, para atrair os insetos voadores presentes nos pequizeiros. Foram coletados 305 espécies e 4.526 indivíduos. Os artrópodes pertenciam a 11 ordens, entre elas, as de maior abundância foram hemíptera (37%), díptera (33%) e himenóptera (16%), e, as 16 famílias que mais se destacaram quanto ao número de indivíduos foram *cicadellidae*, *muscidae* e *chalcididae*, sendo que *cicadellidae* representou 46% do total coletado. Nas coletas realizadas diretamente nas plantas, foram encontrados 105 espécies e 177 indivíduos, sendo 101 espécies e 123 indivíduos em folhas, 23 espécies e 50 indivíduos em caules, e 3 espécies e 4 indivíduos em flores. Não foram encontrados insetos em frutos de pequi. Houve maior quantidade de indivíduos e diversidade de espécies em folhas quando comparado a caules e flores. Quanto aos níveis tróficos, coletou-se quantidade maior de insetos herbívoros tanto em folha quanto em caule, no entanto, em folha, destacou-se o grupo dos sugadores, e, em caule, outros insetos, como formigas e cupins. 76% das espécies e 96% da quantidade de indivíduos foram coletados por meio de cartões adesivos.

Palavras-chave: Entomofauna. Interação inseto-planta. *Caryocar brasilienses*.

AS POLÍTICAS INDÍGENAS E OS ÍNDIOS DO GOIÁS COLONIAL

Aluno: João Cesari Filho – Bolsista PIC / UniCEUB
Orientador: Prof. Msc. Deusdedith Alves Rocha Junior
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Licenciatura plena em História
Contatos: joao.cesari@gmail.com
deusdedith.junior@uniceub.br

O presente trabalho objetiva analisar as práticas das políticas indígenas e indigenistas no Goiás do século XVIII, à luz dos documentos recolhidos no Arquivo Histórico Ultramarino, como processos políticos dinâmicos, formados pela interação dos sujeitos históricos, indígenas e não-indígenas diante das situações sociais características do período colonial. Na documentação oficial, que dota de sentido o "outro" – no caso em questão, o indígena –, foi preciso rastrear o projeto de assimilação do colonizador quanto ao modo de vida gerado e, ao mesmo tempo, discorrer acerca dos discursos etnocêntricos construídos pelos luso-brasileiros sobre os grupos étnicos localizados na capitania de Goiás. Ademais, é realizada análise das práticas indigenistas portuguesas nesta capitania, em contraste com a legislação vigente, mais especificamente, na segunda metade do período setecentista. São políticas contraditórias e multifacetadas que utilizavam diferentes instrumentos de poder – nem sempre concernentes com a legislação do período – para tornar os indígenas meros vassalos.

Palavras-chave: Política indígena; política indigenista; Goiás colonial.

COM PALMOS MEDIDA – TERRA, TRABALHO, CONFLITO E MORTE NA OBRA MORTE E VIDA SEVERINA, DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Aluna: Juliana Marafon Pereira
Orientadora: Profª. Drª Ana Luiza Montalvão Maia
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde
Curso: LETRAS
Contatos: juliana_marafon@yahoo.com.br
lumontavao@msn.com

A pesquisa está fundamentada no poema *Morte e vida severina,* de João Cabral de Melo Neto. O objetivo principal está em estabelecer questionamentos a respeito das relações e das contradições entre terra, trabalho, conflito e morte que constituem o *corpus* da obra. Ao longo do poema, João Cabral revela seu caráter crítico, ao evidenciar aspectos presentes na realidade social do homem do sertão nordestino. Ao prolongar seu conhecimento local à conscientização de um público externo, o autor tem a proposta de despertar o interesse humano pelas injustiças que são impostas ao homem excluído. Durante a análise do poema, notam-se as oposições entre morte e vida como temas centrais da obra. O personagem protagonista segue caminho ao longo de um rio, com intenção de fuga da morte e prolongamento da vida. Durante sua trajetória, Severino, que denomina tanto o personagem central quanto os vários Severinos retirantes do sertão, depara com as diferentes privações vivenciadas num solo infértil e percebe sua expectativa mudar, ao encontrar-se numa situação onde a explosão de uma vida, o nascer de uma criança, oferece nova perspectiva na qual o novo dá lugar ao encantamento, à força criadora, à renovação. O poema revela-se paradoxal à medida que expõe as relações existentes entre o sagrado e o profano, o mítico e o real, a terra e o trabalho e, principalmente, a morte e a vida. Será por apresentar esses opostos que João Cabral demonstra a infalibilidade como conseqüência das disparidades da vivência humana.

Palavras-chave: *Morte e vida severina*. Terra e trabalho. Conflito e morte.

AS MARCAS DA MONSTRUOSIDADE E DA CRUELDADE NO CONTO O GATO PRETO DE EDGAR ALLAN POE

Aluna: Kislla Nunes de Andrade – Voluntária PIC/ UniCEUB
Orientadora: Profª. Drª Ana Luiza Montalvão Maia
FACES - Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde
Curso: Letras
Contatos: kisllanunes@yahoo.com.br
lumontalvao@msn.com

Esta pesquisa tem como c*orpus* o conto *O gato preto,* de Edgar Allan Poe. O objetivo principal é divulgar o trabalho do contista e poeta no que tange a monstruosidade e a perversidade. Poe revela-se um escritor com preferências a temas mórbidos. Não é difícil perceber o fato, ao ler o *corpus* da pesquisa, em que se exploram conhecimentos profundos de religião, filosofia e história, para compor a trama principal do conto. O gato preto, foco principal da narrativa, é escolhido pelo misticismo criado em torno desse animal, pois, na Idade Média, tornou-se símbolo de mau agouro e de caráter diabólico. O conto revela-se intricado ao conceito de pecado e de confissão. O personagem principal confessa um crime que não cometera, esperando o perdão divino. Movido por fúria satânica, comete atos cruéis e monstruosos contra um gato e, posteriormente, contra sua própria mulher. Poe relata em um ensaio que prefere contos dessa natureza, por parecem verossímeis e causar maior impacto ao leitor, pois a crueldade é inerente ao ser humano. Porém, por vezes, a monstruosidade e a crueldade são citadas como forças diabólicas. Essa influência que o narrador explicita vem do conceito do bem e do mal, criado pelo filósofo Aristóteles e aprofundado no Cristianismo. O diabo é citado como o causador dos infortúnios do narrador e está representado no gato e no álcool. Nota-se que o personagem principal comete as crueldades sob o efeito do rum. O nome do gato é outro indício da influência diabólica. *Pluto*, na mitologia latina, era o deus do inferno. No correr da narrativa, a figura do diabo é substituída pela do narrador. Ao matar a mulher e não sentir rancor ou remorso, o narrador deixa a lacuna que o autor revelou anteriormente. O ser humano possui dois lados, duas índoles. Cada lado mostra-se de acordo com a conveniência e a oportunidade. Poe revela-nos no desfecho do conto que o narrador não está arrependido pelo que fez. Por medo de sofrer o castigo divino, ele dissimula como arrependido, para convencer o leitor e a si mesmo de que tudo foi culpa do espírito diabólico do gato. O conto mostra-se aterrorizante, justamente, por apresentar esses aspectos. Poe prefere escrever sobre os medos, as fraquezas e os vícios dos humanos, por trazerem verossimilhança aos contos e, conseqüentemente, mais terror.

Palavras-chave: Pecado; confissão; salvação.

DIETA E REPRODUÇÃO DE SUINDARA (TYTO ALBA, STRIGIFORMES, TYTONIDAE) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS (ESEC-AE)

Aluna: Larissa Veras Barrozo – Bolsista PIC / UniCEUB
Orientador: Prof. Dr. Daniel Louzada da Silva
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso de Biologia
Contatos: larissavb@gmail.com
daniellouzada@uol.com.br

Tyto alba é uma coruja cosmopolita que se alimenta, principalmente, de pequenos vertebrados, a maioria roedores. Partes não-digeridas, como pêlos, ossos e quitina, são regurgitados em pelotas. Reproduz-se até duas vezes por ano, durante a estação seca. Este trabalho deu continuidade ao monitoramento da população de *T. alba* na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE), iniciado em 2004. As visitas para coleta de pelotas foram, no mínimo, mensais. As pelotas coletadas foram acondicionadas em sacos plásticos, numerados e identificados com data e localidade. Esse material foi imerso em NaOH 10%, por quatro horas, e seu conteúdo, analisado. Consideraram-se duas estações para comparação, a seca (de abril a setembro) e a chuvosa (de outubro a março). Foram coletadas 59 pelotas entre agosto de 2007 e julho de 2008. Apenas duas pelotas continham invertebrados não-identificados. Entre os 222 fragmentos de ossos identificados, 216 são de roedores, 5 de marsupiais e 1 de ave. Houve reprodução em três localidades. Em todos os locais, havia quatro ovos. Comparou-se a dieta neste período com os anos anteriores (de abril de 2004 a setembro de 2007) em períodos de seca e chuva. Coletaram-se 902 pelotas nas quais foram encontrados 5332 itens alimentares. O teste de Kolmorgorov-Smirnov analisou a significância das variações na composição da dieta, no período estudado por estação, havendo diferença significativa apenas para a chuva de 2005 e 2006. Neste período, o número de marsupiais consumidos superou o de roedores, fato já detectado em estudos anteriores, em área de mata mesofítica sobre solo calcário também no DF. A grande preferência por roedores na alimentação das suindaras destaca a importância desta ave no controle populacional destes pequenos mamíferos.

Palavras-chave: *Tyto alba;* dieta; reprodução.

GRAU DE CONHECIMENTO DOS GESTORES DAS PEQUENAS EMPRESAS SOBRE INDICADORES FINANCEIROS

Autor: Leandro Alves de Sousa – Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientador: Prof. MSc. Gilberto Gomes Guedes
FATECS - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Administração
Contatos: lasaquivo@yahoo.com.br
gilbertogguedes@uol.com.br

O presente projeto trata de analisar o grau de conhecimento dos gestores das pequenas empresas sobre os indicadores financeiros. Este trabalho justifica-se pela necessidade de conseguir o máximo com o mínimo, pela globalização e pela evolução dos processos industriais, tecnológicos e de negócios que transformam o mercado e acirram a concorrência entre as empresas. Assim, as mudanças exigem dos empresários um conhecimento detalhado da sua empresa e a aplicação de recursos que auxiliem o seu segmento. O desenvolvimento econômico obriga o empresário a tomar suas decisões apoiadas em informações precisas e atualizadas, como os indicadores financeiros. O objetivo geral do presente trabalho é identificar o nível de conhecimento dos gestores das pequenas empresas sobre os seguintes índices financeiros: lucratividade sobre vendas, rentabilidade do negócio, poder de pagamento da empresa, margem de contribuição e ponto de equilíbrio. Para atingir os objetivos propostos, a metodologia adotada é de natureza descritiva e de caráter qualitativo e quantitativo, com população finita de 93 empreendimentos. Baseado nos resultados obtidos, percebe-se que a maioria dos gestores das pequenas empresas é do sexo masculino (54%), com idade entre 30 e 39 anos, (49%) sem formação superior (46%) e com 5 a 9 anos de empresa (43%). Os pequenos empreendimentos apresentam até 9 funcionários (77%) e faturam até R$ 443.999,99 anualmente (53%). No que tange o conhecimento dos indicadores financeiros, pode-se perceber que apenas 36% dos gestores conhecem os indicadores financeiros totalmente. Conclui-se que a falta de conhecimento dificulta a gestão dos administradores das pequenas empresas no mercado competitivo.

Palavras-chave: Pequenas empresas; indicadores financeiros; gestores.

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS POR MEIO DO USO DE INDICADORES MICROBIOLÓGICOS DA CARNE MOÍDA COMERCIALIZADA EM AÇOUGUES DE BRASÍLIA-DF

Aluna: Lílian dos Anjos Carneiro – Voluntária PIC / UniCEUB
Orientadora: Profª. Patrícia Fernanda dos Santos
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biomedicina
Contatos: lilian.dosanjos@gmail.com
patriciafbsantos@yahoo.com.br

O consumidor brasileiro está mais exigente quanto à qualidade dos alimentos comercializados. A carne e seus derivados apresentam-se como excelente substrato para o desenvolvimento microbiano. Embora a carne moída seja um alimento normalmente consumido cozido, pode ser utilizada em pratos que não exigem o seu cozimento. Há a possibilidade do cozimento insuficiente, o que compromete a eliminação ou a diminuição da carga microbiana. A presença de microrganismos indicadores é utilizada, para determinar a ocorrência de contaminação de origem fecal, possível presença de patógenos, deterioração do alimento e condições sanitárias inadequadas durante o processo, a produção ou o armazenamento. Diante destes aspectos, objetivou-se investigar a qualidade higiênico-sanitária da carne moída bovina comercializada em açougues de Brasília, por meio da análise de ocorrência de microrganismos indicadores: coliformes totais e fecais, *Enterococcus* e *Pseudomonas*. Foram analisadas 20 amostras de acordo com as técnicas bacteriológicas específicas pré-determinadas. Dos açougues, 100% apresentaram presença de coliformes totais, e 55% dos estabelecimentos obtiveram contagem superior ao permitido pela legislação para coliformes a 45°C. Para contagem de enterococos, 100% das amostras foram positivas. A presença destes indicadores pode ser proveniente da matéria-prima, do processamento inadequado e ou da recontaminação pós-processamento, destacando-se como as causas mais freqüentes a má-higienização dos equipamentos e a manipulação sem cuidados de higiene. Verificou-se a presença de pseudomonas em todos os estabelecimentos analisados, sugerindo deficiência no resfriamento do produto em alguma etapa da produção. Dessa maneira, o controle microbiológico apresenta-se como etapa de fundamental importância para a melhoria da qualidade microbiológica da carne moída oferecida nos açougues de Brasília. Os resultados apresentados reforçam a necessidade da adoção de estratégias, como a capacitação pessoal, o monitoramento da qualidade e a adequação das condições higiênico-sanitárias para obtenção de produtos seguros ao consumidor.

Palavras-chave: açougues; carne moída; microrganismos indicadores.

ESTRUTURAÇÃO DE UMA TRILHA ECOLÓGICA "ESCOLA ABERTA" EM UM CORREDOR ECOLÓGICO NA APA – GAMA E CABEÇA DE VEADO

Aluna: Márcia Araújo Motta
Orientadora: Profª. Msc. Andrea Marilza Libano
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e saúde
Curso: Biologia
Contatos: marciaamotta@gmail.com
andrealibano@yahoo.com

A trilha ecológica tem como principal função suprir a necessidade de deslocamento e preservar uma área que sofre impactos ambientais e pode perder sua identidade. Um modelo é a trilha interpretativa, elaborada com o intuito metodológico, de transmissão de conhecimentos da área e do local. A interpretação nas trilhas pode incluir atividades dinâmicas e participativas, em que o público recebe informações sobre, por exemplo, recursos naturais, exploração racional, conservação e preservação, aspectos culturais, históricos, econômicos e arqueológicos. O objetivo desse trabalho é utilizar métodos para estruturar uma trilha com fins didáticos na APA – Gama e Cabeça de Veado – DF, elaborar um guia de visitação da trilha e roteiros de prática pedagógica. A trilha ecológica foi estabelecida em um trecho de vegetação na quadra 14 do Setor de Mansões Park Way/DF, iniciado ao fundo do posto policial, em direção à EPIA (Estrada Parque Indústria e Abastecimento) – DF003, delimitando-se pela pista interna (DF-055). Foram realizadas saídas de campo, para selecionar o traçado dos trechos de trilha. A marcação foi feita com estacas distanciadas por 1,10m, pregadas com martelo e medidas com trena. Um roçador foi passado na área, para a retirada do mato e a demarcação do trajeto. Definiram-se as características gerais como: forma, comprimento, largura e os pontos interpretativos (inicial e final, além dos de observação). O guia de visitação foi elaborado com base no percurso da trilha e na presença da fauna e da flora do Cerrado e apresenta características da APA, dos usos das diferentes unidades de conservação e dos principais elementos encontrados ao longo do trajeto. A sinalização da trilha carece de substituição por materiais de longa duração e confecção de placas adequadas, o que não foi possível por falta de financiamento para custos mais elevados. Foi elaborado um caderno de roteiro de prática pedagógica, contendo 12 atividades com diferentes temas para uso do professor, durante a visitação da trilha. Os materiais elaborados precisam ser testados e avaliados quanto à eficiência e à facilidade de utilização para posterior publicação. A trilha "Escola Aberta" está em fase de implantação, no entanto os materiais elaborados são de fundamental importância, pois essa iniciativa pode aumentar a freqüência de visitação na área e atingir o objetivo de definir o uso de baixo impacto, o que é importante para a conservação.

Palavras-chave: Trilha interpretativa; guia de visitação; roteiro de prática pedagógica.

A ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO SUPERVISIONADO PARA TUBERCULOSE (DOTS), NA CONCEPÇÃO DOS USUÁRIOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Autora: Mariana Gomes Baião
Professora-orientadora: Ligia Richter
UniCEUB – FACES – Enfermagem
marianagomesbaiao@yahoo.com.br

Este trabalho visa descrever os resultados obtidos na pesquisa sobre a visão da população a respeito da tuberculose e de seu tratamento. A tuberculose tem sido vista como tabu há muitos anos, trazendo estigma antigo de doença incurável e que leva à morte. O trabalho tem por objetivo ajudar a eliminar este estigma, fazendo que as pessoas se comuniquem entre si, desfazendo o mito que se formou em volta desta doença, ampliar a difusão do tratamento por doses supervisionadas, oferecido pela rede pública de saúde, pelo qual se obtém a cura. A pesquisa deu-se por meio de questionário aplicado a pessoas aleatoriamente, que já tiveram a doença e foram tratadas e curadas. O instrumento contém perguntas abertas e jogo de palavras, possibilitando respostas espontâneas e completas.

Palavras-chave: Tuberculose. Usuários. Representações sociais.

A BIOTECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: A CONJUNTURA BRASILEIRA E O CONTEXTO INTERNACIONAL

Aluna: Mariana dos Santos Santos – Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientador: Prof. Marcelo Gonçalves do Valle
FAJS - Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais
Curso: Relações Internacionais
Contatos: mari_s_santos@hotmail.com
marcelog@cnpq.br

Este trabalho pretende analisar a biotecnologia como fonte de desenvolvimento social e econômico para o Brasil. A Cooperação Internacional é abordada como meio de obter os recursos tecnológicos necessários para a aplicação deste instrumento, uma vez que permite a interação entre Estados, no sentido de obter vantagens que não seriam possíveis unilateralmente. Por esta razão, efetua-se a análise da Cooperação Técnica Internacional, uma das vertentes da cooperação mais importantes e evidentes. A cooperação internacional em biotecnologia é um caminho promissor para alcançar o desenvolvimento, pois engloba produtos economicamente importantes para uma nação. A biotecnologia consiste na aplicação em grande escala, ou na transferência para diversos setores da indústria, dos avanços científicos e tecnológicos, resultantes de pesquisas em ciências biológicas. A biotecnologia é uma oportunidade extremamente promissora para estimular o desenvolvimento nacional baseado no conhecimento e na inovação, com geração de empregos, desenvolvimento regional, incremento das exportações de produtos com maior valor agregado, redução de importações, produção limpa e com menor impacto ambiental. Para que isso aconteça, o seu desenvolvimento exige a criação de um ambiente institucional, necessita de uma forte base acadêmica e científica e um setor produtivo capaz de transformar essa produção acadêmica e científica em bens e serviços. O trabalho aponta para que o Brasil vislumbre oportunidades, a fim de impulsionar o seu desenvolvimento por meio da biotecnologia com a recente Política de Desenvolvimento de Biotecnologia e a criação do Comitê Nacional de Biotecnologia. Além disso, o país busca a cooperação entre nações em desenvolvimento (cooperação Sul-Sul) e os resultados mais eficazes. A análise do Centro Brasileiro Argentino de Biotecnologia (CBAB) demonstra, empiricamente, a importância da cooperação, para incentivar o uso da biotecnologia nos países do sul e, com efeito, acelerar o desenvolvimento nestes lugares. No entanto, a dificuldade encontrada pelo Brasil está na ausência de interação entre os setores acadêmicos e científicos e os setores produtivos, ou seja, falta agregar valor no conhecimento adquirido, para promover o desenvolvimento econômico e social do país.

Palavras-chave: Biotecnologia. Desenvolvimento. Cooperação Internacional.

ALTERNATIVA DA PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL UTILIZANDO ESPÉCIES OLEAGINOSAS EXISTENTES NO CERRADO DO DF E ENFATIZANDO AS CONSEQÜÊNCIAS AMBIENTAIS DE SUA UTILIZAÇÃO

Aluna: Mariana Magalhães Nóbrega;
Orientadora: Profª. Dra. Karin Astrid Marques dos Santos
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biomedicina
Contatos: maribrega@hotmail.com
professorakarin@gmail.com

Biodiesel é um combustível biodegradável, produzido por meio de gordura animal ou de óleo vegetal, alternativo ao diesel de petróleo, criado por fontes renováveis de energia, livre de enxofre em sua composição. Pode ser utilizado em motores diesel, sem a necessidade de qualquer tipo de adaptação, caso o biodiesel esteja de acordo com as normas de qualidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP), sem perda de desempenho e contribui para o aumento da vida útil do motor, pelo fato de ser um lubrificante melhor que o diesel de petróleo. Os óleos vegetais são constituídos, predominantemente, de substâncias conhecidas como triglicerídeos (também chamadas de triacilgliceróis ou triacilglicerídeos), que são ésteres formados de ácidos carboxílicos de cadeia longa (ácidos graxos) e glicerol. No século XXI, o biodiesel é produzido por um processo chamado transesterificação. O presente trabalho trata do desenvolvimento de um biocombustível, utilizando-se oleaginosas típicas do Cerrado, dando ênfase à espécie *Dipteryx alata,* popularmente conhecida por *baru*. Realizou-se uma parceria com o Laboratório de Materiais e Combustíveis (LMC) da Universidade de Brasília, UnB, para o fornecimento de substratos, equipamentos e tecnologias, necessários para a realização deste Projeto de Iniciação Científica (PIC). Extraiu-se o óleo vegetal da espécie típica do cerrado, baru, para o início da obtenção do biocombustível, o qual deverá estar de acordo com o padrão de qualidade estabelecido pela ANP, visando à sustentabilidade e ao desenvolvimento do meio ambiente.

Palavras-chave: Biodiesel. Baru. Meio ambiente.

COLIFORMES FECAIS E ECOTOXICIDADE NA DETERMINACÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BIOINDICADORES DE CONTAMINAÇÃO URBANA

Aluna: Marianni Gonçalves Ramos – Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cyrino Oliveira-Filho
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biomedicina
EMBRAPA Cerrados
Contatos: mariannigr@gmail.com
cyrino@cpac.embrapa.br

A determinação da qualidade da água tem sido adotada como um dos principais critérios para o estabelecimento de seus usos, buscando a segurança da população consumidora. A Resolução CONAMA Nº 357/05 define os limites máximos para parâmetros físico-químicos, microbiológicos, químicos, estabelece avaliação da ecotoxicidade e incorpora a Resolução CONAMA Nº 274/00, que utiliza apenas indicadores microbiológicos para a avaliação da qualidade da água. Neste contexto, o presente trabalho visa avaliar a relação existente entre os parâmetros de coliformes fecais, gerados no contexto da CONAMA 274/00, realizados pela CAESB/DF, e ecotoxicidade, propostos pela CONAMA 357/05 e não-avaliados no Lago Paranoá. Cabe ressaltar que, ao comparar as duas Resoluções em termos do parâmetro de coliformes fecais, percebe-se que as classificações são equivalentes. Para isso, foram testadas amostras de água do Lago com o peixe *Danio rerio* e o com o microcrustáceo *Ceriodaphnia dubia*. Baseado no mapa de contaminação por coliformes, publicado pela CAESB/DF, determinaram-se 4 pontos de coleta, e, além dos ensaios com os organismos aquáticos, foram analisados mais de 35 parâmetros, tais como, físico-químicos, metais pesados e nutrientes. No teste com peixe, para cada ponto de coleta, foram utilizados 4 organismos expostos a 2L de água por um período de 48 horas. Os dados obtidos mostraram ausência de mortalidade dos peixes durante os ensaios, e, em função disso, entende-se que os 4 pontos estariam enquadrados entre as classes 1 e 2 da 357/05, embora, pela 274/00, o ponto de coleta 2 seja considerado impróprio. No teste com o microcrustáceo *Ceriodaphnia dubia,* realizado durante os meses de fevereiro, março e maio de 2008*,* foram expostos, para cada amostra coletada, 10 organismos jovens, sendo um indivíduo por *Becker,* contendo 15 mL da amostra, e foi observada a sobrevivência do organismo e a quantidade média de filhotes produzidos. Os resultados desse ensaio mostram que, no mês de fevereiro, foi examinada a toxicidade crônica nos pontos 2 e 3, no mês de março, foi determinada a toxicidade aguda para o ponto 2, e, para os demais pontos, nos três meses analisados, foi detectada a não-toxicidade para o microcrustáceo. Essas determinações foram equivalentes à quantificação de coliformes apresentados pela CAESB, inclusive na observação do ponto 2, no mês de março. O resultado obtido mostra que, nesse ambiente, sob influência urbana, o parâmetro de coliformes fecais parece ser o mais indicado, para avaliar a contaminação da água do Lago Paranoá.

Palavras-chave: Qualidade da água; testes ecotoxicológicos; bioindicadores; Lago Paranoá.

ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO NA DOENÇA DE ALZHEIMER

Aluna: Melise Rute Calheiros Bispo – Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henrique de Souza Alves.
FACES- Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Psicologia
Contatos: meliserute@ig.com.br
sergiohenrique.alves@gmail.com

As estatísticas da demência de Alzheimer não são animadoras. Sabe-se que a doença acometeu, no Brasil, 14,53 milhões em 2000 e que cerca de 15 e 20 mil idosos morrem em conseqüência da doença de Alzheimer, a cada ano. Diante dessa realidade, a pesquisa tem como objetivo investigar se o acompanhamento psicológico traz benefícios à qualidade de vida dos portadores da doença de Alzheimer nas fases leve e moderada. Para isto, foram realizadas três entrevistas com portadores da doença de Alzheimer que freqüentam os grupos de Psicologia Clínica e Neuropsicologia do Centro de Medicina do Idoso (CMI), localizado no Hospital Universitário de Brasília (HUB). As entrevistas semi-estruturadas estão de acordo com a análise representacional do método qualitativo em pesquisa, a fim de saber se o acompanhamento que os portadores da doença de Alzheimer recebem pode influenciar a qualidade de vida dos que possuem consciência da doença, ou seja, que conseguem reconhecer a presença dos sintomas e os prejuízos funcionais, e examinar conceitos sobre o que é a consciência da doença e a qualidade de vida. A análise dos dados mostra que, nem sempre, os pacientes possuem a percepção do esquecimento, porém os que a possuem relatam que o acompanhamento psicológico os tem ajudado a ativar a memória. Isso demonstra que portadores da doença de Alzheimer nas fases leve e moderada, mesmo que não possuam consciência da demência, mas, pelo menos, percebem o esquecimento, podem ter melhor qualidade de vida quando exercitam a memória em acompanhamento psicológico e neuropsicológico.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. Psicologia Clínica. Neuropsicologia. Qualidade de vida.

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL - TEORIA E PRÁTICA AVALIAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS NACIONAIS DE PROJETO DE 2000 A 2005

Aluna: Renata Fernandes de Araujo– Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientador: Prof. Dr. Fabiano Arcádio Sobreira
FATECS: Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Arquitetura e Urbanismo
Contatos: fer.renata@gmail.com
fabiano.sobreira@gmail.com

A investigação científica sobre o exercício projetual é fundamental para entender como a arquitetura tem incorporado o conceito da sustentabilidade em sua prática e pode ajudar na construção de novos enfoques pedagógicos e técnicos para a produção e a reflexão arquitetônica. Nesse contexto, entende-se que os concursos de projeto se apresentam como importante acervo de idéias, debates, conceitos e propostas sobre a arquitetura contemporânea e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que estuda os concursos de projetos de arquitetura sob a ótica da sustentabilidade, tendo como recorte temporal o período entre 2000 e 2005, avaliando a aplicabilidade do tema na prática projetual. A sustentabilidade é abordada de acordo com três enfoques fundamentais: sociocultural, tecnológico e ambiental. Resultados preliminares indicam que os editais dos concursos de projeto nacionais têm incorporado, ao longo dos últimos anos, em suas diretrizes projetuais, conceitos relacionados à idéia de desenvolvimento sustentável. Especificamente, observou-se enfoque mais claro na abordagem que se refere aos aspectos tecnológicos. Na fase final da pesquisa, para melhor avaliação dos resultados, foram realizados estudos de casos com pré-seleção de projetos, com enfoque nos memoriais descritivos e elementos gráficos. Os critérios utilizados para a seleção dos referidos concursos foram a disponibilidade de dados para pesquisa e a existência do tema "sustentabilidade" nos editais. Foram analisados, nesta fase, os seguintes concursos: PRR4 (2004), SHOPPING UNISINOS (2005) e TEATRO DE NATAL (2005). A conclusão preliminar dessa análise mais detalhada é fundamentada nos três enfoques pré-estabelecidos, e o aspecto relacionado a tecnologia e racionalidade foi o mais presente entre os projetos estudados, além dos elementos socioculturais e ambientais.

Palavras-chave: projeto de concurso; sustentabilidade; prática projetual.

SOFTWARE LIVRE DE CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT (CRM) PARA PEQUENAS E MICROEMPRESAS

Aluno: Roberto de Souza Oliveira - Bolsista PIC/ UniCEUB
Orientadora: Profª. Msc. Carla Peixoto Borges
FATECS – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso: Administração
Contatos: rsoliver@gmail.com
carlaborges@hightouch.com.br

Este projeto trata de estudos do *marketing* de relacionamento e requer a articulação de conhecimentos teóricos sobre *marketing* e tecnologia da informação aplicada à Administração, no intuito de investigar até que ponto os *softwares* gratuitos disponíveis na Internet, em língua portuguesa, serviriam de apoio ao trabalho de CRM das pequenas e microempresas (PMEs) brasileiras. Como objetivo geral, será feita a análise das características e das funcionalidades dos *softwares* gratuitos de CRM, disponíveis em português na Internet, e a discussão de sua aplicabilidade a PMEs como apoio ao trabalho de CRM. Parte desse objetivo será identificar as funcionalidades essenciais de uma solução de tecnologia de informação para CRM e os recursos de *software* gratuito, autodenominados *softwares* de CRM disponíveis na Internet, e classificar os *softwares* encontrados em grupos por funcionalidade. Para atingir os objetivos propostos, o método adotado na pesquisa será de caráter descritivo, uma vez que se pretende analisar o objeto de estudo em questão em sua natureza e características (MICHEL, 2005). A pesquisa apresenta duas etapas: a primeira é de natureza qualitativa, na medida em que visa a identificar critérios pelos quais uma classificação dos *softwares* poderá ser realizada; a segunda etapa é quantitativa, uma vez que se pretende classificar os *softwares* identificados em grupos por características e funcionalidades, obtendo-se, ao final, o número de *softwares* componentes de cada grupo e a proporção que cada grupo representa no universo total de *softwares* disponíveis. O projeto propõe classificar os *softwares* de acordo com a teoria de Peppers and Rogers (2004), que secciona as estratégias de CRM em três partes: CRM operacional, CRM colaborativo e CRM analítico.

Palavras-chave: CRM; *marketing* de relacionamento; tecnologia da informação.

INFLUÊNCIA DA AFLATOXINA NA CAPACIDADE FAGOCITÁRIA DE NEUTRÓFILOS E MONÓCITOS

Aluno: Rodrigo Henrique Pereira Porto dos Santos - Bolsista PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª. Tatiana Karla Borges
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biomedicina
Contatos: rhdf21@yahoo.com.br
tatianakarlab@gmail.com

A aflatoxina é uma micotoxina que pode estar presente em vários alimentos, constituindo fonte de intoxicação para humanos e animais. Os pacientes intoxicados apresentam grau de morbidade e mortalidade preocupante. No entanto, pouco se sabe sobre seus efeitos no organismo humano e como são desencadeados os processos imunopatológicos nos indivíduos intoxicados. Sendo a fagocitose um mecanismo importantíssimo para os processos de defesa, faz-se necessário o entendimento de como esta toxina pode alterar a capacidade fagocitária e, conseqüentemente, se essa influência poderia causar imunodepressão no indivíduo. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a influência da aflatoxina na capacidade fagocitária de neutrófilos e monócitos humanos, por meio da contagem de monócitos e neutrófilos envolvidos na fagocitose, da média de leveduras *Saccharomyces cerevisiae* fagocitadas e ou aderidas e do índice fagocitário. Os resultados demonstraram modulação negativa da fagocitose tanto por diminuição das leveduras ingeridas ou aderidas como pela menor quantidade de células envolvidas. Esses achados assemelham-se aos da literatura que têm demonstrado efeitos depressores em animais, relacionados, principalmente, com a aflatoxina $B_{1,}$ capaz de interagir bioquimicamente, promovendo a fragmentação internucleossômica do DNA, o que, com o tempo, resulta na formação de tumores, principalmente no fígado. No sistema fagocitário, a aflatoxina inibe a biossíntese de fibronectina, que desempenha um papel na formação da membrana do fagossoma e promove efeito negativo no reconhecimento, por meio de receptores que reconhecem padrões moleculares de patógenos e de opsoninas, além de prejudicar a produção de superóxido pelos fagócitos. Sendo assim, pode-se inferir que o efeito imunossupressor da aflatoxina B_1 prejudica o funcionamento correto da imunidade inata em amostras sanguíneas humanas.

Palavras-chave: Aflatoxina. Fagocitose. Capacidade fagocitária.

AVALIAÇÃO DE PACIENTES COM NEFRITE LÚPICA PELA RELAÇÃO ENTRE PROTEÍNA E CREATININA, EM AMOSTRAS ISOLADAS DE URINA E EM AMOSTRAS DE URINA DE 24 HORAS

Aluno: Thaís Pereira do Rosário Caetano – Bolsista PIC / UniCEUB
Orientadora: Profª. MSC. Tania Cristina Andrade
FACES – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biomedicina
Contatos: thaiscae@hotmail.com;
taniaandrade21@yahoo.com.br

O lupus eritematoso sistêmico (LES) é uma doença inflamatória crônica, multissistêmica, de causa desconhecida e de natureza auto-imune. Em decorrência de seu polimorfismo clínico, os quadros costumam ser complexos e de difícil reconhecimento, o que contribui para deixar de fazer o diagnóstico precoce e a instituição da terapêutica adequada, que modificaria a evolução clínica dos pacientes. Entre os vários órgãos acometidos, o rim aparece como um dos mais comuns e, ao mesmo tempo, o que apresenta as complicações mais sérias. Nefrite lúpica é uma das manifestações mais importantes do lupus, afetando cerca de 50% dos pacientes e podendo evoluir para insuficiência renal crônica em 45% dos casos. A quantificação da proteinúria é fundamental para o acompanhamento e a monitoração da atividade da doença renal em pacientes com LES. Numerosos estudos mostram que a proteinúria de 24 horas pode ser estimada com segurança, por meio da relação entre proteína e creatinina (U p:cr), tanto em amostras coletadas por 24 horas como em amostras isoladas. Recentemente, um estudo com pacientes com LES comparou a proteinúria de 24 horas e a relação entre proteinúria e creatinúria em amostras seriadas de pacientes com nefrite lúpica e encontrou excelente corrrelação entre a U p:cr e a proteinúria de 24 horas. Os exames são tradicionalmente realizados em amostras de urina coletadas por 24 horas. Os objetivos deste trabalho são: avaliar a proteinúria de 24 horas e a relação entre proteína e creatinina em amostras isoladas de urina em pacientes com nefrite lúpica; avaliar a correlação entre proteína e creatinina, em amostras isoladas, e entre proteína e creatinina, em amostra de urina de 24 horas, dos mesmos pacientes. Entre os pacientes avaliados por esta pesquisa, internados por complicações de LES, não houve boa correlação entre proteinúria de 24 horas e relação de proteína e creatinina, em amostras isoladas ou em amostras de 24 horas. A correlação foi melhor evidenciada em pacientes não-internados e sem manifestações da LES no momento da coleta de material. A continuidade deste trabalho, com número maior de pacientes avaliados, e a avaliação continuada dos pacientes já incluídos podem trazer um quadro diferente do apresentado atualmente.

Palavras-chave*:* lupus eritematoso sistêmico; nefrite lúpica; proteinúria.

OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO CICV COMO UM ORGANISMO INTERNACIONAL DE DIPLOMACIA RESPONSÁVEL

Aluno: Thiago Silva
Orientadora: Profª. Dra. Renata de Melo Rosa
FAJS: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso: Relações Internacionais
Contatos: thiagosilva376@hotmail.com
renatarosa@mec.gov.br / renata.rosa@uniceub.br

A questão central deste ensaio acadêmico é a análise dos limites e das possibilidades de atuação de um organismo internacional de diplomacia responsável. Para esse propósito, será realizado estudo a respeito de um organismo internacional em área específica de atuação da diplomacia responsável, o CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha). Em outras palavras, o principal objetivo é estabelecer reflexão racional em relação ao modelo de atuação de um organismo internacional de diplomacia responsável de forma a responder a uma questão fundamental: Uma instituição, como o CICV, pode ser considerada um organismo internacional de diplomacia responsável? Essa pergunta implica reflexão sobre o mandato do CICV, suas atribuições e funções, a relação do CICV com o corpo jurídico do DIH, as Convenções de Genebra, e como o conceito de diplomacia responsável pode ser aplicado ao CICV. Tendo em mente essa percepção, analisa-se o conceito de diplomacia responsável, para, assim, apresentá-lo em diálogo reflexivo com o CICV. Dessa forma, torna-se possível comparar e contrastar diferenças e similaridades entre o tema e o objeto em perspectiva. Para isso, métodos, como levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, entrevistas na sede do CICV em Brasília e estudo de caso sobre os prisioneiros detidos na prisão norte-americana de Guantánamo, foram utilizados para o desenvolvimento deste ensaio acadêmico.

Palavras-chave: CICV; diplomacia responsável; diferenças; similaridades.

ESTUDO DE COMPORTAMENTO DE ESPÉCIES DE DÍPTERA DE INTERESSE FORENSE

Aluno: Victor Bruzzi Morais - Voluntário PIC / UniCEUB.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Queiroz da Silva
FACES: Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
Curso: Biologia
Contatos: victorbruzzi@gmail.com
pqsilva@uol.com.br

A entomologia forense consiste na aplicação do conhecimento do estudo dos insetos como recurso auxiliar na solução de crimes. Este estudo importa em coleta de dados, análises morfológicas e conhecimento acadêmico, visto que, na disciplina Criminalística, essas características são de particular interesse, principalmente, em casos cujas técnicas de perícia são insuficientes para chegar-se a convicções finais sobre a seqüência de eventos que acompanham um fato delituoso. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi analisar a dinâmica das populações de Díptera de ocorrência no Distrito Federal com base em aspectos ecológicos, taxonômicos e moleculares. Para a coleta dos insetos de interesse forense, foi utilizada uma armadilha composta por garrafas plásticas do tipo PET de 2,0 L. Por meio dessa estratégia, foram realizadas coletas nos meses de fevereiro a maio de 2008, quando foram capturados mais de 5000 espécimes. Foi possível constatar que, em dias chuvosos, a coleta dos insetos foi bem reduzida ou nula e que houve um pico relacionado a possível padrão de alternância de umidade relativa e índice pluviométrico. Em seguida, foram escolhidos indivíduos adultos de Díptera que tiveram o DNA extraído e submetido a um ensaio de PCR por meio de iniciadores para o gene da citocromo oxidase I, para estabelecer metodologia de identificação molecular de dípteros de interesse forense. Ao final do processamento e armazenamento de todas as informações geradas no projeto, foi elaborada uma cartilha didática ilustrada de nível acadêmico para auxiliar o ensino da entomologia forense e a identificação morfológica das espécies de Díptera de interesse forense. Os dados gerados neste estudo poderão servir de auxílio à identificação e à triagem de insetos de interesse forense e suprir a falta de material didático para estudantes de graduação, visando auxiliar quem tenha interesse em práticas de ciência forense.

Palavras-chave: Entomologia forense. Díptera. DNA mitocondrial.

Projetos Institucionais

SUBJETIVIDADE, HIPNOSE E DOR: CONSTRUINDO O CONTEXTO TERAPÊUTICO

Maurício S. Neubern, Dr em Psicologia
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

O presente trabalho possui como objetivo conhecer os processos relacionais e hipnóticos que atuam nas intervenções terapêuticas, junto a pacientes com dores crônicas. Sua proposta visa à compreensão da comunicação, dos procedimentos técnicos e dos recursos desenvolvidos pelo sujeito. Considera-se que a dor é um processo subjetivo vivido pelo sujeito, mesmo possuindo causas orgânicas, e que a relação humana, em contexto favorável, é capaz de influenciá-la e produzir mudanças nas emoções, nos significados e nas produções de sentido sobre o sujeito e sua dor. Previsto para a duração de um ano, o projeto utiliza-se de metodologia qualitativa construtivo-interpretativa que se fundamenta em estudos de caso. Quatro sujeitos voluntários serão submetidos a uma seqüência de sessões de hipnose filmadas e analisadas pela equipe que buscará compreender o processo pela interpretação dos indicadores da relação terapêutica. Por fim, estima-se que, além dos benefícios alcançados pelos sujeitos, seja produzido, ao menos de forma inicial, o conhecimento que ressalte a dimensão subjetiva da dor e da relação terapêutica na hipnose, uma vez que tal reflexão não tem sido pouco freqüente na literatura dos últimos anos.

CORPORALIDADE E SUBJETIVAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Prof. Dr. José Bizerril
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
FACES - Curso de Psicologia
e-mail:jose60360@uniceub.br

Este projeto está ligado ao grupo *Diálogo: grupo interdisciplinar* e dá continuidade a alguns interesses de pesquisa surgidos durante o doutorado em antropologia social. O ponto de partida desta investigação é a elaboração de proposta teórica interdisciplinar que articule corpo, cultura e subjetivação. Para tanto, no campo teórico, a pesquisa visa à produção de um diálogo entre temáticas provenientes dos estudos de antropologia do corpo - especificamente a problemática do *embodiment* (corporificação) e das técnicas corporais - e a teoria da subjetividade no contexto da psicologia social. A reflexão teórica tem, como pano de fundo, análises de novas formas de sociabilidade e subjetivação no mundo contemporâneo. Atenta-se para o caráter fragmentário e múltiplo das identidades coletivas e dos sujeitos singulares e para o aumento da importância da corporeidade como fonte de investimento social e individual. No caso brasileiro, a este quadro macrossociológico deve-se acrescentar a complexa superposição de configurações culturais tradicionais, modernas e pós-modernas. A pesquisa indaga sobre modos de constituição das subjetividades contemporâneas, com atenção especial para o papel que o corpo desempenha nestes processos. Ressalta-se que não se trata do corpo entendido como mero organismo biológico, mas como efeito de produção cultural da realidade e, ao mesmo tempo, constitutivo do sujeito. A materialidade dos corpos é entendida como constituída pelas práticas sociais e integrante da noção não-dualista de pessoa. O projeto encontra-se em fase inicial de implantação, centrado na formulação teórica do problema. No segundo semestre deste ano, haverá a apresentação dos primeiros resultados parciais. Ao final de agosto, um simpósio temático sobre novas configurações de identidade heterossexual foi coordenado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 2008. No mesmo simpósio, foi apresentada uma comunicação sobre a relação entre corporalidade, gênero, desejo e subjetivação. Está prevista a apresentação de comunicação coordenada sobre corpo e cultura na Reunião da Sociedade Brasileira de Psicologia.

Palvras-chave: corpo; sujeito; mundo contemporâneo.

Grupos de Pesquisa

GRUPO DE PESQUISA: ESTADO E POLÍTICA – INFÂNCIA E JUVENTUDE

Pesquisa: conflito e violência
Contato:
assessoria.pos@uniceub.br
Membros do grupo:
Profª Dirce Mendes da Fonseca,
Marília Almeida
Nathaniel Bloomfield
Suzana Sousa de Oliveira
Deyse Michelle Alves Leandro

Esta pesquisa teve como objeto de análise o estudo do fenômeno ligado ao conflito e à violência. Este tema reveste-se da maior importância no âmbito da sociedade e das políticas públicas e, especialmente, no campo específico da tipologia da violência e dos aspectos relacionados a ela. Foi desenvolvida, tendo como referência metodológica o uso de entrevistas, compostas por 13 questões, cujo eixo temático abrange: violência e conflito na visão dos entrevistados, causas da violência e sugestões para o combate à violência. Foram entrevistados 198 jovens, com vistas a apreender o fenômeno da violência, a forma como a percebem e como são, ao mesmo tempo, vítima e sujeito de violência, além dos discursos sobre a violência na fala dos entrevistados. Buscou-se identificar a violência e sua manifestação. A pesquisa indicou que, embora os entrevistados convivam com as formas de violências no cotidiano, de forma direta ou indireta, manifestaram dificuldades em conceituar os tipos de violência. Ao listar as causas da violência, 46% dos entrevistados apontaram a inadequação das políticas publicas; entre os itens mais citados, estão a educação deficiente e a falta de oportunidade de trabalho. A segunda causa mais citada por 36% dos entrevistados foi o aumento populacional. Mais da metade dos entrevistados, 53%, vêem o Distrito Federal como um lugar que apresenta alto índice de violência. A maioria dos entrevistados, cerca de 86%, afirmou já ter sofrido algum tipo de violência, sendo que os tipos mais comuns foram violência moral e psicológica. Diante deste quadro, as soluções mais indicadas foram melhorias na educação, implantação de projetos sociais e ações de distribuição de renda. Em sua maioria, os participantes da pesquisa não acreditam que a redução da idade penal possa constituir solução adequada e eficiente para a redução da violência do DF; ao contrario, apontam esse fator como desconstrução dos diretos da criança e do adolescente e responsabilizam o Estado pela omissão e pela fragilidade das políticas públicas para a população infanto-juvenil. A pesquisa mostra que a violência é um fenômeno social complexo.

Palavras-chave: Estado e política. Infância e juventude. Conflito e violência.

ESTUDO DA SUBJETIVIDADE NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO: O IMPACTO NA PREVENÇÃO, NA PROMOÇÃO DE SAÚDE E NA ORIENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

O grupo está orientado ao estudo da subjetividade sob a perspectiva histórico- cultural, mantendo ativa discussão sobre o tema, por meio de três linhas de pesquisa: uma é orientada ao estudo da significação da subjetividade no desenvolvimento psíquico, outra, ao estudo da subjetividade nas doenças crônicas, e a última estuda os processos da subjetividade no ensino e na aprendizagem. O grupo é integrado por professores da UnB, da Universidade Católica de Goiânia, do UniFIEO de São Paulo e do UniCEUB e tem mantido elevado índice de produtividade. Entre 2007 e 2008, foram publicados dois livros em produção coletiva com a participação de três membros do grupo, 14 artigos em revistas nacionais Qualis A e internacionais; nesse mesmo período, defenderam-se oito teses de mestrado e uma de doutorado nas linhas de trabalho do grupo, e apresentaram-se 15 monografias na graduação do UniCEUB.

Palavras-chave: subjetividade, ensino e aprendizagem

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E O DIREITO GRUPO LEI E SOCIEDADE

Por Luiz E. Abreu

O grupo *Lei e sociedade* tem, desde 2002, desenvolvido leituras sistemáticas sobre temas relacionados ao direito e às pesquisas desenvolvidas no âmbito do Mestrado em Direito do UniCEUB. O objetivo é desenvolver uma comunidade de diálogo com pesquisadores que compartilhem leituras e interesses comuns e incentivar pesquisas de caráter sociojurídico. Este esforço tem resultado em dissertações de mestrado, monografias de graduação e projetos de iniciação científica, além da produção de artigos e de participações em congressos locais, nacionais e internacionais. No último ano, desenvolveu-se um projeto de leitura e produção de textos vinculados à disciplina História e Cultura Jurídica no Brasil, do curso de Direito. Mais precisamente, enfatiza-se a leitura de autores do pensamento social brasileiro da primeira fase. No momento de formação do Estado brasileiro até o primeiro terço do século XX, a reflexão sobre o Brasil incorporava o Direito. Autores, como o Visconde do Uruguai, Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Rui Barbosa, Oliveira Vianna e Victor Nunes Leal, apresentavam, na sua reflexão, um senso agudo das especificidades brasileiras em face das experiências de outros países e do papel do Direito na formação nacional. É esta relação e os seus desdobramentos possíveis que o grupo examina.

O USO DA TECNOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE CONDENADOS NO DISTRITO FEDERAL

Grupo de Pesquisa Política Criminal
Cristina Zackseski – cristinazbr@gmail.com – líder do grupo
Carolina Luiza Sarkis Vieira – professora do curso de Direito do UniCEUB
Edson Ferreira – aluno do mestrado em Direito do UniCEUB
Joselito Pacheco – aluno do doutorado em Política Social da UnB
Fábio Vasconcelos Braga – ex-aluno de graduação em Direito do UniCEUB
Luis Carlos Bedendo – aluno de graduação em Direito do UniCEUB
Plínio Palma Maia – ex-aluno de graduação em Direito do UniCEUB
Sílvia Maria Brito Costa - aluna do curso de Direito do UniCEUB
Anna Maria Jerônimo – ex-aluna do curso de Direito do UniCEUB
Renata Porto – ex- aluna do curso de Direito do UniCEUB
Jussara Polaco – aluna do curso de Direito do UniCEUB
Izabela Lopes Jamar – ex-aluna do curso de Direito do UniCEUB e ex-orientadora do NPJ

A pesquisa teve por objetivo acompanhar as propostas legislativas e administrativas de instituição do controle de condenados, por meio do uso de coleiras e pulseiras eletrônicas. O tema é relevante, pois sinaliza o movimento de abertura das agências formais do sistema penal brasileiro a estímulos privados. Impulsionados pela leitura da obra de Nils Chistie, *A indústria do controle do crime*, observa-se que, no Distrito Federal, a abordagem midiática do tema enfatiza a necessidade da tecnologia para a prevenção de crimes e de evasões, durante os períodos vulgarmente designados por "saidões". A suposta necessidade fundamenta as propostas de alteração das regras de gozo dos direitos previstos na LEP, especialmente os referentes à saída temporária, que tramitam no Congresso Nacional. Além disso, os defensores do controle eletrônico da liberdade dos condenados alegam que isso representaria diminuição da população prisional e redução dos custos do sistema. No entanto, os dados levantados pela pesquisa revelam que: o índice de delitos cometidos por presos nestes períodos e as evasões são estatisticamente irrelevantes; não haverá impacto no número de condenados cumprindo pena em regime fechado; haverá aumento dos custos do sistema de execução penal, pois presos que já trabalhando e voltam às instituições somente para dormir, pelo regime semi-aberto, custarão mais do que, atualmente, custam aos cofres públicos; esta situação, associada à tendência repressiva do sistema de justiça criminal, especialmente o de Brasília, representaria alta rentabilidade para as empresas que forneceriam tal tecnologia; os investimentos em instituições e a ampliação das oportunidades para cumprimento de pena em regime semi-aberto e aberto no Distrito Federal não são, necessariamente, mais onerosos do que a implantação de sistemas eletrônicos de vigilância.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REPERCUSSÕES DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO GRUPO DE PESQUISA INTEGRANDO A UNIVERSIDADE À ESCOLA

Autores:
Suzana Schwerz Funghetto (suzana.funghetto@uniceub.br)
Margô Gomes de Oliveira Karnikowski (phamargo@yahoo.com.br)
Olivério Gomes de Oliveira Neto (oliveriogon@gmail.com)

Instituições:
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Católica de Brasília - UCB

A definição de saúde varia de acordo com implicações legais, sociais e econômicas dos estados de saúde e doença. A definição mais difundida é a encontrada no preâmbulo da Organização Mundial de Saúde, como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. A percepção de saúde varia entre as diferentes culturas, quanto às crenças sobre o que traz ou retira a saúde. A promoção da saúde envolve escolha e, como tal, não se coloca na esfera do conhecimento científico, mas na esfera dos valores, vinculando-se a processos que não se expressam de maneira precisa e facilmente mensurável. Essa característica explica o diálogo interdisciplinar e as temáticas, como a diferença, a subjetividade e a singularidade entre o indivíduo e o coletivo. No Distrito Federal, desde 2001, o grupo de pesquisa *Educação e saúde: integrando a universidade à escola* desenvolve projetos e ações que promovem a saúde no contexto educacional do ensino fundamental ao ensino superior, realizando trabalhos de promoção da saúde, redução de danos em relação ao uso indevido de drogas e ao uso racional de medicamentos. Por meio de projetos interdisciplinares e interinstitucionais, o grupo de pesquisadores, com formação e experiência nas áreas de Educação, Saúde e Direito, de três instituições de ensino do Distrito Federal, realizou, no ano de 2007, o projeto *Educação e promoção da saúde no contexto escolar: o contributo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o uso racional de medicamentos e*m duas esferas: projeto-piloto desenvolvido no Distrito Federal e projeto nacional desenvolvido nos estados da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Pará e de São Paulo. O projeto integrou as ações de promoção da saúde no currículo dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de abordagem interdisciplinar, tendo como objeto a formação de professores em que se apresentaram os seguintes temas: uso indiscriminado de medicamentos, uso racional e propaganda de medicamentos.

Palavras-chave: promoção da saúde; formação de professores; uso racional de medicamentos

GRUPO DE PESQUISA EM GOVERNANÇA CORPORATIVA - GPEGC

Profª. Karla Margarida Martins Santos –karla.santos@uniceub.br
Profª. Samira Otto – samiraotto@yahoo.com.br
Prof. Sérgio Euclides Braga Leal de Souza – desouzas@terrra.com.br

A governança corporativa ganha crescente importância, inclusive na esfera acadêmica, cuja expressão é verificada em diversas áreas do conhecimento. Como se observa do trabalho de Berlee Means, a governança compreende formas de organização dos poderes no interior das sociedades, buscando imprimir mecanismos que otimizem a valorização de seus ativos tangíveis e intangíveis. O cerne da questão da governança corporativa é a divergência de interesses entre os atores envolvidos nas relações que podem derivar dos negócios de uma empresa, sejam integrantes da esfera pública ou da iniciativa privada. Os mecanismos de governança podem ser aplicados a diversos tipos de sociedades, do primeiro, do segundo ou do terceiro setor, e buscam implementar práticas transparentes e justas com o fim de promover boa imagem e credibilidade da instituição perante os interessados, os quais são chamados de *stakeholders* e podem ser tanto os clientes internos – colaboradores, administradores – quanto os clientes externos – fornecedores, credores, clientes. A onda de privatização planejada na década de 80 e ultimada nos anos 90, não só no Brasil, mas também em alguns países da Europa e da Ásia, as fusões e as aquisições utilizadas em dimensão maior, inclusive transfronteiriça, incrementam a utilização da governança como mecanismo de democracia participativa entre os *stakeholders*, inclusive na utilização de recursos públicos e na implementação de políticas públicas como mecanismo de controle eficiente que busca restringir o entrechoque de interesses derivados das relações mantidas entre dirigentes, acionistas, governo e sociedade. O GPEGC é constituído por professores e alunos com formação heterogênea: doutores, mestres, bacharéis e bacharelandos dos cursos de Direito, Administração, Comunicação Social e Economia. No ano de 2007, o GPEGC focalizou seus encontros na revisão da literatura, abordando, as concepções e as tendências do tema nos diversos setores. Essa abordagem possibilitou discussões que deixaram clara não só a aplicabilidade do tema em diversos campos do conhecimento, mas também a possibilidade de desenvolvimento em subgrupos. Para o exercício de 2008, a metodologia implementada abrange, além da revisão da literatura, discussões em subgrupos relacionados ao primeiro, ao segundo e ao terceiro setores e o desenvolvimento de projetos já aprovados pelo CNPq.

Palavras-chave: Governança corporativa. Organização de poderes. *Stakeholders*.

INTERATIVIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, MEDIADA PELA LÓGICA DO HIPERTEXTO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Maria da Glória Noronha Serpa
mgserpa@uol.com.br
UniCEUB– Ciclo Básico e Agência de Empreendedorismo

Os desafios das sociedades contemporâneas, permeadas por novas tecnologias e redes de comunicação, apontam para a emergência da educação ao longo da vida, voltada para a formação da cidadania no sentido da democratização dos saberes e das oportunidades educacionais. Anunciam-se, assim, as demandas para a formação continuada dos cidadãos, a fim de responder às experiências e às aspirações dos indivíduos em face das transformações socioculturais, políticas e econômicas. Nesse cenário, emerge a Educação a Distância – EAD e seu progressivo desenvolvimento em instituições de ensino superior que colocam a comunidade acadêmica diante de novos e grandes desafios de natureza epistemológica, ontológica, didático-metodológica e que exigem o repensar do conceito, do sentido e das metodologias da educação universitária, notadamente, no processo de ensinar e aprender. Integrando esse movimento, o UniCEUB tem tomado iniciativas sistemáticas no sentido da implantação da EAD, em diferentes áreas do saber; professores têm sido capacitados, planejamentos, estudos e pesquisas estão em desenvolvimento, e iniciam-se experiências de criação de cursos virtuais. Nesse contexto, o grupo de pesquisas *Núcleo de estudos e pesquisas em tecnologias e Educação a Distância* desenvolve pesquisas atentas a limites e alcances das mediações das linguagens, dos recursos tecnológicos, das interações pessoais e comunicativas nas encruzilhadas com a lógica e a arquitetura do hipertexto digital, compreendidas como a disponibilização de múltiplas conexões por meio *links* que permitem articular texto, imagens, sons, proporcionando possibilidades para novas formas de escrita, leitura e interação pessoal. A convicção no potencial da EAD, viabilizada pela arquitetura hipertextual, a fim de contribuir com a melhoria dos processos educativos, aponta para questionamentos que precisam ser enfrentados pelos professores. Nesse contexto, o grupo de pesquisa tem buscado compreender e concretizar estudos, enfatizando a EAD como modalidade de educação, e não metodologia, reforçando a concepção de que, antes de tudo, a EAD é uma prática de educação social, historicamente situada, e de comunicação interessada na conscientização e na emancipação dos indivíduos. Sob essa perspectiva, questiona-se como ressignificar o processo educativo em efetiva comunicação interativa, dialógica, buscando superar a racionalidade técnica, o mediocentrismo, evitando os riscos de pensar e fazer a educação a distância reduzida a um instrumental tecnológico. Isso requer, entre outros aspectos, a promoção do diálogo e da co-participação dos estudantes e o desenvolvimento da autonomia no processo de construção do conhecimento. Esses são, com efeito, grandes e tradicionais anseios e desafios da educação superior em qualquer modalidade, que voltam a inquietá-la em face da modalidade da educação a distância. Quais são os limites e os alcances das redes de comunicação e dos meios afins, como plataformas virtuais de aprendizagem, fóruns virtuais, listas de discussão, *wiks, blogs, e-mails*, jogos e outros, para a melhoria do processo educativo, promovendo a transição das mediações pedagógicas por meio de múltiplas linguagens nas encruzilhadas da rede? Qual é o potencial desses recursos na concretização da interatividade e no desenvolvimento da autonomia dos estudantes? Estudos e pesquisas acerca de cursos virtuais têm mostrado que, quando bem conhecida e explorada, a arquitetura do hipertexto digital oferece

possibilidades de interação mediatizada e aponta vantagens no alcance das mediações das linguagens, da interatividade, do diálogo, propiciando flexibilização das interações humanas e desenvolvimento da autonomia dos estudantes, proporcionando a construção da educação configurada em prática de comunicação. Isto implica a ruptura com a primazia da transmissão ancorada no tradicional modelo de comunicação, conformado no processo de emissão e recepção de mensagens. Essa ruptura faz emergir novos papéis para professores e alunos. Conhecer e explorar as potencialidades do hipertexto interativo supõe compreender o conceito de interatividade, atualmente banalizado, dando a impressão de que as novas tecnologias, em geral, são, por si, interativas. Análises de cursos virtuais têm mostrado que, nem sempre, a interatividade concretiza-se e é compreendida. Para isso, recorre-se aos estudos de Silva, entre outros, para apontar, refletir e analisar as características fundamentais dos recursos tecnológicos na concretização da sala de aula interativa, virtual ou presencial. Conforme o referido autor, a interatividade pode manifestar-se quando os meios promovem e proporcionam, sobretudo, aos alunos a combinação dos seguintes aspectos ou ações: participação e intervenção; bidirecionalidade e hibridação; permutabilidade e potencialidade. Isso requer a compreensão e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, entendida como algo inerente à condição existencial do ser, de seu devir, da ontologia de homens e mulheres como sujeitos capazes de tomar suas decisões em uma coletividade; por isso impõem a si mesmos limites de ação e liberdade. A autonomia e o conhecimento são enfatizados com base nos estudos de Maturana e Varela, que apelam pela reciprocidade, pois os seres vivos são capazes de produzir componentes próprios nas interações com o meio. Emergem, assim, a *autopoiésis,* a capacidade própria dos seres vivos de autocriar-se e auto-organizar-se, e a *antropoiésis,* compreendida como a capacidade humana de autocriação enquanto é capaz de aprender. Questões dessa natureza têm sido objeto de reflexão no grupo de pesquisa, buscando subsidiar a implantação da EAD no UniCEUB. A convicção de que a Educação a Distância, mediada por tecnologias, pode contribuir para a melhoria da educação superior, leva a destacar que os professores precisam dar conta das potencialidades da linguagem hipertextual. Isso pode permitir-lhes construir uma rede no sentido de potencializar a prática educativa que promova a comunicação por meio do diálogo, da participação e da intervenção que supõe a criação conjunta do saber e a co-criação de saberes em trabalho colaborativo.

Palavras-chave: educação a distância; interatividade; hipertexto

GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA

Helen Ulhôa Pimentel – FACE/História – UniCEUB. helenulhoa@hotmail.com
Maria Inês Malta Castro – FACE/História – UniCEUB. castro.ines@gmail.com
Rosana Ulhôa Botelho – FACE/História – UniCEUB. rosana.ulhoa@terra.com.br

Aglutinando professores e alunos do curso de história, o grupo de pesquisa procura integrar a graduação e a pós-graduação, promovendo debates e desenvolvendo pesquisas que versam sobre a sociedade brasileira. No transcurso de 2008, destacam-se as seguintes repercussões: organização de mesa-redonda sobre o centenário da imigração japonesa para o Brasil, na Semana de História; promoção de encontro para debate de pesquisas dos alunos que concluíram a especialização; desenvolvimento de 4 projetos de iniciação científica; desenvolvimento do projeto *Cidadania, democracia e desenvolvimento: os sentidos e os lugares da ação afirmativa no debate sobre o ensino superior brasileiro*.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho – UniCEUB – renata.carvalho@uniceub.br
Joana D´Arc Bicalho Felix – UniCEUB – joana.bicalho@uniceub.br
Mônica Igreja do Prado – UniCEUB - pradomonica2004@yahoo.com.br
Suzana Schwerz Funghetto – UniCEUB – suzana.funghetto@uniceub.br
Regina Célia Xavier dos Santos - UniCEUB - wholtda@terra.com.br

O grupo de pesquisadoras é composto por quatro professoras da educação superior que atuam em cursos de Comunicação Social e de Pedagogia. Durante o ano 2007 e o início de 2008, o grupo trabalhou no fortalecimento da consolidação das linhas voltadas para a interface da educação superior e da comunicação. Além de reflexões sobre os temas que permeiam a educação superior, a sustentabilidade e a comunicação, percebeu-se a importância da reflexão sobre como a inclusão e a comunicação pública estão inseridas nas instituições de ensino superior e como estas questões têm sido trabalhadas com os alunos universitários. As pesquisadoras, além de ministrar palestras, oficinas, aulas em cursos de graduação e de pós-graduação, de orientar alunos e de desenvolver pesquisas, obtiveram resultados expressivos. A professora Renata Bittencourt publicou artigo no livro *O impacto dos centros universitários no ensino superior brasileiro 1997 – 2007,* organizado pela Associação Brasileira dos Centros Universitários – ANACEU, foi aprovada como aluna do doutorado em Educação, pela Universidade de Brasília, e é orientadora pelo Programa de Iniciação Científica do UniCEUB. A professora Joana Bicalho levou para a pós-graduação o debate sobre a gestão da comunicação, com base na cadeia de agregação de valores de responsabilidade socioambiental, o que originou monografias nas áreas de logística reversa, comunicação para a sustentabilidade e ganhos de imagem com a gestão ambiental; implantou, na Agência de Comunicação do UniCEUB, procedimentos relacionados à comunicação sustentável; atuou como jurada do Prêmio Ethos/ Valor de Responsabilidade Social; atuou como professora-orientadora do painel *Ação social de marketing e envolvimento do público consumidor* no XIII Congresso de Iniciação Científica e no 4º Congresso de Iniciação Científica do DF, 2007, UnB; publicou artigos relacionados a consumo consciente e responsabilidade social; ministrou palestras sobre o tema, destacando o VIII Seminário Nacional dos Centros Universitários - ANACEU/ UniCEUB e o V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do UniCEUB. A professora Mônica do Prado desenvolveu pesquisas acadêmicas sobre a prática da comunicação pública em televisão comercial e em televisão pública e sobre a praticada nos Tribunais Superiores; realizou pesquisa, em conjunto com a professora Regina Santos, sobre a participação de estudantes de Comunicação Social do UniCEUB na Blogosfera; foi aprovada como orientadora de iniciação científica pelo PIC-UniCEUB, para pesquisar as campanhas publicitárias educativas desenvolvidas pelo governo. A professora Suzana Funghetto desenvolveu trabalhos voltados à inclusão educacional e à acessibilidade no ensino superior. A professora Regina dos Santos desenvolveu, com os alunos de Comunicação, projetos experimentais de pesquisa voltados para as necessidades de pequenas e microempresas, buscando estreitar a interface da academia e do mercado profissional; passou a integrar corpo de consultores do SEBRAE – Nacional para desenvolvimento de metodologia de pesquisa para avaliação de projetos-piloto de implantação, no Brasil, do Sistema de Comércio Justo e Solidário.

Palavras-chave: Educação superior. Comunicação. Comunicação pública. Sustentabilidade. Inclusão.

GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Dilnei Lorenzi

Alessandra Serrazes, André Pires Gontijo e Leyza Ferreira Domingues (mestrado)
Amanda Corrêia, Antonio Poli Navega, Ariane Costa Guimarães, Débora Pires,
Larissa Maria Melo Souza, Leopoldo Faiad, Letícia França e Vitor Eduardo
Tavares de Oliveira (graduação)

samanthameyer@uol.com.br
UniCEUB – ICPD – Mestrado em Direito

A transição jurídica contemporânea envolve a interpretação dos direitos fundamentais e dos direitos humanos por meio de interações constantes entre os sistemas jurídicos, que caminham em múltiplas direções e em diferentes velocidades. Os estudos do grupo têm como escopo a aplicação do método comparativo de Peter Häberle na identificação das teorias e das normas jurídicas que fazem menção expressa à relação da Constituição e dos direitos fundamentais com o Direito internacional. Também analisam o papel das Jurisdições Constitucionais como atores na concretização do processo de Internacionalização, por meio do direito comparado e de técnicas de decisão adotadas de matrizes, como o Tribunal Constitucional alemão. Além disso, em face do processo de integração, o grupo dirige seus estudos para a interação das instituições do Mercosul com as instituições nacionais, no tocante a harmonização da jurisprudência e de técnicas legislativas. Com reuniões periódicas e interação nos encontros do grupo, sob a perspectiva de Mireille Delmas-Marty, e na rede de pesquisa composta por diferentes instituições do Brasil (UniCEUB, UnB, FGV, UERJ) e do exterior (Collège de France), contribui-se para a formação crítica sobre o tema, em diferentes níveis (IC, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado), e a conseqüente produção de artigos e seminários no Brasil e no exterior. As pesquisas refletem o interesse em analisar o processo de influência do Direito internacional na evolução do Direito constitucional, em especial na verificação da *cross-fertilization* entre as Cortes Constitucionais e os Sistemas Regionais de proteção dos Direitos Humanos, sobretudo, quanto aos reflexos da internacionalização no plano das instituições nacionais e no conteúdo dos direitos fundamentais. Por outro lado, verifica-se a existência de processo de constitucionalização das instituições internacionais pelas interações constantes entre os diferentes ambientes jurídicos nas múltiplas direções (do nacional para o regional e deste para o mundial e vice-versa), o que demonstra a necessidade do estudo da complexidade estabelecida pela transição jurídica experimentada nos dias atuais.

Palavras-chave: Internacionalização do Direito constitucional. Processo de constitucionalização do Direito internacional. Proteção dos Direitos Humanos.

ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Eleusa Montenegro – memontenegro@terra.com.br (líder); Vitorina Angélica Montelo Zinato – vzinato58@yahoo.com.br; Vera Maria de Carvalho – veramar1357@gmail.com; Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto – celeidacintra@uol.com.br; Ana Regina Melo Salviano - ana_regina@terra.com.br; Colandi Carvalho de Oliveira - colandioliveira@gmail.com; Silvana Maria Silva Iunes - silvanaiunes@gmail.com; Olímpio Sabino Lourenço - emilianema@yahoo.com.br; Ângela Dumont Teixeira: UniCEUB/FACES/Pedagogia
Dulce Regina de Souza – degaucho@hotmail.com: ESPAM; Elizene Maria Caliman de Sousa - elizene@ucb.br: UCB; Cássia Maria Ramalho - cassiaramalho@yahoo.com.br
Hadana Graziela Silva Pereira – hadanagraziela@gmail.com; Marianna Dantas Guimarães de Melo – ma.baixinha@gmail.com; Andressa Kelly dos Santos Veras - andressa.sveras@gmail.com; Sandra Zenalde da Silva – zenalde@ig.com.br; Márcia Marins Batista – marciamb66@hotmail.com; Jean Carmo Barbosa - jeanjcb@hotmail.com; Secundo Ferreira da Costa - secundocos@yahoo.com.br; Leandro Soares Fontenele – leandro.fontenele@gmail.com

Este grupo de pesquisa, intitulado *Prática pedagógica e formação de professores*, está cadastrado no CNPq, desde o ano de 2004, devidamente certificado pelo UniCEUB, e sua tônica tem sido a formação docente. O grupo trabalha com duas linhas de pesquisa: "Profissão docente e práxis educativa" e "Psicologia da Educação e prática pedagógica". Os resultados têm sido divulgados em eventos científicos locais, nacionais e internacionais, evidenciando-se o repensar da práxis educativa no que se refere tanto à ação do professor em sala de aula quanto aos materiais utilizados, como planos de ensino, instrumentos de avaliação e demais materiais pedagógicos. O grupo já realizou a pesquisa *A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia*, desenvolvida em cinco etapas, quais sejam: inicialmente, foi verificada a visão do aluno quanto a este aspecto, a análise de planos de ensino dos professores, a análise dos instrumentos de avaliação de aprendizagem e a verificação da relação entre a teoria e a prática em outros materiais pedagógicos utilizados pelos professores. Todas essas etapas geraram relatórios parciais publicados em revistas e anais científicos. Pelos dados apresentados, observou-se que, tanto por meio dos questionários quanto pelos materiais pedagógicos apresentados pelos professores, a relação entre a teoria e a prática ficou evidenciada, o que poderá propiciar ao futuro educador a formação ampla, voltada para a realidade social, com conhecimento significativo, contextualizado e reflexivo. Os resultados deste trabalho podem servir como referência para a reflexão acerca das ações dos professores no sentido de aperfeiçoar a prática pedagógica, qual seja, a construção do conhecimento indissociável da realidade social na perspectiva de preparar um docente crítico para o exercício pleno da cidadania. Atualmente, a pesquisa desenvolvida denomina-se *A formação do educador infantil: expectativas e necessidades das escolas*, cujo objetivo é verificar a percepção de gestores, pais e professores quanto às expectativas e às necessidades da educação infantil, relacionando-as à formação do profissional para este nível de ensino. Os resultados obtidos demonstraram preocupação dos gestores em realizar o trabalho pedagógico, mas necessitando de maior apoio das instituições de ensino superior no que se refere a disponibilizar profissionais qualificados para a educação infantil. Acredita-se que, com o acréscimo dos dados dos pais e dos professores, etapas a ser atingidas posteriormente, os resultados deste trabalho poderão beneficiar instituições de formação de professores e as escolas de educação infantil. Por último, vale salientar

que o grupo conta com vinte integrantes, sendo doze professores, nove do UniCEUB e três de outras instituições de ensino, ESPAM e UCB, cinco ex-alunos dessa instituição de ensino e três alunos. Os participantes são pedagogos e psicólogos, atuando no ensino superior e na educação básica. Existem duas ex-alunas no curso de especialização.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Formação do professor. Prática pedagógica.

GRUPO DE DIREITO TRANSNACIONAL

Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
elizabethgtr@terra.com.br
Prof.ª Dr.ª Samantha Meyer Ribeiro P-Flug
samanthameyer@uol.com.br
Prof. Msc. Inês Fonseca Porto
inesporto@terra.com.br
UniCEUB – ICPD – Mestrado em Direito; FAJS – Graduação em Direito

Iniciado em 2003 como Grupo de Estudos do MERCOSUL, o Grupo de Direito Transnacional tem como meta expandir a área de pesquisa sobre o Direito Internacional. Sob a direção da professora doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e coordenação das professoras doutora Samantha Meyer-Pflug e mestre Inês Fonseca Porto, as pesquisas conduzidas analisam o direito que transcende fronteiras, comportando o direito internacional público e privado, o direito da integração e o direito comunitário e as normas jurídicas que não se enquadrem nas classificações clássicas. O grupo é formado por alunos de graduação e pós-graduação, professores, convidados e interessados em debater o direito em face da complexidade internacional, garantindo o acesso irrestrito ao conhecimento científico. Os estudos contemplam a interdisciplinaridade e visam, sobretudo, contribuir com o debate acadêmico e o aprofundamento científico sobre questões de interesse nacional e internacional.

Palavras-chave: Direito de Integração; Direito Comunitário; Direito Transnacional.

NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO PÚBLICO: PROCESSO CONSTITUCIONAL E EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Autor: Carlos Bastide Horbach
Instituição: Centro Universitário de Brasília
Faculdade: Direito
Curso: Mestrado
E-mail: carloshorbach@uol.com.br

A vivência do processo constitucional nos Estados contemporâneos está ligada diretamente à experiência política. Cada ação constitucional, os legitimados ativos, as formas de decisão dos órgãos de controle de constitucionalidade e cada um dos elementos que compõem o estudo do processo constitucional são condicionados pela história do constitucionalismo das sociedades políticas nas quais se desenvolvem. Nessa perspectiva, portanto, o estudo do Direito Público e de suas tendências somente se completa com a definição dos contextos políticos, históricos e sociológicos de seus institutos, que, embora apresentem semelhanças, variam de Estado para Estado, uma vez que cada nação tem gênese e vivência institucional próprias. Com base, especialmente, na obra *Nós, o povo soberano*, do autor norte-americano Bruce Ackerman, o Grupo de Pesquisa, no último ano, dedicou-se a discutir as relações entre história, política e processo constitucional, comparando as experiências norte-americana e brasileira, investigando os pontos de influência mútua, avaliando suas perspectivas de evolução e assinalando as peculiaridades de cada ordenamento.

Palavras-chave: processo constitucional; experiência política; constitucionalismo.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS – NEC: O NEOCONSTITUCIONALISMO COMO PARADIGMA PARA O ENSINO E A PESQUISA DO DIREITO CONSTITUCIONAL NO SÉCULO XXI

Christine Oliveira Peter da Silva
christinepeter@uol.com.br
André Pires Gontijo (mestrado)
andre.gontijo@gmail.com
Larissa Maria Melo Souza e Rachel Lima de Almeida da Motta Santo Colsera (graduação)
lissademelo@gmail.com e rachelcolsera@gmail.com
UniCEUB – ICPD – Mestrado em Direito; FAJS – Graduação em Direito

O estudo do Direito Constitucional ganhou nova conformação, principalmente a partir do segundo pós-guerra, em face da crescente importância dos direitos fundamentais como parâmetro objetivo para a solução dos problemas constitucionais. A perspectiva objetiva dos direitos fundamentais, que impõe reflexões acerca de sua tríplice eficácia – irradiante, dirigente e horizontal – promove o encontro do Direito Constitucional com o pós-positivismo, que se apresenta, nas palavras de Luis Roberto Barroso, como ideário difuso em que se aceita como premissa a idéia de que o Direito é o conjunto normativo formado por regras e princípios, como, desde há muito, preconizava J. J. Gomes Canotilho, ao apresentar o seu conceito de Constituição. O estudo do Direito Constitucional, na visão neoconstitucionalista, evidencia a integração entre Constituição e realidade (Rudolf Smend), a força normativa da Constituição (Konrad Hesse) e a vinculação exigente a uma ordem de valores (Robert Alexy), a qual se revela, por meio dos direitos fundamentais, como pressupostos de toda a reflexão teórica e prática em torno das questões constitucionais relevantes. A leitura e a reflexão crítica de textos de autores que tratam das diferenças e das semelhanças entre positivismo jurídico e neoconstituciolismo e o debate sobre casos e precedentes que envolvam problemas de direitos fundamentais constituem as duas principais práticas metodológicas dos encontros do grupo. O principal resultado dessa prática é a consolidação de uma corrente de pensamento comprometida com o Direito Constitucional Jurisprudencial e com os pressupostos teóricos da dogmática dos direitos fundamentais como parâmetro de solução dos problemas jurídicos em geral, no contexto do Estado Constitucional. As monografias de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu* orientadas e produzidas no NEC demonstram a importância da concretização dos direitos fundamentais, notadamente, os direitos fundamentais sociais, na prática constitucional brasileira. Além disso, os artigos produzidos, os cursos e as palestras ministrados por professores e alunos pesquisadores do NEC revelam a leitura vertical que se faz da obra de Peter Häberle, jurista alemão que propõe, no contexto de uma sociedade aberta de intérpretes da Constituição, leitura procedimental e cultural do texto constitucional e procedimento de formas de participação democrática na construção dos conteúdos constitucionais. A interlocução qualificada dos membros do grupo, no contexto das práticas profissionais e de estágio estimuladas à reflexão e não apenas à reprodução do conhecimento adquirido, é também resultado importante da pedagogia constitucional, a qual, na condição de prática pedagógica ideal ao processo de formação e informação do sujeito constitucional, revela-se a mais adequada para os objetivos do Estado Constitucional do século XXI. A identificação e a consolidação de um marco teórico que fortaleça a idéia de cooperação com o intuito de compartilhar premissas em direção à busca de soluções para os casos constitucionais

relevantes, o que se reflete em todos os trabalhos e eventos patrocinados pelo NEC, revelam que o neoconstitucionalismo constitui visão ponderada a qual pode servir de base para a consolidação do Estado Constitucional do século XXI.

Palavras-chave: Direitos fundamentais; neoconstitucionalismo; Estado constitucional.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE PROCESSOS CULTURAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PERÍODO 2º/2007 – 1º/2008

Aline Maria Thomé Arruda – líder do grupo.
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso de Relações Internacionais

O Núcleo de Estudos sobre Processos Culturais nas Relações Internacionais dedicou suas atividades à formação teórica dos alunos, para capacitá-los à produção acadêmica. Durante o segundo semestre de 2007, nas reuniões semanais, foram realizadas leituras e debates acerca dos conceitos de cultura, metodologia interpretativa e estudos de caso de pesquisas no campo social. Foi incentivada a escolha de temas para produção das monografias de conclusão de curso e a busca por congressos e seminários para apresentação de *papers*. Alguns alunos iniciaram deflexões sobre temas de projetos de iniciação científica a ser submetidos ao PIC 2008. No primeiro semestre de 2008, o foco das discussões e da formação teórica dos alunos direcionou-se ao tema da identidade no mundo contemporâneo. A fragmentação da identidade, as trocas culturais propiciadas pelo processo da globalização, os novos nacionalismos e os conflitos internacionais com motivações de ordem cultural foram debatidos. Ao final do semestre, iniciaram-se discussões acerca do comércio internacional e de adaptações culturais de corporações e produtos. Foram planejados e elaborados dois projetos de iniciação científica por alunos do grupo: um direcionado às legislações migratórias dos Estados Unidos e da Espanha e o outro à Cooperação Internacional para inclusão de surdos no mercado de trabalho. O primeiro foi submetido ao PIC/ 2008 e ao PIC Júnior/ 2008; foi aprovado, no segundo e no 2º semestre de 2008, um aluno de ensino médio do Colégio GISNO que desenvolverá pesquisa juntamente com o Núcleo de Estudos. Ademais, três monografias de graduação em Relações Internacionais começaram a ser desenvolvidas por alunos do grupo. O processo de escrita desses trabalhos conta com a colaboração em debates e questões sobre partes dos textos escritos dos outros colegas pertencentes ao Núcleo.

Palavras-chave: Cultura. Interpretação. Identidade.

GRUPO DE PESQUISA: CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima
João Rogério Cardoso de Oliveira; Graciana Souza Lordelo, Daphne Renata Tavares Amaral; Priscilla Lamar Matos; Edna Alves de Santana Esteves, Maíra de Azevedo Feitosa Araújo, Caroline Menicucci Salgado
Faculdade de Ciências da Saúde; fvlima@solar.com.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e suas anomalias. Os cromossomos foram descritos, no século XIX, como corpos nucleoprotéicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual atingem o maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diplóide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa, *Citogenética aplicada* envolve três linhas de pesquisa, as quais se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos de neoplasias humanas, determinação do sexo cromossômico em pacientes portadores de genitália ambígua ou distúrbios de diferenciação sexual e diagnóstico citogenético de doenças genéticas. Os estudos neoplásicos têm fornecido dados relevantes e decisivos tanto no diagnóstico como na determinação da conduta terapêutica de pacientes com leucemia mielóide crônica, provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal. O grupo de pesquisa concluiu o estudo em pacientes com genitália ambígua ou distúrbios de diferenciação sexual em pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal. Para isso, foi necessária a sua aprovação pelo Comitê de Ética da Secretaria de Saúde do DF. Estes distúrbios que afetam a determinação e a diferenciação sexuais, em geral, acometem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Recentemente, dois novos projetos de pesquisa do grupo foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com doenças genéticas previamente diagnosticadas. Além da relevância do diagnóstico para as famílias, os projetos citados têm servido como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo de trabalho. No último ano, foram apresentados estudos em congressos internos e externos, com material obtido por meio das linhas de pesquisa, desenvolvidos sob a responsabilidade da líder do grupo de pesquisa, juntamente com seus alunos.

Palavras-chave: Neoplasia. Ambigüidade genital. Diagnóstico.

DIÁLOGO: GRUPO INTERDISCIPLINAR

Prof. Dr. José Bizerril
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
FACES - Curso de Psicologia
e-mail:jose60360@uniceub.br

O grupo de pesquisa interdisciplinar *Diálogo* iniciou suas atividades em 2001, a pedido de um grupo de estudantes de Psicologia. Seu objetivo é viabilizar atividades de pesquisa qualitativa e seminários teóricos por meio de orientação coletiva semanal, que objetivam o aprofundamento da capacidade de reflexão teórica dos participantes e a constituição de vocabulário compartilhado que fundamente a compreensão dos complexos fenômenos culturais do mundo contemporâneo. O grupo almeja ser um espaço de interlocução entre participantes de áreas disciplinares distintas, pesquisadores, docentes, estudantes, para a construção de posicionamento compatível com os diálogos interdisciplinares e os trânsitos disciplinares que incluam temas e problemas das seguintes áreas: antropologia, psicologia, sociologia, filosofia, estudos culturais e história. O grupo recebe, periodicamente, em seus seminários teóricos, profissionais convidados de áreas afins, tanto do UniCEUB como de outras instituições. No primeiro semestre de 2008, houve a participação de uma doutoranda em psicanálise, da Universidade de Paris VII. Entre os projetos em andamento ou em fase de elaboração, consta investigação sobre: identidades sexuais minoritárias; pós-modernidade e identidade; experiência religiosa no budismo; gênero no futebol feminino; contato e improvisação; refugiados africanos no Brasil; corporalidade e subjetivação nas artes marciais, entre outros. O grupo gerou quatro pesquisas de iniciação científica com bolsas no programa PIC/ UniCEUB, das quais uma se encontra em fase inicial. Três monografias foram concluídas, e duas estão em andamento no presente semestre. O grupo coordenou, neste ano, um simpósio temático sobre novas possibilidades de configuração heterossexual, em parceria com Beatriz dos Santos, da Universidade de Paris VII, no simpósio internacional Fazendo Gênero 2008. O grupo participa regularmente do projeto Cinemateca, do curso de Psicologia, e de outros eventos caracterizados pelo diálogo interdisciplinar.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; corporalidade; sujeito.

O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA

Centro Universitário de Brasília – Uniceub
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Grupo de Estudos de Direito Econômico-Empresrial
email: grede_uniceub@yahoogrupos.com.br

A insuficiência estatal torna o papel da iniciativa privada vital para impulsionar a promoção do desenvolvimento. O crescimento empresarial gera inclusão no mercado e avanço tecnológico. Cria novos empregos e aumenta arrecadação do Estado. A empresa é o veículo apto a iniciar a inclusão da economia nacional na ordem econômica mundial. O objetivo da pesquisa começa pela análise as novas organizações societárias e as novas modalidades de relacionamento empresarial tendo em vista os mecanismos legais à disposição das sociedades empresárias. Estuda o papel do setor público e as maneiras em que pode se relacionar com o setor privado. Ainda avalia a regulação da atividade econômica. Com isso, pretende-se verificar os efeitos econômicos provenientes da utilização dos instrumentos jurídicos. O relacionamento entre os dois atores deve ser orientado na busca dos objetivos da república, elencados no art. 3º da Constituição Federal. Por isso, o Estado deve criar condições para que a iniciativa privada ajude a promover o desenvolvimento, e não impedi-la. A compreensão exata destes desafios é complexa, e necessita de um entendimento apurado acerca do conteúdo jurídico do mandamento constitucional, além da dogmática que envolve o direito empresarial e o direito econômico.

Palavras chave: Desenvolvimento nacional. Relacionamento entre setor público e privado. Sociedades empresárias.

GRUPO DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CERRADO

Líder: Profª Drª Elizabeth Maria Mamede da Costa (bethinhacosta@yahoo.com.br)
Professores integrantes do grupo: Prof. Daniel Louzada da Silva, Profª Drª Marina Regina Frizzas, Prof. Andréa Marilza Líbano
FACES – Curso de Biologia

O grupo de pesquisa efetivado em 2003 conta com a participação de seis pesquisadores, 15 estudantes. Os pesquisadores são professores da FACS, mestres ou doutores nas áreas de ecologia, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Os estudantes participantes são ou foram alunos do curso de Biologia e estão envolvidos em projetos de pesquisas destes pesquisadores. O grupo trabalha com ensino, pesquisa e extensão nas seguintes linhas: *Percepção e educação ambiental como subsídios à conservação da biodiversidade do Cerrado*; *Conservação e biodiversidade em unidades de conservação do Cerrado e em ambiente urbano*; *Formação de professores de Biologia para ensino médio e fundamental*. No decorrer do ano de 2007 e de 2008, o grupo de pesquisa apresentou a seguinte produção científica e acadêmica: publicações de 03 artigos em periódicos indexados, 01 co-autoria de livro, 02 artigos em livro e 01 organização de livro; apresentação de trabalhos no XVI Congresso Brasileiro de Ornitologia, 2008, em Palmas, TO, no 59° Congresso Nacional de Botânica, em Natal, 2008, no XXII Congresso Brasileiro de Entomologia, 2008, em Uberlândia, no Congresso Brasileiro de Herpetologia, no IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e IV Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB, no 4º Congresso de Iniciação Científica do DF, 2007; orientações de 08 alunos em projetos de PIC, 38 estagiários, 18 monografias e 15 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); participação em projeto de extensão e consultorias; participação no curso de pós graduação em Análises Ambientais – ICPD/UniCEUB com 03 alunos orientados; participação em banca de mestrado – Faculdade de Saúde UnB. Assim, observa-se que grupo destaca o papel da formação profissional dos estudantes do curso de Biologia para a atuação tanto em pesquisa quanto nas atividades técnicas ligadas ao ensino, na produção de conhecimento nas áreas de ecologia, educação ambiental e subsídios para ações voltadas à conservação do Cerrado. O grupo também desempenha papel junto à comunidade do Distrito Federal, em questões referentes ao meio ambiente.

Palavras-chave: educação ambiental; ensino de Biologia; meio ambiente e conservação; Cerrado.

GRUPO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Marcos André Sarmento Melo, Mestre – UniCEUB marcos@valorum.com.br
Carla Peixoto Borges, Mestre – UniCEUB carlaborges@hightouch.com.br
Alano Nogueira Matias, Doutor – UniCEUB alano.nogueira@gmail.com
Luís Antônio Pasquetti, Doutor – UniCEUB pasquetti45@yahoo.com.br

O Grupo de Pesquisa em Administração investiga os temas relacionados às áreas de Gestão das Organizações, Finanças, Marketing e Estudo do Trabalho. O objetivo é acompanhar o desenvolvimento científico dos problemas relacionados à gestão em empresas privadas, órgãos públicos e organizações sem fins lucrativos nos temas administrativos. O direcionamento dado pelos pesquisadores é conduzir os trabalhos de modo a ser aplicáveis às organizações de Brasília, atendendo às peculiaridades inerentes à cidade, que é o centro do poder político do Brasil. A descrição das áreas temáticas de estudo observa esta preocupação. A Gestão das Organizações compreende os aspectos amplos da tomada de decisão pertinentes a planejamento estratégico, estrutura organizacional ou arquitetura hierárquica e funcional, fluxo de informação, análise macroambiental, logística, cultura e demais componentes internos. A área de Finanças trata da análise de investimento, obtenção de financiamento, estrutura de capital adequada à realidade específica da organização e da gestão de recursos de curto prazo. O estudo em Marketing aprofunda a investigação em comportamento do consumidor, métodos para pesquisa de mercado, conformação de *mix* de *marketing* e atendimento de expectativas do consumidor. A área Estudo do Trabalho é abrangente, para assumir os estudos em gestão de pessoal, formação do perfil profissiográfico, recrutamento, seleção, treinamento e formação profissional, ambiente de trabalho, análise ergonométrica, motivação e avaliação de desempenho funcional. Os trabalhos pretendem gerar resultados para o aprimoramento gerencial nas organizações, prioritariamente em Brasília, e contribuir para a expansão da fronteira do conhecimento da Ciência da Administração por meio da divulgação em encontros, congressos e periódicos científicos.

Palavras-chave: finanças; gestão de pessoas; ergonometria; *marketing*; estratégia.

GRUPO DE PESQUISA: EPISTEMOLOGIA E TÓPICOS METODOLÓGICOS

Contato:
epistemologia-e-topicos-metodologicos-grupo-pesquisa-uniceub- @googlegroups.com
Membros:
Profª Drª Dirce Mendes
Prof. Dr. Gilson Ciarallo
Profª Drª Tânia Cruz
Tiago D´Avila Araújo, MSc.
Tiago Odon Ivo, MSc.

A reflexão sobre a relação entre pesquisa e *habitus* jurídico representa o foco de análise do grupo de pesquisa *Epistemologia e tópicos metodológicos*. Buscou-se explorar a importância de incrementar a prática jurídica e toda a sua configuração como campo gerador de capital social e simbólico, com os elementos e os conteúdos que a pesquisa acadêmica produz. É pelo estreitamento entre o *habitus* e a pesquisa jurídica que foi possível perceber alternativas para a composição de novo arranjo social do direito contemporâneo, de modo que seja possível o alargamento do debate interdisciplinar entre o direito e as outras áreas das Ciências Sociais. Registra-se a importância do debate epistemológico da Ciência Jurídica que, por ordenamento filosófico, recai sobre ela mesma e seus mecanismos de produção de saber. Tal análise abre a possibilidade de somar experiências de pesquisa e docência ao debate sobre o ensino do Direito brasileiro, que, em alguma medida, representa disjunção entre a pesquisa e o *habitus* jurídico. Em síntese, há fundamento em retomar o debate epistemológico do campo jurídico e a ponderação sobre a eminência de resgatar o caráter auto-reflexivo da pesquisa, à qual se atribui função primordial: permitir a dada ciência a sua autocrítica.

Palavras-chave: epistemologia jurídica; *habitus* jurídico, papel da pesquisa acadêmica.

DIREITO, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE – GERIMA

Líderes do grupo:
Prof. Dr. Marcelo Dias Varella –marcelodvarella@gmail.com
Profª. Drª. Ana Flávia Granja e Barros – anaflavia@teaser.fr

Pesquisadores alunos do curso de Mestrado em Direito:
André Nunes Chaib
Mariana Ramos Oliveira
Paula Campos Lara Moura
Priscilla Perreira de Andrade

O Grupo GERIMA tem como objetivo proporcionar ambiente acadêmico para debates sobre os atuais problemas contemporâneos ambientais. As reuniões do grupo, que ocorrem aos sábados, às 9h30, na sala de coordenação do mestrado, visam contribuir para a maior conscientização acerca das obrigações e das oportunidades do Direito Internacional Ambiental e do Direito Ambiental Brasileiro. A UNITAR **(**Programa das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa), em parceria com o mestrado do UniCEUB, promove um curso de especialização em Direito Internacional Ambiental, que abrange o conteúdo de 10 livros, periodicamente discutidos nas reuniões do grupo GERIMA. Entre os assuntos, estão o papel das organizações internacionais para a evolução do direito internacional ambiental, as técnicas e os procedimentos do direito ambiental, a dinâmica das negociações ambientais, além de temas legais específicos relacionados a mudanças climáticas, diversidade biológica, acesso a recursos genéticos, poluição marítima, preservação de florestas, comércio e meio ambiente, entre outros. As leituras necessárias ao desenvolvimento do debate são definidas previamente, nas reuniões, assim, qualquer interessado pode participar do grupo. Para mais informações, consulte a secretária do mestrado do UniCEUB.

Palavras-chave: Direito Ambiental; Relações Internacionais, Direito Internacional Ambiental, Biotecnologia, mudanças climáticas, meio-ambiente

O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Grupo de Estudos de Direito Econômico-Empresrial
email: grede_uniceub@yahoogrupos.com.br

A insuficiência estatal torna o papel da iniciativa privada vital, para impulsionar a promoção do desenvolvimento. O crescimento empresarial gera inclusão no mercado e avanço tecnológico, cria novos empregos e aumenta arrecadação do Estado. A empresa é o veículo apto a iniciar a inclusão da economia nacional na ordem econômica mundial. O objetivo da pesquisa começa pela análise das novas organizações societárias e das novas modalidades de relacionamento empresarial, tendo em vista os mecanismos legais à disposição das sociedades empresárias. Estuda o papel do setor público e as maneiras com que pode relacionar-se com o setor privado e avalia a regulação da atividade econômica. Com isso, pretende-se verificar os efeitos econômicos provenientes da utilização dos instrumentos jurídicos. O relacionamento entre os dois atores deve ser orientado na busca dos objetivos da república, elencados no artigo 3º da Constituição Federal. Por isso, o Estado deve criar condições para que a iniciativa privada ajude a promover o desenvolvimento, e não impedi-la. A compreensão exata destes desafios é complexa e necessita de entendimento apurado acerca do conteúdo jurídico do mandamento constitucional, além da dogmática que envolve o direito empresarial e o direito econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional. Relacionamento entre setor público e privado. Sociedades empresárias.

GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO

Líder do Grupo: *Prof. Dr. Marcelo Dias Varella – marcelodvarella@gmail.com*

Professores pesquisadores:
Profa. Dra. Ana Flávia Granja e Barros – anaflavia@teaser.fr
Profa. Dra. Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha - elizabethgtr@terra.com.br
Profa. Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug – samanthameyer@uol.com.br
Prof. Dr. Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros - cachapuz@mre.gov.br
Prof. Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu – luizeabreu@yahoo.com.br
Prof. Dr. Roger Stiefelmann Leal – rogersl@uol.com.br

Alunos pesquisadores do curso de Mestrado em Direito:
André Pires Gontijo – andre.gontijo@gmail.com
Ângela Christina Boelhouwer Montagner – angelamontagner@gmail.com

Alunas pesquisadoras do curso de graduação em Direito:
Ana Carolina Borges Oliveira
Larissa Caetano Mizutani

O grupo de pesquisas sobre Internacionalização do Direito foi criado no final ano de 2006, no UniCEUB, tendo começado, efetivamente, seus trabalhos no ano de 2007, em rede, junto com outras universidades do Brasil e do exterior. No Brasil, fazem parte da rede, além do UniCEUB, a UERJ e a FGV; no exterior, a Universidad de Buenos Aires e o College de France completam a rede. O objeto de estudo é o processo de internacionalização do direito que se dá por meio das interações ocorridas entre diferentes ordenamentos jurídicos nacionais e entre estes e o direito internacional. Para tanto, temas, como mundialização e globalização, são importantes, pois é somente com o estudo desses novos movimentos que se podem entender as novas relações entre o local e o global e a forma como o direito é afetado por essas transformações. Além disso, o processo de internacionalização do direito evidencia a insuficiência da atual teoria jurídica, para explicar novos fenômenos. Os temas, como direito internacional ambiental, direito internacional econômico, direito internacional penal, direito constitucional internacional, entre outros, são dirigidos por professores com seus respectivos grupos de estudantes. O grupo tem, atualmente, como principal marco teórico, Mireille Delmas-Marty, professora no College de France e antiga professora de direito na Université Paris I Panthéon-Sorbonne. Percebendo o universo de assuntos que se relacionam ao tema principal, utilizam-se outros autores, como Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Niklas Luhmann, Michel Villey, Immanuel Kant, Günther Teubner. O grupo possui uma série de subgrupos, os quais trabalham o fenômeno da internacionalização do direito em diferentes áreas. São eles: Direito e Tradição, Direito Constitucional e Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direito Internacional Penal e Propriedade Intelectual e Direito Econômico. Em 2007, o grupo reuniu-se mensalmente, para discutir textos escolhidos pelo coordenador do grupo, além de ter organizado um seminário internacional sobre Internacionalização do Direito (*Seminário Franco-Brasileiro sobre Internacionalização do Direito*). Em 2008, o grupo pretende continuar com as discussões, tendo como base textos escolhidos pelo líder. Ao final do semestre, uma série de artigos, escritos por professores e alunos do grupo serão publicados na revista *Prismas*, do UniCEUB, e em outros periódicos de cunho jurídico. Fazem parte do grupo professores e alunos do mestrado e da graduação em Direito.

Palavras-chave: Internacionalização do Direito, Mundialização, Direitos Humanos

GRUPO DE INTERESSES (LOBBY): A POSSIBILIDADE DE REGULAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL

Prof.ª Dr.ª Samantha Ribeiro Meyer PFlug; (líder);
Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Prof. Dr. Dilnei Giseli Lorenzi
Leyza Ferreira Domingues
Vitor Eduardo Tavares de Oliveira;
Leopoldo Faiad;
Débora Moura Pires;
Letícia Naiara Lopes França;
Mariana Baeta;
Andre Gontijo;
Antonio Navega;
Alessandra de Andrade Serrazes

A atual Constituição brasileira consagra determinadas funções exclusivas de cada um dos poderes, já que lhes permite auto-administrar-se e auto-regular-se. Além disso, a Constituição cidadã prevê mecanismos de participação popular. Note-se que o Poder Legislativo tem a competência de representar o povo brasileiro e de legislar, exercendo, assim, poder de alterar interesses e inúmeras disciplinas jurídicas. Desse modo, cabe ao presente estudo analisar como se deve proceder à influência sobre tais parlamentares? Quem exerce tal influência? Seria fundamental para a democracia a regulação de uma atividade deveras importante? O conjunto de decisões políticas capazes de interferir na atividade de qualquer ator social é abrangente. Sendo assim, qualquer tipo de interferência em tais atos é de grande relevância para o futuro do país. Desse modo, caberá ao presente estudo coletar, na doutrina nacional e internacional, dados sobre o assunto e elaborar um projeto de lei sobre o tema, respeitando os preceitos constitucionais, legais e éticos brasileiros.

GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO ECONÔMICO-EMPRESARIAL O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA

Líderes: Profa. Dra. Neide Teresinha Malard
Prof. Dr. Daniel Amim Ferraz
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
email: grede_uniceub@yahoogrupos.com.br

A insuficiência estatal torna o papel da iniciativa privada vital, para impulsionar a promoção do desenvolvimento. O crescimento empresarial gera inclusão no mercado e avanço tecnológico, cria novos empregos e aumenta arrecadação do Estado. A empresa é o veículo apto a iniciar a inclusão da economia nacional na ordem econômica mundial. O objetivo da pesquisa começa pela análise das novas organizações societárias e das novas modalidades de relacionamento empresarial, tendo em vista os mecanismos legais à disposição das sociedades empresárias. Estuda o papel do setor público e as maneiras com que pode relacionar-se com o setor privado e avalia a regulação da atividade econômica. Com isso, pretende-se verificar os efeitos econômicos provenientes da utilização dos instrumentos jurídicos. O relacionamento entre os dois atores deve ser orientado na busca dos objetivos da república, elencados no artigo 3º da Constituição Federal. Por isso, o Estado deve criar condições para que a iniciativa privada ajude a promover o desenvolvimento, e não impedi-la. A compreensão exata destes desafios é complexa e necessita de entendimento apurado acerca do conteúdo jurídico do mandamento constitucional, além da dogmática que envolve o direito empresarial e o direito econômico.

GRUPO PADÊ

Fundado em 2005, o grupo *Padê: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos* tem-se mostrado receptivo, produtivo e dinâmico. Reuniões orientadas por textos de Martin Buber, Kiekeergard, Hannah Arendt, Michel Foucault, Jacques Derrida, Edward Said e Gilles Deleuze, entre outros, têm incentivado, além de reflexões sistematizadas de seus membros, produção de textos, artigos, projetos de monografia, extensão e pós-graduação que pode ser classificada como, no mínimo, instigante. Graduandos e graduados dos cursos de História, Direito e Comunicação Social fortalecem-se na troca de idéias que mereceria ser multiplicada e ampliada. Para chegar àquel@s que, pelas mais diversas razões, não podem presenciar e participar dos debates e das atividades sugeridos pelo grupo, produziu-se a revista eletrônica: mais barata, de fácil acesso, de circulação ilimitada e universal. Com essa mídia, alcança-se um número impensável de pessoas, trocam-se contribuições, reflexões, estudos, partilha-se com a comunidade acadêmica nacional e internacional a produção de bom nível intelectual. O grupo PADÊ adotou como símbolo o **Pensador,** uma tradicional escultura angolana de origem cokwe, elevado à categoria de símbolo da cultura nacional de Angola, aparecendo, inclusive, na filigrana das notas de Kwanza, a moeda nacional. Esta imagem representa a figura de um ancião, homem ou mulher, o que reflete o *status* privilegiado dos idosos em Angola e em outras nações africanas, pois encarnam a sabedoria, a experiência dos longos anos vividos, e são eles que conhecem os segredos da vida. No segundo semestre de 2008, será analisado o pensamento de Emmanuel Lévinas como mais um passo na realização da proposta inicial do grupo: mais que a ampliação das fronteiras, sua diluição.

O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Grupo de Estudos de Direito Econômico-Empresrial
email: grede_uniceub@yahoogrupos.com.br

A insuficiência estatal torna o papel da iniciativa privada vital, para impulsionar a promoção do desenvolvimento. O crescimento empresarial gera inclusão no mercado e avanço tecnológico, cria novos empregos e aumenta arrecadação do Estado. A empresa é o veículo apto a iniciar a inclusão da economia nacional na ordem econômica mundial. O objetivo da pesquisa começa pela análise das novas organizações societárias e das novas modalidades de relacionamento empresarial, tendo em vista os mecanismos legais à disposição das sociedades empresárias. Estuda o papel do setor público e as maneiras com que pode relacionar-se com o setor privado e avalia a regulação da atividade econômica. Com isso, pretende-se verificar os efeitos econômicos provenientes da utilização dos instrumentos jurídicos. O relacionamento entre os dois atores deve ser orientado na busca dos objetivos da república, elencados no artigo 3º da Constituição Federal. Por isso, o Estado deve criar condições para que a iniciativa privada ajude a promover o desenvolvimento, e não impedi-la. A compreensão exata destes desafios é complexa e necessita de entendimento apurado acerca do conteúdo jurídico do mandamento constitucional, além da dogmática que envolve o direito empresarial e o direito econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional. Relacionamento entre setor público e privado. Sociedades empresárias.

SAÚDE E AMBIENTE COMO FOCO ATUAL DE PESQUISAS

Eduardo Cyrino Oliveira-Filho
UniCEUB, FACES, Biomedicina
EMBRAPA Cerrados
cyrino@cpac.embrapa.br
Ronald Lamas Corrêa
UniCEUB, FACES, Biomedicina
biomedicina@uniceub.br

As alterações no ambiente, naturais ou antrópicas, interferem diretamente na saúde humana e contribuem para a elevação dos custos empregados no tratamento de doenças previsíveis. Com base em recentes pesquisas da OMS, jornais brasileiros publicaram, em junho de 2007, que as doenças ambientais matam milhares de pessoas por ano no Brasil. Desse modo, o gerenciamento dos fatores de risco relacionados à saúde que advêm dos problemas ambientais tem sido parte das ações do Ministério da Saúde. Consciente dessa problemática, o governo federal publicou a Instrução Normativa nº 1, de 7 de março de 2005, regulamentando o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVSA), no âmbito do Ministério da Saúde. Entre suas atribuições, estão coordenar, avaliar, planejar, acompanhar, inspecionar e supervisionar as ações de vigilância relacionadas às doenças e aos agravos à saúde relacionados a: água para consumo humano; contaminações do ar e do solo; desastres naturais; contaminantes biológicos e químicos; acidentes com produtos perigosos; efeitos dos fatores físicos; condições saudáveis no ambiente de trabalho. Nesse contexto, o grupo de pesquisas em *Saúde e ambiente,* da Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde, do Centro Universitário de Brasília, focaliza suas pesquisas, envolvendo aspectos da contaminação ambiental e da utilização de produtos naturais e suas conseqüências nas áreas de toxicologia, epidemiologia, vigilância sanitária e microbiologia. O grupo encontra-se em franco desenvolvimento e tem atuado, sobretudo, na orientação de monografias e no desenvolvimento de projetos de pesquisa com alunos dos cursos de ciências da saúde. No ano de 2007, têm destaque, na produção científica do grupo, 3 artigos publicados em periódicos, 14 resumos apresentados em eventos, 2 participações em banca de pós-graduação *stricto sensu*, 6 orientações de monografias de conclusão de curso e 2 orientações de iniciação científica. Mais informações sobre o grupo de pesquisa podem ser obtidas junto à Assessoria de Pós Graduação e Pesquisa do UniCEUB.

Palavras-chave: Grupos de pesquisa. Saúde. Meio ambiente.

GRUPO INTEGRADO DE PESQUISA SOBRE DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO E SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO - GIDE

Coordenador:
Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida
Mestrado em Direito
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Tels: (61) 3245-1997 - 9208-0082
E-mail: pralmeida@mac.com; Site: www.pralmeida.org
FAJS - Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais
Contatos com o GIDE:
Site: http://br.groups.yahoo.com/group/gide-uniceub/
E-mail: gide-uniceub@yahoogrupos.com.br
Assinar: gide-uniceub-subscribe@yahoogrupos.com.br
Cancelar assinatura: gide-uniceub-unsubscribe@yahoogrupos.com.br
Coordenador da lista: gide-uniceub-owner@yahoogrupos.com.br

O grupo de pesquida dedica-se ao estudo de temas ligados à regulação nacional e internacional da economia pelos Estados e pelas organizações internacionais. Procura analisar as possibilidades de atuação pública e privada em face das novas configurações do direito econômico nacional e internacional, inclusive as experiências de integração regional. São desenvolvidas pesquisas ligadas à economia internacional, aos impactos da globalização, aos efeitos dos fluxos de capitais nos mercados, às políticas macroeconômicas e setoriais, à eliminação de medidas, barreiras tarifárias e não-tarifárias, à regulação dos transportes e às atividades regulatórias supranacionais. Tais experiências dependem do nível de integração, se raso ou profundo, passando de acordos bilaterais de comércio, zonas de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união monetária ou política. O grupo, constituído em 2003, é integrado pelos professores Paulo Roberto de Almeida e Marcelo Simões dos Reis, além de mestrandos e graduandos que se interessam pelo tema. As reuniões do GIDE ocorrem a cada três semanas, segundo calendário e programação estabelecidos ao início de cada semestre. A linha de pesquisa na área jurídico-econômica dedica-se ao tratamento analítico das relações econômicas internacionais, das quais a integração regional é uma das vertentes. A pesquisa estrutura-se em três eixos principais: instituições e mecanismos regulatórios dos grandes intercâmbios globais, nos terrenos comercial, OMC e esquemas regionais de integração, financeiro e de cooperação técnica intergovernamental; experiências de integração regional com análise dos aspectos comerciais e tributários dos processos de integração, a exemplo do Mercosul, União Européia, Nafta; instrumentos jurídico-contratuais que enquadram a expansão da interdependência econômica global. Os três eixos temáticos buscam analisar, de forma transversal, questões, como a criação de regras uniformes ao comércio mundial, a criação de mecanismos de solução de controvérsias com densidade jurídica e efetividade, o intenso fluxo de capitais nos mercados financeiros, a estipulação de políticas tributárias incentivadoras do comércio global, a eliminação de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias e a diversidade institucional das atividades regulatórias de caráter intergovernamental ou supranacional. Discute-se a organização dos temas de pesquisa em torno das grandes divisões do direito econômico internacional, com divisão de tarefas associadas à preparação de pequenos guias de referência, com o objetivo de preparar bibliografia básica sobre cada área e, ulteriormente, listagem dos temas relevantes, com vistas a um futuro manual de estudo. Em 2008, o principal foco do grupo é discutir a elaboração do **Dicionário brasileiro de relações internacionais.**

Pesquisas Apoiadas por Agências de Fomento

PERFIL RACIAL E DE GÊNERO DA POPULAÇÃO MANICOMIAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS

A escassez de dados sobre o perfil racial e de gênero da população manicomial no Brasil aponta para a absoluta invisibilidade daqueles e daquelas que habitam os manicômios no país mesmo depois do programa *De volta para casa*, do governo federal (Lei 10.708 "03). É inevitável assinalar que a invisibilidade social fertiliza o solo para que outras formas de violência germinem: se não são visíveis, não têm existência reconhecida e não são percebidas como questões dignas de atrair olhares, portanto não há posicionamento que atente para demandas específicas, para seus dramas e sofrimentos de cunho ético-político. Tal invisibilidade é estimulada pelo racismo e pelo machismo, fundadores da sociedade brasileira, e fortalece-os, ao reforçar estigmas e estereótipos. Se compreendidos como mecanismos políticos de contenção de indesejáveis e mecanismos estratégicos na construção desses indesejáveis, faz-se necessário verificar o modo como se estruturam os manicômios e os serviços de atendimento aos portadores de transtornos mentais no Brasil contemporâneo. Desenhar o rosto generizado e racializado dessa população significa o descortinamento de mais uma reserva de indivíduos "socialmente ameaçadores", "politicamente indesejáveis" e "economicamente desnecessários" (Wanderley, 2004), que se mantêm por seu desempenho na conformação aos comportamentos e aos papéis sociais estabelecidos. O projeto de pesquisa *O perfil racial e de gênero da população manicomial do Distrito Federal e Entorno – análise, dignóstico e propostas* tem o objetivo de verificar a assistência prestada à população dotada dessas características, mulheres negras e homens negros, nas instituições de saúde pública e conveniadas do SUS. O estabelecimento das características raciais e de gênero como centrais neste estudo justifica-se, por identificar-se o machismo e o racismo como elementos formadores da sociedade brasileira e entender-se que o silêncio acerca destas questões se apresenta como impedimento para o fortalecimento e a ampliação da democracia no Brasil. Pretende-se classificar os diagnósticos que justificam as internações, analisando-os sob as perspectivas generizada e racializada, as quais envolvem o questionamento da universalidade do sujeito-paciente. A idéia de universalidade potencializa o transtorno mental, incentivando, assim, o"a paciente e o tratamento dispensado a ele"ela em instituições que, tradicionalmente, ignoram aspectos materiais e simbólicos da população de internos. Ignorar e ou desqualificar as práticas culturais materiais e simbólicas da população negra e afro-descendente no Brasil é permitir a continuidade de práticas genocidas presentes na sociedade brasileira. Finalmente, o projeto de pesquisa busca apreender a situação das instituições manicomiais após as Leis 10216 " 01 e 10.708 " 03 e, em se encontrando elementos que impeçam o efetivo cumprimento das disposições legais, formular e apresentar propostas que possam suprir tais lacunas e subsidiar o aprimoramento da legislação e de políticas públicas mais efetivas.

A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

Profª Drª Ilma Passos Alencastro Veiga – Coordenadora
Profª Drª Odiva Silva Xavier
Profª Drª Edileuza Fernandes da Silva
Profª Drª Rosana César de Arruda Fernandes
Grupo de Pesquisa: Profissão docente e práxis educativa
Agência financiadora: CNPQ
Data de início: março/2006
Data de término: fevereiro/2009

O objetivo principal da presente pesquisa é compreender o papel da Didática na formação do professor para a educação básica e superior como instrumento de inovação técnica ou como veículo de inovação edificante. O trabalho congrega pesquisadores do Centro Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Uberlândia, é interinstitucional e de cunho qualitativo. O referencial teórico contempla os pensamentos de estudiosos da área de formação de professores: Castanho (1996), Veiga (2005) Contreras (2002), com ênfase nas idéias de Sousa Santos (1987, 1989, 1997). Os resultados indicaram que a Didática anunciada nos planos de ensino e nas falas dos alunos está organizada pelas seguintes concepções: sob a ótica da inovação técnica, está distante das práticas da sala de aula, é pautada em instrumentos legais que norteiam a formação de professores e está mais preocupada com o *como fazer* descontextualizado; na visão edificante, a Didática procura equilibrar as dimensões política e técnica, ou seja, o pensar e o fazer, calcadas nos princípios de complexidade, globalidade e integração, valorização da pesquisa e nas relações solidárias entre professor e aluno e entre alunos. Outras nuanças da inovação edificante da Didática são: visão contextualizada e multidimensional do processo didático e intersecção entre o saber local e o universal; preocupação com o papel da Didática na formação de professores, revisitando sua historicidade e as tendências pedagógicas atuais; importância da temática sobre a relação entre educação e sociedade e o papel da escola e do professor na mediação da aprendizagem do aluno.

DIPLOMACIA RESPONSÁVEL: A PRESENÇA DO BRASIL NO HAITI

Fonte de Financiamento: CNPq
Renata de Melo Rosa – Relações Internacionais/UniCEUB

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o desempenho do Brasil na liderança militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização Civil no Haiti – MINUSTAH. A idéia preliminar refere-se à restauração dos pressupostos que orientaram a Missão tanto no Brasil como no Haiti, por meio de entrevistas com autoridades políticas brasileiras e haitianas e de diversos lugares de fala destes atores, além de investigar a maneira como se situam as concepções de uma cooperação internacional responsável, eficaz e que possa interagir com a sociedade civil haitiana. O segundo momento da pesquisa centrou seu foco no grau de envolvimento da sociedade civil haitiana na MINUSTAH e os impactos mais visíveis da Missão. Os indicadores utilizados para medir este impacto foram: constância do diálogo entre o governo e os setores de oposição; capilaridade política da MINUSTAH e melhoria das condições de estabilidade social. Existe, por parte dos haitianos entrevistados, compreensão ambígua acerca da presença da MINUSTAH e do Brasil, em específico. A ausência total de diálogo ou de criação de mecanismos de diálogo entre a MINUSTAH e a sociedade civil haitiana ou de incentivo ao Estado haitiano a dialogar com a sociedade civil haitiana a respeito dos trabalhos e dos resultados obtidos manifestou-se como um dos principais dilemas da Missão. O desencantamento com a posição estratégica assumida pelo Brasil, por meio de sua liderança militar, manifesta-se, sobretudo, nos setores mais politizados e, particularmente, na esquerda haitiana. No entanto, de modo geral, a insatisfação dirige-se à Missão em si, já que existe compreensão perfeitamente inteligível de que o Brasil não está sozinho nesta liderança, mas atua em conjunto com a comunidade internacional latino-americana. Do ponto de vista de intelectuais haitianos entrevistados, a comunidade política latino-americana presente no Haiti entrou em espécie de disputa pela liderança da cooperação internacional no Haiti, já que se discutia a suposta "ineficácia" da cooperação norte-americana e canadense, presente no país há mais de sessenta anos.

GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO

Líder do Grupo: Prof. Dr. Marcelo Dias Varella – marcelodvarella@gmail.com

Professores pesquisadores:
Profa. Dra. Ana Flávia Granja e Barros – anaflavia@teaser.fr
Profa. Dra. Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha - elizabethgtr@terra.com.br
Profa. Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug – samanthameyer@uol.com.br
Prof. Dr. Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros - cachapuz@mre.gov.br
Prof. Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu – luizeabreu@yahoo.com.br
Prof. Dr. Roger Stiefelmann Leal – rogersl@uol.com.br

Alunos pesquisadores do curso de Mestrado em Direito:
André Pires Gontijo – andre.gontijo@gmail.com
Ângela Christina Boelhouwer Montagner – angelamontagner@gmail.com

Alunas pesquisadoras do curso de graduação em Direito:
Ana Carolina Borges Oliveira
Larissa Caetano Mizutani

O grupo de pesquisas sobre Internacionalização do Direito foi criado no final ano de 2006, no UniCEUB, tendo começado, efetivamente, seus trabalhos no ano de 2007, em rede, junto com outras universidades do Brasil e do exterior. No Brasil, fazem parte da rede, além do UniCEUB, a UERJ e a FGV; no exterior, a Universidad de Buenos Aires e o College de France completam a rede. O objeto de estudo é o processo de internacionalização do direito que se dá por meio das interações ocorridas entre diferentes ordenamentos jurídicos nacionais e entre estes e o direito internacional. Para tanto, temas, como mundialização e globalização, são importantes, pois é somente com o estudo desses novos movimentos que se podem entender as novas relações entre o local e o global e a forma como o direito é afetado por essas transformações. Além disso, o processo de internacionalização do direito evidencia a insuficiência da atual teoria jurídica, para explicar novos fenômenos. Os temas, como direito internacional ambiental, direito internacional econômico, direito internacional penal, direito constitucional internacional, entre outros, são dirigidos por professores com seus respectivos grupos de estudantes. O grupo tem, atualmente, como principal marco teórico, Mireille Delmas-Marty, professora no College de France e antiga professora de direito na Université Paris I Panthéon-Sorbonne. Percebendo o universo de assuntos que se relacionam ao tema principal, utilizam-se outros autores, como Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Niklas Luhmann, Michel Villey, Immanuel Kant, Günther Teubner. O grupo possui uma série de subgrupos, os quais trabalham o fenômeno da internacionalização do direito em diferentes áreas. São eles: Direito e Tradição, Direito Constitucional e Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direito Internacional Penal e Propriedade Intelectual e Direito Econômico. Em 2007, o grupo reuniu-se mensalmente, para discutir textos escolhidos pelo coordenador do grupo, além de ter organizado um seminário internacional sobre Internacionalização do Direito (*Seminário Franco-Brasileiro sobre Internacionalização do Direito*). Em 2008, o grupo pretende continuar com as discussões, tendo como base textos escolhidos pelo líder. Ao final do semestre, uma série de artigos, escritos por professores e alunos do grupo serão publicados na revista *Prismas*, do UniCEUB, e em outros periódicos de cunho jurídico. Fazem parte do grupo professores e alunos do mestrado e da graduação em Direito.

Palavras-chave: Internacionalização do Direito, Mundialização, Direitos Humanos

EXTRATOS DE PLANTAS PARA O CONTROLE DE INSETOS-PRAGA EM HORTALIÇAS: UMA ALTERNATIVA PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA NO DISTRITO FEDERAL

Coordenadora: Profª Drª Marina Regina Frizzas (UniCEUB/FACES)
Membro da equipe: Dr. Charles Martins de Oliveira (EMBRAPA Cerrados)
Membro da equipe: Dr. Nilton Tadeu Vilela Junqueira (EMBRAPA Cerrados)

O Distrito Federal é um dos grandes produtores de hortaliças, atividade responsável por 35% do PIB agrícola da região. A produção de hortaliças é, geralmente, conduzida em pequenas áreas e por pequenos produtores, sendo que cerca de 61% das propriedades do Distrito Federal apresentam áreas de menos de 10 ha. A horticultura é a atividade de maior relevância do ponto de vista socioeconômico no espaço rural do Distrito Federal, por ser de produção intensiva, com alta demanda em mão-de-obra e ter bom valor agregado, gerando empregos, renda e dinâmica na economia regional. A agricultura orgânica, que teve início na década de 1920, apresenta-se como uma retomada do uso de antigas práticas agrícolas, porém adaptando-as às modernas tecnologias de produção agropecuária, com o objetivo de aumentar a produtividade e causar o mínimo de interferência nos ecossistemas, além de ser uma das alternativas para viabilizar a pequena propriedade. O Brasil é o sexto país em área cultivada sob sistema orgânico. A agricultura orgânica no Distrito Federal é praticada por pequenos e médios produtores e, principalmente, para o cultivo de hortaliças. Entre os gargalos enfrentados pelo sistema orgânico de produção, o controle de pragas destaca-se pelos prejuízos que esses organismos podem causar e pela escassez de alternativas de manejo. O projeto de pesquisa em proposição objetiva avaliar o efeito de extratos de plantas no controle de insetos-praga em hortaliças como alternativa de manejo de pragas em sistema orgânico de cultivo. Serão conduzidos estudos, em laboratório e em viveiro telado, sobre a ação de extratos obtidos de plantas de sucupira (*Pterodon emarginatus* Vogel), macaúba [*Acrocomia aculeata* (Jacq.)], maracujá-de-restinga (*Passiflora mucronata* Lam.), banana-do-brejo (*Philodendron bipinnatifidum* Schott) e nim (*Azadirachta indica* A. Juss.), para o controle das pragas, como: pulgão [*Myzus persicae* (Sulzer)], mosca-branca [*Bemisia tabaci* (Genn.)], curuquerê-da-couve [*Ascia monuste orseis* (Latr.)], traça-das-crucíferas [*Plutella xylostella* L.], caruncho [*Zabrotes subfasciatus* (Boh.)] predador *Cycloneda sanguinea* (L.) e parasitóide *Trichogramma pretiosum* Riley. Em laboratório, os estudos com os extratos serão realizados para avaliação da ação ovicida, por ingestão e contato, em teste de confinamento e de livre escolha, para pragas e ou inimigos naturais. Em viveiro telado, as espécies vegetais promissoras serão utilizadas em teste, em vasos com plantas vivas. Como resultados do projeto, espera-se fomentar o desenvolvimento da agricultura orgânica no Distrito Federal, por meio do desenvolvimento de recursos, visando ao manejo de pragas, contribuindo para o aumento da competitividade econômica de pequenos produtores, concorrendo para melhorias socioeconômicas no meio rural e menor agressão ambiental.

A REVISÃO DE TEXTO: UM NOVO CAMINHO PARA O LETRAMENTO

Prof. Harrison da Rocha
Aluno voluntário: Rafael Mingote
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES
Curso: Letras Português/Inglês e respectivas Literaturas
rafael.mingothe@gmail.com

A linguagem escrita é apenas um dos muitos modos de representação do domínio público. A Análise de Discurso Crítica constitui-se da percepção do discurso como um elemento das práticas sociais em perspectiva dialética entre linguagem e sociedade e considera-o como a integração de diversas formas de modos semióticos, em que os falantes e as falantes, ao fazer uso das linguagens disponíveis, agem sobre as outras pessoas e sobre o mundo. De outra parte, a comunicação sempre foi multissemiótica, mas assumir essa perspectiva torna-se algo novo e assustador, principalmente para as sociedades grafocêntricas. As mudanças no cenário comunicacional têm ficado fora do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, porque, em grande parte, valoriza-se o modelo autônomo do letramento, centrando-se no entendimento da nomenclatura gramatical em atividades fossilizadas, não-significativas e fora do contexto social dos alunos e das alunas. Ao pensar que aprendemos a língua pela prática, fazendo, o objetivo neste projeto de pesquisa é rever a revisão de texto sob nova perspectiva, como prática multissemiótica e crítica que pode ser aplicada ao ensino de Língua Portuguesa, pois pode trazer mudanças significativas, inclusive levar o aprendiz e a aprendiz não apenas ao letramento formal, escrito, mas também ao entendimento amplo do que é linguagem. A atividade de revisão lida com níveis de linguagem, adequação sociocomunicativa, gêneros discursivos variados e seus elementos naturalmente constituintes, ou seja, tipologias textuais, estruturas lingüísticas, além de incluir outros modos semióticos, como formatação, cores, imagens visuais. Essa perspectiva justifica-se, porque se devem acompanhar as mudanças hodiernas e preparar os futuros docentes para as atividades amplas de linguagem, trazendo as práticas sociais, os eventos discursivos e as práticas de texto para sala de aula. O projeto tem como fundamentação teórica: Barton, Hamilton & Ivanic (2000); Street (1993); Fairclough (1992, 2003); Chouliaraki & Fairclough (1999); Kress & van Leeuwen (1996) e Thompson (2000).

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Revisão de Texto. Análise de Discurso Crítica. Letramento.

Pós-graduação Lato Sensu

ADÉLIA PRADO: UMA VISÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA

Valéria Mourão Dutervil
valeriadutervil@yahoo.com.br

Esta pesquisa tem como tema a estratégia lingüística utilizada por Adélia Prado na tessitura da prosa poética e a interação do discurso feminino no decurso da fala. O objetivo geral é investigar a construção deste discurso na perspectiva da Semântica Discursiva, com apoio transdisciplinar da Análise da Conversação e da Lingüística Textual. Os objetivos específicos são: revelar os meios utilizados pela autora, para construir sua prosa e mostrar as peculiaridades do falar feminino com base no estudo do uso de operadores argumentativos, marcadores conversacionais e escolhas lexicais. A elaboração do trabalho faz-se por meio da leitura de textos teóricos sobre coesão textual, Halliday & Hassan (1976) e Koch (2004a). A reflexão feita destaca o ponto de vista sociocognitivista da linguagem e considera o processo de referenciação na produção textual como atividade discursiva, tendo como pilares o proposto por Koch (2004) e Macuschi (2001): os sentidos são construídos entre autor e leitor. Também se buscam subsídios na Análise da Conversação (MARCUSCHI, 2006), para indicar as peculiaridades dos diálogos femininos no mundo ficcional. Considerando que os textos literários são canais de comunicação do autor – utilizados para revelar sua percepção e representação mental do mundo – a escolha do conto "A dama confusa", extraído do livro *Filandras*, de Adélia Prado, ilustra, semântica e discursivamente, parte da experiência artística dessa autora. Esse *corpus* faz-se especial, para revelar a questão da referenciação, da conversação e da ideologia dentro do universo criado no mundo fictício da obra literária.

Palavras-chave: Semântica Discursiva; referenciação; conversação; efeitos de sentido.

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Ana Beatriz de Castro Carvalho Lacerda
anabeatriz.l@terra.com.br

A presente pesquisa buscou identificar e analisar os obstáculos e entraves que deverão ser superados para que a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados possa funcionar de modo eficaz, a fim de alcançar o objetivo para o qual foi criada, o de ser mais um instrumento de democracia participativa. A Comissão de Legislação Participativa – CLP iniciou os trabalhos por meio da Resolução nº 21 de 2001, durante a presidência do deputado Aécio Neves. A CLP é, atualmente, uma das vinte comissões permanentes da Câmara dos Deputados e foi instalada para ser mais um instrumento facilitador de participação da sociedade civil organizada na elaboração legislativa. De acordo com a estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, a Comissão de Legislação Participativa é diferente das demais, já que não está em nenhum campo temático ou área de atividade. Dessa forma, a CLP pode analisar matérias que versem sobre qualquer tema ou estejam em qualquer área de atividade. Por meio de novo instrumento legislativo chamado de "sugestão legislativa", entidades, tais como, sindicatos, associações, federações, conselhos, entre outras, podem apresentar suas demandas à Comissão que analisa as sugestões e dá o devido encaminhamento. Utilizando como metodologia a análise documental e a coleta de dados quantitativos e qualitativos da Comissão, analisa-se como se deu a criação da CLP, o nível de interesse dos parlamentares e dos partidos políticos, além do nível de capacitação das entidades representativas que apresentam as sugestões legislativas. Entre os principais obstáculos que deverão ser superados, estão: a indiferença e o baixo comprometimento de alguns parlamentares e de alguns partidos políticos em relação à Comissão de Legislação Participativa; o afastamento das entidades proponentes do processo legislativo de tramitação das sugestões transformadas em novas proposições; o desconhecimento, por parte da grande maioria da população, das possibilidades oferecidas pela Comissão; a falta de capacitação e de treinamento das entidades proponentes; a falta de exercício sistemático por parte da sociedade, no que diz respeito aos mecanismos de participação direta.

Palavras-chave: Democracia participativa. Comissão de Legislação Participativa. Câmara dos Deputados. Cidadania. Participação popular.

LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM BRASÍLIA:
a importância da comunicação e dos canais informacionais

Ana Cristina Façanha de Albuquerque
monografia.pos@uniceub.br

Há, no mundo, uma mudança em curso que precisa ser melhor diagnosticada e compreendida. Ela é típica dos períodos de transição, em que novos valores e atitudes substituem, lenta e progressivamente, o que havia antes. Desta vez, entretanto, há um agravante: em nenhum outro momento da história, a necessidade de mudança foi tão urgente. Vive-se um impasse, cultivado pelo desenvolvimento que vem extinguindo, em velocidade assustadora, os recursos naturais não-renováveis do planeta, com impactos negativos e catastróficos sobre a qualidade de vida da população. Os atuais meios de produção e de consumo constituem o eixo de sustentação desse modelo, que tem como norte magnético a maximização dos lucros e o entendimento de que a natureza é fonte de matéria-prima e energia. A grande produção de lixo é apontada como grave efeito colateral do consumismo. Por outro lado, há inúmeros exemplos de como transformar o problema do lixo em soluções inteligentes e criativas. A destinação adequada dos resíduos e um novo olhar sobre aquilo que convencionamos chamar de lixo são questões apresentadas neste estudo. Pesquisou-se o interesse da comunidade em conhecer mercados receptores de resíduo domiciliar no DF e a forma como estão estruturados e divulgados. Com o estudo, foi detectado que a comunicação é a base fundamental para a sensibilização dos moradores de Brasília e a mudança de cultura com relação à aplicação dos 3Rs: redução, reutilização e reciclagem

Palavras-chave: Logística reversa; sustentabilidade; resíduos sólidos.

A NARRATIVA CONSTRUÍDA NO GÊNERO DIÁRIO:
um estudo comparativo dos diários pessoais (Off-Line X On-Line)

Karla Mancilha Borges Onofre

O objetivo deste trabalho é analisar a narrativa construída no gênero discursivo diário, fazendo uma comparação entre o diário *off-line* e o diário *on-line*. O estudo baseia-se no conceito de discurso proposto por Bakhtin (2003), na análise dos diversos gêneros discursos feita por Marcuschi (2004), na evolução da comunicação na era da Internet apresentada por Castells (2003) e na Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001). Fazem parte do *corpus* o diário pessoal de Alice Brant, publicado no livro intitulado *Minha vida de menina*, e o *blog* do jornalista Ricardo Noblat, analisados sob a ótica de quatro categorias propostas por Fairclough (2001): interdiscursividade, condições da prática discursiva, *ethos* e significado das palavras. Selecionaram-se diversos trechos tanto do diário *off-line* quanto do *blog,* para verificar-se a aplicação dessas categorias de análise, nitidamente presentes em cada um dos diários escolhidos, conforme demonstra a análise do *corpus*, em que se evidencia a semelhança entre o diário *off-line* e o diário *on-line*, os quais são expressões de práticas sociais, embora apresentem características peculiares, como o modo de apresentação. A diferença fundamental é o aspecto secreto do diário *off-line* em comparação à total publicidade do *blog*, que se preocupa com a participação dos internautas, haja vista que, a cada matéria, os leitores fazem comentários, ao contrário do diário *off-line*, em que há, supostamente, um único leitor: o próprio autor do discurso.

Palavras-chave: Gênero discursivo. Diário *off-line*. Diário *on-line*. *Blog*. Categorias de análise.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL E SENSIBILIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS:
estudo de caso na Caixa Econômica Federal

Caroline Francato
monografia.pos@uniceub.br

Hoje, a Caixa Econômica Federal – CAIXA – é o maior banco público da América Latina e encontra-se presente na vida de milhões de brasileiros. Exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população. Para garantir que a vida futura do planeta seja sustentável por meio da conservação do meio ambiente e do respeito aos direitos humanos, as empresas devem adotar ações de responsabilidade socioambiental empresarial. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender o envolvimento e o grau de percepção dos empregados da CAIXA com os processos e os procedimentos de responsabilidade ambiental da empresa. Foram distribuídos 50 questionários, aleatoriamente, aos empregados de todas as oito gerências da Centralizadora de Recursos Humanos – CERHU – da CAIXA. Também foi elaborado o segundo questionário com perguntas abertas, direcionado à Gerência Nacional de Meio Ambiente – GEMEA – da empresa. Além disso, realizou-se uma entrevista com o gerente da CERHU. Em 2004, a CAIXA desenvolveu a Política Ambiental Corporativa, para explicitar seus princípios de respeito ao meio ambiente e sua contribuição para a solução racional dos problemas ambientais. A GEMEA considera que as metas de responsabilidade ambiental da CAIXA são de conhecimento de todos os empregados, uma vez que estão explicitadas em normas internas e na *intranet*. No entanto, apenas 28% dos empregados da CERHU afirmaram conhecer as ações de responsabilidade ambiental da empresa. Verificou-se que os empregados da CERHU estão dispostos à mudança de atitude, a fim de garantir um futuro mais sustentável. Segundo a GEMEA, a desconexão das áreas parceiras com os assuntos ambientais, a falta de prioridade por parte dos gestores médios e as dificuldades inerentes à operacionalização de processos são os três pontos que dificultam a implantação da responsabilidade ambiental empresarial na CAIXA. É preciso sensibilizar os empregados, para que haja mudança de conduta no ambiente de trabalho e fora dele, por meio de um plano de comunicação que tenha por base um programa de educação ambiental. Os empregados da Centralizadora de Recursos Humanos mostraram que há um grau de percepção dos problemas ambientais, mas o envolvimento com esses problemas ainda é insuficiente para conservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Caixa Econômica Federal, responsabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, comunicação e meio ambiente.

PSICOTERAPIA BREVE PSICANALÍTICA:
um olhar sobre a técnica

Danilo Faig Barcos
danilo@faigbarcos.com

O presente trabalho objetiva fomentar a reflexão e a discussão acerca do tema do abreviamento do tratamento psicanalítico. A esta proposta é dado o nome de Psicoterapia Breve Psicanalítica. O motivo é tentar superar a progressiva ascensão de uma dificuldade contemporânea da qual padece a psicanálise tradicional, a saber, o fato de ser muito dispendiosa no tocante a tempo e dinheiro. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, de acordo com a premissa de que é efetivamente plausível conduzir um processo psicoterápico de base psicanalítica em curto período de tempo. Por meio desta pesquisa, foi possível concluir que o encurtamento do tratamento psicanalítico é uma questão de estabelecer uma abordagem não-ortodoxa da teoria e da técnica. Por conseguinte, o tratamento tem um foco estabelecido na díade sintoma-demanda, e o tratamento não se pauta em contemplar todos os complexos do indivíduo, mas somente os considerados em foco.

Palavras-chave: Psicoterapia Breve Psicanalítica; ortodoxia; cura; foco.

A TÉCNICA PROCESSUAL ANTECIPATÓRIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Hércules Carvalho Lima
monografia.pos@uniceub.br

A marginalização do pequeno litigante, em função das barreiras impostas ao possuidor de interesse de pequena monta, mostrou-se fato notório na Justiça comum, especialmente, ante os inúmeros óbices de natureza econômica, social e jurídica apresentados nessa seara, constituindo verdadeiro cerceamento de defesa dos direitos do jurisdicionado. Os obstáculos de natureza econômica afiguram-se no elevadíssimo custo da demanda representado nas despesas com assistência técnica de advogado, nas custas iniciais do processo, no pagamento de perícias e avaliações, nos honorários de sucumbência, entre outras despesas que desanimam, sobremaneira, o acesso do jurisdicionado ao Poder Judiciário. Os entraves de natureza social referem-se à desinformação e à resistência do jurisdicionado em obter acesso formal e material à justiça, especialmente, pela imagem socialmente criada pelo inconsciente coletivo em evitar, ao máximo, o Poder Judiciário já que se mostra moroso e de pouca efetividade. As barreiras jurídicas devem-se ao excessivo formalismo procedimental, à má-formação dos profissionais da área jurídica e à falta de infra-estrutura do Poder Judiciário em oferecer ao cidadão a prestação da tutela jurisdicional descomplicada, célere, justa e efetiva. Em resposta a isso, emergem como solução viável os Juizados Especiais Cíveis Estaduais e, posteriormente, os Juizados Especiais Cíveis Federais, instrumentos legitimadores do acesso material à justiça, especialmente, do pequeno litigante marginalizado pela justiça comum. Os entraves de natureza econômica, nesse contexto, foram bastante minimizados, possibilitando o acesso do jurisdicionado, em primeira instância, independentemente do pagamento de custas, taxas ou despesas processuais. Quanto aos obstáculos de natureza social, criados em função da resistência dos jurisdicionados em levar suas pretensões em juízo, diante da péssima imagem da justiça comum, aos poucos, foram retirados, obtendo-se, confiança e aceitabilidade do cidadão. Os impedimentos de natureza jurídica também restaram afastados, pois os Juizados Especiais Cíveis, por meio do procedimento especial sumaríssimo, trouxeram o acesso do pequeno litigante. A festejada conquista da incorporação dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais ao Poder Judiciário trouxe ínsita a idéia de realização de uma justiça descomplicada, informal, simples, oral e, principalmente, célere, provocando, nesse contexto, a mudança do paradigma anteriormente fixado pela justiça comum. Em que pese a evolução, em certa medida, no atendimento dos anseios ético-sociais da sociedade, passa-se a questionar a efetividade da justiça informal dos Juizados Especiais Cíveis em função do esgotamento provocado pelo elevadíssimo número de demandas ajuizadas e pela precária infra-estrutura estatal. O novo contexto social e jurídico exigiu a reformulação do sistema, anteriormente instituído de forma a melhor adaptar a técnica processual à tutela real e efetiva dos direitos do pequeno litigante, de modo a não marginalizá-lo no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis. O elevadíssimo número de demandas ajuizadas nos Juizados Especiais Cíveis, as pautas de audiência freqüentemente congestionadas e a precária infra-estrutura estatal apta a suportar a grande massa de processos provocaram a necessidade de reformular o microssistema dos Juizados Especiais Cíveis. O problema motivador da pesquisa científica em apreço, nessa perspectiva, assentou-se na questão da aplicabilidade da técnica processual antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. Para tanto, o trabalho científico servir-se-á do método dedutivo, com utilização de pesquisa legal, doutrinária e jurisprudencial e apresentará os seguintes questionamentos: há resistência à aplicação da técnica processual antecipatória no microssistema dos Juizados Especiais? Em havendo, quais são

os principais fundamentos doutrinários e jurisprudenciais dessa restrição? As restrições impostas são devidas? A técnica antecipatória, apesar da resistência doutrinária e jurisprudencial, mostra-se compatível com o procedimento especial sumaríssimo instituído pelas Leis 9.099/95 e 10.259/01? As citadas indagações visaram examinar, detidamente, a extensão e os limites relacionados à aplicabilidade da técnica processual antecipatória no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis, permitindo estabelecer uma posição científica crítica diante das oscilações da doutrina e jurisprudência pátrias. O objetivo principal do trabalho, após a identificação, a caracterização, a análise e a confrontação das principais correntes acerca da aplicabilidade da técnica processual antecipatória no microssistema do Juizado Especial Cível, reside em promover a consolidação do entendimento da plena aplicabilidade técnica processual antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.

Palavras-chave: Técnica processual antecipatória. Procedimento especial sumaríssimo. Juizados Especiais Cíveis. Aplicabilidade.

O AUTOMOBILISMO COMO NEGÓCIO:

fatores críticos de sucesso

Leonardo Humberto Soares
leonardo.soares@uniceub.br
Osvaldo Toller Júnior
osvaldo.toller@embrapa.br

Este trabalho tem por finalidade apresentar o estudo de caso da empresa Brasília Empreendimentos Automobilísticos Ltda, mais conhecida no mercado pelo nome fantasia *Amir Nasr Racing* ou ANR. Líder em seu seguimento, a empresa destaca-se pelo modelo de negócio inovador que implantou no setor de automobilismo de competição, caracterizado como ambiente altamente competitivo e instável. Com 27 anos de formação, a ANR tornou-se referência em gestão para as demais equipes que compõem o nicho, servindo de base para a reformulação de uma categoria de competição, a *Stock Cars*. Embora a ANR se destaque, principalmente, na *Stock Cars*, é importante salientar que as competições de corrida de automóveis se apresentam somente como a parte visível do negócio. Ganhar corridas não quer dizer necessariamente que a empresa está à frente ou que tem fôlego para continuar na próxima temporada. Por trás de cada evento, existe uma estrutura gerencial, tecnológica e logística extremamente profissional, a qual consome cerca de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por temporada no período de um ano de atividades. De forma contrária ao que o senso comum prega, as equipes envolvidas não retiram esta quantia das bilheterias verificadas nos eventos, pois isso pertence a um grupo brasileiro, denominado Vicar, de propriedade do ex-piloto Carlos Col, que adquiriu o direto de comercializar o campeonato. Para captar estes recursos, as equipes necessitam sensibilizar possíveis parceiros, angariar patrocínios com empresas e possuir alternativas de faturamento para assegurar-se em períodos de baixa atividade. Apesar da complexidade inerente a este tipo de negócio, percebe-se que a grande maioria das empresas envolvidas no processo não possui um modelo de gestão profissional que leve em consideração os princípios administrativos internalizados por outras áreas do mercado. Baseadas em ações reativas, as equipes oscilam entre alto faturamento e falência total com grande facilidade. A rotatividade funcional, a falta de estratégia de negócio, a criação de ambiente estressante de trabalho, a ausência de política de aperfeiçoamento e capacitação para os funcionários do nível operacional e o grande abismo salarial existente entre os setores das equipes demonstram os desafios que a gestão destas empresas deve enfrentar, para conseguir estabelecer-se no mercado. Assim, uma empresa que se mantém 27 anos em atividade tão incerta demonstra características essenciais de gestão que merecem ser verificadas e exploradas. O mercado relacionado à área esportiva, se analisado mundialmente como um nicho, movimenta milhões de dólares em diversas áreas. Apesar de mostrar-se como um ambiente riquíssimo para estudo, percebe-se que a grande maioria dos gestores que não participam diretamente desse mercado possui visão superficial deste segmento, baseada, na grande maioria das vezes, mais no senso comum do que em dados e estudos realizados sobre o setor. Este fato ocorre por ausência ou inconstância dos trabalhos apresentados pelas disciplinas administrativas. Baseado nesta premissa, o presente estudo de caso pretende demonstrar os processos de gestão de um ambiente de negócios altamente competitivo, que movimenta grande montante de recursos, mas que, paradoxalmente, carece de um modelo de negócios eficaz que viabilize seu potencial produtivo. Entre as modalidades esportivas existentes, podemos verificar este fato, por exemplo, em times de futebol com projeção nacional ou internacional ou em categorias de automobilismo de competição. Seguindo as posições estabelecidas, este projeto busca um modelo de gestão que sobressaia em determinado campo de negócios, na área esportiva, mas que viabilize o acesso a sua estrutura de processos, decisões gerenciais e estrutura física, de forma a permitir a análise do caso proposto. Estas necessidades foram preenchidas com a aplicação do estudo de caso na empresa ANR, que, além de se colocar como referência em modelo de gestão, é a única do setor que está fora do circuito Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba e que viabilizou este processo.

Palavra-chave: automobilismo; *Stock Cars*, Fórmula-3; modelo de negócio; gestão.

A ATUAÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS:
a questão da violência doméstica contra a mulher brasileira

MARCELA ALCÂNTARA NOMAN
monografia.pos@uniceub.br

O presente trabalho dispõe-se a analisar a efetividade da atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos países que reconhecem sua função contenciosa, em especial, o Brasil, na proteção e no combate a violações dos direitos humanos das mulheres, como a violência de gênero. No entanto, para que essa efetividade pudesse ser medida de maneira mais clara e contundente seria necessária a análise de casos, julgados pelo órgão, relacionados a esta questão, o que ainda não aconteceu. Apesar das ocorrências de violência doméstica contra a mulher anualmente notificadas no Brasil e da incontestável morosidade e perceptível discriminação da justiça brasileira para com essas questões, não foi enviado à Corte nenhum caso referente a esse tema para análise. Dessa forma, esse estudo pretende discutir a influência que o tribunal internacional pode exercer, mesmo em temas não-julgados, e, com isso, descobrir se apenas a sua existência e a possibilidade de julgar são suficientes para provocar mudanças no ordenamento jurídico interno do país, corroborando a garantia dos direitos humanos. Como órgão jurisdicional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a Corte Interamericana, em parceria com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, tem como função fiscalizar a aplicação das normas internacionais de direitos humanos, ratificados pelos países da Organização dos Estados Americanos – OEA. Ao ser constatado o desrespeito a essas normas, o Estado pode ser julgado e condenado pela Corte ao pagamento de indenizações e reparações à vítima. Muitos casos relacionados a tortura, assassinatos e crimes cometidos por regimes ditatoriais de governo, entre outros, já foram examinados pela Corte, porém a violência de gênero, causa principal da morte de mulheres não só no Brasil, como também na maioria dos países do continente americano, ainda não mereceu a apreciação do dito Tribunal. Por outro lado, a CIDH já recebeu petições acerca desse assunto, inclusive do Brasil, mas não os remeteu à análise do tribunal. O fenômeno da violência contra a mulher acontece no mundo inteiro e atinge todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. A violência doméstica contra a mulher, em seus aspectos de violência física, sexual e psicológica, é um problema que está diretamente ligado às questões de gênero, em que, de um lado, impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e, de outro, há uma ideologia dominante que lhe dá sustentação. Diante disso, alguns questionamentos podem ser feitos: qual será o principal motivo para que casos de violência de gênero não cheguem à apreciação da Corte? Esse fato deve-se à suficiência da CIDH em solucionar tais casos, à insistência da CIDH em resolver, de forma independente, os casos que lhe foram apresentados ou à dificuldade de analisar temas que se refiram à desigualdade histórico-cultural nas relações de gênero, por instituições nacionais e internacionais? Sendo real a primeira suposição, então qual seria a contribuição da Corte aos países que a reconhecem não somente em temas que já tenha analisado, como também em temas sobre os quais ainda não se pronunciou? Para contribuir com a análise dessas questões, será desenvolvida pesquisa na literatura especializada. Além disso, com a finalidade de complementar tal levantamento bibliográfico, foi realizada entrevista semi-estruturada com um especialista em direitos humanos e nos direitos das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Violência doméstica contra a mulher.

ASPECTOS SOBRE O CABIMENTO DO RECURSO ADESIVO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Márcia de Biage
monografia.pos@uniceub.br

Trata-se de trabalho realizado com o escopo de demonstrar o cabimento do recurso adesivo junto aos Juizados Especiais Cíveis. Teve a presente monografia o objetivo de observar se a não-possibilidade da utilização desse recurso poderia acarretar danos aos jurisdicionados, razão de ser da criação dos Juizados Especiais Cíveis. A presente pesquisa apresentou a teoria geral dos recursos, com seu historio, conceitos, fundamentos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, abordando requisitos, pressupostos e efeitos de admissibilidade dos recursos. Analisaram-se os princípios recursais com relação a recurso adesivo, seu conceito, pressupostos de admissibilidade, procedimento e julgamento e, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, origem legislativa, princípios fundamentais, recursos admitidos nos Juizados e aspectos sobre o cabimento do recurso adesivo. Outro objetivo foi demonstrar importância deste novo sistema jurídico, que são os Juizados Especiais Cíveis, com o propósito de que os cidadãos possam ver acolhidos e reconhecidos seus direitos em todos os âmbitos na Justiça, inclusive com a possibilidade da utilização da ampla defesa e do contraditório, que são princípios constitucionais.

Palavras-chave: Juizados Especiais Cíveis; recurso adesivo; cabimento.

AS POLÍTICAS DE DESIGN PARA A COMPETITIVIDADE E A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE DESIGN NO BRASIL

Marco Aurélio Lobo Junior
marco.aurelio@globo.com

Desde o início do processo de industrialização no Brasil, tentativas de estabelecimento de uma política industrial buscaram a competitividade e a inovação. Ações de capacitação de recursos humanos, como a educação superior de *design,* são exemplos disso. Mesmo assim, percebe-se a existência de relação distante entre a universidade e a indústria na formação da cultura do *design* como agregador de valor à produção. É importante reconhecer que, embora criadora do *design*, a consolidação industrial não é suficiente para assegurar *design* próprio, universalmente reconhecido e reconhecível (PIGNATARI, 1984). Tendo em vista essas questões e a necessidade de entender a relação das políticas de *design* com a educação superior, principalmente na associação (ou dissociação) entre universidade e empresa no Brasil, justifica-se analisar o conceito de *design*, seu histórico e o seu ensino no mundo e no país, por meio de suas influências e contradições e discutir as políticas de *design*, internacionais e nacionais, para a competitividade, com destaque para o período de 1960 a 1999. Desmembrando esse objetivo geral, o trabalho foi estruturado em quatro objetivos específicos: conhecer a história do *design* e sua introdução no Brasil; conhecer a educação superior de *design* no Brasil; conhecer as políticas industriais voltadas para o desenvolvimento do *design*; analisar as ações das políticas industriais e as suas influências na educação superior de *design.* Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada a estratégia metodológica qualitativa e quantitativa por meio de análise documental. O material consultado incluiu livros, pesquisas institucionais, documentos e periódicos na forma impressa e eletrônica. Este material foi submetido ao método de leitura científica, que, segundo Cervo e Bervian (2002), obedece a passos sistematizados cronologicamente conforme segue: visão sincrética, com a leitura de reconhecimento cujo objetivo é localizar as fontes em aproximação preliminar sobre o tema e a leitura seletiva, focalizando as informações de acordo com os propósitos do estudo; visão analítica, que compreende a leitura crítico-reflexiva dos textos selecionados, acompanhada de busca dos significados e escolha das idéias principais; visão sintética, a última etapa do método de leitura científica, concretizada por meio da leitura interpretativa. Essa abordagem possibilitou a construção do trabalho com a exposição lógico-reflexiva e a ênfase na argumentação e na interpretação pessoal. O estudo buscou fundamentação teórica no pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, por meio das noções de campo e *habitus,* para analisar as relações entre a universidade e a indústria, as políticas de *design* para competitividade e a educação superior de *design* no Brasil.

Palavras-chave: *Design.* Educação superior. Políticas para a competitividade.

ANÁLISE COMPARATIVA DA PERCEPÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS DE MORADORES DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS QUE POSSUEM OU NÃO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA, EM BRASÍLIA/ DF

Renata Fernandes Cabral
renatafc2003@yahoo.com.br

Para o desenvolvimento sustentável, a questão do lixo urbano mostra-se como uma das principais apreensões sob o ponto de vista tanto ambiental quanto socioeconômico, tornando-se preocupante à medida que se observa a crescente geração de lixo, principalmente nas áreas urbanas. É notória a degradação do meio ambiente ocasionada pela geração de resíduos, levando o poder público e a sociedade a buscar alternativas, para minimizar os impactos negativos impostos ao meio ambiente e aumentar o bem-estar da sociedade. A implantação de programas referentes a coleta e tratamento de materiais recicláveis tem-se mostrado de fundamental importância, pois, além de preservar e recuperar o meio ambiente com a redução de resíduos, disposição em lixões e aterros sanitários, a conscientização e a sensibilização sobre a importância da coleta seletiva e da reciclagem geram empregos, mantêm a cidade limpa e estimulam a cidadania. O foco do presente estudo é a coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares e tem como objetivo geral comparar as percepções dos moradores de dois condomínios horizontais, localizados no bairro Grande Colorado, na cidade de Sobradinho/DF – um apresenta projeto de coleta seletiva, e outro, não – quanto aos conhecimentos sobre resíduos sólidos domésticos. Como desdobramentos, foram considerados os seguintes objetivos específicos: descrever o "Projeto Fundo Verde" de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, implantado no Condomínio Vivendas Bela Vista; analisar os benefícios e as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades cotidianas do "Projeto Fundo Verde"; examinar qual o nível de envolvimento dos moradores com o referido projeto; observar a percepção que os moradores dos dois condomínios possuem sobre os resíduos sólidos. A metodologia adotada compreendeu o levantamento bibliográfico em livros, revistas, cartilhas, jornais, *folders*, anais de encontros científicos e na rede mundial de computadores, além de visitação acompanhada de entrevista com responsáveis e funcionários do "Projeto Fundo Verde", questionários aplicados aos moradores dos condomínios Vivendas Bela Vista e Jardim Europa, para avaliar o conhecimento sobre disposição final dos resíduos sólidos, coleta seletiva, reciclagem e preservação do meio ambiente, comparar as percepções quanto à coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares e verificar se os moradores do condomínio sem coleta seletiva acreditam ser importante a implantação de um projeto desse tipo. Os resultados do estudo apontam que os entrevistados, quase por unanimidade, preocupam-se com a preservação do meio ambiente; a grande maioria dos entrevistados do condomínio com coleta seletiva aderiu ao projeto; a maioria dos moradores entrevistados no condomínio sem coleta seletiva achou importante a implantação de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, embora haja resistência de alguns moradores no caso de encargos financeiros. As percepções dos dois grupos pesquisados sobre os resíduos sólidos domésticos são semelhantes, no entanto a maioria dos moradores do Condomínio Vivendas Bela Vista, por participarem de um

projeto de coleta seletiva, conhecem melhor o destino final dos resíduos, acreditam na necessidade e na importância de fazer a reciclagem e consideram que os resíduos sólidos domiciliares são um dos maiores problemas urbanos da atualidade. Com isto, conclui-se que a coleta seletiva é um caminho promissor para a preservação ambiental, a promoção social e o desenvolvimento sustentável de condomínios residenciais horizontais, além de confirmar o quão é importante a implantação de um projeto de coleta seletiva em todo o Distrito Federal.

Palavras-chave: Coleta seletiva. Resíduos sólidos domésticos. Reciclagem. Compostagem. Educação ambiental.

O GÊNERO DISCURSIVO DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Renata Cristina Marques Maia
renatammaia@hotmail.com

Este trabalho apresenta uma visão geral sobre o gênero discursivo divulgação científica. Após tratar da questão conceitual dos gêneros sob a ótica da análise de discurso, defende-se a importância da divulgação científica, mostrando que, além de informar, desempenha um papel de grande relevância para a educação. Relata-se breve histórico da divulgação científica, sobretudo no Brasil. As principais dificuldades enfrentadas pelo jornalista que atua como divulgador científico também são descritas no trabalho. Discutem-se as causas para a má-divulgação científica. Por fim, o trabalho conclui que, em geral, a ciência e a tecnologia são apresentadas, na imprensa brasileira, de forma bastante mistificada e que, associada à instituição de ensino de qualidade para todos, a valorização e o aprimoramento da divulgação científica no País são imprescindíveis para que os cidadãos possam viver em uma democracia plena.

Palavras-chave: gênero discursivo; divulgação científica; popularização da ciência; ciência e tecnologia.

O JOVEM EM CONFLITO COM A LEI E A INSTITUIÇÃO CORRECIONAL:
desamparo e delinqüência

Sandra de Camargo Ciucci
sandraciucci@uol.com.br

O presente estudo objetiva compreender a relação do desamparo familiar como uma das causas para a prática de atos infracionais por parte de adolescentes, por um lado, e da ineficiência das entidades responsáveis pela aplicação de medidas socioeducativas em oferecer um espaço de reparação a esses jovens, por outro lado. O desamparo decorrente das mudanças socioculturais que se observa nas sociedades contemporâneas é o existente nas instituições ressocializadoras reguladas por normas rígidas que estabelecem o que se pode fazer, quando, como, por quem e porque, subtraindo dos seus membros a possibilidade de amar, odiar, amparar e ressignificar suas experiências.

Palavras-chave: Desamparo; adolescente em conflito com a lei; família; instituição ressocializadora.

ANÁLISE DISCURSIVA DE DUAS DECISÕES JUDICIAIS ATIPICAMENTE REDIGIDAS: UMA CRÍTICA À LINGUAGEM HERMÉTICA DO DIREITO

Sílvia Faria de Menezes Fonseca
monografia.pos@uniceub.br

O presente trabalho tem como tema aspectos ideológicos e discursivos existentes em duas decisões judiciais atipicamente redigidas. O objetivo geral é demonstrar que o gênero discursivo jurídico pode ser representado pela linguagem coloquial, ou seja, de forma clara e objetiva, sem perder o poder ideológico, argumentativo e técnico. Os objetivos específicos são os seguintes: definir marcas pessoais e discursivas em duas decisões judiciais; compreender o ponto de vista ideológico do autor na construção de um texto jurídico; comparar o uso da linguagem em textos de mesmo gênero discursivo. Este estudo adota preceitos da Análise do Discurso, sendo a sua elaboração calcada na leitura de textos teóricos sobre ideologia, silêncios discursivos, formação discursiva, historicidade, visão de mundo, assujeitamento, compartilhamento de idéias, contextualização entre sujeitos e reflexão sobre eles. Considerando que as relações humanas são definidas por parâmetros legais, presumir-se-ia que textos jurídicos fossem redigidos de forma a ser acessíveis, se não a todos, pelo menos à grande maioria da população escolarizada. No entanto, não é isso o que se verifica na realidade. Em sua grande extensão, o mundo jurídico é apresentado e representado por linguajar pomposo, arcaico e incompreensível às pessoas que dele não participam. A escolha dos dois textos analisados deve-se, exatamente, ao fato de terem sido redigidos de maneira clara, objetiva e, de certa forma, inusitada. Há, também, a apresentação de terceira sentença judicial, tipicamente redigida e apontada, neste estudo, apenas como paradigma do linguajar jurídico mais freqüente.

Palavras-chave: Semântica discursiva; ideologia; decisões judiciais.

A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL DO BRASIL: a atuação da Agência Brasileira de Cooperação no Brasil e no mundo

Vinícius Betsur Alvarenga Fernandes
viniciusbetsur@gmail.com

A cooperação internacional é um dos temas centrais do debate atual das Relações Internacionais, principalmente em face da percepção sobre uma realidade internacional interdependente e plural, na qual os atores internacionais interagem em uma rede de relações complexas. A Cooperação Técnica Internacional (CTI) está neste abrangente tema e pode ser entendida como uma parceria internacional para a construção e o desenvolvimento de capacidades, o aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias e o aprendizado de longo prazo que visam possibilitar o desenvolvimento sustentável e a multiplicação de experiências em determinado país, região ou localidade. Seus fundamentos estão, dessa forma, intrinsecamente ligados à cooperação para o desenvolvimento e o desenvolvimento internacional de forma geral, pois a CTI é considerada importante instrumento para mudanças estruturais nos países ditos do sul. O Brasil tem grande participação e é ator importante da CTI tanto pela quantidade de projetos executados no país e pelo impacto interno que a cooperação proporcionou como pela proeminência adquirida pela cooperação sul-sul brasileira e sua relevância para os objetivos da política externa. O trabalho visa fornecer uma visão sobre a realidade da CTI no país, os benefícios advindos da cooperação bilateral e multilateral e os problemas relacionados à coordenação, à implantação e à elaboração das políticas nacionais de CTI. Neste contexto, o objetivo principal da pesquisa é analisar a CTI brasileira e o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tendo como base a discussão de seus princípios norteadores e suas orientações políticas, comparativamente à observação empírica dos processos envolvidos e das práticas na Agência. Analisa-se, dessa forma, a dinâmica da cooperação internacional no Brasil desde a consolidação da ABC, em 1996, ressaltando a coordenação da cooperação pela Agência frente às necessidades e às exigências internacionais e nacionais. Procura-se demonstrar, principalmente, a posição da ABC frente às orientações da cooperação para o Desenvolvimento, às pretensões da Política Externa Brasileira (PEB), aos compromissos assumidos internacionalmente entre negociações bilaterais e acordos multilaterais e às diretrizes políticas nacionais para a cooperação técnica. Verifica-se, neste sentido, em que medida a atuação da ABC reflete os fundamentos teóricos da cooperação internacional e os problemas intervenientes que impactam na atuação da Agência. Neste sentido, questiona-se se o papel da ABC atende aos preceitos da CTI, ou, mais precisamente, se a cooperação prestada pelo país e a recebida atendem aos fundamentos e aos princípios pelos quais foram criadas. Identifica-se que a ABC, em decorrência da burocracia interna e da falta de planejamento, tem limitações para desempenhar seu papel de coordenação da cooperação executada no país e em contribuir para que a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) atinja os objetivos preconizados para a cooperação Sul-Sul. Como conclusão, pode-se dizer que a atuação da ABC, tanto na cooperação recebida quanto na prestada, está – ao menos no discurso – direcionada para atender aos fundamentos da Cooperação Técnica. Porém, as limitações estruturais e burocráticas da ABC e os rígidos procedimentos organizacionais do Ministério das Relações Exteriores, associados às condicionalidades da PEB e à complexidade do tema, dificultam o atendimento dos princípios pelos quais a Agência foi criada. A dificuldade em haver planejamento duradouro implica possibilidades de problemas futuros e efeitos danosos para a visibilidade do país no exterior. Com relação às cooperações multilateral e bilateral executadas no Brasil, os maiores impedimentos para a melhor coordenação e o acompanhamento por parte da ABC são a limitação de pessoal especializado e permanente, podendo gerar ineficiência e ausência de *accountability* ou prestação de contas perante a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Cooperação. Desenvolvimento internacional. Brasil.

Pós-graduação Stricto Sensu

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA INGLATERRA

Christine Oliveira Peter da Silva (orientadora)
Rachel Lima de Almeida da Motta Santo Colsera (graduação)
UniCEUB – Mestrado em Direito – Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC
rachelcolsera@gmail.com

A pesquisa desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC trata da problemática da existência de um sistema de controle de constitucionalidade na Inglaterra, a partir da estruturação da *common law* e das mudanças com a edição do *Human Rights Act* e *Constitucional Reform Act* 2005. Para desenvolver o tema, é necessário realizar estudo a respeito da origem e da evolução do direito constitucional inglês, da organização do Estado, da teoria dos sistemas de controle de constitucionalidade e analisar as mudanças apresentadas pela edição do *Human Rights Act* e do *Constitucional Reform Act* 2005. Por meio de pesquisa dogmático-instrumental, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, são utilizadas obras de referenciais teóricos, como René David, Eric Barendt, J. W.F. Allison, Gilmar Ferreira Mendes. O objetivo é demonstrar a existência de um sistema de controle de constitucionalidade, ainda que em moldes distintos dos dois modelos, americano e europeu, existentes na teoria constitucional.

Palavras-chave: Direito constitucional inglês. Sistemas de controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade na Inglaterra.

A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS: A EFETIVIDADE DAS NORMAS ANTE A PLURALIDADE CULTURAL

Orientador: Dr. Roberto Freitas Filho
Autora: Paula Damas de Matos
Mestranda do Centro Universitário de Brasília em Direito das Relações Internacionais
e-mail: pauladamas@gmail.com

Ao procurar o conceito de Direitos Humanos, é fácil deparar com a noção básica e livre de qualquer impressão de valores ou morais. O primeiro conceito é o que reconhece os Direitos Humanos como conjunto de garantias à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade e ao pleno desenvolvimento da personalidade do indivíduo, ou seja, os direitos humanos de primeira geração. É necessário demonstrar que a atual concepção de Direitos Humanos não é neutra e não pode ser considerada universal, pois é possível observar que, de um lado, estão aqueles que estabelecem os Direitos Humanos e, de outro, aqueles que têm suas práticas questionadas por este ordenamento. O presente projeto diz respeito à compreensão dos princípios que norteiam a concepção de direitos humanos, tais como, universalidade e plena efetividade, e a posterior possibilidade de sua aplicação ante a pluralidade de concepções culturais de direito e de certo e errado no mundo contemporâneo. Será realizado um estudo sobre a concepção dos direitos humanos de primeira geração e suas percepções por culturas antagônicas. O objetivo é a análise da pluralidade cultural e normativa das sociedades contemporâneas e a forma como podem ser aliadas concepções morais distintas para a formação de parâmetro mínimo de dignidade, liberdade e igualdade a ser seguido.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Pluralidade cultural. Universalidade.

A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ELETRÔNICA: INCLUSÃO DIGITAL, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Tutor: Dr. Paulo Roberto de Almeida
Autor: Guilherme Pereira Pinheiro
Faculdade: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Curso: Mestrado em Direito e Políticas Públicas
e-mail: guilherme@spcomm.com.br

A liberdade de acesso à informação constitui fator fundamental na busca pelos valores constitucionais fundamentais, na afirmação e na solidificação do regime democrático. Hoje, os meios de comunicação e as fontes de informação são digitalizados, e o acesso a essas fontes é condição imperativa para a integração na sociedade. Não obstante o relativo sucesso das privatizações do setor de telecomunicações em finais do século passado, as políticas públicas, os incentivos, os subsídios e as metas de universalização das telecomunicações no Brasil ainda são largamente insatisfatórias. Na sociedade da informação, cuja base universal é a digitalização e a integração de plataformas tecnológicas, a inclusão digital da população constitui *conditio sine qua non* na educação e na integração social e econômica, como recurso de manifestação do pensamento e veículo máximo da liberdade de expressão. Respeitados institutos de educação, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, já demonstraram o real impacto deletério decorrente da inacessibilidade à informação digital na formação intelectual e no desempenho escolar dos alunos. A pesquisa focaliza a necessidade social do acesso à informação digital como mola propulsora da construção da cidadania e a dificuldade desse acesso. Procura-se constatar a situação atual da acessibilidade da população aos serviços de telecomunicações e do acesso às informações eletrônicas que deles provêem. O objetivo é estudar as hipóteses de legitimação social e legal de políticas discriminatórias específicas como meio de propor formas de resolver o problema. Nesse sentido, pretende-se tecer um conjunto de conceitos e análises legais e regulatórias sólidas que confiram legitimidade social, legalidade e viabilidade ao acesso universal às telecomunicações e sua fonte de conteúdo e informação eletrônica, propondo uma série de políticas públicas que possam levar à prática inclusão digital. Nesse ponto, torna-se importante promover a análise sociojurídica com o objetivo de verificar a legitimidade e a legalidade da adoção de políticas públicas de cunho discriminatório, com o condão de favorecer a inclusão digital no Brasil e empreender análise crítica das políticas públicas para universalização do acesso às telecomunicações e à informação eletrônica nos EUA e na União Européia. No estudo, desenvolve-se a análise jurídica e regulatória do arcabouço pátrio, buscando diretrizes para a implantação de um plano de políticas públicas no setor de telecomunicações que incentive e viabilize a inclusão digital. Dessa forma, é extremamente importante suscitar o debate, estabelecer as premissas e propor a elaboração de mecanismos jurídicos e regulatórios que possam democratizar o acesso às comunicações, promovendo verdadeira e equilibrada inclusão digital, ou seja, a universalização do acesso à informação digital por meio de redes e serviços de telecomunicações.

Palavras-chave: universalização da informação eletrônica; comunicação social eletrônica; regulação.

O CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO GARANTIA DE EFETIVIDADE DE DIREITOS SOCIAIS

Tutor: Dr. Daniel Amin Ferraz
Autor: Roberta Pereira Negrão Costa
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Direito e Políticas Públicas
roberta_pnc@yahoo.com

A eficácia dos valores fundamentais previstos na Constituição está relacionada à atuação dos Poderes constituídos e da sociedade civil organizada para a formulação, a implantação e a análise de políticas públicas, que consistem em atividade de planejamento e de coordenação, resultando em um conjunto de atos e normas que irão concretizá-las. Tal atividade compete, precipuamente, ao Poder Executivo, que deve realizá-la segundo os critérios de conveniência e oportunidade do administrador. Muito se debate, na doutrina e na jurisprudência, a possibilidade de controle das políticas públicas. Analisa-se se, após esgotadas outras instâncias de natureza política e administrativa, é possível buscar a tutela jurisdicional de políticas públicas que estabeleçam os direitos sociais previstos na Constituição, sem que a intervenção do Poder Judiciário se caracterize como afronta à partição e à independência dos Poderes do Estado Democrático de Direito. Assim, questionam-se quais sejam os parâmetros dessa intervenção, que limites deva o magistrado observar e quais sejam os requisitos para determinar a implantação e a efetivação das políticas. Busca-se testar a hipótese de que o incremento do controle judicial da atividade administrativa é possível e não significa mera substituição do arbítrio do Executivo pelo do Judiciário. Essa medida, pautada na supremacia da Constituição, com aferição do conteúdo das políticas públicas frente às normas e aos princípios constitucionais, cria mais uma instância de controle público e minimiza o subjetivismo. Os atos considerados e as políticas públicas nas quais se inserem devem ser confrontados com os objetivos constitucionais e as regras infraconstitucionais que estruturam o desenvolvimento de tais políticas. Estabelecem-se como limites ao controle a delimitação do direito na Constituição e a existência de lei que regule o direito. A política pública que abarca o direito deixa de ser somente necessária, tornando-se, também, específica e constitucionalmente exigida. Além disso, deve-se observar o princípio da proporcionalidade, que contém técnica de racionalização da decisão judicial. Com a delimitação legal e constitucional, pode o Judiciário controlar a atividade administrativa com base no interesse público, na legalidade e no princípio da razoabilidade, de modo que haja a justa ponderação sobre até que ponto o magistrado pode e deve implantar o direito e onde começa a limitação material e orçamentária para a sua efetivação. A aplicação da regra da razão pressupõe a análise quanto à adequação da via eleita, a necessidade da medida e a ponderação entre os valores e os direitos a ser implantados. A escolha deve ser feita com base em procedimento eqüitativo de oportunidades, que conduza a resultado mais justo, ou menos injusto, garantindo a cada homem o conjunto mínimo de condições materiais para a sua existência. Entende-se que o juiz observe o dever legal de modo mais abrangente, o que permite alcançar casos difíceis, pautando-se em critérios mais objetivos, impondo a vinculação aos padrões determinados pela Constituição.

Palavras-chave: políticas públicas; controle; proporcionalidade.

O PAPEL DA DEFESA COMERCIAL NOS ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

Orientador: Dr. Paulo Roberto de Almeida
Autora: Ana Carolina Meneghetti Peres
Mestrado em Direito das Relações Internacionais - UniCEUB
Sistemas Regionais de Integração
carolmeneghetti@gmail.com

A pesquisa tem por objeto o estudo das regras sobre instrumentos de defesa comercial – direitos *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas – e a sua compatibilidade em relação à lógica liberal de livre comércio adotada, no âmbito multilateral, pelas disciplinas estabelecidas nos acordos administrados na Organização Mundial do Comércio. Tanto o Sistema Multilateral de Comércio – estruturado a partir do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1947 – como o fenômeno da Integração Regional têm a liberalização comercial como sua mola propulsora principal. Baseada no entendimento de que o comércio internacional livre da interferência indiscriminada dos governos nacionais leva ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar da população por meio da melhor distribuição de renda e, em última instância, contribui para o alcance e a manutenção da paz entre os povos, a liberalização comercial ocorre, principalmente, por meio da consolidação tarifária, ou seja, a transformação de todas as barreiras erigidas ao comércio em tarifas consolidadas de maneira consensual e transparente. De tempos em tempos, têm lugar negociações entre os países cujo escopo é a redução ou a eliminação destas tarifas. Durante e após a desgravação tarifária, as regras de defesa comercial são expoentes da manutenção de grau mínimo de intervenção dos Estados nos fluxos de troca internacional e nos caminhos da liberalização comercial. Mesmo em certa contraposição aos objetivos do livre comércio, é comum encontrar, nos acordos comerciais, a existência de cláusulas, contendo a regulamentação de mecanismos de defesa comercial: geralmente, medidas de salvaguarda e, de maneira mais ocasional, procedimentos *antidumping* e medidas compensatórias. É a natureza intervencionista destes instrumentos em contraposição à lógica do livre mercado que estimula o interesse no estudo do tema, para auferir como ocorre a interação entre a finalidade última de liberalização comercial e a existência de instrumentos de defesa comercial em acordos comerciais de todas as amplitudes. No conjunto de barreiras não-tarifárias, são os instrumentos de defesa comercial privilegiados por gozarem de regulamentação relativamente minuciosa, o que dota a sua aplicabilidade de maior segurança jurídica em relação às demais exceções à lógica liberalista e sujeita-os a maior escrutínio de mecanismos de solução de controvérsia na esfera multilateral ou regional. É vasto, portanto, o manancial de decisões internacionais a respeito do tema, das quais se pode valer o pesquisador. Interessa ao operador do direito: a análise histórica da construção da doutrina do livre comércio e dos instrumentos de defesa comercial; o estudo comparativo da configuração regional destes mecanismos tanto em relação aos Sistemas de Defesa Comercial estruturados nas normas multilaterais da Organização Mundial de Comércio como em outros Sistemas Regionais de Integração relevantes; a análise prospectiva dos avanços esperados na marcha da integração regional e das novas regras multilaterais contidas em eventual pacote final das negociações da Rodada de Doha para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Rodada de Doha. Defesa comercial. Livre comércio.

O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CONTROLE DA EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS: O PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO E A ARTICULAÇÃO ENTRE LIBERALISMO E DEMOCRACIA NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Tutor: Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Autor: Sérgio Antônio Ferreira Victor – sergio80@terra.com.br
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Mestrado em Direito e Políticas Públicas

A presente pesquisa busca recuperar a construção da teoria da separação dos poderes por meio de idéias que serviram de base para a sua primeira formulação, com o objetivo de entender as motivações político-filosóficas de seu surgimento. Ao acompanhar a evolução doutrinária da referida teoria, sempre lançando o olhar sobre suas aplicações, pretende-se entender as razões que ensejaram algumas das principais inovações em sua fórmula mais conhecida. Assim, procura-se enfocar a realidade empírica brasileira, para observar o modo como a doutrina político-filosófica se transmudou em princípio normativo-constitucional nas constituições brasileiras, especialmente, na vigente. Com base nesse entendimento, será analisada a forma de tomada de decisões políticas no denominado Presidencialismo de Coalisão, atualmente em vigor no Brasil, sobretudo, mediante o estudo de casos, envolvendo a edição de medidas provisórias que tratam de matéria econômico-financeira, tendo em vista que, a partir do Plano Real, as decisões políticas sobre tais questões tenham-se concentrado, de maneira inédita, nas mãos da Alta Gerência Econômica, no âmbito do Poder Executivo. Diante do desnudamento dessa realidade, procurar-se-á entender os impactos que ela provoca no sistema político brasileiro e na ordem constitucional vigente. Para tanto, deve-se utilizar a teoria da escolha pública desenvolvida majoritariamente pelos norte-americanos, a qual fornecerá os subsídios para a análise dos malefícios oriundos da concentração do poder de decisão na referida Alta Gerência Econômica do Executivo. Por fim, deverão ser analisadas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal que influenciam, diretamente, a questão, tendo em mira a relação entre decisão política relevante e o sistema de separação dos poderes positivado pela Constituição de 1988.

Palavras ou expressões-chave: Separação dos Poderes. Medidas provisórias. Presidencialismo.

O PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS: A EFETIVAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO À PAZ E DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA OMC, NO FMI E NO BANCO MUNDIAL

Tutor: Dr. Marcelo Dias Varella
Autora: Cheslaine Tavares da Silva Rodrigues
Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
e-mail: cheslaine@hotmail.com

O presente estudo tem por meta analisar como se tem concretizado a aplicação jurídica dos direitos humanos à paz e ao desenvolvimento econômico em três organizações internacionais: OMC, FMI e Banco Mundial. Demonstrar-se-á a relevância da atuação econômica na busca pela paz e a influência negativa da guerra no desenvolvimento econômico dos países, concluindo por reafirmar a importância de atuação conjunta entre os organismos internacionais de fomento aos direitos humanos e os de fomento ao comércio internacional. Grande parte da ineficácia dos programas de melhoria do padrão de desenvolvimento humano advém da atuação desencontrada destes organismos centrais das relações internacionais. Os temas sobre guerra, paz e direito ao desenvolvimento econômico podem aparecer em separado, como provável reflexo do que ocorre na prática internacional. Assim, pretende-se trabalhá-los conjuntamente, seguindo a lógica de que a paz a ser buscada é a positiva, fundada na justiça social e na eliminação de desigualdades. Ela deve ser a meta norteadora do desenvolvimento econômico no cenário globalizado onde o interesse comercial domina as políticas públicas nas relações intra e internacionais, e as guerras são verdadeiras fontes de controle econômico e de poder. Daí, há a necessidade de aplicação efetiva do princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, pois só é possível a proteção real da pessoa quando ocorre em todos os campos, de forma generalizada. Muito embora se tenham intensificado no mesmo período, o comércio internacional e os direitos humanos seguiram caminhos diferentes de evolução. Assim, não é possível a perfeita inserção de temas sobre direitos da pessoa nos debates a respeito do desenvolvimento comercial dos países, como ocorre nas Rodadas da OMC ou nas medidas econômicas aplicadas pelo FMI, que podem provocar maior desigualdade econômica e embates políticos embriões de guerras ou terrorismo. Esta é a realidade sobre a qual se projeta este estudo: guerras e gestões econômicas estruturadas sob a mesma lógica, afastadas do elemento humano que deveria fundamentar o desenvolvimento econômico. O interesse pelo tema deve-se pelo atual momento de intranqüilidade, com atos terroristas e guerras que agridem os diplomas internacionais sobre paz e desenvolvimento humano e que alteram o rumo do crescimento econômico dos países. Como resultado, há xenofobismo crescente, exclusão racial e maior ou menor voz dos Estados no comércio internacional, interferindo na criação de leis, convenções, declarações e nas relações diplomáticas entre países. O projeto está em fase inicial, com coleta de dados, aprofundamento bibliográfico, definição de metodologia aplicada e delimitação do objeto de estudo com o professor-orientador. Os encontros dos grupos de pesquisa e as disciplinas selecionadas possibilitam o aprofundamento com debates críticos sobre a atuação de organismos internacionais e a produção de texto coerente.

Palavras-chave: direito à paz; desenvolvimento econômico; comércio internacional

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS QUESTÕES DE NATUREZA POLÍTICA: UM OLHAR ETNOGRÁFICO E A PROBLEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS NATIVAS.

Orientador: Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Autor: Bruno Furtado Vieira
Mestrando em Direito e Políticas Públicas do UniCEUB
ebrunov@yahoo.com

O projeto dedica-se à discussão sobre o controle jurisdicional, por parte do Supremo Tribunal Federal, de questões a respeito de certos atos do poder Executivo e Legislativo, denominadas de natureza política. O foco será nas matérias *interna e corporais* e na doutrina das *purely political questions*. Esse recorte será feito por meio das ciências sociais, especificamente da etnografia. Além do potencial interdisciplinar, o controle judicial das questões de natureza política é um tema importante também para o Direito, porque suscita aspectos à tradição jurídica, como: o arranjo e a delimitação dos Poderes do Estado; a legitimidade dos tribunais como guardião das leis que impõem fronteiras; os limites da dogmática jurídica em lidar com fenômenos complexos, como o político. O levantamento bibliográfico sobre o tema mostra a dificuldade da dogmática jurídica em estabelecer um diálogo frente a fenômenos complexos, como o político, que faça sentido para além de sua própria lógica. Daí, advém a importância da construção de uma conversa sobre o controle jurisdicional dos atos políticos e legislativos que valorize tanto a literatura jurídica quanto a atenção para as particularidades sociológicas do assunto.

Palavras-chave: Controle jurisdicional; questões políticas; etnografia constitucional.

POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO URBANÍSTICA E SEGURANÇA PÚBLICA: O PROBLEMA DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM BRASÍLIA

Tutor: Dr. Roberto Freitas Filho
Autor: Mariana Gomide Madruga
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
mariana_madruga@terra.com.br

A pesquisa tem por fim desenhar o mapeamento da criminalidade na cidade de Brasília e analisar, estatisticamente, o perfil da violência urbana por meio da localização geográfica das ocorrências policiais. Será traçado paralelo entre o espaço e os aspectos socioeconômicos que permitam desenvolver a ligação entre determinados tipos de crime e a qualidade de vida da população e que demonstrem a influência do modelo urbanístico de segregação residencial na criminalidade. Com base no pressuposto de que o processo de urbanização acelerada ocorreu junto ao crescimento da criminalidade, podendo, assim, o crime ser considerado produto da urbanização, será estabelecida relação entre as áreas de maior criminalidade e os aspectos físicos (segregação residencial) e socioeconômicos da região. Tendo como marco teórico o estudo da geografia social desenvolvido pela Escola de Chicago, cujas principais linhas são a Teoria da Ecologia Humana e a Teoria das Zonas Concêntricas, buscar-se-á visualizar os locais de maior incidência de crimes, a fim de tornar possível a fixação de estratégias de combate e prevenção de crimes. Os procedimentos metodológicos de pesquisa serão estruturados em 5 etapas: levantamento e revisão bibliográficos; coleta de dados em instituições governamentais; seleção de variáveis a ser estudadas (econômicas, sociais, criminais e urbanas); entrevista com moradores e autoridades policiais; sistematização dos dados.

Palavras-chave: criminalidade; urbanismo; segregação.

TRABALHO CARCERÁRIO: SUA APLICABILIDADE NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO DISTRITO FEDERAL

Tutor: Dr. José Francisco Rezek
Autor: César Ivan Dahm,
UniCEUB – Mestrado em Direito e Políticas Públicas
cesar.dahm@pop.com.br

Trata-se de pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Direito, na área de Estado, Políticas Públicas e Domínio Econômico-Social, do Centro Universitário de Brasília, que se propõe a investigar a aplicabilidade do trabalho carcerário no processo de ressocialização do preso. O sistema carcerário do Distrito Federal consiste em um instrumento para o cumprimento da execução penal. É composto de seis unidades prisionais. O complexo penitenciário da Papuda é formado de quatro unidades: o Centro de Internamento e Reeducação/CIR (regime semi-aberto, sem saída); a Penitenciária do Distrito Federal I/PDF I (regime fechado); a Penitenciária do Distrito Federal II/PDF II (regime semi-aberto, sem saída); o Centro de Detenção Provisória/CDP (presos aguardando julgamento). Além desses, há o Centro de Progressão Penitenciária/CPP (regime semi-aberto, com saída), localizado no Setor de Indústria e Abastecimento, e a Penitenciária Feminina do Distrito Federal/PFDF, localizada no Gama. Pretende-se analisar a aplicabilidade e a eficácia do processo de ressocialização do preso no Distrito Federal e quais as ingerências do trabalho carcerário. Espera-se constatar a adequação da atividade laboral para o preso no DF. A pesquisa pretende fazer um diálogo entre a literatura especializada e o ordenamento e a prática cotidiana dos agentes do Estado nas respectivas unidades prisionais. Entende-se a oportunidade de trabalhar essa problemática como essencial para a compreensão de um sistema que pretende ser modelo para o Brasil.

Palavras-chave: Trabalho. Presídio. Ressocialização.

A CLÁUSULA SOCIAL NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

Orientador: Dr. Marcelo Dias Varella
Autor: Eveline de Andrade Oliveira e Silva
Aluna do curso de mestrado em Direito do UniCEUB
evelineao@gmail.com

O temor do *dumping* social somado à pretensa defesa dos direitos humanos dos trabalhadores fez surgir a discussão acerca da implementação de cláusula social no sistema multilateral de comércio. Todavia, a grande resistência apresentada pelos países em desenvolvimento, sob o argumento de que a aplicação de sanções comerciais em razão do descumprimento de padrões trabalhistas fundamentais nada mais é do que uma estratégia protecionista, culminou com a Declaração Ministerial de Singapura, de 1996, que afastou a competência da Organização Mundial do Comércio (OMC), para lidar com padrões laborais. Diante da obstrução da via multilateral, outros meios de harmonização entre comércio e trabalho ganharam destaque. Acordos bilaterais e regionais de comércio passaram a prever a necessidade de respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores, e medidas unilaterais voltadas para a redução de tarifas, a exemplo dos sistemas gerais de preferência, passaram a exigir a obediência a padrões trabalhistas mínimos, a fim de neutralizar o *dumping* social e o gozo das chamadas vantagens comparativas injustas. Com o mesmo objetivo, multiplicaram-se regulamentações privadas voltadas para o relacionamento entre empresa e trabalhador. Não obstante essa profusão de iniciativas, falhas existentes indicam que imprimir caráter prático aos acordos de comércio, implementar códigos de conduta e selos sociais que possam ser publicamente monitorados e levar o Estado a agir internamente são medidas que devem ser tomadas em conjunto e de forma coordenada. Apenas assim se tornará possível alcançar o fim principal da estipulação de padrões trabalhistas no comércio internacional, qual seja, garantir os direitos fundamentais de todos os trabalhadores.

Palavras-chave: comércio internacional; padrões trabalhistas fundamentais; cláusula social.

A INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS INEFICIENTES: CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA SUA LEGITIMIDADE

Tutor: Roger Stiefelmann Leal
Teófilo Amorim Chagas de Oliveira
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
teofiloamorim@gmail.com

Cuida-se de estudo específico que tem por finalidade pesquisar a legitimidade de o Poder Judiciário apreciar decisões administrativas referentes a políticas públicas, podendo revê-las e invalidá-las, não só se utilizando da legalidade como critério, mas também fazendo juízos de valor mais subjetivos, sem que isso leve à ruptura do sistema de tripartição dos poderes ou acarrete usurpação de função. Para isso, é forçoso foi iniciar o trabalho com fatos históricos que possam situar o leitor, para demonstrar a origem do sistema de separação de poderes capitaneada por Locke e Montesquieu, apontando-se a intangibilidade de matérias atinentes ao Poder Executivo, impedindo a apreciação do Poder Judiciário nesta particularidade, para, então, trazer nova concepção do tema, justificando a necessidade de levar atos administrativos propriamente ditos à análise jurisdicional. Durante a pesquisa, foi necessário trazer à baila definições de institutos jurídicos tradicionais e específicos, descrevendo características, alcance, critérios e objetivos de uma política pública eficiente. Tendo como parâmetro os princípios de razoabilidade e proporcionalidade na Administração Pública, asseverou-se a imperiosa atuação do Poder Judiciário em busca da otimização das políticas adotadas pelas entidades do Executivo. Para tanto, jurisprudências atuais e de tribunais superiores foram colacionados, demonstrando o posicionamento jurídico mais abalizado, com teorias justificadoras desta intervenção, e os instrumentos judiciais adequados para esse intento, exemplificando as situações imagináveis e possíveis nessa função jurisdicional. Enfatizou-se, assim, o papel do Judiciário como um poder estatal atuante e co-responsável pela eficácia das políticas públicas e pelo atingimento de metas de bem-estar social, legitimando esta judicialização da política e situando-o em uma época de Estado Gerencial, principalmente em busca da concretização e da força normativa de direitos sociais previstos no ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Judiciário. Legitimidade.

A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA NO CONTEXTO DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DO MODELO INSTITUCIONAL VIGENTE

Orientador: José Levi Mello do Amaral Júnior
Aléssia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese,
mestranda em Direito e Políticas Públicas do UniCEUB
alessialima@yahoo.com.br.

O problema que despertou o interesse de pesquisa consiste no questionamento sobre como edificar instituições para a solução de conflitos na área da política nacional de biossegurança que sejam democráticas e eficientes. Na realidade brasileira, a Política Nacional de Biossegurança (PNB) é disciplinada pela Lei n. 11.105 de 2005, que criou o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), órgão de assessoramento superior do Presidente da República, e que reestruturou a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo que presta apoio técnico e de assessoramento ao governo federal no que concerne aos organismos geneticamente modificados (OGM). O objetivo geral do trabalho é compreender e analisar o funcionamento do CNBS e da CTNBio como instituições legitimadas para acomodação de conflitos na área de biossegurança. Inicia-se pela hipótese de que o atual modelo institucional não atende a critérios democráticos de participação. Para o desenvolvimento do trabalho, será concluída a revisão bibliográfica sobre os conceitos relativos à democracia participativa, proveniente das teorias contemporâneas. Em linhas gerais, a participação da sociedade civil organizada na área biotecnológica é um instrumento importante de legitimidade às ações governamentais, no contexto democrático. Verifica-se que a transferência de parcela de participação à sociedade é uma estratégia de apoio e, sobretudo, de compartilhamento de responsabilidades para uma política pública eficiente. Contudo, a pesquisa bibliográfica constata que o modelo institucional brasileiro, sob o aspecto teórico, considera a participação popular como protocolo, uma espécie de cerimônia em que a decisão técnico-científica se apresenta como argumento de autoridade imbatível e irrefutável. É inegável a força do argumento científico, contudo tal autoridade não exime as instituições de agir com transparência e informação perante a sociedade leiga, destinatária final da decisão. Cabe ao Poder Público, como preceito constitucional, por meio de suas instituições, promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. Tendo o critério participativo como premissa de política pública harmônica e eficiente, há que se buscar tratamento conjunto e integrado entre especialistas e representantes da sociedade. Com base nisso, cumpre repensar o papel das instituições brasileiras no que concerne à Política Nacional de Biossegurança.

Palavras-chave: Política Nacional de Biossegurança. Democracia Participativa. CTNbio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança).

A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA BIOTECNOLOGIA ANIMAL: A POSIÇÃO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO ACORDO TRIPS

Orientador: Marcelo Dias Varella
Aluna: Ana Lígia Sarmento Pôrto
Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Mestrado em Direito
Área: Direito das Relações Internacionais
Linha de Pesquisa: Sistemas Regionais de Integração

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo analisar o desenvolvimento, a proteção e a regulamentação da propriedade intelectual no segmento da biotecnologia animal, em relação à posição brasileira no Acordo TRIPS, um tratado *single undertaking*, cujos signatários devem procurar atualizar seus sistemas de patentes ou elaborar legislações *sui generis*, incluindo o Brasil. Apesar de as pesquisas, os produtos e os processos biotecnológicos animais serem desenvolvidos e comercializados no país, existe escassez de legislação sobre o assunto e ausência de levantamento socioeconômico sobre o aprimoramento da pecuária brasileira, com a utilização da biotecnologia no campo. Portanto, a presente pesquisa procurará levantar os dados socioeconômicos das atividades pecuárias com o ingresso de produtos e processos biotecnológicos, ressaltando a importância de criar um sistema legal que proteja e regulamente a propriedade intelectual no agronegócio. No subgrupo de *Propriedade intelectual,* do grupo de pesquisa *Internacionalização do Direito,* ocorre a abordagem da biotecnologia no segmento das patentes farmacêuticas e dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), nos quais se questiona o acesso à propriedade intelectual. Acredita-se que o silêncio sobre os produtos e os processos biotecnológicos animais é resultante da ausência de dados técnicos no agronegócio. Criar um sistema regulamentador da propriedade intelectual no segmento animal é um dos objetivos do projeto de pesquisa.

Palavras-chave: Propriedade intelectual. Biotecnologia. Acordo TRIPS.

A SUPRANACIONALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E SEUS REFLEXOS NA EFETIVA PROTEÇÃO JURÍDICADA PESSOA HUMANA

Tutora: Márcia Dieguez Leuzinger
Mestranda: Natalia Camba Martins
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
e-mail para contato: natycmartins@hotmail.com

O presente projeto visa estudar os principais reflexos, quanto à efetiva proteção conferida pelo ordenamento jurídico internacional, da consideração dos direitos sociais previstos no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais como normas dotadas de natureza supranacional. Para além do objetivo geral, há preocupação com a solução de questões marginais cujas respostas, em conjunto, levarão à reflexão final do estudo proposto, demonstrando a veracidade ou não da tese formulada. Em primeiro lugar, estudar-se-ão quais processos levaram ao movimento de internacionalização dos direitos sociais, quais os direitos previstos no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e qual a forma prevista nesse documento para implementação de tais direitos; após, pretende-se analisar as principais recomendações do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC) e do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pertinentes aos direitos sociais, a sistemática internacional de monitoramento e o controle do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados na seara internacional quanto aos direitos sociais, além das principais disposições do Protocolo Adicional ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Em seguida, será averiguada a natureza jurídica dos direitos sociais e os impactos em relação à justiciabilidade desses direitos, chegando-se à resposta da questão-tema, que é saber se os direitos sociais configuram normas supranacionais, se integram o direito costumeiro internacional e quais os impactos dessa constatação em relação ao clássico conceito de soberania. Por fim, para que se possa determinar se há efetiva proteção da pessoa humana, pretende-se avaliar quais os parâmetros e os limites de responsabilização internacional dos Estados pela observância dos ditames do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A escolha do presente tema foi motivada pela constatação de que a natureza e a posição hierárquica dos direitos sociais, assim como sua implementação e proteção, têm sido tratadas de maneira insuficiente pela literatura especializada. A relevância do tema encontra-se, portanto, além da detectada necessidade de aprofundamento do estudo relativo aos direitos sociais, na indispensabilidade de nova leitura dos efeitos práticos dos mecanismos internacionais de proteção a tais direitos em relação à efetiva proteção da pessoa humana.

Palavras-chave: direitos sociais; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; supranacionalidade.

ANÁLISE DA INTERVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO TIMOR LESTE: AUTODETERMINAÇÃO OU DEMOCRACIA

Tutor: Hector Valverde Santana
Mestranda: Andrea de Quadros Dantas Echeverria
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
e-mail para contato: andreaqdantas@gmail.com

O presente projeto visa estudar a variável da participação popular sob o enfoque do princípio da autodeterminação dos povos, durante a construção do regime democrático no Timor Leste, considerando, especialmente, o fato de que o governo provisório das Nações Unidas focalizou sua atuação no âmbito nacional, tendo havido pouco incentivo à participação popular durante o processo de democratização. A escolha da participação popular justifica-se pela sua importância no reconhecimento de um sistema como mais próximo ao conceito literal de *democracia*. Por outro lado, é indispensável analisar a problemática de relacionar a democracia à simples existência de eleições periódicas, o que pode ser visualizado quando se observa a contradição entre o suposto sucesso das intervenções das Nações Unidas na construção da democracia eleitoral e os crescentes desafios enfrentados pelos países, para adaptar a cultura política local à *democracia internacional*. Considera-se que o princípio da autodeterminação dos povos, no denominado âmbito interno, implica significativa participação no processo de governo. Nesse contexto, analisa-se a relação entre o princípio da autodeterminação e a democracia como caminho para discutir se um processo de democratização *top-down* estaria condizente com o princípio da autodeterminação ou com os próprios fundamentos essenciais da democracia, como a participação popular. Nesse sentido, há autores que fundamentam a falha da missão das Nações Unidas, por não ter enfatizado a importância da autodeterminação interna quando do processo de democratização do Timor Leste. Assim, o que se pretende discutir é se, no atual contexto das relações internacionais, aos Estados estaria deferido o novo direito humanitário à democracia e em que medida isso se relaciona com o princípio da autodeterminação dos povos. Pretende-se examinar se a democracia como modelo de governo ocidental passou a ostentar a qualidade de direito supranacional e qual seria o verdadeiro papel da participação popular nesse novo processo de democratização de cima para baixo (*top-down*).

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Democracia. Timor Leste.

DIREITO DA REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL

Tutor: Renè Marc da Costa Silva
Mestrando: Humberto Alves de Campos
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Mestrado em Direito
e-mail: humberto_campos2000@yahoo.com.br

A década de 90 é o marco na mudança da forma de intervenção do Estado na economia brasileira. Nessa recente evolução, o Estado brasileiro criou novas entidades, denominadas agências reguladoras, para exercer o papel de regulação e fiscalização em determinados setores da economia. Essas mudanças remetem ao problema da adaptação de novos conceitos à ordem jurídica. Assim, o estudo proposto tem o objetivo de investigar e clarificar questões acerca da inserção das agências reguladoras no arcabouço jurídico brasileiro e demonstrar que o modelo institucional constituído por órgãos reguladores independentes para a regulação econômica em setores de infra-estrutura é o que pode proporcionar maior desenvolvimento econômico. O método utilizado é lógico-dedutivo, sendo a pesquisa interdisciplinar com apoio na Economia e no Direito.

Palavras-chave: agências reguladoras; regulação econômica; reforma do Estado.

OS EFEITOS DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO BRASILEIRO

Tutor: René Marc da Costa Silva
Mestrando: Juliana Corbacho Neves dos Santos
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Faculdade de Direito, Mestrado em Direito das Relações Internacionais
julianacorbacho@gmail.com

A pesquisa tem por objetivo analisar o alcance dos efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no tocante à responsabilização dos agentes públicos internos, visando à cessação da lesão a direitos humanos, à correção das condutas estatais potencialmente lesivas e, principalmente, à adequada punição daqueles que, em nome do Estado, promoveram as violações condenadas em âmbito internacional. É estudado o processo que tramitou perante a Corte Interamericana no Caso Ximenes Lopes contra Brasil, na sentença de 4 de julho de 2006, em que o Brasil foi condenado pela violação de garantias judiciais e da proteção judicial, em razão de encontrarem-se pendentes da prolação da sentença de primeiro grau os processos judiciais que visam à apuração da responsabilidade sobre os fatos relativos a esse caso, mesmo após a decisão da Corte Interamericana. O problema a ser solucionado diz respeito a, na hipótese de condenação pela Corte Interamericana, determinando-se que o Brasil promova a responsabilização de seus agentes públicos internos, no plano federal, estadual ou municipal, como esse julgado terá eficácia executiva no plano interno para alcançar o agente promotor da lesão. Assim, é necessário estudar os meios disponíveis no plano internacional e no plano interno para a responsabilização dos agentes públicos, e, se for cabível, sugerir outros meios, tendo em vista que ela representa verdadeiro elemento da concretização dos direitos humanos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos. Pretende-se, ao final, demonstrar que, por tratar-se de direitos fundamentais, as normas que determinam a investigação das condutas e a punição dos agentes públicos são de aplicação imediata, portanto deve haver o correspondente instrumento apto a garantir a integridade desses direitos, daí a necessidade de dar a máxima eficácia a esses dispositivos, independentemente da previsão de instrumentos específicos na legislação brasileira, tendo em vista o parágrafo primeiro do artigo quinto da Constituição Federal brasileira vigente.

Palavras-chave: Direito Internacional. Direitos humanos. Responsabilidade.

OS VALORES CULTURAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Orientador: Roberto Freitas Filho
Mestrando: Luiz Emílio Pereira Garcia
luiz.emilio@yahoo.com.br
Mestrado em Direito e Políticas Públicas

A pesquisa pretende investigar a importância dos valores culturais para a consolidação do Estado democrático de direito e analisar as relações interculturais como meio para a identificação desses valores. A preocupação em diagnosticar os valores culturais na sociedade, por entendê-los como imprescindíveis para a consolidação do Estado democrático de direito, chega ao mundo acadêmico com a intenção de unir Antropologia, Ciência Política e Direito. Verifica-se que, nos campos da Filosofia, da Ciência Política e, principalmente, da Antropologia, a cultura e sua importância já são debatidas há muito tempo. Assim, o trabalho pretende trazer esse debate ao Direito Constitucional, mais precisamente à Teoria da Constituição e à ciência da cultura de Peter Häberle. A pesquisa passa pela indagação de os valores culturais serem considerados como o consenso necessário à consolidação e à promoção do Estado democrático de direito. O problema é um pedido de explicação acerca da importância dos valores culturais identificados nas relações interculturais para a consolidação do Estado democrático de direito. A hipótese surge da análise dos valores culturais que uma sociedade possui e sua importância para a formação de uma identidade social. Assim, pretende-se demonstrar que os valores culturais identificados na sociedade podem transformar-se em direitos devidamente amparados pelo Estado por meio de um processo de relações interculturais na sociedade. Serão utilizados três grandes referenciais teóricos para a pesquisa. John Dewey lançará as principais idéias da democracia cooperativa, baseada na troca de experiências entre os membros de uma sociedade. Habermas ajudará a compreensão da instrumentalização da cooperação por meio da teoria do agir comunicativo, além de servir de fundamento para a construção do entendimento de Estado democrático de direito. Por fim, o terceiro referencial teórico será Peter Häberle, que conduzirá a pesquisa na construção da teoria constitucional com ênfase na axiologia cultural. Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia pautada na pesquisa bibliográfica, por meio da técnica de documentação direta, é a mais adequada. Assim, a estrutura da monografia, para a melhor organização das idéias, será baseada no método sociojurídico. O estudo do processo e seu significado tornam-se evidentes na pesquisa, que se preocupará em estudar os pontos de intercessão dos grupos sociais como canais de comunicação dos valores culturais que fortalecem o Estado democrático de direito.

Palavras-chave: valores culturais; Estado democrático de direito; relações interculturais; teoria do discurso; teoria da constituição como ciência da cultura.

A REALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO E A TEORIA DA PROIBIÇAO DO RETROCESSO SOCIAL

Orientadora: Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha
Autor: Dilmanoel de Araújo Soares
Centro de Ensino Unificado de Brasília
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
dilmano@senado.gov.br

O presente trabalho pretende apresentar a realização do direito fundamental da educação em cotejo com a teoria da proibição do retrocesso social, sob a perspectiva analítica que possa iluminar a reflexão no contexto da efetividade dos direitos sociais. Pelo princípio do não-retrocesso social, o direito fundamental da educação, se incorporado, não pode ser suprimido, fazendo voltar o estado de omissão legislativa anterior. Trata-se de abordar direitos sociais prestacionais sob a ótica jurídica, entendendo-se como tal a edição de normas para a efetividade dos direitos fundamentais, no caso, o direito fundamental da educação, a prestações materiais, no sentido de o legislador infraconstitucional implementar tal direito social. Assim, busca-se analisar, uma vez implementado certo benefício educacional, se teria o legislador infraconstitucional o poder discricionário para revogá-lo, sem colocar benefício substitutivo. Considerando que a realização dos direitos sociais depende de atuação legislativa e de políticas públicas, portanto, materiais e normativas, a ser desenvolvidas de forma gradual, uma vez ultimadas tais políticas públicas, questiona-se se estariam o legislador infraconstitucional e os administradores, de modo geral, vinculados à sua execução. Portanto, trata-se de estudar a possibilidade de o Poder Judiciário ter atitude mais ativa, para interferir nas competências dos demais Poderes, impedindo que desfaçam conquistas sociais educativas, ou para obrigá-los a dar continuidade às políticas públicas eficazes na área da educação.

Palavras-chave: Direito fundamental. Retrocesso social. Poder Judiciário.

TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO DE PEQUENAS E MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES E AS PECULIARIDADES DO PREGÃO

Orientador: Roberto Freitas Filho
Co-orientadora: Neide Teresinha Malard
Thiago Cássio d´Ávila Araújo
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Pós-graduação em Direito
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
thiago-davila@uol.com.br

A Constituição brasileira de 1988 prevê tratamento jurídico favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, conforme inciso IX do artigo 170, em redação dada pela Emenda Constitucional número 6, de 1995. Além disso, determina, no artigo 179, que a União, os estados, o Distrito Federal, e os municípios dispensarão às microempresas e às de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. A lei complementar número 123 de 2006 disciplina o tratamento favorecido de pequenas e microempresas, interessando, como objeto de pesquisa, os privilégios que possuem em licitações, constantes do capítulo V da citada lei, com regulamentação do decreto número 6.204 de 2007. Desenvolve-se pesquisa em nível de mestrado, para compreensão dos fundamentos jurídicos do tratamento favorecido na ordem econômica constitucional brasileira, e análise de eventual existência de inconsistências jurídicas, em matéria de licitações em pregões, no âmbito da Administração Pública federal. A pesquisa iniciou-se por revisão bibliográfica, em junho de 2008, e está em fase de levantamento de questionamentos da doutrina especializada. A problemática a ser enfrentada é a intervenção do Estado no domínio econômico, referente ao tratamento favorecido de pequenas e microempresas, analisando-se os princípios da isonomia e da livre concorrência e os aspectos jurídicos materiais e procedimentais referentes à licitação. Será dada ênfase às licitações por pregão, por ser modalidade em que há forte presença de pequenas e microempresas, encontrando-se, nessa modalidade, grande quantidade de questionamentos. Espera-se que as conclusões da pesquisa se revertam em proveito da qualidade das licitações da Administração Pública federal.

Palavras-chave: pequenas e microempresas; tratamento jurídico diferenciado; licitações.

A ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL NO KOSOVO: QUAL BALANÇO?

Orientador: Marcelo Dias Varela
Autor: Christiani Amaral Buani
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
chris.buani@gmail.com

O objetivo da pesquisa é apresentar um balanço do que foi realizado até o momento pelas Nações Unidas, na área de restauração da ordem pública no Kosovo, especialmente em razão da recente independência. Nesse estudo, tentar-se-á analisar a trajetória das ações das Nações Unidas desde o fim do conflito, em 1999, questionando-as em face da ambigüidade dos objetivos internacionais no Kosovo: a falta de consenso quanto à independência ou a autonomia sob controle sérvio. O papel da ONU na escolha do caminho para o Kosovo também deve ser analisado. O que pensar da regra de direito internacional, o principio de respeito à integridade territorial dos Estados, em face da situação singular do Kosovo, desde o início da administração internacional na região? Apesar de inserir-se em um caso de operação de manutenção da paz (*peacekeeping operation*) e de reconstrução (*statebuilding operation*), no âmbito das Nações Unidas, o Kosovo apresenta particularidades. Atualmente, pela primeira vez, há a possibilidade de criar um Estado por meio de um *status* jurídico de território administrativo sérvio, o que difere das experiências anteriores de Estados federativos. Kosovo, historicamente, tem o *status* de província pertencente à República Sérvia, não uma república. Essa região representa, hoje, o ponto de encontro da nova dinâmica da reestruturação dos Bálcãs, o que implica a questão das possibilidades da democracia iniciada por instâncias internacionais, garantida por regras jurídicas e sob controle internacional prolongado. Kosovo é a expressão significativa da problemática dos Bálcãs. A análise de como foram preparadas as instituições durante esses anos de administração internacional pode indicar para qual situação a região estaria melhor preparada e se a independência pode ser sustentada. Dessa forma, a idéia é verificar o que foi organizado em Kosovo e avaliar a eficácia até o momento. A amplitude do assunto não permite analisar todos os ramos de ação das Nações Unidas. O trabalho concentrar-se-á naqueles que se relacionam à manutenção da ordem pública, no caso, a ação da MINUK nas áreas de polícia, justiça, exército. Os trabalhos no grupo de pesquisa sobre Internacionalização dos Direitos contribuem para as delimitações e o aprofundamento do tema, expandindo hipóteses e apresentando novas soluções.

Palavras-chave: administração internacional; reconstrução de Estado; Kosovo; ordem pública.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RELAÇÃO ENTRE O COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE HUMANA: ANÁLISE DO BRASIL EM ASPECTOS DE GOVERNANÇA NO ÂMBITO DO COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, NO TRATAMENTO DADO AOS PNEUS RECAUCHUTADOS E NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS PARA BIOCOMBUSTÍVEIS

Orientador: Dr. Macelo Dias Varella
Autora:Gabriela Garcia Batista Lima
UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
gblima@gmail.com

A pesquisa visa avaliar aspectos de governança na construção do desenvolvimento sustentável. Especificamente, trata da construção do conceito entre três áreas: comércio, meio ambiente e saúde humana, com foco para o comércio internacional de pneus recauchutados e os contratos comerciais internacionais de exploração de biocombustíveis. Com amparo no direito internacional e na sua influência no direito interno, estruturado um modelo de governança e desenvolvimento sustentável, discute-se se o Brasil cumpre as metas de governança e desenvolvimento sustentável, analisando-se, na relação entre comércio, meio ambiente e saúde humana, as conseqüências do tratamento jurídico dado aos pneus recauchutados, diante da decisão que resultou da apreciação do caso pela Organização Mundial do Comércio. Em segundo momento, verifica-se a repercussão dos contratos internacionais em matéria de biocombustíveis, também no âmbito do comércio no Brasil. A pesquisa visa avaliar a efetividade jurídica, para as metas de desenvolvimento sustentável, e, nesse sentido, questiona-se se os institutos jurídicos pertinentes, existentes no contexto brasileiro são suficientes, além de ressaltar quais as principais falhas e as possíveis soluções de progresso. Com isso, avalia-se o Brasil, em termos de governança, no âmbito do comércio e do desenvolvimento, para os elementos de conservação ambiental e proteção da saúde humana e manutenção da qualidade de vida, tanto pela influência do direito internacional público, diante da análise da relação entre o Brasil e a Organização Mundial do Comércio, para o caso dos pneus, quanto pela integração com o direito privado no estudo dos contratos internacionais para os biocombustíveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Comércio. Biocombustíveis

A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Área: Direito e Políticas Públicas
Linha de pesquisa: Relações Privadas, Políticas Públicas e Desenvolvimento
Aluno: Juliano Couto Gondim Naves
e-mail: julianocouto@hotmail.com
Orientador: Carlos Bastide Horbach

O presente estudo possui o objetivo de avaliar os instrumentos contratuais de transferência de tecnologia e o direito de propriedade intelectual. A proposta fundamenta-se no ponto de vista do tratamento que uma nação como o Brasil, em estágio de desenvolvimento, deve aplicar à formulação de suas políticas públicas, para garantir tanto o efeito incremental e desenvolvimentista, que permeia a natureza de tais direitos, quanto a riqueza que as práticas e as condutas alternativas oferecem, sob a forma de incentivo, distribuição de renda e inclusão social. Há teóricos que defendem cada um desses opostos com a utilização de teses parecidas entre si. A proteção da informação como instrumento de desenvolvimento, investimento e criação de novos conhecimentos seria o meio pelo qual se possibilitaria a popularização dos benefícios da tecnologia. No entanto, a proposição inversa também figura como tese razoável para o entendimento do mecanismo do desenvolvimento científico. Os passos necessários para concluir a intenção apresentada seriam a compreensão histórica da evolução dos direitos de propriedade industrial, a avaliação dos mecanismos internacionais que orientam a utilização autorizada do conhecimento privado, o sistema jurídico brasileiro como forma de conhecer o impacto da política pública nacional de proteção à propriedade imaterial e o resultado dessa política em benefício da nossa população. Nesse sentido, é preciso concluir de que forma os recursos jurídicos de proteção ao direito do titular do privilégio da proteção do bem intangível pode relacionar-se com as estruturas colocadas à sua disposição e os conjuntos de normativos extraterritoriais que influenciam a estrutura doméstica de propriedade intelectual. As questões que merecem destaque na pesquisa são: o princípio do Direito natural da propriedade intelectual e da retribuição pelo uso dos direitos intangíveis; os argumentos econômicos do mercado e a forma pela qual os exportadores de tecnologia alcançaram o atual estado de desenvolvimento tecnológico; a necessidade de preservar o estímulo à invenção e de propiciar o acesso de populações carentes à tecnologia; a prospecção das formas de compatibilizar o Direito de propriedade intelectual; o interesse público no contexto do comércio global entre as economias industrializadas e as em desenvolvimento.

Expressões-chave: propriedade intelectual; desenvolvimento; políticas públicas.

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO

Orientador: Marcelo Dias Varella
Autora: Priscila Pereira de Andrade
mestranda em Direito das Relações Internacionais,
UniCEUB priscila_andrade@hotmail.com

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) foi criado pelo Protocolo de Quioto, para auxiliar países desenvolvidos a cumprir compromissos de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa. Sua implementação ocorre por meio de projetos que visam reduzir as emissões em países em desenvolvimento, além de aprimorar o desenvolvimento sustentável nesses países. A questão que norteia esse trabalho é se o arranjo de regras e instituições existentes no Brasil é adequado para incentivar e garantir a efetiva participação nos projetos e nos objetivos do MDL. A fim de alcançar as reflexões necessárias para responder a tal questão, apresenta-se a hipótese de que existem particularidades institucionais e legais brasileiras, referentes às normas internacionais sobre as mudanças no clima, que não estimulam ou limitam o interesse de participação nos esforços de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, sob o ponto de vista da internalização das normas do Protocolo de Quioto. A existência de tais particularidades decorre da constatação de distribuição desigual de projetos de MDL entre os países em desenvolvimento, o que leva a crer que cada país apresenta características incentivadoras diferentes. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar a participação do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por meio do quadro normativo e institucional internacional e nacional. Conclui-se que o esforço institucional e normativo para o alcance dos objetivos do MDL no Brasil é incipiente em alguns aspectos, como o aprimoramento efetivo do desenvolvimento sustentável. Assim, alguns fatores podem contribuir para a otimização da participação brasileira no MDL, como a permissão de projetos de MDL em novos setores, como o do desmatamento evitado e a adoção de meios obrigatórios de monitoramento do desenvolvimento sustentável, entre outros.

Palavras-chave: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Brasil. Desenvolvimento sustentável.

A SOCIEDADE ABERTA UNIVERSAL: A (RE)DISCUSSÃO DO PAPEL DO SUJEITO PERANTE OS ORGANISMOS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE PLURALISTA DE RISCO

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
André Pires Gontijo (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Relações Internacionais
andre.gontijo@gmail.com

O relatório de pesquisa no âmbito do direito constitucional internacional, cujo objeto é o acesso universal aos organismos de Proteção de Direitos Humanos, questiona o papel do sujeito perante estes organismos, no contexto da sociedade pluralista de risco. Em pesquisa instrumental dogmática e epistemológica, com investigação bibliográfica e documental, discute-se a noção de sujeito, a fim de contextualizá-lo perante a sociedade civil global, cuja leitura da pós-modernidade, com base na idéia pluralista de risco, aponta para a organização em uma "sociedade aberta universal". Como delimitação ao tema, realiza-se a comparação jurídica entre os Sistemas Regionais – europeu e interamericano – de Proteção dos Direitos Humanos. A pesquisa é realizada no âmbito dos grupos de pesquisa Internacionalização do Direito, Etnografia Constitucional e Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC. As hipóteses iniciais da pesquisa são aperfeiçoadas, cuja discussão estabelece-se em quatro pontos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da ação das Cortes Regionais, para evitar o perecimento dos direitos humanos nos Estados. O segundo refere-se à necessidade de conferir personalidade jurídica ao indivíduo, para dar efetividade à Proteção dos Direitos Humanos. Como terceira hipótese, a efetividade do acesso perante as Cortes apenas é alcançada se o sujeito atuar no processo de tomada de decisão em direitos humanos, com três premissas: a noção de risco diante do processo de tomada de decisão, como relata a teoria de Niklas Luhmann; a noção de multiculturalismo, a fim de permitir o diálogo intercultural no acesso e na atuação perante a Corte dos diferentes indivíduos e coletividades, como ressalta Boaventura de Souza Santos; a noção de valores constitucionais, construída, como afirma Peter Häberle, pelo pensamento da atuação do sujeito de acordo com os valores contidos no âmbito dos direitos fundamentais, que realizam a *cross-fertilization* com os movimentos complexos da transição jurídica em torno da construção do direito mundial pelos direitos humanos, próximos a alcançar a idéia de valor comum, proposta por Mireille Delmas-Marty. A última hipótese refere-se à ação do sujeito na luta contra a violação dos direitos humanos, por meio da construção de um modelo teórico – a "sociedade aberta universal" – em que se possibilita a abertura aos indivíduos, para acessar os Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos. A coleta de dados para a comparação entre os Sistemas, o desenvolvimento dos filtros pelo estudo teórico-filosófico e a percepção da criação de um direito mundial em diferentes níveis permitem questionar a efetividade da proteção dos direitos humanos pelo acesso do sujeito às Cortes. As hipóteses são testadas nos grupos de pesquisa, perante pesquisadores internacionais, a fim de verificar se a interação entre atores e fatores na construção do direito mundial pode aumentar a efetividade na coibição da violação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Sociedade aberta universal; Papel do sujeito em direito internacional; Organismos europeu e interamericano de proteção aos Direitos Humanos.

CONCEPÇÃO CRÍTICA DO USO DO DISCURSO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Tutor: Márcia Dieguez Leuzinger
Ana Cláudia de Sousa Freitas de Sá Peixoto
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
acsfspeixoto@yahoo.com.br

Trata-se de pesquisa cujo objeto é a análise de denúncias propostas contra o Estado brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, caracterizadas, à primeira vista, como atípicas, por referir-se a situações de cunho individualista, voltadas a interesses de grupos específicos, portanto, diferentes das questões de direitos humanos discutidas no âmbito de organismos internacionais. Questiona-se a natureza desses direitos, se seriam ontologicamente direitos humanos ou expressariam distorção do conceito original por determinados grupos que, por meio de boa retórica, tornariam as "vantagens" pleiteadas autênticos direitos humanos. O anseio da pesquisa consiste em identificar se denúncias dessa natureza seriam casos isolados ou teriam potencialidade, para formar nova tendência em sistemas internacionais de proteção, o que poderia representar entrave ao aperfeiçoamento do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, enquanto instrumento de construção de uma sociedade igualitária.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Distorção do conceito. Enfraquecimento do sistema.

CORRUPÇÃO E DEMOCRACIA

Tutor: Roberto Freitas Filho
Autor: José Carlos Veloso Filho
Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso de Mestrado em Direito das Relações Internacionais
zveloso@gmail.com

A importância do *caso do mensalão* pode adquirir várias dimensões, mas uma delas é mais perceptível: o conceito de corrupção. Vários problemas são verificáveis acerca desse fenômeno: a definição do que vem a ser corrupção; a destruição do consciente coletivo acerca da ética, uma vez que o fato pode tornar-se uma forma de afirmar condutas imorais no cotidiano dos cidadãos; quais instrumentos jurídicos e políticos são capazes de combatê-la; a conseqüência desastrosa da corrupção nas políticas públicas do país, um dos fatores das desigualdades sociais que deterioram a maior parte da população brasileira. Essas inquietações têm uma causa determinante. Admite-se ser impossível a neutralidade como um juízo de realidade, mas jamais deve ser negada como perspicaz juízo ideal. Nesse sentido, buscar-se-á compreender por que, no senso comum e no campo teórico, os instrumentos de controle da corrupção são inócuos. A pesquisa procura demonstrar como uma instituição regulada por um conjunto de normas jurídicas e imersa num contexto social tem, ao mesmo tempo, os próprios riscos e mecanismos sociológicos para controlá-los. O ponto central é que, seja para combater a corrupção, seja para tratar de qualquer outro problema, sem conhecimento mais próximo do cotidiano da instituição, de seus dilemas e alternativas apresentadas aos agentes, seus valores, categorias e conceitos, que dão sentido às ações, às relações e às normas, a proposta de mecanismos jurídicos e instituições torna-se ineficiente e inócua. A realização do trabalho envolverá um estudo de caso acerca do *mensalão*, desde a declaração de Roberto Jefferson até os seus posteriores desdobramentos, quiçá julgamento final, caso o Supremo Tribunal Federal observe os prazos processuais. A aparência de democracia é o maior inimigo da democracia, pois fomenta práticas inidôneas, capazes de justificar ações imorais e antidemocráticas. O povo, como legítima fonte de poder e final destinatário desse mesmo poder, torna-se mero objeto de manipulação dos interesses da elite. A distorção do ideal democrático existe para realizar os interesses de um grupo particular em detrimento da "coisa pública". O ponto fundamental é que a preocupação se limita a compreender os mecanismos de controle e a natureza do uso destes instrumentos jurídicos sob enfoque ontológico. Isto não significa que não seja necessária a análise do procedimento e dos aspectos de ordem penal que rondam o tema. Por outro lado, a corrupção fez que a política transformasse a ética no âmbito público como algo inalcançável, cuja retórica está banalizada no âmbito político, o que influencia os mecanismos jurídicos existentes para o combate da corrupção. Com efeito, o estudo destina-se a desnudar as indagações, para afirmar-se o que for comprovado ou tiver o caráter meramente especulativo, diante das hipóteses que poderão ser demonstradas.

Palavras-chave: corrupção; democracia; mensalão.

EFICÁCIA JURÍDICA DO DIREITO AO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DE QUALIDADE

Tutor: Daniel Amin Feraz
Autor: Thiago de Oliveira Gonçalves - thiagotogbr@yahoo.com.br
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Programa de Mestrado em Direito - Direito e Políticas Públicas

A qualidade educacional está prevista constitucionalmente como princípio por meio do qual o ensino deve desenvolver-se. No entanto, é complexa a tarefa de determinar, com precisão, o que vem a ser o direito a um ensino de qualidade. Apesar disso, por meio de análise de estudos de renomados pedagogos e educadores, conjuntamente com a dogmática e com a sistemática normativa referentes ao direito à educação, pode-se chegar a elementos que compõem padrões de qualidade do ensino. Desse modo, é possível verificar a existência de requisitos mínimos a ser seguidos por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (instituições de ensino, entes federados, alunos, pais, profissionais da educação), para o seu desenvolvimento satisfatório, de forma a estabelecer o "padrão mínimo de qualidade do ensino". Na busca disso, entre os níveis educacionais, especial ênfase deve ser dada ao ensino fundamental. É nessa fase do processo educacional que a criança consolida e aperfeiçoa a sua personalidade e as qualidades mentais. Configura, portanto, base essencial para o pleno desenvolvimento do indivíduo. Nesse contexto, constitui objetivo deste estudo analisar a atuação judicial possível para a efetivação do padrão mínimo de qualidade do ensino fundamental público. A problemática da presente pesquisa constitui a obtenção de modelo de atuação judicial voltado à efetivação do direito ao ensino fundamental público de qualidade, por meio da concretização dos padrões mínimos de qualidade. Para essa tarefa, examina-se o direito à educação, procurando qualificá-lo como direito fundamental social e caracterizando a parte do conteúdo correspondente à qualidade do ensino. Pretende-se, dessa forma, empreender análise que visa descrever o modo como pode atuar o Poder Judiciário, provocado por qualquer dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na busca pela efetivação do direito ao ensino fundamental público de qualidade, indispensável para o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Palavras-chaves: eficácia jurídica; ensino fundamental público de qualidade; Poder Judiciário.

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Orientador: Daniel Amin Ferraz
Aluna: Cleíse Nascimento Martins Costa
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
cleisemartins@gmail.com

As empresas transnacionais possuem três formas de atuação: investimento direto estrangeiro, exportação ou relações contratuais. Por meio das relações contratuais, a empresa explora as vantagens de um território pela concessão de uma empresa nativa. As grandes corporações podem optar por realizar a sua produção e comercializar seus bens ou pela via da exportação, ou por meio de investimentos diretos, os quais acarretam o estabelecimento dessas corporações em territórios diferentes dos quais se originam. Esse processo pode dar-se ou por meio da participação em empresas, ou pelo estabelecimento de filiais, responsáveis por projetar, produzir e comercializar serviços e produtos. O ponto positivo das empresas transnacionais que podem atuar nos mais variados setores, como industrial, financeiro e de serviços, seria oferecer não só a oportunidade de inserir os paises em desenvolvimento no comércio internacional, como também o potencial desenvolvimentista de gerar empregos, incrementar a produtividade, transferir habilidades e tecnologias inovadoras, incentivar as exportações e contribuir, a longo prazo, com o crescimento econômico dos territórios hospedeiros. A estrutura das empresas transnacionais pode variar conforme o grupo ao qual pertencer, o tipo de empresa, as restrições do setor onde opera, sua dimensão e o grau de internacionalização. O ingresso de tais corporações nos países hospedeiros provoca fortes transformações pela dimensão das relações comerciais que estabelecem, pela eficiência de meios e técnicas empregados nos processos produtivos e pelo quadro estratégico por meio do qual exercem suas atividades, o que lhes confere vantagens decisivas frente às empresas puramente nacionais. Em decorrência da relação entre Estados receptores de recursos e as empresas possuidoras de capital, surgiram agentes internacionais com personalidade jurídica própria, para solucionar possíveis conflitos. A empresa transnacional deixou de ser apenas uma entidade de direito privado, assumindo o papel mais relevante na comunidade internacional, ante sua influência na política dos países, decorrente do seu poder econômico que, muitas vezes, supera as economias estatais. Cria-se, desta forma, uma sociedade mundial padronizada e uma concorrência entre empresas investidoras e países receptores de capital. Enquanto a globalização possui dinâmica própria, derivada do novo modo de produção capitalista, sobre o qual os países, isoladamente, não têm qualquer domínio, a regionalização permite certo controle sobre as variáveis do processo, em espaço territorial menor, preparando os integrantes de determinado bloco estatal para sua inserção ordenada no mercado mundial. Para estabelecer a integração entre os Estados, devem concorrer os seguintes fatores: existência de interesses e valores comuns; sistema para soluções de controvérsias; relativa igualdade econômico-social e político-institucional; complementaridade e divisão de interesses; comprometimento do Estado nacional ao cumprimento das metas estabelecidas nos acordos ou tratados regionais; participação democrática e compartilhada entre os países assinantes. Em razão do tardio ingresso da economia brasileira no mercado internacional, se comparada a outras nações em desenvolvimento, o que acarretou a falta de investimentos em escala, tecnologia de ponta e eficiência no setor industrial, formou-se um quadro em que os investimentos estrangeiros se tornaram mais do que um fator favorável, mas também desejável. O conceito de investimento direto estrangeiro refere-se à aplicação de recursos em uma atividade produtiva, assegurado o retorno acrescido de lucro

ou outras formas de remuneração. Os investimentos diretos estrangeiros são considerados capitais de longo prazo e referem-se à aquisição de ativos nacionais por meio das operações de fusão e aquisição, com o propósito de exercício de controle administrativo ou acionário do empreendimento nacional. Os investimentos estrangeiros indiretos, ou de *portfolios,* são representados por capital de curto prazo, aplicado em ativos e instrumentos financeiros. A diferença entre esses investimentos reside em saber se o investidor estrangeiro possui mais de 50% do capital votante da empresa receptora do recurso internacional, quando se trata de investimento direto. Assim, a aquisição de tais empresas significa, além de substituição de propriedades, acréscimo de investimento, para proporcionar condições de competir no mercado aberto.

Palavras-chave: Investimento estrangeiro; globalização; empresas transnacionais.

NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO NOS MERCADOS

Orientadora: Neide Teresinha Malard
Henrique Vitali Mendes
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
email: henriquevitali@gmail.com

Os lucros exorbitantes auferido pelos bancos comprovam o domínio das instituições financeiras sobre do setor produtivo na economia brasileira. Grande parte do impressionante desempenho das instituições financeiras é notoriamente controverso e gera intermináveis polêmicas a respeito de violações perpetradas aos receptores dos serviços bancários. Aspectos, como a cobrança de taxas abusivas, a falta de transparência na administração de aplicações e investimentos dos correntistas, e a imposição de garantias contratuais excessivamente onerosas aos tomadores de empréstimos, evidenciam o esgotamento do setor privado com o financiamento bancário. O setor produtivo necessita encontrar alternativas de financiamento menos gravosas que o tradicional mútuo feneratício e que se adaptem ao seu perfil. É necessário um gênero de investidor que atenda às necessidades de uma economia em desenvolvimento, que estimule a competitividade. Os fundos de capital de risco podem ser uma resposta a este anseio e enquadram-se às necessidades das empresas de pequeno e médio porte. Estes investidores compram participação acionária na empresa investida, profissionalizam a gestão e aumentam o valor de mercado da empresa para vender suas cotas valorizadas. Desse modo, o investidor retira a quantia investida acrescida do rendimento pelo aumento de preço da empresa no mercado. A saúde financeira da empresa interessa diretamente aos investidores de risco, pois só terão retorno desejado se a atividade tiver bons resultados, caso contrário, perderão o valor investido. O chamado capital produtivo possibilita às empresas iniciantes, inovadoras e de boas perspectivas de crescimento o acesso a financiamento que lhes permita alcançar posição de destaque no mercado, que não seria possível em razão do patrimônio líquido escasso e das opções de empréstimos incompatíveis com os poucos ativos dessas empresas.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional. Formas de financiamento do setor privado. Fundos de investimento em capital de risco produtivo.

O PAPEL DA AUTORIDADE CENTRAL NA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: BASES PARA UMA ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL

Tutor: Francisco Rezek
Autor: Boni de Moraes Soares
Centro Universitário de Brasília. Programa de Mestrado em Direito
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
bonimoraes@yahoo.com.br

Afirma-se a possibilidade de atuação pró-ativa do Ministério da Justiça, a autoridade central do Brasil na cooperação jurídica internacional. Para tanto, analisa-se o papel da autoridade central segundo os tratados e os compromissos de reciprocidade que estabelecem a cooperação jurídica entre Estados. Definem-se, ademais, as funções gerais e específicas da autoridade central por meio de novo modo de considerar o auxílio mútuo que as soberanias prestam entre si. Conclui-se com a hipótese de que a autoridade central é órgão responsável não só pela tramitação dos pedidos de cooperação ou pela análise formal de seus requisitos, mas também pela coordenação da execução da cooperação no âmbito interno e pela definição da posição técnica do Estado nas relações internacionais.

Palavras-chave: Cooperação jurídica internacional. Autoridade central. Ministério da Justiça.

O UNIVERSALISMO DOS DIREITOS HUMANOS E A POSSIBILIDADE DE UMA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE VALORES

Orientador: Marcelo Dias Varella
Autor: André Nunes Chaib
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Mestrado em Direito da Relações Internacionais
e-mail: andrenc25@gmail.com

No nível internacional, instrumentos jurídicos foram elaborados, a fim de criar certa comunidade de direitos a ser protegidos. Ora, percebe-se que o mero universalismo jurídico não é base assaz sólida, para constituir uma comunidade de valores em nível internacional. Pode-se, entretanto, observar que a tentativa de formular o universalismo jurídico e, por conseguinte, de realizar a construção de uma comunidade baseada em conceitos e valores universais não se verifica na realidade contemporânea, pois anterior a isso, há que se constituir um universo ético de compreensão entre os povos e os Estados, o que pressupõe a aceitação, *a priori,* de um conjunto de valores. Como, então construir uma comunidade de direitos a ser protegidos sem a existência de valores comuns? A criação de uma comunidade de valores no plano internacional é mesmo realizável? Para responder a esta questão, é preciso definir os conceitos utilizados neste projeto: o que se entende por universalismo jurídico? Qual é a definição apropriada à comunidade de valores? Esta última questão traz outros problemas ao trabalho: qual é a diferença entre ética, moral e valor? Por meio dessa distinção, pode-se definir o que se chama *comunidade de valores* e ver se é possível alcançá-la. Ao falar-se em valores, apresenta-se a questão sobre a possibilidade de apreender valores universais. Assim, consideram-se dois postulados: o da inexistência de valores universais ou o da existência de valores universais. Quanto ao primeiro, chegar-se-á ao relativismo ético, e a possibilidade de criação de uma comunidade de valores será condicionada à possibilidade do diálogo e do consenso, o que implica outros problemas, como o da convergência de linguagem política e ética compreensível a todos. Quanto ao segundo, confronta-se com as teorias conforme as quais é possível apreender valores objetivamente, pré-existentes, e sua universalidade seria incontestável. Trata-se das teorias do direito natural em suas acepções. Se os valores pré-existem e decorrem da "natureza", seria evidente considerá-los universais. A importância desta discussão e a vontade de estabelecer valores universais teriam como objetivo o estabelecimento da paz durável entre as nações. Este projeto não aceitará a idéia de que existem valores *a priori,* que possam ser apreendidos objetivamente, mas indicará a possibilidade do diálogo e da construção dos valores ditos universais. Para isso, dois são os exemplos que serão trazidos ao estudo: o primeiro é o dos Direitos Humanos e dos novos conceitos que se desenvolvem no direito internacional, tal como, a noção de *Jus Cogens*; o segundo exemplo é o direito internacional penal, mais propriamente, o desenvolvimento das jurisdições penais internacionais, TPIs (ex-Iugoslávia e Ruanda) e TPI (tratado de Roma), e como essas instituições podem servir à construção de valores comuns.

Palavras-chave: Internacionalização do Direito; universalismo jurídico; comunidade de valores.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: PROBLEMAS DE EFETIVAÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE IMÓVEIS

Tutor: Roberto Freitas Filho
Autor: Paulo Luís Quintela de Almeida
Mestrando do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, na área de concentração Direito e Políticas Públicas
plqa@bol.com.br

O processo de urbanização regular no Brasil pressupõe a existência de parcelamento do solo devidamente aprovado e registrado, a fim de que a cidade cresça harmoniosamente, com respeito ao meio ambiente e à qualidade de vida para os habitantes. No entanto, a maior parte da malha urbana do país tem sido constituída mediante parcelamento irregular do solo, os chamados loteamentos irregulares e os assentamentos informais, ou seja, as favelas. A ocupação irregular do solo está na origem dos principais problemas urbanos, em aspectos variados, como segurança, saúde, transportes, meio ambiente, defesa civil e provisão de serviços públicos. Na maioria dos casos, para que o parcelamento seja registrado, serão necessários procedimentos para saneamento de registros públicos de imóveis, por existirem descrições precárias e deficientes. O processo de regularização fundiária possui, portanto, duas importantes fases: a aprovação do projeto com todas as condicionantes ambientais e urbanísticas; o registro no cartório de imóveis com saneamento de matrículas, eliminação de imprecisões, duplicidades e sobreposição de áreas e outros vícios. Pretende-se pesquisar quais são as condições para aprovação do projeto de regularização, com identificação das principais condicionantes urbanísticas e ambientais aplicáveis, e quais são as soluções e as políticas para a remoção de pessoas, se necessária, e a criação de assentamentos em locais viáveis para a urbanização. Dever-se-ão identificar as principais falhas existentes no sistema de registro imobiliário brasileiro e provar que o saneamento dependerá ou do estudo da cadeia dominial e do levantamento histórico da legislação aplicável aos registros de imóveis desde o Brasil-colônia até os dias atuais, ou da existência de políticas públicas e legislativas destinadas a sanear os registros.

Palavras-chave: Políticas públicas; regularização fundiária; registro imobiliário.

REGULAÇÃO E CONTROLE DA ARBITRAGEM TRANSNACIONAL: O CORRETO ENTENDIMENTO DA ARBITRAGEM NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

Orientador: Francisco Rezek
Autora: Nataly Evelin Konno Rocholl
mestranda em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília- UniCEUB
e-mail: natalyrocholl@gmail.com

O objetivo geral do estudo é apresentar a regulação e o controle da arbitragem transnacional, o correto entendimento da arbitragem na ordem jurídica brasileira e as normas jurídicas que a regem. Tal tema será tratado, principalmente, sob a ótica do Direito Comercial e do Direito Internacional Privado. Serão empregados como base a legislação pátria, os tratados e as convenções internacionais. Faz-se necessário lançar mão do Direito Comparado, mormente nos países em maior evidência, quais sejam: Brasil, Estados Unidos e França. Os objetivos específicos são: demonstrar as normas norteadoras; saber como se enquadram, qual é o limite nos contratos internacionais; examinar as origens da arbitragem no direito internacional público; analisar os principais sistemas de arbitragem transnacional geral e de investimentos dos sistemas regionais peculiares – o MERCOSUL – e a natureza da jurisdição arbitral. A pesquisa terá como suporte o trabalho de dois autores: Irineu Strenger e Nadia Araújo; o primeiro é um professor com livros publicados referentes ao assunto, e a segunda possui obras e análises contemporâneas. O presente estudo, portanto, fundamenta-se pela análise legal e doutrinária, não se confrontando questões de ordem penal, tampouco se servindo das demais Ciências Sociais. A área de concentração pretendida é Direito das Relações Internacionais, e a linha de pesquisa é Sistemas Regionais de Integração. Destacam-se as contribuições do Grupo de Pesquisa de Direito Econômico – GIDE, haja vista as pesquisas e a leitura orientada de textos que guardam total consonância e relevância com o tema, assim como os estudos pessoais, realizados na Universidad Nacional del Litoral, na Argentina, e a disposição dos professores locais em orientar, testar hipóteses e sugerir pertinentes materiais bibliográficos. A pesquisa instrumental guiará o projeto e não buscará soluções para os conflitos, mas proporá o ajuste destes contratos e suas delimitações. O método de procedimento a ser seguido será o estudo monográfico, já que serão examinadas a doutrina e a legislação relativas ao tema para chegar à sua aplicação ao caso concreto e a suas problemáticas envolvidas. Com relação às técnicas de pesquisa, serão trabalhadas as do tipo bibliográfico, com base em livros e periódicos jurídicos, para conceituar e analisar os institutos, e a documental, com a respectiva análise crítica da jurisprudência, fazendo-se os fichamentos e concatenando os pontos e as informações relevantes.

Palavras-chave: Arbitragem transnacional; jurisdição arbitral e regulação; controle da arbitragem transnacional.

SEQÜESTRO INTERPARENTAL

Tutora: Maria Elizabeth G. T. Rocha
Autora: Carolina Helena Lucas Mérida
Instituição: UniCEUB
e-mail: carol.hlmerida@yahoo.com.br

O trabalho descreverá um tema que se torna crítico com a globalização: o deslocamento ilegal de crianças através de países. Como essa situação incide em diversas nações, houve um esforço de cooperação internacional por meio das Organizações das Nações Unidas, para assegurar que os Estados adotem direitos fundamentais das crianças em seu território. Após inúmeras discussões, os Estados-partes chegaram à conclusão de que, diante do número crescente de casos, principalmente de pais que se separavam e quando um deles levava consigo a criança para outro Estado, provavelmente para fugir da legislação do Estado de origem, a medida que atenderia, de fato, aos interesses da criança seria retorná-la ao seu ambiente de origem, ao país da sua residência habitual, juízo natural em que, supostamente, melhor se discutiriam as questões referentes à guarda. O seqüestro interparental é prejudicial à criança, que tem direito a manter contato com ambos os pais, por isso a simplicidade do instrumento é fundamental para a ordem de restituição ao país de residência habitual da criança, que deve ser efetuada da forma mais rápida possível. O texto analisará as duas convenções de que o Brasil é signatário e que dizem respeito à repatriação de crianças: a Convenção da Haia, de 25 de outubro de 1980, e a Convenção Interamericana sobre Restituição de Menores de Montevidéu, de 15 de julho de 1989.

Palavras-chave: crianças; seqüestro interparental; Convenção de Haia.

SETOR PÚBLICO NÃO-ESTATAL: O MODELO FEDERAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Tutora: Márcia Dieguez Leuzinger
Autora: Daiane Nogueira de Lira
e-mail: daiane.lira@ig.com.br
Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito e Políticas Públicas

A presente pesquisa tem por objeto analisar o modelo federal de Organizações Sociais como técnica de prestação de serviços públicos frente à Constituição de 1988. A Reforma Gerencial da Administração Pública dos anos 90 criou o instituto das Organizações Sociais, que consiste em nova estratégia de prestação de serviços públicos apoiada na divulgação dos serviços não-exclusivos do Estado. O objetivo era transferir para o setor público não-estatal a prestação dos serviços que correspondem aos setores em que o Estado atua simultaneamente com a iniciativa privada, tais como, educação, saúde, cultura, proteção ambiental e tecnologia. Organização Social é um qualificativo concedido a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que desenvolvem essas atividades, e que, mediante a assinatura de um contrato de gestão, passam a receber bens públicos, recursos orçamentários e servidores que lhes serão cedidos a expensas do erário público. Essas entidades submetem-se ao controle estratégico de resultados, por meio do Contrato de Gestão, e ao controle social, a ser desempenhado pela participação de membros da comunidade no Conselho de Administração. A Lei nº 9.637/98 inseriu as Organizações Sociais no âmbito federal e serviu de base para que Estados-membros também as institucionalizassem. Mas, essa lei merece críticas e precisa ser analisada frente à Constituição, de modo a evitarem-se riscos para o patrimônio público e para os direitos dos cidadãos. Assim, é preciso analisar os mecanismos de controle exercidos sobre essas entidades, o processo de transferência dos serviços não-exclusivos do Estado, e verificar se tal instrumento não seria uma fuga do Regime Jurídico Administrativo. Trata-se de estudo com implicações relevantes sobre o interesse público, podendo contribuir para o aperfeiçoamento de um instrumento de prestação de serviços públicos com mais eficiência e com a efetiva participação da sociedade.

Palavras-chave: Organizações Sociais. Lei nº 9.637/98. Constituição Federal.

TRATADOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNAS: O ACORDO SOBRE AGRICULTURA DA OMC E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO BRASIL

Orientador: Marcelo Dias Varella
Autor: Rafael Rosa Cedro
Centro Universitário de Brasília
Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas
e-mail: rafael_cedro@yahoo.com.br

Este trabalho baseia-se na perspectiva de que há a internacionalização intensa das questões nacionais. Neste contexto, a política externa passa a regular, efetivamente, questões que faziam parte do ambiente regulatório doméstico. A hipótese neste estudo será a de que os acordos internacionais de comércio, mais especificamente, têm potencial significativo e que não se pode desprezar impor restrições às políticas públicas internas, especialmente, as de desenvolvimento e combate à pobreza. Essas restrições podem-se apresentar de forma direta e indireta. Como restrições diretas às políticas públicas internas, entendem-se aquelas situações em que o instrumento normativo-legal internacional estabelece regras sobre o que pode e o que não pode ser aplicado em termos de política nacional. Textualmente, indica se determinada política pode ou não ser implementada e de que forma. Como restrições indiretas, estão as normas ou os compromissos internacionais assumidos cujo cumprimento tem o potencial de prejudicar os resultados esperados para aquela determinada política, apesar de seus textos legais não dialogarem diretamente com a política pública interna em análise. Em síntese, o objetivo deste estudo é demonstrar a importância de exercer a coerência entre a política internacional de um Governo em relação à sua política nacional, sendo a consolidação legal daquela primeira – no caso em questão, por meio dos tratados de comércio – não-conflitante com os objetivos da política pública interna. A realização desta análise será feita por meio de estudo de caso, tomando como base o Acordo sobre Agricultura da Organização Mundial do Comércio, em relação à política de desenvolvimento rural do Brasil.

Palavras-chave: tratados de comércio; políticas públicas internas; "espaço de política pública" (*policy space*).

DEMOCRACIA REGIONAL: O PARLAMENTO DO MERCOSUL E A ABERTURA DE NOVOS ESPACOS DE PARTICIPAÇÃO PARA A SOCIEDADE CIVIL

Aluna: Elisa de Sousa Ribeiro (bolsista PIBIC/CNPq)
Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
UniCEUB – FAJS – Direito
e-mail: elisarib@uol.com.br
elizabethgtr@terra.com.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar a estrutura institucional do MERCOSUL, para identificar o processo pelo qual se dá a tomada de decisões e a construção de normas, com vistas a identificar obstáculos e perspectivas à diminuição do déficit democrático. Nesse contexto, buscou-se verificar de que maneira a presença do Parlamento do MERCOSUL, como órgão representativo dos cidadãos, abriria espaços para a participação social na formulação de normativas e políticas regionais. Inicialmente, é feita a conceituação de déficit democrático por meio da definição daqueles que se debruçaram sobre esta árdua tarefa. Em seguida, analisa-se a estrutura institucional do MERCOSUL, com vistas a examinar a participação da sociedade civil e dos setores privados na tomada de decisões e formulação de normativas. Concomitantemente, apresenta-se a visão de celebrados internacionalistas sobre a opção mercosulina de adotar o modelo intergovernamental para o bloco, em detrimento da estrutura supranacional, e quais as implicações desta decisão para a atual composição estrutural do MERCOSUL. Assim, formula-se um estudo sobre o Parlamento do MERCOSUL, contemplando os movimentos que levaram à sua criação, desde o Tratado de Assunção até os dias atuais. Considera- se sua organização, composição e competências, visando verificar de que maneira se permite a participação da sociedade civil no âmbito regional. Ademais, apresentam-se as formas pelas quais o Parlamento se relaciona com os demais órgãos da estrutura do bloco, com o objetivo de concluir se esta interação seria benéfica à elevação dos anseios sociais aos diferentes níveis de atuação do MERCOSUL. Ao final, faz-se a análise da estrutura institucional do MERCOSUL e o estudo das atividades do Parlamento, e procura-se responder à pergunta que motivou o trabalho: a institucionalização do Parlamento do MERCOSUL permitiu a criação de diálogo intrabloco e de espaços para a participação da sociedade civil na formulação de normativas e na tomada de decisões de tal forma a mitigar o déficit democrático que assola o movimento de integração?

Palavras-chave: Direito Internacional. Parlamento do MERCOSUL. Déficit democrático. Participação social.

.

POLÍTICA DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES: O IMPACTO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DA ANATEL NA POLÍTICA DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva (tutor)
João Paulo Saraiva de Andrade
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
saraiva.andrade@gmail.com

Este estudo abordará as políticas públicas de telecomunicações pelo modelo adotado no Brasil, comportando a definição da política, a implantação, a regulação e a fiscalização como atribuição da administração direta e indireta e a execução pela iniciativa privada mediante concessões, permissões e autorizações, nos termos do artigo 21, XI da Constituição de 1988 e da Lei Geral de Telecomunicações. O modelo brasileiro apresenta desafios que ainda não foram enfrentados exaustivamente. O debate trata dos limites da atuação dos entes envolvidos e, para tanto, requer clareza do papel de cada um deles, passando pelos conceitos de Estado e de Governo e pela revisão do modelo das agências reguladoras adotado no Brasil. Este projeto tem por desiderato examinar o impacto de tais questões, abordando o conflito de competência e atribuições dos entes públicos, na política de universalização das telecomunicações, sob o enfoque constitucional. O objetivo geral é o de definir a competência do Ministério das Telecomunicações e da ANATEL na formulação, no desenvolvimento, na regulação, na implantação e na fiscalização da política de universalização dos serviços de telecomunicações, à luz do atual sistema brasileiro de regras e de princípios constitucionais. Será, portanto, necessário retomar a história das Agências Reguladoras no Brasil. Com efeito, o modelo brasileiro seguiu o quanto construído nos Estados Unidos, daí porque a necessidade de distinguir os modelos norte-americano e brasileiro. As agências reguladoras foram concebidas como organismos independentes e autônomos em relação à estrutura tripartite de poderes estatais, assumindo, com limites, funções normativas (reguladora), judicante (administrativo-contencioso e juízo arbitral) e administrativa (fiscalização). Sobre a ANATEL, o que se pretendia, consoante a exposição de motivos da Lei Geral de Telecomunicações, era que a agência fosse dotada de agilidade, especialidade e conhecimento técnico suficientes para o setor das telecomunicações, segmento que representaria constante interferência na sociedade e permanente estado de transformação. Assim, o impacto que se apresenta neste projeto é originário da falta de sintonia entre as previsões legais do modelo de agência da ANATEL e o tratamento concedido pelo chefe do Executivo. Há indefinição sobre os papéis da Agência e do Governo na formulação da política de telecomunicações. Este projeto investigará, pois, de que forma as relações entre o Governo Federal, a ANATEL, as prestadoras de telecomunicações e a sociedade podem estabelecer-se em favor da política de universalização dos serviços de telecomunicações por todo o território nacional.

A DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA E A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E OS DIREITOS HUMANOS: A EFETIVIDADE DAS TUTELAS DE PROTEÇÃO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Tutor: Jorge Luiz Fontoura Nogueira
Autoria: Ewerton Marcus de Oliveira Góis
UniCEUB: Mestrado em Direito das Relações Internacionais gois6015@yahoo.com.br

Trata-se de estudo científico que pretende amalgamar o meio ambiente aos direitos humanos, buscando reafirmar que a questão ambiental é vital para a sobrevivência humana. Assim, será feita abordagem da necessidade de caminhar-se no sentido de um Estado de bem-estar socioambiental, condutor de políticas preservacionistas, sem o qual restará impossibilitado o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, indispensável ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, será feita investigação acerca da efetividade das tutelas de proteção existentes no âmbito da Organização dos Estados Americanos, pesquisando, conjuntamente, a necessidade do reforço à legislação ambiental brasileira. É importante destacar que, no campo da Organização dos Estados Americanos, existem mecanismos de petição individual que possibilitam à vitima apresentar seu pleito perante órgãos internacionais, levando sua irresignação às instâncias internacionais, *in casu*, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Noutro sentido, a Corte Interamericana de Direitos Humanos é a responsável pelo processo contencioso em face do Estado agressor. Sublinhe-se que a existência de órgãos com atribuições investigatória, consultiva e jurisdicional é vital, para conferir efetividade aos sistemas de proteção. É certo, porém, que, no mais das vezes, o Estado só será julgado pela Corte Internacional caso tenha reconhecido, expressamente, sua jurisdição, transformando-se, de certa forma, em mais um obstáculo para a efetividade das tutelas de proteção. Para tanto, analisa-se a utilização e a eficiência dos mecanismos de petição individual, do emprego das tutelas coletivas e do poder coercitivo das normas de Direito Internacional concernentes à proteção ambiental. Pretende-se, ademais, avançar na reflexão de que a questão ambiental global é vital para a sobrevivência humana, perpassando pela afirmação de que os Direitos Humanos são os mananciais e os veículos da proteção ambiental.

Palavras-chave: meio-ambiente; efetividade; tutelas de proteção.

A DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL NO ESTADO CONSTITUCIONAL: O ENFOQUE DA SEGURANÇA JURÍDICA

Christine Oliveira Peter da Silva (orientadora)
Giovanna Loyola Macedo (graduação)
UniCEUB – Mestrado em Direito – Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC
loyola.giovanna@gmail.com

A pesquisa tem como objeto investigar a possibilidade de desconstituição da coisa julgada inconstitucional no Estado Constitucional, considerando o princípio da segurança jurídica, no âmbito do Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC. Utiliza-se a técnica dogmático-instrumental, para identificar os conceitos principais para a pesquisa, quais sejam, a segurança jurídica, a coisa julgada, e os efeitos da Ação Direta de Inconstitucionalidade no controle de constitucionalidade concentrado. Pretende-se responder à pergunta sobre a possibilidade de desconstituição da coisa julgada, levando-se em consideração o princípio da segurança jurídica, tendo como pano de fundo o Estado Constitucional, de acordo com a doutrina de Perez Luño e Peter Häberle. Identificou-se que a segurança jurídica no Estado Constitucional traduz a garantia dos direitos fundamentais, indo além do previsto no Estado de Direito que a estabelece como asseguradora de estabilidade e previsibilidade nas relações sociais. Foi delimitada a garantia à coisa julgada no ordenamento jurídico brasileiro, qual seja, na seara infraconstitucional, como eficácia que torna imutável a sentença, e, na seara constitucional, como limite à retroatividade das leis. Estudados os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, percebeu-se a tendência à flexibilização da teoria da nulidade dos atos declarados inconstitucionais. Conclui-se pela possibilidade de desconstituir a coisa julgada, guiando-se pelo princípio da proporcionalidade. Após pesquisa entre os doutrinadores, destacando-se Luis Roberto Barroso, verifica-se que a segurança jurídica se consolida na defesa da imutabilidade ou na relativização da coisa julgada na medida em que serve para compatibilizar a decisão judicial por ela resguardada com a Constituição. Além disso, observa-se que a relação da segurança jurídica com a coisa julgada é mais próxima de preservá-la como garantia constitucional do que como instrumento de previsibilidade e estabilizador das relações sociais, característica ligada ao princípio da irretroatividade de lei nova.

Palavras-chave: Estado constitucional; segurança jurídica; coisa julgada; efeitos da ação de direta de inconstitucionalidade.

COLISÃO DE PRINCÍPIOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA DOUTRINA DE ROBERT ALEXY

Christine Oliveira Peter da Silva (orientadora)
Natália Ferreira Braga (graduação)
UniCEUB – Mestrado em Direito – Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC
natbraga@gmail.com

A pesquisa no âmbito do direito constitucional aborda o tema da colisão de princípios constitucionais, de acordo com a análise da teoria de Robert Alexy. O estudo deve-se à problemática gerada pela conquista do *status* normativo pelos princípios. Uma vez definidas regras e princípios como subcategorias do gênero "norma", é preciso verificar se a colisão de princípios obedece, tal como as regras, aos critérios clássicos de resolução de antinomias. Para tanto, considera-se a proposta de Alexy, segundo a qual, os princípios, ao contrário das regras, podem ser realizados em diferentes graus. Essa peculiaridade permite o recurso à ponderação como mecanismo de harmonização de princípios contraditórios a incidir no mesmo caso. A observância da unidade da Constituição, associada à busca da concordância prática, é, em última instância, o parâmetro norteador da técnica de ponderação. Utilizou-se, assim, a metodologia epistemológica aliada à pesquisa bibliográfica no âmbito das discussões do Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC. A pesquisa permite concluir que, apesar das críticas existentes, é possível, por meio da ponderação, obter, na maioria dos casos, solução adequada à colisão de princípios, garantindo sua normatividade e preservando a Constituição.

Palavras-chave: Direito Constitucional; teoria dos princípios; colisão e ponderação de princípios sob a ótica de Robert Alexy.

A INFLUÊNCIA DO PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: CONCRETIZANDO O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Dra. Samantha Ribeiro Meyer-PFLUG (orientadora)
Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
Dr. Dilnei Lorenzi (orientador)
Christine Oliveira Peter da Silva (orientadora)
Hadassah Laís de Sousa Santana (graduação)
UniCEUB – Mestrado em Direito – Grupos de Pesquisas Internacionalização do Direito Constitucional e Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC
hadlais@gmail.com

O pós-positivismo traz a necessidade de articulação entre a interpretação das normas e o fato concreto, não permitindo a hermenêutica abstrata e reconhecendo a normatividade dos princípios. A Constituição passa a ser um sistema aberto, composto de normas e princípios. O desenvolvimento é a tônica que mobiliza a sociedade internacional ante a possibilidade de novos efeitos de inserção que consolidam os direitos fundamentais, confluindo-se da esfera internacional para uma estrutura interna, com diferentes sistemas jurídicos e divergências sobre os direitos fundamentais. A pesquisa evidencia a concepção jurídica que, ao tratar do desenvolvimento como liberdade, identifica elementos correlatos entre o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, referente a direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos, e a atual Constituição brasileira, não somente no que concerne ao texto positivado, mas também extensível à sua interpretação. Destaca-se a análise dos direitos fundamentais e a mobilização internacional para sua efetivação. Propõe-se a releitura acerca do desenvolvimento econômico como liberdade de acordo com a ideologia do Estado Constitucional. A partir de então, é apresentado estudo acerca da internacionalização referente aos Direitos constantes nos pactos de 1966. Trata-se de comparação entre o desenvolvimento como liberdade na Constituição Federal de 1988 e o referido Pacto Internacional de direitos civis, políticos, culturais, econômicos e sociais. O trabalho aborda o desenvolvimento como liberdade na perspectiva de Amartya Sem e identifica os elementos correlatos entre o Pacto Internacional e a Constituição, dimensionando a mobilização internacional para efetivação de tais direitos no plano regional, e no plano interno. Serão estes elementos, correspondentes na cultura jurídica brasileira, que corroboram a tutela mediadora de direitos fundamentais numa sociedade pluralista, a desafiar o Estado Constitucional pós-positivista, propiciando a delimitação da atuação jurídica ante a diversidade cultural. A internacionalização do Direito servirá de instrumental, para distinguir o direito que reconhece novos paradigmas como pressupostos valorativos inclusivos, que permitem a percepção do outro numa sociedade democrática e plural. Esse estudo finaliza leituras e discussões do grupo de pesquisa sobre *Internacionalização do Direito*, do Centro Universitário de Brasília, inserido em uma rede de instituições no Brasil e no exterior.

Palavras-chave: Internacionalização do Direito Constitucional. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Direito ao desenvolvimento como liberdade.

A INTERPRETAÇÃO EVOLUTIVA DO CONCEITO DE SOBERANIA À LUZ DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO

Dra. Samantha Ribeiro Meyer-PFLUG (orientadora)
Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
Dr. Dilnei Lorenzi (orientador)
Christine Oliveira Peter da Silva (orientadora)
Larissa Maria Melo Souza (graduação)
UniCEUB – Mestrado em Direito – Grupos de Pesquisas Internacionalização do Direito Constitucional e Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC
lissademelo@gmail.com

A pesquisa é desenvolvida sob a égide do direito constitucional e internacional, tendo por objeto o esvaziamento do conceito clássico de *soberania* frente aos fenômenos de universalização e globalização descritos por Mireille Delmas-Marty. A metodologia utilizada é instrumental, direcionada pela doutrina quanto às várias feições que giram em torno do conceito de *soberania*, com intuito de compreender as razões da insuficiência do conceito clássico e definir novos parâmetros de compreensão da concepção proposta por Gustavo Zagrebelsky. O tema restringe-se à determinação do entendimento de soberania sob o olhar dos direitos humanos, em uma "sociedade aberta universal", nas diretrizes de Peter Häberle e Markus Kotzur, e de um contrato social mundial defendido por Mireille Delmas-Marty. O estudo é desenvolvido no âmbito dos grupos de pesquisa de *Internacionalização do Direito* e Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC. Para alcançar os objetivos, o trabalho percorre cinco etapas. Primeiro, com base na evolução histórica do conceito de *soberania*, reconhece-se a insuficiência da concepção determinada até o tratado de Westfalia (1648), em razão de seu descompasso com o pluralismo político e social desenvolvido desde o final do século XX. A segunda é demonstrar que o conceito proposto pelo direito constitucional de soberania popular é vazio, justamente por não haver definição do que seja este povo; entretanto deve-se reconhecer que esse entendimento aproxima o conceito de *soberania* do caráter libertário. A terceira compreende a formulação da *soberania cidadã*, conforme propõe Markus Kotzur, que se pauta na liberdade de autodeterminação do ser humano. A quarta refere-se à transição do entendimento de soberania conformada na autodeterminação do ser humano para um plano internacional de sociedade aberta universal, em cooperação com a efetivação da proteção à dignidade da pessoa humana. Por fim, o reconhecimento de que, apesar das tensões existentes nas relações internacionais entre o desejo de paz e o medo, descritos por Mireille Delmas-Marty, é preciso direcionar os atos internacionais mediante um contrato social mundial, em busca da paz, pois, dessa forma, aperfeiçoa-se o objetivo de garantir a autodeterminação do ser humano. O desenvolver desses cincos pontos permite coadunar as soluções apresentadas para a problemática da soberania de Mireille Delmas-Marty, Peter Häberle e Markus Kotzur, na tentativa de redefinir a soberania sob os parâmetros mundiais de universalidade e globalização e em consonância com a concepção apresentada por Gustavo Zagrebelsky.

Palavras-chave: soberania e autodeterminação do ser humano; sociedade aberta universal; contrato social mundial.

MERCOSUL: UMA UNIÃO ADUANEIRA POR FAZER

Tutor: José Levi Mello do Amaral Júnior
Autora: Luíza Cristina de Castro Faria. ICPD - Centro Universitário de Brasília UniCEUB. Mestrado em Direito das Relações Internacionais
e-mail: luizacfaria@gmail.com

A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Direito Internacional Tributário, que objetiva, entre outros aspectos, analisar a perspectiva de formação de efetiva união aduaneira no âmbito do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – e expor questões referentes a este sistema regional de integração. O MERCOSUL é um mercado formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que visa facilitar a integração dentro do próprio bloco e do bloco com outros países. Esse tema é bastante atual, pois acordos e tratados são firmados em curto prazo, com a expectativa de que o MERCOSUL se torne uma união aduaneira completa. Demonstra-se sua importância para o desenvolvimento tanto dos países envolvidos como do sistema em si, fortalecendo a América do Sul. É necessário o estudo da legislação e da doutrina para que se faça o contexto histórico desde a criação do MERCOSUL e da tarifa externa comum até a sua relevância nos dias atuais. Tem-se como foco do estudo a expectativa do fim das listas comuns e das listas de exceção, levando-se em conta que podem ser prorrogadas. Alerta-se para o fato de que as exceções impeditivas à formação perfeita da união aduaneira estão ligadas aos fatores sociais e históricos dos países envolvidos e que, sem sua implementação, o mercado talvez nem tivesse sido criado. Confronta-se a situação tributária do MERCOSUL com outros sistemas de integração, similares ou mais completos em relação à base de comparação, e ponderam-se as vantagens e as desvantagens deste sistema. São objeto da pesquisa os princípios e as normas aplicados ao Direito, com o objetivo de melhor avaliar a situação. Verifica-se se o impacto que as listas de exceções causam na economia dos países envolvidos no MERCOSUL e se a completa efetivação da tarifa externa comum será prejudicial ou benéfica, criando, assim, a união aduaneira completa.

Palavras-chave: MERCOSUL. União aduaneira. Tarifa externa comum.

COMBATE À CORRUPÇÃO E EFICIÊNCIA DO PODER DISCIPLINAR: ANÁLISE ESTATÍSTICO-JURÍDICA DE DEMISSÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS REVISTAS EM JUÍZO

Tutor: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Autoria: Felipe Dantas de Araújo
Mestrado em Direito e Políticas Públicas – UniCEUB
felipedantas@yahoo.com.br

O tema da presente pesquisa é sintetizado na seguinte expressão: "análise estatístico-jurídica de processos administrativos disciplinares demissórios de servidores públicos federais, revistos em juízo com a conseqüente reintegração do servidor, no contexto do combate à corrupção e da eficiência do poder disciplinar da administração como políticas públicas." Explicitando-o melhor, algumas das infrações disciplinares gravíssimas previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990 podem ser definidas como atos de corrupção, e o combate e a prevenção da corrupção fazem parte de uma política pública assumida como compromisso internacional pela República Federativa do Brasil. Da mesma forma, o processo administrativo disciplinar é doutrinariamente um meio importante de execução dessa política. Entretanto, com base no princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional e na concepção de que o ato disciplinar pode ser controlado pelo judiciário quanto a aspectos de legalidade, é lícito ao servidor público federal punido com demissão pela prática de atos de corrupção ingressar em juízo contra a União, demandando não só sua reintegração no cargo do qual foi demitido, mas também o pagamento acumulado de todos os vencimentos que deixou de receber. Assim, objetiva-se, nesta pesquisa, mensurar a ocorrência dessas reintegrações mediante o cruzamento de dados de três sistemas informatizados do governo federal. A par da produção de conhecimento quantitativo, pretende-se expandir o estudo a um patamar qualitativo pela coleta de autos e pela análise estatística das fundamentações jurídicas utilizadas para o deferimento ou negativa desses pleitos reintegratórios. As variáveis hipotéticas que se abrem para explicar essa realidade seriam: se a administração demite com justiça ou não; se o judiciário reintegra devidamente ou não; se, mesmo que a administração demita com justiça, demite de forma eficiente em termos processuais, isto é, respeitando o devido processo legal, ou não; se a administração consegue, de forma eficiente, defender, em juízo, a manutenção do resultado de seus atos disciplinares. Por fim, investiga-se se o poder disciplinar da administração e o controle do ato disciplinar pelo judiciário são exercidos de forma harmônica e eficiente, no aspecto de celeridade e custo-benefício, enquanto protagonistas da política pública de combate à corrupção.

Palavras-chave: combate à corrupção; Direito administrativo disciplinar; controle de atos administrativos pelo judiciário.

O ORDENAMENTO JURÍDICO ESPANHOL E O PROCESSO DE ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPÉIA: ESTUDO DE CASO DAS RELAÇÕES DE TRABALHONA ESPANHA SOB A ÉGIDE DA UNIÃO EUROPÉIA PÓS-TRATADO DE NICE

Tutor: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Autoria: Felipe Dutra Gurgel Cavalcanti
Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD
Programa de Pós-graduação em Direito stricto sensu - Mestrado
Área de Concentração: Direito das Relações Internacionais
e-mail: fdgc2002@yahoo.com.br

O trabalho pretende analisar os impactos jurídicos – e, subsidiariamente, os políticos e sociais – causados sobre a Espanha pela nova ordem comunitária européia, após a entrada em vigor do Tratado de Nice e a admissão dos mais recentes membros da União Européia. Mais especificamente, o estudo terá como foco a aplicação do princípio da livre circulação de pessoas – em especial, a livre circulação de trabalhadores – no âmbito da União Européia, após sua expansão, e suas repercussões sobre a ordem jurídica interna das nações mais desenvolvidas dessa organização internacional. Assim, o objetivo geral do trabalho consiste em mapear a legislação espanhola e a da União Européia relativas à livre circulação de trabalhadores com vistas a analisar os impactos que o direito comunitário pós-2004 imprimirá sobre a ordem constitucional espanhola. Entre os objetivos específicos, incluem-se análises da legislação espanhola anterior e posterior ao Tratado de Nice (2001), podendo ser acrescidas ao estudo, complementarmente, comparações com legislações de outros membros antigos da União Européia relativos ao mesmo tema. Busca-se aferir o quanto o direito espanhol se encontra vinculado aos imperativos do direito comunitário europeu, perquirindo os efeitos das decisões tomadas pela União Européia sobre sua ordem constitucional, analisando as emendas já levadas a cabo, no bojo de sua Constituição e traçando um panorama de quais outras alterações seriam necessárias à adequação da ordem doméstica espanhola ao novo ordenamento comunitário. Almeja-se, assim, apurar a validade da afirmação de que a legislação nacional e o planejamento estatal, conjuntamente, exercem papel preponderante na garantia da liberdade em tela, indistintamente, a nacionais e estrangeiros. Procurar-se-á pontuar, nesse particular, a noção de *cidadania européia* expressa tanto nos diplomas jurídicos internos da Espanha quanto nos tratados constitutivos da União Européia, objetivando a ótima delimitação desse conceito quando aplicado à livre circulação dos trabalhadores.

Palavras-chave: União Européia; Direito espanhol; relações de trabalho.

A JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM DIREITO DO CONSUMIDOR: ALGUMAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS

Profº Dr. Roberto Freitas Filho robertofreitas_filho@yahoo.com.br
Aluna bolsista: Thalita Moraes Lima thalitaml@gmail.com
7º PIBIC promovido pelo CNPq em parceria com o Centro Universitário de Brasília UniCEUB. Curso: FAJS

Atualmente, o que se verifica é a volubilidade interpretativa na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, cuja práxis de decisões diametralmente opostas em curto período de tempo, muito embora, seja usual. Observa-se que a realização desmedida pode culminar no prejudicial enfraquecimento das relações jurídicas postas e futuras. Desse modo, a pesquisa, *in casu*, visa verificar o grau de variabilidade de fundamentos e interpretações, especificamente em matérias de Direito do Consumidor, na jurisprudência do STJ, tendo como critério analítico a coerência conceitual, em face da doutrina, das decisões mencionadas, as quais são selecionadas e tabuladas. Propõe-se identificar os fatores de insegurança jurídica, o aumento das incertezas mercadológicas e a "situação de instabilidade normativa" social com a ocorrência de tal fenômeno. Mesmo que o antídoto contra o decisionismo seja a transparência das decisões e a justificação de cada entendimento, o dissenso conceitual entre as jurisprudências e as Súmulas do STJ e entre as decisões da Corte e a doutrina é um fator que dificulta a melhor correção do discurso judicante em seus aspectos de coerência e consistência conceituais, em ordem semântica, lógica e hermenêutica. Esse debate é ressaltado no Grupo de Pesquisa em Hermenêutica e Direito do Consumidor.

Palavras-chave: STJ; Direito do Consumidor; coerência conceitual.

A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NOS PAÍSES DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES A SER IMPLEMENTADAS NOS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO

Tutor: Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros
Autor: Débora Soares Guimarães
UniCEUB. Programa de Mestrado
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
e-mail: debora-gs@hotmail.com

A pesquisa versa sobre a efetividade dos direitos humanos sociais, no âmbito dos países do MERCOSUL e tem como objetivo principal verificar as alterações que devem ser implementadas no Pacto Internacional de Proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais, na Convenção Interamericana de Direitos Humanos e nos mecanismos de proteção adotados pelo MERCOSUL, para obter a efetividade dos direitos sociais no plano internacional. Por meio do método dedutivo e com aporte na pesquisa sociojurídica, a presente pesquisa busca, com base em estudo apurado acerca da posição que os direitos sociais atualmente ocupam no sistema internacional de proteção dos direitos humanos e dos seus instrumentos internacionais de proteção, demonstrar que é possível e necessária a mudança de paradigma na percepção dos direitos sociais, no sentido de deixarem de ser vistos como direitos de segunda geração, expressos em normas programáticas, portanto, não-passíveis de exigibilidade no plano judicial interno e internacional, e passarem a ser tomados como direitos humanos fundamentais e justiciáveis, viabilizadores de medidas judiciais, inclusive de tribunais internacionais, voltadas à sua proteção. Este estudo apresenta uma série de medidas jurídicas a ser implementadas no âmbito do Pacto Internacional de Proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e dos mecanismos de proteção adotados pelo MERCOSUL, como meio de maximizar a efetividade dos direitos sociais nos países-membros. Porém, apesar de sugerir uma série de medidas jurídicas voltadas à efetivação dos direitos sociais no âmbito internacional, este trabalho conduz à conclusão de que o alcance da efetividade desses direitos depende não só do reconhecimento da sua justiciabilidade no pano internacional, mas também da vontade política dos governantes dos países-membros do MERCOSUL, no sentido de direcionar, no pano interno, o máximo de recursos disponíveis à realização dos direitos sociais.

Palavras-chave: Direitos humanos sociais. Efetividade. Países-membros do MERCOSUL.

COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E NATUREZA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Orientador: Roger Stiefelmann Leal
Autor: André Carlos da Silva
andcarlos@uol.com.br

Desde o seu surgimento, no início da era republicana, os Tribunais de Contas tiveram as suas competências amplamente alargadas, quer em profundidade, quer em quantidade. O coroamento dessas atribuições chegou ao seu apogeu com a Constituição de 1988, que reservou significativo espaço qualitativo na condição de órgão responsável pela fiscalização das contas públicas. Sobressaem do espectro de atribuições as competências de apreciar, julgar, fiscalizar, realizar comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias, prestar informações às Casas Legislativas, sustar a execução de ato impugnado e aplicar multa aos responsáveis, em caso de ilegalidade. Nesse contexto, a atuação das Cortes de Contas alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária. Na realização de suas atribuições constitucionais, as Casas de Contas adotam decisões com eficácia de título executivo. Quanto aos membros que compõem os Tribunais de Contas, a Constituição Federal de 1988 assegurou-lhes as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, subsídios e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, aos que têm assento no Tribunal de Contas da União, e a desembargadores, aos que fazem parte dos Tribunais de Contas dos estados. Além disso, o Ministério Público especial que atua junto aos Tribunais de Contas e os auditores passaram a ter *status* constitucional. O resultado do atual desenho dos Tribunais de Contas, órgãos não-pertencentes ao Poder Judiciário, não-subordinados organizacional e administrativamente a qualquer dos Poderes e que a todos fiscaliza, tem levantado questionamentos a respeito da natureza, do alcance de suas decisões e de outros temas a eles relacionados, como, por exemplo, o uso da Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal, para fundamentar o exame de constitucionalidade das leis. Por serem controvertidos esses limites, sobressai relevante perquirir se os Tribunais de Contas emitem decisões que são insusceptíveis de revisão pelo Poder Judiciário, em especial, tendo como referência o princípio constitucional da jurisdição única e o sentido do termo *jurisdição*, quando aplicado aos Tribunais de Contas. Nesse contexto, o núcleo central desta pesquisa representa um esforço no sentido de, examinando a doutrina e a jurisprudência a respeito do assunto, apresentar reflexões que contribuam para o deslinde da questão relativa à atuação dos Tribunais de Contas, em especial, o exame de sua competência jurisdicional e a natureza de suas decisões.

Palavras-chave: competência; jurisdição; decisão.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO, GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA VELOCIDADE DA INTERAÇÃO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA CONSOANTE OS POSTULADOS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Orientadora: Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha
Autora: Andréa Lyrio Ribeiro de Souza
Faculdade: UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Curso: Mestrado em Direito das Relações Internacionais
e-mail: andrea.mayer@terra.com.br

Com base na premissa de que é imprescindível a avassaladora globalização econômica não acarretar a hegemonia cultural sob regência da "lei do mais forte", o projeto questiona, de início, se há como dissociar os direitos econômicos dos demais direitos humanos na construção de uma sociedade, ao mesmo tempo, universalista e pluralista. Considerar-se-á o caráter tanto supranacional quanto intranacional das normas protetivas dos direitos da pessoa humana e sua permeabilidade, já que tais regras tendem a invadir todas as esferas da ordem jurídica interna, de natureza pública ou privada, pois a ordem jurídica internacional, ratificada pelos Estados nacionais, obriga-os a respeitar, em seu território, os direitos proclamados. Em seguida, analisar-se-á a influência do direito internacional dos direitos humanos sobre o direito nacional, estudando-se os impactos produzidos no Brasil, após a publicação do Decreto n° 678, de 6/11/1992 (Pacto de São José da Costa Rica), examinando-se a recente mudança de orientação jurisprudencial emanada do egrégio Supremo Tribunal Federal acerca do tema *prisão de depositário infiel*, já que a Suprema Corte entendeu que a norma internacional, no artigo 7°, item 7, do mencionado Decreto, deve preponderar em relação ao disposto no artigo 5°, LXVII, da CF/ 88. Por fim, verificar-se-á a velocidade de interação entre normas internacionais protetivas de direitos humanos e o ordenamento nacional, a fim de concluir se é possível harmonizar o princípio da dignidade da pessoa humana com a globalização econômica, e construir uma sociedade verdadeiramente pluralista, sob a regência de um direito universal que harmonize as diversidades sociais, econômicas e culturais locais.

Palavras-chave: Internacionalização do Direito. Globalização econômica. Direitos Humanos.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO

Orientador: Marcelo Dias Varella
Autora: Rachel de Souza Ferreira
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
e-mail: nahid_bsb@hotmail.com

Este trabalho propõe-se a analisar os mecanismos de flexibilização de propriedade industrial, previstos no ordenamento jurídico nacional e no Acordo TRIPS da OMC, para melhor gestão destes direitos, com o escopo de minimizar os impactos sociais e econômicos das patentes farmacêuticas nos países adaptadores e nos excluídos da produção e da reprodução de tecnologia (atrasados tecnologicamente). Primeiramente, a pesquisa será desenvolvida pela análise político-histórica do processo de desenvolvimento dos países produtores de tecnologia, visando demonstrar a razão determinante da inclusão dos medicamentos no rol de invenções patenteáveis pelo Acordo TRIPS da OMC. Em seguida, serão abordados os impactos das patentes farmacêuticas sob enfoque socioeconômico, de forma a evidenciar os efeitos negativos causados à indústria nacional e à sociedade nos países atrasados tecnologicamente. Por último, serão analisados os mecanismos de flexibilização pela perspectiva jurídica dos instrumentos normativos nacionais e internacionais, visando atingir o cerne da pesquisa, qual seja a melhor gestão dos direitos de patente farmacêutica, a fim de minimizar os efeitos negativos ocasionados pelo monopólio de exploração nos países atrasados tecnologicamente. O problema de pesquisa consiste na seguinte questão: de que forma devem ser geridos os direitos de patente farmacêutica, a fim de coibir os abusos dos titulares do direito e priorizar o interesse público nos países adaptadores e nos excluídos da produção e da reprodução de tecnologia? A hipótese que se pretende confirmar no desenvolvimento desta pesquisa é: o Acordo TRIPS não tem cumprido a sua finalidade, que é a promoção de inovação tecnológica e a difusão de tecnologia. Os impactos sociais e econômicos ocasionados pelas patentes farmacêuticas são devastadores nos países atrasados tecnologicamente. O efeito negativo de caráter social mais proeminente obsta o acesso de medicamentos pela sociedade. Os principais efeitos negativos de caráter econômico, por sua vez, provocam a desnacionalização da indústria e o aumento da dependência tecnológica. Para melhor gestão do direito de patentes farmacêuticas, a fim de minimizar os efeitos negativos gerados pelo monopólio de exploração, coibindo os abusos praticados por titulares e priorizando o interesse público, é imprescindível a intervenção estatal por meio da aplicação de mecanismos de flexibilização do direito de propriedade industrial, previstos no ordenamento jurídico nacional (Constituição Federal de 1988 e lei n° 9.279 de 1996) e nos instrumentos normativos internacionais (Convenção de Paris, Acordo TRIPS e Declaração de Doha).

Palavras-chave: patentes farmacêuticas; interesse público; mecanismos de flexibilização.